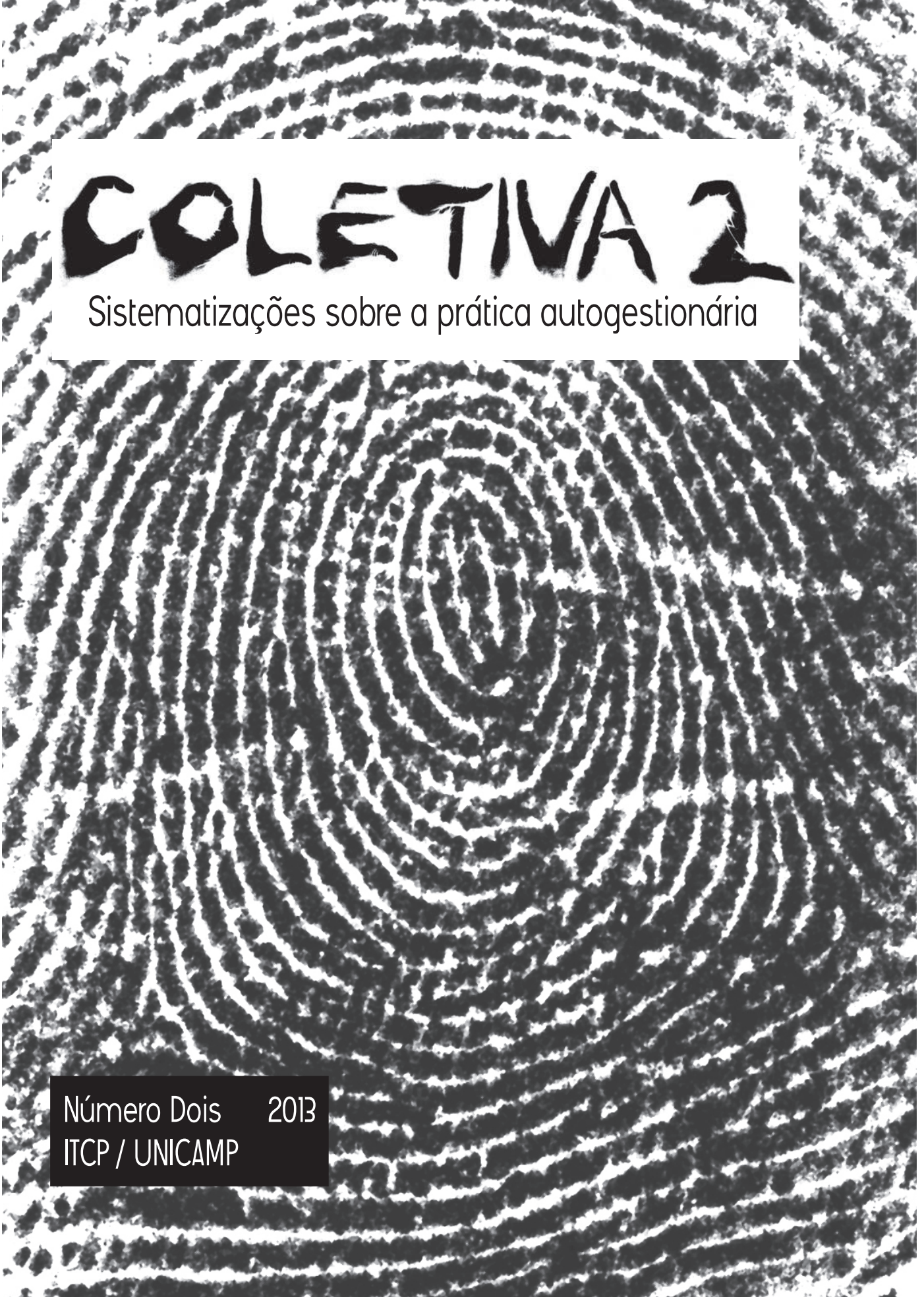




COLETIVA 2

Sistematizações sobre a prática autogestionária

Número Dois 2013
ITCP / UNICAMP

COLETIVA 2

Sistematizações sobre a prática autogestionária

ITCP/UNICAMP

1ª edição

Instituto de Economia

Campinas-SP

2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

José Tadeu Jorge

Coordenador Geral da Universidade

Álvaro Penteado Crosta

Pró-reitor de Graduação

Luís Alberto Magna

Pró-reitor de Pós-graduação

Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano

Pró-reitor de Pesquisa

Gláucia Maria Pastore

Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário

Teresa Dib Zambon Atvars

Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

João Frederico da Costa Azevedo Meyer

Conselho Orientador

Miguel Juan Bacic (IE) (Presidente)

Apoio Administrativo

Edison Nucci

COLETIVA 2

Sistematizações sobre a prática autogestionária



UNICAMP



PREAC

Pró-Reitoria de Extensão e
Assuntos Comunitários

Obra publicada pelo Instituto de Economia

Copyright 2013 - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas

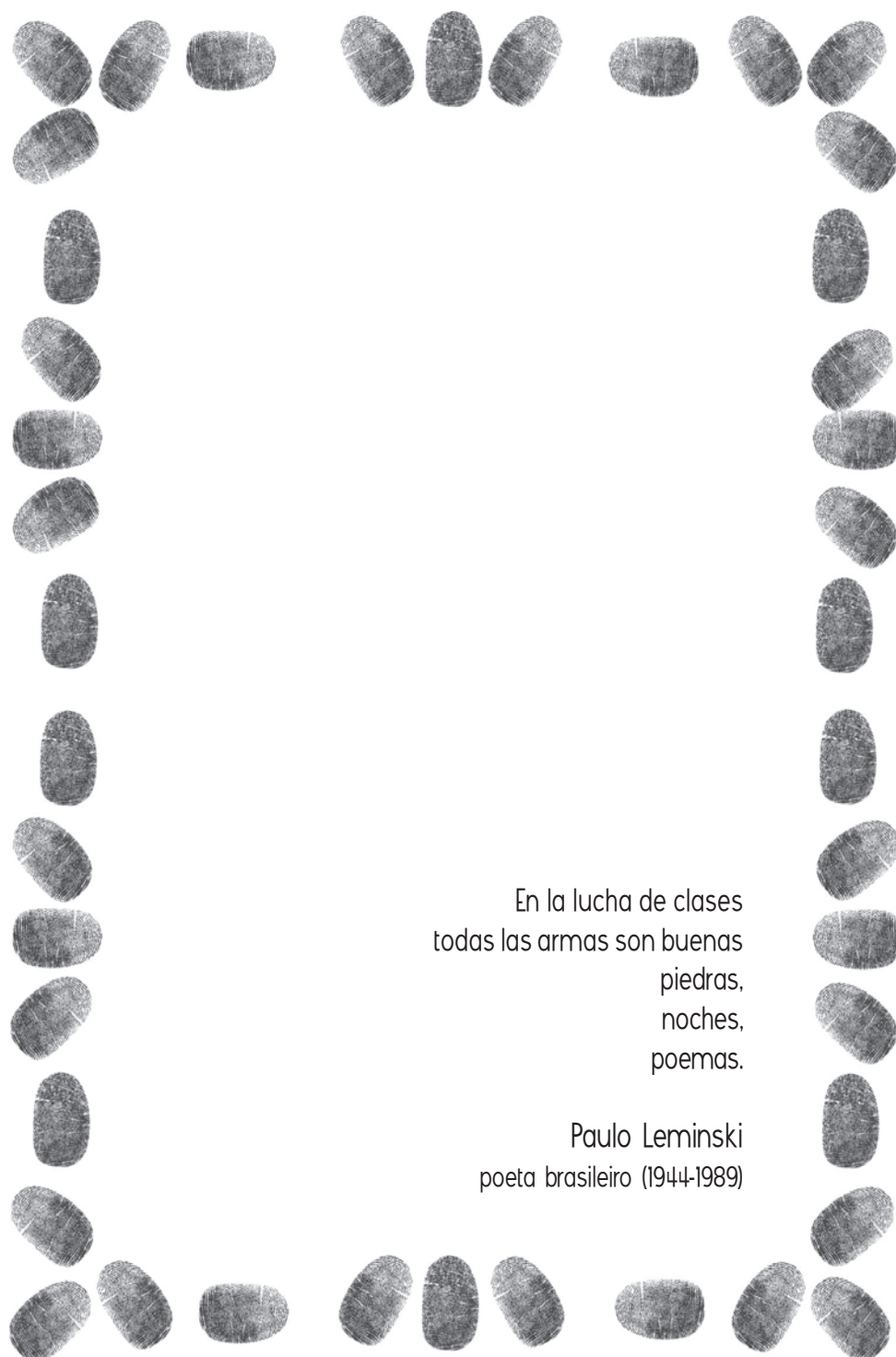
A reprodução, reapropriação e reedição de todo conteúdo para fins não comerciais é livre, desde que citada a fonte e mantida a nota.

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação – Cedoc
do Instituto de Economia da Unicamp

658	Coletiva II: Sistematizações sobre a prática autogestionária /
C676	Organizado por Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). – Campinas, SP: Unicamp. IE, 2013

ISBN 978-85-86215-69-8

1. Administração. 2. Pequenas e Médias Empresas –
Administração. 3. Administração da produção. 4. Planejamento
empresarial. 5. Custos – Determinação. I. Incubadora
Tecnológica de Cooperativas Populares (Org.). III. Título.



En la lucha de clases
todas las armas son buenas
piedras,
noches,
poemas.

Paulo Leminski
poeta brasileiro (1944-1989)

Organização

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da
Universidade Estadual de Campinas (ITCP/UNICAMP)

Comissão Editorial

Alexandre Souza

Bruna Vasconcellos

Mariana Pereira de Castro

Tessy Priscila Pavan de Paula Rodrigues

Revisão de Texto/Ortografia

“Bure@u do Texto” - UFSCar – www.ufscar.br/bureau

- André Luiz de Palma Grengé Sato
- Berviley Cristina Batista dos Santos
- Daniela Martins Fernandes
- Gustavo Tapia
- Jaqueline Roberta Ribas
- Manolo Funcia
- Rosana Gama Soares de Mello

Raphael Barbosa

Projeto Gráfico e Ilustrações

Bruna Zanolli

Fotografia

Acervo ITCP/UNICAMP

Sumário



13	SEGUNDAS PALAVRAS
17	PREFÁCIO
19	SEÇÃO 1 - PRINCÍPIOS POLÍTICO-METODOLÓGICOS
21	A construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico
47	Espaços de organização da produção como práticas de educação popular
63	Metodologia de Incubação da ITCP/UNICAMP DE 2001 A 2011: do acompanhamento técnico à parceria política
85	SEÇÃO 2 - CONSTRUINDO A AUTOGESTÃO NO CONTEXTO DOS GRUPOS POPULARES
87	Nas rebarbas da Reforma Agrária: experiência de formação de dois grupos de mulheres agricultoras
107	Extensão e Autogestão na Construção Civil: reflexões sobre a experiência junto à Cooperativa União
123	Problemas e Entraves na Gestão de Resíduos Sólidos: Desafios na Construção da Rede Solidária na Cidade de Campinas-SP



- 139 SEÇÃO 3- TEMAS ESTRUTURANTES PARA UMA NOVA PRÁXIS
- 141 Reflexões e práticas sobre consumo, comercialização e finanças solidárias: contribuição crítica à Economia Solidária
- 161 O Sexo da Economia Solidária: Apontamentos a partir da Economia Feminista e da prática de incubação
- 185 Notas de campo sobre os princípios da Educação Popular e Tecnologia Social: para além das boas intenções da Economia Solidária
- 209 Considerações sobre a Formalização de Empreendimentos Econômicos Solidários: os casos da Associação de Mulheres Agroecológicas, da Cooperativa Bom Sucesso e da Cooperativa União
- 227 Diagnósticos com Abordagem Participativa Dentro da Metodologia de Incubação: relato da experiência da equipe rede



- 241 SEÇÃO 4 - CONTRIBUIÇÕES DAS NOSSAS PARCERIAS
- 243 Economia Solidária, Formação e EJA: aproximações necessárias
- 261 Autogestão e tecnologia social: utopia e engajamento
- 281 Diálogos entre a produção autogestionária o espaço urbano e a economia solidária

SEÇÃO INICIAL



SEGUNDAS PALAVRAS

É com muita alegria que apresentamos a vocês a revista “Coletiva II: sistematizações sobre a práxis autogestionária”.

Estamos alegres porque conseguir sistematizar, organizar, captar recurso e publicar coletivamente, hoje, é algo bastante trabalhoso. Quem se lança ao desafio de ser educador(a)¹ popular, dialogando com o amplo campo da Economia Solidária sabe bem que não é nada fácil encarar os desafios cotidianos de modo a contribuir com a construção de um projeto de sociedade libertador.

A primeira edição da revista, chamada “Coletiva: reflexões sobre incubação e autogestão”, foi lançada em 2011, junto com a Empírica, um caderno de metodologia de incubação. Esta edição reunia 12 artigos distribuídos entre as áreas de atuação da incubadora, incluindo temas como educação popular, autogestão, economia política, gênero, tecnologia social e turismo.

O esforço empreendido para realizar o lançamento dessas duas primeiras publicações em 2011 parece ter deixado suas marcas na incubadora, especialmente sobre a relevância de sistematizar as experiências com educação popular. Assim, em 2012 o coletivo de educadores(as) decide organizar uma segunda publicação ao perceber que desde a primeira revista já haviam sido elaborados novos artigos refletindo sobre a nossa prática.

A nova revista trás assim um conjunto de 14 artigos, divididos em 4 seções:

A primeira delas, com o nome de “Princípios político-metodológicos”, apresenta três artigos que sistematizam os princípios políticos que norteiam nossa ação, as

¹ Fizemos uma opção política de ao longo dessa publicação colocar os nomes em masculino e feminino, e usamos aqui algumas palavras de Paulo Freire que ajudam na desconstrução da ideologia machista por detrás da linguagem. “A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa. A recusa à ideologia machista, que implica necessariamente a recriação da linguagem, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo. Por isso mesmo, ao escrever ou falar uma linguagem não mais colonial eu o faço não para agradar mulheres ou desagradar a homens, mas para ser coerente com minha opção por aquele mundo menos malvado de que falei antes. Não é puro idealismo, acrescente-se, não esperar que o mundo mude radicalmente para que se vá mudando a linguagem. Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória.” (em Pedagogia da Esperança)

mudanças metodológicas que ao longo desses anos ocorreram para acompanhar o alinhamento das posturas políticas da incubadora, assim como argumenta pela importância da organização da produção como um tema intrínseco à nossa atuação.

Na segunda seção da revista, “Construindo a autogestão no contexto dos grupos populares”, são apresentados os artigos escritos pelas equipes da incubadora, que atuam segundo segmentos produtivos. Sendo assim, aparecem nessa parte da revista uma série de artigos que contextualizam as diferentes cadeias produtivas - reciclagem, agricultura e construção civil -, estabelecendo uma reflexão sobre a práxis da educação popular e dos limites impostos pela conjuntura.

Segue a essa seção “Temas estruturantes para uma nova práxis”, a qual reúne o acúmulo dos Grupos de Estudos temáticos da incubadora, que ao longo dos últimos anos de atuação refletiram sobre temas como: gênero, comércio, consumo e finanças solidárias, questões jurídicas, e o papel da tecnologia nos processos de incubação, bem como a necessidade de (re)pensá-la de forma dialógica.

Na última seção da revista, encontram-se três artigos elaborados por parceiros(as) da incubadora, que por conta da nossa afinidade política, foram convidados a participar desta publicação. Em alguns casos, afinidade construída em outros momentos na própria Incubadora, em outros, afinidade identificada nos momentos de luta e defesa da dignidade e protagonismo da classe trabalhadora. Suas ações e reflexões tem nos ajudado muito a trilhar nosso caminho político-metodológico.

Bem, aí está um resultado do segundo grande esforço do coletivo dos(as) educadores(as) da ITCP/UNICAMP: sistematizar - refletir teórica e criticamente sobre suas práticas de educação popular com grupos autogestionários de trabalhadores(as).

Para aqueles que, como nós, tentam sair da confortável posição que permite o ambiente acadêmico - de elaborar críticas sem nenhum comprometimento real com seus “objetos de pesquisa”- mas que encontram brechas nesse cotidiano e abrem novos espaços de atuação, esperamos contribuir com ideias que provoquem nossa autocrítica e alimentem a utopia, não como algo distante e ideal, mas como algo que é possível e deve ser construído desde agora. Para os que não estão tão próximos desta realidade, é uma oportunidade de conhecê-la um pouco, pensando sobre a necessidade de posicionar-se diante dela.

Esta publicação é também um esforço no sentido de mostrar que nem só nas bibliotecas e laboratórios se produz conhecimento “válido, científico, acadêmico”. Esse reconhecimento é importante não apenas no campo simbólico, mas também material, na busca por uma Universidade em que ensino, pesquisa e extensão estejam verdadeiramente articulados e tenham uma distribuição de recursos e financiamentos igualitária.

Ao enfatizarmos a importância da extensão popular universitária, do trabalho associado e da autogestão, esperamos contribuir para construção de outras formas de conhecimentos comprometidas, em luta, com os(as) trabalhadores(as).

A comissão editorial

PREFÁCIO

As temáticas de Economia Solidária e de Extensão Comunitária têm se desenvolvido de forma independente, contudo, mantendo e criando fortes relações de caráter virtuoso. Independentemente da situação geral do emprego, na economia brasileira existem grupos de pessoas que têm sérias dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, e que não conseguem obter um rendimento suficiente para sua sobrevivência com o mínimo de dignidade, desenvolvendo atividades por conta própria. Esses grupos, em situação de risco social, têm sido objeto prioritário das políticas públicas de economia solidária por parte da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

A crise dos anos 80 no Brasil afetou de forma catastrófica o mercado de trabalho e abriu espaço para o surgimento de respostas superadoras da relação formal de trabalho, consequência da necessidade que os trabalhadores desempregados tinham para encontrar formas alternativas de geração de trabalho e renda. Surgiram assim experiências de coletivas de trabalho que formaram a base de um movimento social com princípios e características econômicas peculiares, que passou a ser descrito como Economia Solidária.

Os atores da Economia Solidária, a partir de sua organização e reivindicações, impactaram a forma como são planejadas as políticas públicas, dado que procuram espaços e apoio para suas atividades. A criação da SENAES foi uma resposta a essa realidade. O Estado passou a entender as políticas de economia solidária como instrumento efetivo para enfrentar exclusão social e para gerar trabalho e renda. Os grupos participantes demandam, por sua vez, apoio maior do Estado, seja quanto a investimentos que auxiliem os projetos de trabalho associado, como para treinamento, educação, produção e comercialização.

A filosofia e os princípios da Extensão Comunitária conduzem para projetos que põem em contato a Universidade com grupos sociais marginalizados e que tentam empoderar esses grupos por meio de ações que envolvem perspectivas multidisciplinares, atuando de forma sistêmica em áreas tais como educação popular, saúde,

tecnologia social, cidadania, gestão, economia política. Com isso, visam criar condições para que essas pessoas, a partir do entendimento de sua situação e o desenvolvimento de ações de cooperação, possam melhorar, cada um, sua situação individual e trabalhar de forma associada para obter renda, criando condições de inserção social com exercício de cidadania.

A Extensão Comunitária tende a desenvolver campos de práticas concretas, com forte compromisso social, que atendem plenamente às necessidades dos grupos de pessoas que são objeto e preocupação das políticas de economia solidária. Colabora na superação das diversas fragilidades dos empreendimentos de economia solidária, trazendo a visão multidisciplinar da Universidade que pode auxiliar na conquista da autonomia dos trabalhadores associados.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unicamp é um programa de Extensão Comunitária que desenvolve projetos dentro do campo da Economia Solidária.

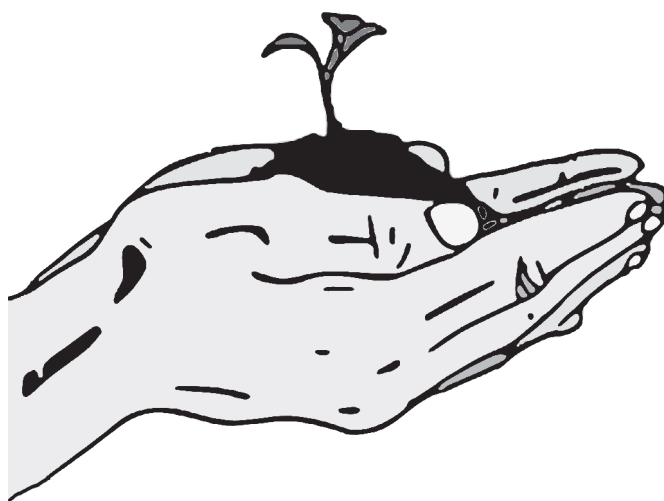
A Extensão Universitária, dentro de seus diversos entendimentos, exige sempre reflexão e aprendizado por parte dos estudantes, professores e funcionários que a praticam. Um compromisso assumido pelos monitores da ITCP da Unicamp é colaborar com a difusão de seu aprendizado ao longo dos projetos que participaram. Este compromisso já foi mostrado com a publicação da *Empírica* e posteriormente com o primeiro número da *Coletiva*.

Agora, o segundo número da *Coletiva* apresenta uma série de artigos que discutem, numa perspectiva crítica, tanto aspectos relacionados com os princípios metodológicos a aplicar nos projetos de Economia Solidária e na incubação de empreendimentos econômicos solidários, como com aspectos mais concretos relacionados com a superação de dificuldades de diversas índoles (sociais, econômicas, legais, tecnológicas etc.), que podem ser encontradas dentro dos grupos que constituem os empreendimentos incubados.

Esperamos que os artigos possam contribuir para o aprendizado e a reflexão da comunidade engajada de participante desses campos desafiadores que são a Economia Solidária e a Extensão Comunitária.

Miguel Juan Bacic

SEÇÃO 1



PRINCÍPIOS POLÍTICO-METODOLÓGICOS



A construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico

Autores(as): Coletivo de formadores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar o processo de construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) da ITCP/UNICAMP. Tal processo se inicia no esforço de sistematizar a reflexão sobre o nosso trabalho que já vinha ocorrendo internamente e na prática junto aos empreendimentos incubados. O PPP aqui apresentado como resultado de um esforço coletivo traz teoria, princípios e métodos que fundamentam nossa prática. Para isso, o texto está dividido em três partes. Na primeira parte, descrevemos a metodologia de construção coletiva do PPP. Na segunda parte, apresentamos os resultados desse processo, isto é, nosso PPP de maneira resumida. Por fim, na terceira parte, trazemos algumas considerações sobre esse processo, a importância da construção coletiva de nossos pilares e nossos planos futuros enquanto um coletivo de educadores populares. O formato final é a materialização de uma experiência de autogestão e construção coletiva do conhecimento.

Palavras-chave: projeto político pedagógico; educação popular; autogestão.

¹ itcp@itcp.unicamp.br, +55 19 3521-5212

A construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico

Introdução

Durante os meses de março a julho de 2009, os membros do coletivo de formadores(as) da ITCP/UNICAMP se reuniram em torno de estudos coletivos e grupos de trabalho que tinham como foco a construção de um novo PPP para a Incubadora. Os estímulos para tal empreitada foram diversos, mas dois possuem maior relevância. O primeiro deles foi o Encontro de Formadores(as) da Rede Sudeste de ITCPs do ano de 2009, com o tema “O Projeto Político das Incubadoras” portador da pretensão de confrontar diferentes concepções sobre os significados e conteúdos dos projetos políticos, bem como apontar para o mínimo de unidade conceitual entre as Incubadoras participantes. O segundo, por outro lado, foi a necessidade interna do diálogo entre os diversos saberes e posições de um grupo que, apesar de certa identificação com projetos políticos anteriores, não se sentia completamente representado por eles.

A construção coletiva de um PPP

O processo de construção de nosso PPP se iniciou com uma reflexão sobre o que seria um PPP e quais elementos ele deveria conter. Assim, realizamos um primeiro estudo coletivo com a leitura dos dois projetos políticos anteriores da incubadora e do texto “*La Gestión de la Educación: su significado a partir de propuestas pedagógicas institucionales*” de Luis Aguilar, que nos serviu de base para a construção do novo PPP. A discussão teve dois momentos: em um primeiro, pensamos sobre a forma e em que situações a ITCP atuava (ou deveria atuar); no segundo, discutimos mais precisamente a estrutura de nosso projeto, que seguiu a proposta do texto-base.

Sendo assim, nos dividimos em grupos de trabalho responsáveis por pensar e formular sobre eixos temáticos trazidos por Aguilar (1997): Estrutura e Conjuntura

da Sociedade, Princípios Ético-Valorativos, Histórico da Instituição e Processo de Produção de Conhecimento. Esses grupos de trabalho se reuniram para a produção do texto inicial do PPP.

Após essa etapa outros dois estudos coletivos serviram à leitura dos textos produzidos, com análises e apontamentos para a versão final. Entre os estudos, os textos eram modificados pelos grupos responsáveis, de acordo com as sugestões do coletivo. Além das partes sugeridas pelo texto-base, incluímos uma quinta parte descrevendo a nossa metodologia de incubação. Por fim, as partes foram unidas em um documento final que foi revisado para que ganhasse coesão.

O PPP²

O PPP está dividido em cinco partes: estrutura e conjuntura da sociedade, princípios, histórico da ITCP/UNICAMP, produção do conhecimento e metodologia de incubação.

I - Estrutura e Conjuntura da Sociedade

O capitalismo é o modo de produção regido pelo capital, que é, por sua vez, uma relação social estabelecida entre um indivíduo (ou grupo) de possuidores de meios de produção com outros indivíduos despossuídos de meios de produção, possuidores apenas de sua força de trabalho. Essa é uma relação de troca, onde o trabalhador troca seu trabalho por um salário que permita reproduzir sua existência cotidiana. O que a caracteriza como relação capitalista é o fato da troca ser desigual, ou seja, o detentor dos meios de produção ganha um valor maior de força de trabalho do que aquele que a entrega em forma de salário.

Há muitas formas e armadilhas para que a relação de troca desigual persista, como a exploração direta da força de trabalho mediante a opressão, a violência e o desgaste físicos e o surgimento de novas tecnologias que tem por finalidade intensificar a pilhagem de trabalho. Além destes aspectos objetivos, existem também os aspectos subjetivos, como a naturalização da desigualdade por meio de uma ideologia dominante que, se apodera do direito, da educação e da cultura pregando uma suposta imutabilidade da natureza humana e dos padrões vigentes de relação social.

² O Projeto Político Pedagógico da ITCP/UNICAMP pode ser encontrado na íntegra através do endereço: <<http://www.itcp.unicamp.br/drupal/?q=node/212>>.

Dado o desenvolvimento histórico do capitalismo, essa configuração adquire complexidade cada vez maior. Ainda assim, se a polarização no campo da vida material deixa de ser tão clara, ela persiste com força no campo da ideologia a que nos referimos anteriormente. Negamos o fim da história, partilhamos da concepção de que seu motor é a luta entre as classes exploradas e exploradoras. Para além, se trata de projetos de sociedade distintos: o projeto capitalista, fundado na mercantilização total da sociedade, o que congrega a exploração de homens por homens e o projeto alternativo, ansioso pelo fim da sociedade de classes e pela centralidade da solidariedade entre os trabalhadores.

Os componentes da luta de classes, em seus aspectos táticos, estratégicos e físicos dependerão dos limites, possibilidades, alternativas e escolhas dadas pelo desenvolvimento da história em determinado tempo e espaço. Observaremos diferentes formas de embate que serão vitoriosas, derrotadas, naufragarão e ressurgirão sem possibilidade de previsão de algum padrão estável de dinâmica social. Da Comuna de Paris ao Welfare State, da luta quilombola à Consolidação das Leis do Trabalho, uma série de avanços e retrocessos nas finalidades e formas de disputa dos projetos societários. Nós, brasileiros, somos a síntese da batalha específica travada nesse chão, e carregamos em nós esse DNA histórico que definirá a maneira pela qual se dará o combate no presente e no futuro. Por isso é necessário entender a nossa posição na sociedade do capital e as alternativas que apresentamos a essa hegemonia.

Somos filhos da divisão internacional do trabalho, processo que visava à ampliação de mercados para os capitais internacionais já desenvolvidos. Somos filhos de um negócio, da retificação de um território.

Há mais de cinquenta anos as elites modernizantes tentam reproduzir aqui um padrão intermediário de sociabilidade, um capitalismo menos agressivo ao trabalho, nos moldes europeu ou americano. Os planos de industrialização de meados do século XX que pressupunham um Estado poderoso e a ampliação do emprego foram vitoriosos em alguns desses pontos, à época de sua disseminação. Apesar de representar um projeto de sociedade ainda capitalista, sua discussão e implantação aconteceram em um momento histórico privilegiado para abrir o debate sobre a democratização e reconquista do território. A classe trabalhadora organizou-se por meio de sindicatos e partidos políticos fortes, avançou na apresentação de seu projeto distintivo de sociedade.

No entanto, as pressões internas e externas pela manutenção do status de colônia foram sempre mais fortes. Orgânica a elas, a ideia de manutenção de uma sociedade em que a maior parcela da classe trabalhadora é despossuída dos meios de produção e de qualquer possibilidade de ser integrada ao esquema de reprodução como ofertante da força de trabalho. Uma estrutura de classes com a marca específica da América Latina.

Na prática, as últimas décadas viram uma situação de dramática retirada de direitos, ao mesmo tempo em que novas estruturas laborais foram impostas no sentido de bloquear as conquistas advindas das lutas anteriores. A precarização, a terceirização, a informalidade como política macroeconômica de emprego e as diversas modalidades de desrespeito às leis trabalhistas às quais se deu o nome de flexibilização, só conseguiram exatamente o contrário. Rigidez, autoridade, falta de liberdade.

Os movimentos populares e a Economia Solidária se anunciam como resistência e luta frente à dominação do consumo desenfreado, do capital (real ou fictício), do autoritarismo, para instaurar outras relações de respeito ao meio ambiente, à diversidade sexual, à democracia, ao trabalho como centralidade na sociabilidade humana. Mais que isso, é uma resposta da classe subalterna às tentativas de organização fracassadas ou fragilizadas pela cooptação e pelas sucessivas derrotas perante as burguesias nacional e internacional.

Esse movimento é ainda pequeno perante as diretrizes mais gerais sob as quais vivemos, tem também que enfrentar suas contradições internas, geradas no processo de unificação de forças destinadas a participar do embate político a que se propõe. No entanto, não deixa de ser um movimento forte, caro a nós e, acreditamos, àqueles outros ainda insuspeitos da sua capacidade de intervir na história.

II – Princípios da ITCP/UNICAMP

No sentido de se colocar no enfrentamento da hegemonia do capital na sociedade brasileira e na luta de resistência das populações oprimidas, a atuação da ITCP/UNICAMP dialoga com princípios e movimentos históricos que suportam nossas ações. Entretanto, também acreditamos que esses princípios não nos apareceram como conceitos estanques e hermeticamente definidos, eles se constroem

junto a um conjunto de manifestações políticas históricas dos trabalhadores. São essas opções que nos levam aos princípios e vice-versa, e é exatamente por isso que não podemos deixar de falar delas aqui. Solidariedade e dialogicidade adquirem sentidos políticos somente quando vistos dentro de um arcabouço de propostas que compõem um projeto de sociedade diferente: a Autogestão, a Educação Popular, e a Extensão Universitária.

Autogestão

Segundo Nascimento (2008) a autogestão como termo aplicado se manifesta na literatura na década de 1960 na França referenciando à experiência iugoslava. Já a autogestão enquanto ideia, de autogoverno e autonomia operária, permeia a luta dos trabalhadores desde o início do século XIX, tanto como ideia quanto prática organizativa. Diversos autores trazem os exemplos históricos da retomada da autogestão nesses momentos críticos.

Nessa perspectiva histórica, a autogestão não pode ser desvinculada de sua ligação aos movimentos de resistência dos trabalhadores, um fenômeno que emerge nos momentos em que o acirramento das lutas sociais projeta a autonomia no domínio econômico, político e social. A eliminação da divisão tradicional do trabalho e das estruturas hierárquicas, a partir do desenvolvimento de práticas associativas, anuncia o sentido das relações sociais novas, coletivas e igualitárias que se tornam efetivas no interior das unidades produtivas. A autogestão só tem sentido se alterar o sentido do próprio trabalho, se transformá-lo numa atividade entre outras, se torná-la tão importante quanto à participação política.

A autogestão como prática social não é apenas uma utopia, mas um processo de construção diária que busca negar a situação de opressão e controle da hierarquia no sistema capitalista. Se a perspectiva é a emancipação humana, deve-se findar a separação entre os diretores que decidem e aqueles que obedecem, entre os gestores que planejam e organizam e os trabalhadores que executam.

Para Bernardo (2006) qualquer instituição que reproduza internamente este sistema não só se submete ao Estado capitalista como se integra nele. Para ele a ressignificação das relações de trabalho devem transformar as relações verticais de hierarquia em relações horizontais de solidariedade e de coletivismo. Espaço construído

com base no direito de todos se expressarem, na rotatividade, nas funções e nas tarefas e a possibilidade de revogar em qualquer momento os mandatos dos representantes e dos cargos de coordenação.

Não há fins que justifiquem os meios, a superação da opressão do capital só se consolida pela experiência concreta histórica de vivenciar a autogestão, de exercer coletivamente o trabalho, o planejamento e a tomada de decisões. Autogestão que, como prática social, extrapola os muros das fábricas e das cooperativas, e atinge as organizações sociais variadas desde as associações de bairro às escolas.

A ITCP/UNICAMP tem a autogestão como um de seus pilares de sustentação. Numa primeira esfera experimentando estas relações horizontais e não hierárquicas em seus processos deliberativos, criativos e de concepção de trabalho. Numa outra esfera busca construir uma relação de cooperação e construção coletiva do conhecimento com os grupos, não transformando o conhecimento acadêmico e tecnocrático em um instrumento de poder, opressão e por fim hierarquização frente às cooperativas, grupos populares e movimentos sociais que apoia e busca cooperar. Por fim, numa terceira esfera tenta incentivar a autogestão como prática social de organização interna dos grupos.

Com o olhar nas experiências históricas, essa utopia chamada autogestão persiste para além do limite do projeto emancipatório, expressa as aspirações dos trabalhadores à autodeterminação, ao autogoverno, à autogestão social. Coloca-se, então, como uma possibilidade do vir a ser.

Educação Popular

A incubação de grupos populares é um processo educativo. Para fundamentar essa prática pedagógica, na ITCP/UNICAMP, utilizamos autores e metodologias que têm uma proposta educativa coerente com a Economia Solidária, ou seja, baseamos-nos em teorias que trabalham com os princípios da auto-organização dos educandos, com o princípio da dialogicidade, da decisão coletiva. Assim, pretendemos apresentar a Educação Popular como nossa principal referência para a ação com os grupos com os quais trabalhamos.

A educação popular, entendida como uma educação para o povo, um processo amplo de formação da classe trabalhadora, começa no Brasil na década de 40.

Trata-se de uma série de campanhas de alfabetização, programas de formação supletiva e técnica, impulsionados por uma ideia desenvolvimentista no contexto do pós-guerra. Esses programas se pautavam pelo “mínimo necessário” para o estabelecimento de melhores condições materiais de vida nas comunidades mais pobres. Setores da igreja católica, da Universidade e organizações de estudantes participavam dessas iniciativas de formação e foram responsáveis por alterar a lógica do “mínimo necessário” para uma Educação Popular com letra maiúscula, ou seja, uma concepção pedagógica politicamente assumida, que propõe desvelar as relações sociais de opressão ao longo do processo de aprendizagem (Brandão, 2002). Paulo Freire e Pistrak são autores que se pautam por esses ideais no contexto escolar ou no contexto de alfabetização de adultos.

Paulo Freire, que também iniciou sua trajetória como educador junto aos setores populares, sistematizou essa experiência e propôs uma teoria crítica às concepções de educação então vigentes. A problemática principal da obra freireana é a libertação das pessoas concretamente em suas vidas desumanizadas pela opressão e dominação social.

Foi por meio da prática e do envolvimento com a luta concreta do povo que Paulo Freire aprofunda suas reflexões e converge para paradigmas marxistas, sendo fortemente influenciado por Lucàcks e Gramsci. Portanto, para compreendermos a Educação Popular, faz-se necessário um entendimento geral da sociedade dividida em classes e dos instrumentos de dominação.

Este Projeto Político contém os principais pontos de partida para o trabalho com as cooperativas e grupos populares com os quais trabalhamos. A Educação Popular é um desses pontos e não deve ser compreendida enquanto um conjunto de atividades e técnicas de ensino/aprendizagem, mas como forma de iniciar a construção coletiva de uma leitura do mundo a partir da realidade dos trabalhadores associados, que é bem diferente da realidade escolar. Enquanto a escola é por excelência o lugar da aprendizagem a cooperativa é o lugar da produção do sustento.

Nesse sentido, um processo de aprendizagem que venha a ocorrer no espaço de trabalho precisa estar intimamente relacionado aos problemas, às necessidades e aos anseios desse espaço. Procuramos então uma metodologia de trabalho que considere o saber popular e o conhecimento produzido dentro dos empreendimentos como um conhecimento legítimo e necessário para a transformação da realidade.

Extensão Universitária

A ITCP é um Programa de Extensão vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UNICAMP. Assim sendo, encontra-se inserida no âmbito da Extensão Universitária. Considera-se que uma universidade deva desempenhar suas funções em três esferas de atuação junto à sociedade. Uma delas diz respeito ao *ensino*, advinda da formação acadêmica que ela oferece ao quadro discente. Outra função relaciona-se às atividades de *pesquisa*, na qual docentes e discentes desenvolvem projetos em diversas áreas do saber.

A *extensão* é o outro papel a ser desempenhado por uma universidade e assume nuances divergentes e até antagônicas dependendo da concepção adotada por seus atores. Uma concepção de extensão universitária entende que a academia é um local privilegiado para investigação e produção de conhecimento. Nesse sentido, as pesquisas são desenvolvidas prioritariamente no meio acadêmico e as tecnologias delas decorrentes devem ser estendidas à sociedade através de cursos ou projetos de inovação, caráter marcante dessa concepção.

A nossa leitura do conceito de extensão difere radicalmente desta por dois motivos principais. Primeiramente, não consideramos a academia como único local legítimo de produção do saber, entendendo que a sociedade não acadêmica possui (e sempre possuiu) maneiras próprias para desenvolvimento e circulação de conhecimentos e tecnologias.

Como consequência dessa primeira ideia, temos o segundo ponto de divergência: se existem diferentes locais com diferentes formas de construção do saber não podemos falar em transmissão unilateral de conhecimento de um polo ao outro. Partimos, então, do pressuposto de que o *diálogo* e a *comunicação* são conceitos mais adequados para designar a interação entre seus diferentes atores (acadêmicos e não acadêmicos), que terão olhares e considerações sobre seus focos de estudos complementados e ressignificados através desta relação.

Significando os princípios

A partir de uma leitura crítica do contexto social no qual estamos inseridos e com base na experiência acumulada ao longo dos últimos anos de trabalho, consideramos que os elementos aqui apresentados oferecem contribuição valiosa para as diversas atividades desenvolvidas pela Incubadora.

Vinculado a essa significação histórica na luta dos trabalhadores e na disputa por projeto de sociedade o conceito de **solidariedade** nos parece relevante para embasar nossa atuação junto aos grupos. Apesar de amplamente utilizado no campo da Economia Solidária, seus usos nem sempre podem ser considerados com o mesmo sentido que desejamos empregar em nossas práticas. A solidariedade que buscamos praticar e fomentar fundamenta-se em mecanismos de interação pautados na *ajuda mútua*, na *ação coletiva*, na *liderança partilhada* e no *respeito* entre os que se relacionam. Ao fazer isso, nos distanciamos de uma interpretação simplista desse conceito, que revela uma concepção assistencialista de atuação.

Quando se trata da atuação junto às cooperativas e associações populares acreditamos que esse conceito deva ser observado em duas dimensões. Uma delas é interna aos grupos e diz respeito à interação entre seus membros. A outra dimensão é externa e se foca na relação entre as diferentes instituições envolvidas. A construção de uma relação solidária em muitos casos é por natureza conflituosa devido aos diversos tipos de interesses que se somam e interagem. Tais interesses são negociados através do diálogo entre os atores envolvidos, o que pode levar a consensos mais ou menos difíceis de alcançar.

Entendemos o exercício da auto-organização dos trabalhadores/as, a criação de finanças solidárias, o fomento a feiras e clubes de troca e outras tantas atividades como ações complexas que disputam espaço e sobrevivência por estarem inseridas num contexto social hostil às alternativas que elas apresentam. O conceito de solidariedade está ligado à ação coletiva e à disputa por outro projeto de sociedade pautada em outro tipo de relação entre as pessoas em todos os âmbitos da vida social.

Assim como o conceito de solidariedade como ação política, temos aqui outro elemento recorrente em nossas ações: a **dialogicidade**. Aproximamo-nos das considerações feitas por Paulo Freire a respeito do diálogo (Freire, 1996). Iniciaremos com a indagação: como negociar interesses ou construir uma relação solidária senão pelo *diálogo* entre aqueles que estão envolvidos? O diálogo é imprescindível num contexto de diversidade e, quando não considerado, corre-se o risco de se estabelecer relações desiguais entre aqueles que interagem, podendo aproximá-las de uma relação de opressão tão fortemente presente na economia capitalista.

Numa perspectiva libertadora, o diálogo deve estar fundado na *práxis*, conceito que Freire traz da filosofia a partir de Antônio Gramsci. Nesse contexto, é

no espaço de diálogo onde se dá a *pronúncia do mundo*, onde a palavra possui duas dimensões: uma delas ligada à reflexão e outra ligada à ação. Assim, ação e reflexão caminham juntas e mantêm laços de interdependência e reelaboração contínuas. O enfraquecimento de um desses dois elementos leva a dois quadros apresentados pelo autor: se a reflexão se distancia da prática, da ação, então o discurso é vazio. Por outro lado, se a ação não é submetida à reflexão torna-se ativismo cego, com limitação quanto ao seu potencial transformador.

Então se entende a importância que Freire dá ao que chama de *pronúncia do mundo*, ou seja, à construção daqueles elementos através do diálogo fundamentado em palavras verdadeiras (que são práxis). Indivíduos e grupos que pronunciam o mundo através de palavras verdadeiras conseguem transformá-lo e recriá-lo de acordo com suas necessidades e objetivos. Isso não poderia ser diferente na prática da autogestão, onde a *dialogicidade* deve ser referencial permanente, pois o processo é construído com base nos espaços de diálogo existentes no grupo ou no empreendimento, a partir dos quais as decisões serão construídas e tomadas coletivamente.

III - Histórico da ITCP/UNICAMP

Na elaboração do PPP, o resgate da história da incubadora se mostrou um processo bastante difícil por conta da quase ausência de registros. Originalmente, este item é bem mais longo e detalhado com o intuito de suprir essa lacuna. Aqui, será apresentado de maneira resumida.

Formação da Incubadora

Em 2000 houve uma greve organizada pelos funcionários da UNICAMP na qual, além dos funcionários da UNICAMP, o sindicato chamou à participação os funcionários terceirizados da Limpeza Hospitalar do Hospital das Clínicas, sujeitos a uma precarização intensa. Esses trabalhadores foram demitidos por participarem da greve. A Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais da UNICAMP foi chamada a resolver essa questão e sugeriu que se formasse uma cooperativa de limpeza com as 120 pessoas demitidas.

O grupo aceitou a sugestão e foi contratado o serviço da ITCP da Universidade de São Paulo para assessorar a organização desse coletivo. Após um programa de capacitação, deu-se início a uma cooperativa popular especializada em serviço de limpeza hospitalar.

Paralelamente a esse acontecimento, em 2001, assumiu a Prefeitura Municipal de Campinas o prefeito Antônio da Costa Santos, do Partido dos Trabalhadores, que tinha em seu governo uma proposta de fomento ao cooperativismo e que exerceu certa pressão para que houvesse um trabalho conjunto da Prefeitura com a UNICAMP. Essa articulação levou a elaboração de uma primeira versão de Projeto de Incubadora. Posteriormente a proposta foi revisitada em um seminário com a participação de professores, alunos e funcionários, para se discutir a viabilidade de constituição de uma Incubadora dentro da UNICAMP.

Em 28 de Agosto de 2001, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP foi reconhecida junto à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PREAC), que estabelecia os objetivos da incubadora e sua coordenação pelo Conselho Orientador, presidido por um docente indicado pelo reitor.

No dia 9 de setembro de 2001, foi assinado um acordo entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a UNICAMP para formação e qualificação de grupos que viriam a se constituir como cooperativas. No dia seguinte à assinatura deste acordo, o prefeito foi assassinado, fato que causou impacto em toda gestão do Programa e na Economia Solidária do município de Campinas.

Após o primeiro seminário e fechado o convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas, formaram-se duas comissões para dar andamento ao Projeto Incubadora. A primeira comissão, constituída por docentes, teve como função institucionalizar a ITCP/UNICAMP. A outra comissão, constituída por pós-graduandos e um membro do grupo da Prefeitura, ficou responsável pelo processo de capacitação de formadores no final de 2001, para atender em situação emergencial esses grupos que estavam sendo formados pela Prefeitura Municipal de Campinas. Essa primeira etapa foi o Programa de Qualificação dessas cooperativas com a participação da ANTEAG na formação inicial.

Em março de 2002 a ITCP/UNICAMP organizou junto à PREAC o “II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares” e logo após se deu o fechamento da metodologia e então o início da incubação propriamente dita.

Desde então, diferentes parceiros (prefeituras, governo federal, etc.) financiam o trabalho da incubadora.

Histórico das ITCPs, Formação da Rede e Encontro de Formadores

Para falar do histórico da ITCP/UNICAMP também é necessário falar da nossa relação com as outras incubadoras. De maneira resumida, podemos dizer que as incubadoras surgiram no Brasil por uma iniciativa das próprias universidades a partir da relação com seu entorno. A fundação da primeira incubadora universitária ocorreu em 1996, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1997, um seminário de difusão das propostas e da metodologia da ITCP/COPPE/UFRJ fomentou o surgimento de novas incubadoras no mesmo ano e nos seguintes, o que levou, por sua vez, à organização da Rede de ITCPs em 1998. Formada inicialmente por um conjunto de seis ITCPs (UFRJ, UFC, UNEB, UFRPE, USP e UFJF), compreende hoje algumas dezenas de incubadoras que atuam em todo território nacional.

A Rede de ITCPs conta com coordenações regionais (Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul). Tanto a rede nacional quanto as redes regionais contam com encontros anuais para discutir suas pautas comuns. Ao longo do tempo os encontros da rede sudeste assumiram forte caráter de formação dos formadores das ITCPs, passando a ser denominado “Encontro de Formadores da Rede Sudeste”.

O Encontro de Formadores é um evento que ocorre anualmente e é um dos poucos eventos da Rede de ITCP em que os formadores e não apenas os coordenadores podem se encontrar. Cada encontro tem um tema diferente, escolhido no encontro anterior. Embora cada edição desse Encontro seja puxada por uma incubadora a construção do Encontro também é coletiva, sendo feita em pré-encontros.

O primeiro Encontro de Formadores foi realizado em 2005 em Lavras MG, tendo como tema a Metodologia de Incubação das ITCPs. Em 2006, o Encontro de Formadores aconteceu em São Carlos e teve como tema o Perfil dos Formadores, em 2007 voltou a ocorrer em Lavras e pautou a autogestão dentro das ITCPs. Em 2008 o Encontro pautou a relação das ITCPs e da Economia Solidária com os Movimentos Sociais, ocorrendo no Rio de Janeiro. O Encontro de 2009 foi na UNESP de Assis tendo como tema o Projeto Político Pedagógico (PPP) das ITCPs.

IV – Construção do Conhecimento

Neste item abordaremos as diferentes formas de produção de conhecimento na ITCP/UNICAMP nas diferentes instâncias (grupos de estudos, equipes de incubação, coletivo etc.) e durante a ação, reflexão, registro, sistematização e socialização das nossas práticas.

Optamos por não separar os momentos de ação, reflexão, registro, sistematização e socialização do conhecimento para nos contrapormos à ideia de que existe somente um lugar ou um método para construir conhecimento. A universidade é, na visão dominante, por excelência esse lugar de produção do conhecimento e os métodos mais privilegiados são o ensino pautado pela transmissão de conteúdo e a pesquisa (positivista). No entanto, existe uma série de correntes teóricas que reconhecem que existem diferentes métodos para a construção do conhecimento. Essas correntes entendem o conhecimento como um resultado da ação humana, construída pelos diversos grupos sociais e, por isso, permeada pelos valores e interesses desses grupos sociais.

Compartilhamos com esse campo minoritário o entendimento da construção social do conhecimento e, conseqüentemente, de sua não neutralidade, bem como as metodologias da Educação Popular e da Pesquisa-Ação. O diálogo entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular é um dos elementos fundamentais para a transformação radical da sociedade.

O conhecimento, quando entendido como neutro, induz à percepção da ciência como uma verdade que não é passível de questionamento, uma verdade única e intrinsecamente positiva para a humanidade. Essa ideia justifica a construção do conhecimento como atividade a ser realizada por poucos (e geniais) cientistas e, por isso, privilégio da academia.

Acreditamos, todavia, que os seres humanos constroem o conhecimento em sociedade, na relação com o outro, na ação, na reflexão. Portanto, a construção do conhecimento é um processo necessariamente coletivo. Com essa concepção, não queremos negar a possibilidade de reflexão individual, mas nos contrapor à apropriação individualista do conhecimento, à negação deste ao coletivo e, principalmente, à negação dos conhecimentos produzidos fora dos muros da universidade.

Com a Educação Popular (um de nossos princípios) aprendemos que a emancipação ou a humanização de todos os envolvidos em uma relação dialógica

deve ser o fundamento de qualquer processo de construção de conhecimento. Com a Pesquisa-Ação descobrimos alguns exemplos concretos de como construir esse diálogo de forma a valorizar o conhecimento acadêmico sem torná-lo uma imposição à ação popular.

Em relação à extensão, em consonância com o Plano Nacional de Extensão Universitária, acreditamos que esta é uma atividade acadêmica capaz de alterar o rumo da universidade brasileira, no sentido de contribuir significativamente para a mudança da sociedade. As bases teóricas que regem a construção do conhecimento acadêmico são, portanto, para nós, motivo de reflexão constante para que nossos instrumentos metodológicos contribuam na superação do quadro de opressão a que trabalhadores e trabalhadoras brasileiras historicamente estão sujeitos. Isso significa que acreditamos que, por meio da extensão, a universidade pode criar um canal de comunicação com o restante da sociedade, tornando a construção do conhecimento um processo mais democrático, e, por isso, relevante.

Quando pensamos nessa relação universidade-sociedade, a autogestão, outro dos nossos princípios, e um dos fundamentos da Economia Solidária, é também um elemento chave que perpassa (ou que deveria perpassar) o processo de construção do conhecimento. A autogestão quando fundamento da incubação e da extensão nos leva, necessariamente, à construção coletiva do conhecimento.

No entanto, a autogestão, dentro de uma estrutura tradicionalmente hierárquica, como é a universidade, nos traz também alguns limites. No entanto, essa limitação não compromete nossa intenção autogestionária nem sua prática diária na Incubadora.

A autogestão exige dos formadores olhares atentos para os mecanismos pelos quais tomamos decisão, apresentamos nossos interesses, representamos a Incubadora externamente, agimos diante dos problemas, divergimos com o outro e produzimos conhecimento. A ausência de uma figura formalmente encarregada de controlar essas atividades coloca automaticamente a responsabilidade sobre o coletivo. Compreender essa responsabilidade, saber lidar com ela e estabelecer uma postura propositiva diante de inúmeras questões representam funções pedagógicas para os formadores. Ao encontrar na Incubadora um espaço que permite expressar seus valores, crenças, expectativas e visões de mundo, o formador acessa toda a aprendizagem que a vivência na autogestão pode proporcionar.

Podemos dizer então que a interação que surge quando há participação de todos dispara múltiplos e simultâneos canais, através dos quais aprendemos na prática o significado de democracia e respeito. E é pelo exercício constante do diálogo que nos propomos a esse contínuo atrito de ideias e visões de mundo. Ao não fazermos do conflito uma disfunção a ser corrigida, compreendemos que para a organização autogerida não há “um melhor jeito de se fazer” as coisas, senão aquele que é feito por todas as pessoas envolvidas. Isso também é verdade quando pensamos na construção do conhecimento, pois tendo a autogestão como fundamento não há um conhecimento verdadeiro, mas muitos, que se encontram e se transformam, gerando um novo tipo de conhecimento, também democrático e transformador.

Toda interação entre nós nesse construir organizacional, portanto, estabelece uma relação de mútuo reconhecimento. Aprendemos a reconhecer o outro como um legítimo outro na convivência diária. Esse exercício constrói e reconstrói em nós uma postura que afirma a legitimidade da opinião, dos valores e dos saberes que nos são alheios. Essa capacidade-fruto da intenção autogestionária nos ensina “como” e nos prepara para estabelecer as relações de incubação com os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários.

Assim, a construção do conhecimento que parte da autogestão se fundamenta na igualdade entre as pessoas e entre os diferentes saberes envolvidos. Por isso, ao reconhecermos o diferente a partir da academia, se torna necessária a articulação do conhecimento científico com o popular, na busca por um saber válido a serviço da transformação da sociedade.

Apresentaremos a seguir, algumas de nossas práticas consolidadas de construção do conhecimento. Ao apresentá-las temos o intuito de tornar mais claro e menos abstrato como concebemos nossa relação com os empreendimentos incubados e como, a partir dessas práticas, construímos conjuntamente o conhecimento.

Educação Popular

A Educação Popular é para nós um princípio, mas também uma prática na qual há construção de conhecimento. Embora Paulo Freire não tenha utilizado a palavra autogestão, encontramos nessa forma de compreensão do processo

pedagógico um sentido profundamente autogestionário. Isso porque Paulo Freire foi pioneiro em decifrar teoricamente os mecanismos do modelo educacional vigente até hoje, que denominou de educação bancária, e em propor os princípios orientadores de uma educação emancipadora. O método de ensino, em que o conteúdo é depositado nos educandos, de forma fragmentada e parcelar, se pauta por uma estrutura hierárquica, antidialógica e produz um efeito domesticador sob os educandos.

E como deve ser a educação para liberdade? Como deve ser a educação para a sociedade dos produtores livremente associados? Essa outra educação, nos ensina Paulo Freire, precisa ser pautada pelo diálogo e pela ação-reflexão coletiva. As palavras geradoras ou os temas geradores desse processo educativo precisam ser significativos para os educandos e estar relacionados com a luta para a transformação da realidade em que se encontram inseridos. A análise da situação concreta de vida dos educandos enquanto processo educativo transforma as “situações limite”, em que aparentemente se encontram, em “inéditos viáveis”. E nesse movimento, partindo da aparência e mergulhando na essência das relações sociais, a transformação concreta da realidade se torna uma ação cada vez mais possível, viável e necessária. Dessa forma a Educação Popular compreende a construção de conhecimento necessariamente como ato de transformação.

O princípio da dialogicidade, da ação-reflexão e do desvelamento das situações de opressão estão presentes nos processos de incubação da ITCP. A Educação Popular é a forma de compreensão do processo pedagógico subjacente a todas as práticas desenvolvidas junto aos EES. As formadoras e os formadores da ITCP buscam, dentro das diferentes áreas de atuação da incubadora, vincular o saber acadêmico ao conhecimento popular, o que transforma profundamente o processo de construção do conhecimento que é proposto pela academia. Assim, por meio de uma práxis junto aos coletivos de trabalhadores que tem a autogestão em seu horizonte, estudantes de economia, engenharia, direito, ciências sociais, geografia, entre outros, descobrem-se educadores populares.

Escola do Trabalho

Para essa articulação de saberes se realizar concretamente, nós temos também como um pilar metodológico o conhecimento desenvolvido por Pistrak. Em sua obra “Fundamentos da Escola do Trabalho”, este educador russo concebe a escola como mais um instrumento que auxilia as pessoas a compreenderem seu papel de lutar contra

as estruturas do capital. A Escola do Trabalho fundamenta-se no estudo das relações do homem com a realidade atual e na auto-organização dos alunos. Uma vez que a realidade atual se dá na forma da luta de classes, trata-se de penetrar essa realidade e viver nela – daí a necessidade de a escola educar os jovens conforme a realidade do momento histórico, adaptando-se a ela e, por sua vez, reorganizando-a.

Assim enxergamos também o espaço dos empreendimentos populares. É claro que há uma grande diferença entre as duas intenções (Pistrak e ITCP): não vivemos um período revolucionário como Pistrak viveu. Não temos apoio do Estado para a implementação do cooperativismo como havia na época da Revolução Russa para a implementação da escola do trabalho. De qualquer forma, com limites e dificuldades, tanto Pistrak como a ITCP pautam-se pelo debate do ser humano e seu trabalho, estudo da realidade e intervenção nela através da auto-organização e da solidariedade.

Assim como Pistrak colocava, os formadores devem enxergar o conhecimento como um instrumento flexível que deve se adaptar as exigências do real, aos momentos do empreendimento. Esse é um processo dialético sutil entre demanda e formação e entre conhecimento científico e saberes populares.

O trabalho nos empreendimentos dentro de um sistema capitalista coloca vários obstáculos aos trabalhadores que geram a possibilidade do estudo e aprofundamento teórico para entendimento das raízes reais dos problemas. Pistrak sempre defendeu que a educação se desse a partir de atividades reais, trabalhos práticos de onde a problematização surgisse de forma direta. O empreendimento popular, mais até do que a escola para Pistrak nos dá possibilidade para o debate e estudo, pois as atividades de formação brotam das dificuldades próprias do trabalho autogerido numa sociedade capitalista.

A grande dificuldade do empreendimento popular está vinculada justamente a uma de suas funções básicas: gerar renda. Pelas condições de pobreza dos trabalhadores, muitas vezes, se torna difícil que esses enxerguem a importância da formação, que passa a competir com o tempo da produção. É fundamental, portanto, para não banalizar o trabalho de formação, que este tenha sentido prático e real para os trabalhadores, isto é, que a formação surja a partir de dificuldades evidentes (ou que possam ser evidenciadas) encontradas no trabalho do empreendimento. Ao mesmo tempo, os trabalhadores devem entender a formação como trabalho inerente ao tempo de produção e, inclusive, devem ser remunerados por essas horas de estudo.

É importante que a equipe perceba que tanto quanto o aprendizado e debate sobre o funcionamento interno do empreendimento é fundamental o aprendizado sobre as relações políticas externas, construção do movimento que possa materializar uma luta econômica e política, pressionando o Estado burguês a cada vez mais conceder espaços para a economia solidária.

Complexos Temáticos

A organização do programa de ensino, segundo Pistrak, deve orientar-se através dos “complexos”, cujo tema é escolhido segundo os objetivos da escola. O critério para seleção dos temas do complexo deve ser procurado no plano social e não no plano meramente pedagógico. O complexo deve ter significado relevante no âmbito social, de modo que permita ao aluno a compreensão do real. Trata-se de selecionar um tema fundamental que possua um valor real, e que depois possa ser associado sucessivamente aos temas de outros complexos. O estudo de complexos só tem sentido na medida em que “eles representam uma série de elos numa única corrente, conduzindo à compreensão da realidade atual”. O complexo é um meio, acentua Pistrak, não um fim em si.

Isso só tem sentido se for compreendido pelos alunos – caso contrário é melhor renunciar a esse método, ensina Pistrak. O papel do complexo é treinar o aluno no método dialético, e isso só pode ser conseguido na medida em que ela assimile o método na prática, compreendendo o sentido de seu trabalho. O estudo por esse método só é produtivo se estiver vinculado ao trabalho real dos alunos e à sua auto-organização na atividade social prática interna e externa à escola. Pistrak enfatiza a necessidade de estruturar complexos geradores de ação. Uma ação determinada pode ser a razão de um complexo. Isto é importante para o educador organizar a atividade profissional das crianças e dirigir o trabalho social da escola. O método proposto por Pistrak representa uma ruptura com a pedagogia burguesa, possibilitada pela Revolução.

Em nosso trabalho de incubação utilizamos um recurso semelhante aos complexos citados por Pistrak. A incubação é feita através de eixos temáticos que norteiam os trabalhos dos formadores. A realidade é complexa, por isso a subdividimos em várias áreas específicas para fins de estudo. Mas a escola, da forma como existe hoje, faz com que essa divisão na verdade se torne alienação. O educando (e muitas vezes o educador também) não consegue enxergar através da miríade de conceitos

e questões uma unidade, uma ligação sistêmica. A escola, portanto esconde a complexidade da realidade através da fragmentação. Para o trabalho de incubação também atuamos a partir de algumas áreas específicas. Não podemos, no entanto, permitir que essa divisão funcione como alienação tanto para os cooperados como para os formadores. Os complexos temáticos para Pistrak e os eixos temáticos para a ITCP buscam quebrar essa possível alienação. Todas as áreas devem buscar seguir o eixo temático dentro de seu trabalho específico e, através de um planejamento maior dos eixos, programar a sequência de conteúdos. Os eixos, dentro do empreendimento, estão sempre diretamente relacionados ao trabalho.

Tecnologia Social

Falar da construção de conhecimento significa falar também da construção de tecnologias. Embasados por estudos teóricos e pela prática de incubação, entendemos a ciência e a tecnologia como socialmente construídas a partir da interação de grupos sociais e, portanto, não neutras. Na sociedade capitalista, a tecnologia disponível, qual chamamos de tecnologia convencional ou tecnologia capitalista, é desenvolvida para e pela empresa privada e por isso carrega em si valores e interesses contraditórios à autogestão e à Economia Solidária. Ela serve apenas para a sociedade que a construiu e, por isso, para uma sociedade diferente é necessária uma tecnologia diferente.

Não acreditamos, porém, que precisamos começar do zero e jogar fora a ciência e a tecnologia disponível, mas sim sermos capazes (formadores e trabalhadores) de compreender essa tecnologia e reprojetá-las segundo os valores e interesses dos empreendimentos incubados. Esse reprojetamento deve se dar com a participação dos trabalhadores durante o processo de desenvolvimento da tecnologia, pois não basta que essa tecnologia seja construída dentro das universidades com engenheiros e cientistas que buscam incorporar valores e interesses alternativos na tecnologia convencional. É necessário garantir e fomentar processos participativos nos quais os próprios trabalhadores materializem seus valores e interesses, em soluções tecnológicas, na organização da produção e do trabalho.

Sendo assim, entendemos a Tecnologia Social como um processo e não apenas como um produto e ressaltamos a importância da sua construção coletiva e

democrática. Seu desenvolvimento depende, portanto, de um diálogo permanente entre universidade e sociedade, entre formadores e trabalhadores, entre saber popular e saber acadêmico.

O Comunicador Popular

O cenário dos meios de comunicação na sociedade capitalista é marcado pela concentração dos meios de produção da comunicação nas mãos de poucos: monopólios e oligopólios de informação. As informações veiculadas se põem a serviço dos interesses políticos e econômicos da classe dominante e a comunicação se faz monológica, unidirecional e vertical. Nesse contexto, a partir dos anos 1970 e 1980, emerge dos movimentos populares uma forma alternativa de comunicação, a Comunicação Popular, que se propõe a ser mais que uma forma de mídia contrária à comunicação dominadora, abarcando em si aspectos formativos da classe popular.

Compreendemos a Comunicação popular como uma ação comunicadora que objetiva a expressão da classe oprimida, que, mobilizada, luta para atingir os interesses da luta social e da participação política, visando uma transformação social rumo ao fim da opressão capitalista.

Construída de forma coletiva, a comunicação popular fomenta a organização horizontal, participativa e dialógica do povo. Trata-se de uma comunicação democrática e participativa, em que todos sejam emissores e receptores em potencial. Nesse contexto é que se baseia a figura do comunicador popular, muito mais como alguém que levanta questões e oferece respaldo técnico ao grupo do que como alguém que gera a comunicação de maneira individual e centralizada.

O papel do formador ou assessor de comunicação, enquanto comunicador popular, é fomentar e desenvolver a comunicação popular tanto nos grupos incubados quanto na incubadora. Tendo embasamento sobre a teoria da comunicação e o funcionamento dos meios tecnológicos de comunicação, o comunicador popular promove o diálogo e a troca de saberes entre os participantes do processo de comunicação de maneira que todos possam se apropriar da mídia utilizada. Desse modo, a comunicação não se resume a mera transmissão de informação, mas à tomada de consciência crítica.

Por isso, na prática da ITCP com os grupos incubados, o comunicador popular trata da elaboração de materiais de comunicação não como resultado (cartaz, folder,

logotipo), mas como um processo educativo. Quanto mais os membros do empreendimento se apropriarem da mídia utilizada, maior a possibilidade deles se tornarem participativos e emissores. Por isso, buscamos discutir os conceitos da comunicação, como eles são usados pelas empresas capitalistas, o objetivo do empreendimento em se comunicar, a situação da comunicação majoritária atual, quais informações são veiculadas e quais interesses existem na comunicação. O objetivo desse processo é uma comunicação emancipadora, em que os indivíduos se conscientizam da alienação imposta pela grande mídia e tenham a possibilidade de acesso aos meios de comunicação, tanto como receptores quanto como emissores. Além disso, com uma construção coletiva da comunicação tem-se um resultado mais legítimo e representativo do empreendimento, se comparado ao resultado obtido utilizando a comunicação convencional.

O Engenheiro Educador

Outra prática a ser apresentada, dentro da perspectiva de construção do conhecimento, é o papel que engenheiros e tecnólogos têm no processo de incubação. Nesse novo cenário, o engenheiro deve deixar de atuar como responsável pela solução de um problema tecnológico, como esperam a academia, os trabalhadores e a própria equipe de incubação. Sendo também um educador popular, ele deve atuar como mediador de processos participativos para busca de alternativas tecnológicas para os empreendimentos incubados.

Isso significa dizer que os engenheiros não devem mais “produzir” tecnologias dentro da universidade para os empreendimentos, pois é no próprio processo de incubação, por meio de uma constante interação entre equipe de incubação e trabalhadores, é que se desenvolve essa tecnologia. Com isso, o engenheiro tem o papel de promover diagnósticos participativos para elencar quais seriam os principais problemas enfrentados no processo produtivo dos empreendimentos e, a partir disso, elaborar oficinas para buscar, com os trabalhadores, a melhor solução para esses problemas e conceber tecnologias sociais adequadas para aquela realidade.

Dizer que o engenheiro é um “mediador” significa dizer que ele é responsável por transitar entre os saberes acadêmico e popular para promover a construção coletiva de tecnologias sociais. Por outro lado, cabe ao engenheiro promover processos educativos para que também os trabalhadores possam transitar entre os diferentes

tipos de saber. Isso, no entanto, não significa que o engenheiro não deva disponibilizar o conhecimento adquirido na sua formação convencional. Esse conhecimento pode ser útil se socializado com os trabalhadores dos empreendimentos e reprojetoado segundo os interesses desses trabalhadores. Ao engenheiro cabe então não apenas valorizar o saber popular, mas também desmistificar o saber acadêmico como verdade absoluta. Para atingir esses objetivos e produzir tecnologias adequadas à Economia Solidária, os engenheiros devem estar comprometidos com processos participativos de transformação da realidade e, por isso, devem ser não só engenheiros, mas também educadores populares. A esse engenheiro chamamos Engenheiro Educador.

V – Metodologia de Incubação

A ITCP/UNICAMP está estruturada de maneira a aproximar o estudo e a pesquisa realizados nas mais diversas áreas do conhecimento ao trabalho direto com os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Essa aproximação tem a finalidade de produzir um saber válido para a transformação da realidade desses empreendimentos.

A figura a seguir ilustra o funcionamento da incubação da ITCP/UNICAMP e os seus dois polos.

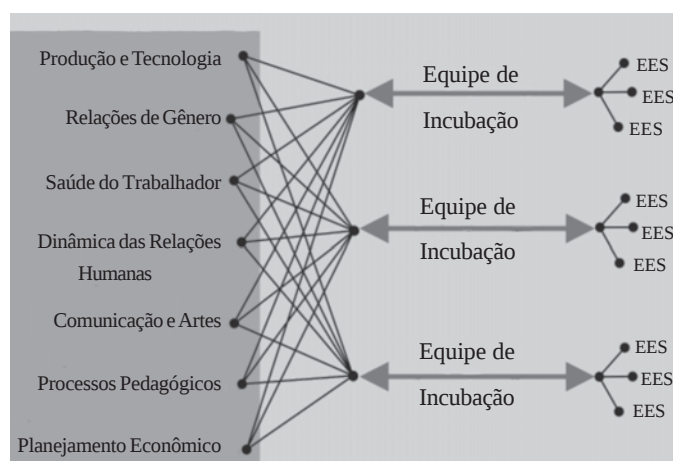


Figura 1 – Estrutura organizacional da ITCP/UNICAMP (elaboração própria)

De um lado, temos as diferentes áreas do conhecimento presentes na incubadora na forma de Grupos de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES). Do outro lado, temos os Empreendimentos Econômicos Solidários incubados. A equipe de incubação, eixo central das atividades da ITCP/UNICAMP e que trabalha diretamente com os grupos incubados, é formada por uma combinação das áreas do conhecimento que compõem a incubadora. Atualmente, na ITCP/UNICAMP, existem sete áreas do conhecimento, como mostra a figura. Todo(a) formador(a) da incubadora está inserido(a) em uma equipe de incubação, na qual exerce sua prática, e em um grupo de estudo, no qual busca referenciais teórico-metodológicos. Assim, temos grupos de estudo e pesquisa disciplinares que se articulam na incubação dos Empreendimentos Econômicos Solidários em um processo interdisciplinar, formando as equipes de incubação. Isso nos conduz a uma prática registrada, refletida e transformada pela teoria; e a uma teoria “alimentada” e reprojeta pela prática.

Além dos GEPES e equipes, a ITCP, conta com a Coordenação Executiva (CE), com a Coordenação Geral (CG), que é constituída da CE, com um representante de cada equipe e com os assessores, e com o “Coletivo” que é a reunião de todos os formadores e instância máxima de deliberação.

A metodologia da ITCP/UNICAMP está fundamentada na ação de Equipes de Incubação. O processo de incubação é subdividido em três etapas: pré-incubação, incubação e desincubação. Na primeira etapa, acontece o estudo da realidade do empreendimento a ser incubado à luz de diagnósticos e questões específicas de cada uma das sete áreas de conhecimento da Incubadora. É o momento de conhecer a realidade do grupo, sua história, e estabelecer os primeiros laços entre este e a equipe de incubação. Esse diagnóstico é direcionado pelos GEPES e elaborado a partir da observação dos formadores, e também de oficinas e debates com os grupos, buscando levantar temas geradores para o trabalho. A partir desse estudo, é projetado, em conjunto com os trabalhadores e as trabalhadoras, um Plano de Incubação para cada empreendimento. Vale ressaltar a importância da construção conjunta desse Plano, privilegiando a troca de saberes entre a universidade e os grupos populares, e não afirmando uma supremacia do conhecimento acadêmico em relação à realidade destes.

A segunda etapa, o período de incubação, consiste na execução do Plano construído conjuntamente e tem, portanto, duração mais longa. É permeada por um intenso trânsito entre as o trabalho das equipes com os grupos e os estudos dos GEPES. É, nessa etapa, que os conhecimentos acadêmicos são colocados à prova, isto é, são utilizados, avaliados e reprojeta segundo as condições específicas de cada empreendimento e segundo os princípios da Economia

Solidária. Nesse processo, os GEPES atualizam seus debates e experimentam novas formas de intervenção.

A última etapa, desincubação, é a finalização da incubação, que deve culminar com o alcance das metas e objetivos levantados durante o processo de incubação. Almejamos, nessa etapa, a sustentação financeira e o fortalecimento político do empreendimento por meio de sua inserção em redes de Economia Solidária. É preciso ressaltar que percebemos os limites da incubação para promover a viabilidade dos empreendimentos³.

Considerações finais

Para além de um documento fruto de escrita e discussões coletivas, o que conseguimos com esse processo? Esse documento situa as bases e os acúmulos teóricos e metodológicos de uma jornada que segue se resignificando ao se defrontar com a realidade, uma análise da compilação dos textos e ideias que nos garante uma visualização dos diferentes debates e posturas que compõe hoje a Incubadora. O que oferecemos é uma sistematização de consensos possíveis. Esperamos, para a nossa própria sorte, que nos auxilie a dar um passo adiante: discutirmos os pontos em que há conflito e, assim, progressivamente, acertarmos a sintonia de nossa atuação política, aquela garantidora de maior segurança nos momentos de enfrentamento e proposição às quais a prática e o incentivo da autogestão devem fatalmente caminhar.

Percebemos nesse processo que duas das linhas mestras orientam nossas convergências: a Autogestão e a Educação Popular. Ambas perpassam nossas práticas e embasam as diversas teorias com as quais nos identificamos, ambas trazem profunda admiração e respeito por parte dos membros de nosso coletivo de formadores, ambas conformam a construção diária do motivo de ser da ITCP/UNICAMP.

A prática autogestionária, presente historicamente na luta dos trabalhadores, surge a partir da necessidade de auto-organizar e autogovernar, e nos traz a ideia de que é preciso renovar as estratégias de atuação política. Dentro da Universidade Pública, dominada pelos imperativos da eficiência tecnológica e empresarial, distante do povo, seguimos o mesmo pensamento, e a Educação Popular congrega as diretrizes

³ O processo de incubação é um dos fatores que fortalece a Economia Solidária, mas se não houver crédito, infraestrutura e políticas públicas específicas para o desenvolvimento dos empreendimentos, a incubação, muitas vezes, corre o risco de se tornar pouco efetiva do ponto de vista da viabilidade econômica dos empreendimentos. Mas essa percepção em nada invalida a necessidade do processo de incubação, tanto para os empreendimentos, quanto para a universidade.

de uma nova estratégia de construção da relação Universidade - trabalhadores. Em ambos os casos, a luta pelo conteúdo é inseparável da luta pela forma.

Para finalizar a resposta à pergunta feita anteriormente, temos em mente que essa é uma carta de intenções políticas. O que todo o processo de confecção de um novo projeto político realmente nos garantiu é algo que só poderá ser dito com referência a um contexto histórico específico, em que o uso deste instrumento adquira diversos sentidos além do atual.

Para concluir, vale ressaltar aqui que o aprender cotidiano só é reconhecido diante da compreensão – e aceitação – de que somos seres intelectualmente inacabados, e que nossa formação acadêmica deve ser estendida para além de qualquer das grades curriculares dos tantos cursos dentro e fora da universidade. Já tarda a hora de reconhecermos que os desafios que este mundo desigual e injusto nos apresenta exigem conhecimentos e habilidades que as salas universitárias de hoje não nos proporcionam. Esse artigo traz um pouco do aprendizado coletivo que a extensão nos traz, apontando caminhos e possibilidades de reflexão e ação.

Bibliografia

AGUILAR, Luis E. **La Gestión de la Educación: su significado a partir de propuestas pedagógicas institucionales**. III Congresso Latino-Americano de Administração da Educação 1997, Campinas, São Paulo.

BERNARDO, J. **A Autogestão da Sociedade Prepara-se na Autogestão das Lutas**. Revista Piá Piou, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. (1979). **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ITCP/UNICAMP, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. **Projeto Político Pedagógico**. Campinas, 2010. Disponível em: <<http://www.itcp.UNICAMP.br/drupal/?q=node/212>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

MARCONSIN, Adauto Fernandes. **Política pública de economia solidária: uma política em construção**. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

NASCIMENTO, Claudio. **Autogestão: Economia Solidária e Utopia**. Outra Economia, 2008, p. 27-40

PATROCINIO, Wanda P.. **Cooperativas Populares: Representações Sociais, Trabalho e Envelhecimento**. Dissertação de Mestrado. FE/UNICAMP. 2005. 95 p.



Espaços de organização da produção como práticas de educação popular¹

Autores(as): Tessy Priscila Pavan P. Rodrigues², Lucas G. Spinelli³, Wilon Mazalla Neto⁴

Resumo

Este artigo busca refletir sobre a especificidade da educação popular nos espaços de organização da produção, a exemplo das oficinas de incubação da ITCP/UNICAMP junto às cooperativas populares. Consideramos que mais que em outros espaços, nas incubações as necessidades materiais dos trabalhadores impõem ao educador e ao educando um ritmo de formação frenético, pautado no difícil equilíbrio entre a rapidez no enfrentamento de situações-limite relativas à auto-organização produtiva contra a exploração e a opressão do capital, e a necessidade de um planejamento de médio e longo prazos voltado à educação política rumo à emancipação dos sujeitos do trabalho. Tentamos demonstrar como as experiências de educação popular da ITCP/UNICAMP contribuem na criação, apoio e fortalecimento de espaços de formação em que os sujeitos das classes exploradas vão constituir novas relações sociais capazes de enfrentar o sistema capitalista e propor alternativas concretas de organização da vida em termos não capitalistas. E que é parte do trabalho do educador(a) popular sentir o momento certo de convocar, fundar, fortalecer ou deixar um espaço de educação popular na medida em que tal espaço se descola das necessidades dos sujeitos explorados, seja porque deixam de dar respostas imediatas a seus anseios, seja porque os anseios de auto-organização popular são cada vez mais bloqueados pela figura de poder do educador.

Palavras-chave: educação popular, autogestão, espaços de educação

¹ Esse texto foi discutido junto ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária de Processos Pedagógicos (Gepes de PP). A “Equipe Agricultura da ITCP-Unicamp” e o coletivo de educadores “Universidade Popular” e instância pesquisadoras da ITCP também colaboraram através de suas práticas e sistematizações

² Graduada em Ciências Sociais pela UNICAMP, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, tessy@itcp.unicamp.br

³ Graduado e Mestre em História pela UNICAMP, pesquisador-extensionista da ITCP/UNICAMP, tiradentes@itcp.unicamp.unicamp.br

⁴ Graduado Engenharia de Alimentos e Mestre em Engenharia Agrícola pela UNICAMP, doutorando na FEAGRI/UNICAMP, wmazalla@yahoo.com.br

Espaços de organização da produção como práticas de educação popular

Introdução

Este texto pretende refletir sobre as possibilidades abertas pelas práticas de extensão universitária desenvolvidas pelos formadores(as) da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP. Nele tentamos desenvolver a compreensão da extensão universitária como um instrumento necessário à organização de espaços de trabalho de base de movimentos sociais voltados às práticas de educação popular, que têm por objetivo fortalecer as classes exploradas e oprimidas em suas lutas sociais. Nesse sentido, apostamos em processos de formação e educação política surgidos a partir de necessidades e situações-limite concretas dos grupos populares.

De início vale lembrar que tal concepção de trabalho de base como processo educativo de formação política não foi criada por nós. Surgiu no ambiente de mobilizações populares dos anos 1980, encarnadas na ação de intelectuais acadêmicos e militantes de esquerda, dirigentes do novo sindicalismo antipelego e antiditatorial, clero e comunidades eclesiais de base movidos pela teologia da libertação e movimentos populares do campo e da cidade. Alguns autores já observavam nessa época a escolha por uma forma de fazer política baseada na construção de novas relações sociais rumo à transformação da sociedade nos espaços cotidianos de trabalho de base (Sader, 1988).

De acordo com essa forma de fazer trabalho de base, tentamos demonstrar como as pequenas experiências de educação popular da ITCP-UNICAMP contribuem na criação, apoio e fortalecimento de espaços de formação, onde sujeitos das classes exploradas vão constituir novas relações sociais capazes de enfrentar o sistema capitalista e propor alternativas concretas de organização da vida em termos não capitalistas. Também propõe que é parte do trabalho do educador popular sentir o momento certo de convocar, fundar, fortalecer ou deixar um espaço de educação

popular na medida em que tal espaço se descola das necessidades dos sujeitos explorados, seja por deixarem de dar respostas imediatas aos seus desejos, seja porque os anseios de auto-organização popular são cada vez mais bloqueados pela figura de poder do educador.

Para isso vamos tratar das experiências de formação de cooperativas a partir das práticas de educação popular, instauradas no âmbito dos espaços de organização do trabalho produtivo, neste caso, relativas ao cotidiano do movimento dos trabalhadores⁴⁶ rurais sem-terra (MST). Os relatos que utilizaremos para demonstrar o funcionamento desses espaços são frutos da sistematização de atividades realizadas por dois coletivos de formadores universitários junto aos grupos populares de produção da comunidade Elisabete Teixeira⁵, assentamento do MST em situação de indefinição jurídica desde 2007, localizado próximo ao Km 137 da rodovia Anhanguera, área periurbana da cidade de Limeira, estado de São Paulo.

Conquistar legitimidade para participar do espaço

Quando falamos da contribuição de universitários na organização popular, estamos falando de compartilhar trabalho, recursos materiais e simbólicos para fomentar os espaços das trocas de experiências, reflexão, formulação, planejamento e avaliação de ações entre grupos populares, entre indivíduos, instâncias e setores de movimentos sociais. Ação que se torna relevante ao reconhecer a complexidade dos movimentos sociais para se deslocarem, em tempo hábil, para refletir, planejar e avaliar coletivamente práticas de educação, produção, educação infantil e formação política com outros membros de localidades próximas.

Vale lembrar que em novembro de 2007 as 250 famílias que estavam acampadas no Elisabete Teixeira foram despejadas de forma violenta e sistemática por uma liminar de reintegração de posse expedida pela Justiça local. Ato em consonância com a prefeitura de Limeira e empresários da região, interessados em

⁵ Local em que um coletivo surgiu na UNICAMP durante a greve de 2007, o Universidade Popular (UP), atua desde 2008 com o objetivo de criticar a forma e o conteúdo da universidade pública, e com a proposta de romper com essa estrutura através da atuação junto aos movimentos populares da região de Campinas. Outro coletivo que por lá tem atuado desde 2009 é a Equipe Agricultura da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da UNICAMP, que tem por objetivo a organização de grupos de trabalho cooperado de agricultores, assentados rurais em torno da produção e comercialização de alimentos *in natura* e processados. A equipe agricultura é norteada pelos princípios da economia solidária que pauta os trabalhos da ITCP no contexto da organização popular dos agricultores pela reforma agrária na região de Campinas e adjacências.

se apropriar dos quase 870 hectares de terras devolutas para instalar um loteamento industrial. Depois, uma portaria do Ministério do Planejamento reconheceu a área como terras devolutas passíveis de reforma agrária, o que fez com que o INCRA assumisse uma postura ambígua em relação à área, liberando os primeiros créditos agrícolas aos agricultores. Em 2009 ocorreu a ocupação de mais 100 hectares de terras, que tiveram reintegração de posse realizada em poucas semanas. Desde então as famílias foram acomodadas pelo INCRA dentro dos 100 hectares em outubro de 2009, sendo 1 hectare por família, sem garantia de posse.

Os outros 770 hectares de terras de reforma agrária são ocupados ilegalmente com o aval da Justiça, por um lixão municipal, pelo eucaliptal do Horto florestal, presídio, pista de kart e aeromodelismo, além de um estande de tiro do clube da PM. Fora isso, a área está cercada por canalial e indústrias que se apropriam dos recursos naturais, socializando prejuízos e privatizando lucros, a exemplo da fábrica de blocos que cercou e matou uma nascente, antes assegurada pela área de preservação do Elisabete Teixeira.

A vida em uma comunidade rural ou urbana como o Elisabete Teixeira impede a organização prática e o encaminhamento sistemático de atividades. Sem luz não carregam as baterias de um celular para se comunicar, sem água dependem de um caminhão-pipa inconstante da prefeitura para comer e plantar, sem dinheiro precisam trabalhar na cidade para investir no lote, sem posse da terra precisam lutar todo o dia contra a possibilidade concreta de uma nova desocupação violenta por parte do poder público.

Nesse ambiente em que atuamos como formadores devemos nos questionar: O que é suscitar coletivamente o desejo de auto-emancipação junto aos grupos populares? Qual o papel dos universitários e intelectuais na organização popular? Quais são os espaços que podemos apoiar, ajudar, organizar e criar junto aos grupos populares? Essas são as perguntas que mobilizam os esforços dos educadores populares em sua contribuição concreta à organização popular.

Faz parte da nossa ação de educadores(as) propor ações de diagnóstico, apresentação, planejamento, encaminhamentos, apoio e avaliação da execução desses encaminhamentos. E nesse processo, possibilitar que se construa a educação popular como projeto político e princípio, que no nosso entender, contribui para a auto-organização de tempo, de espaço e de pessoas por parte dos grupos populares, pois acreditamos que a educação popular é uma forma de produzir conhecimento abaixo

e à esquerda, voltada à transformação social e que pode estar presente em espaços diversos como: círculos de alfabetização, reuniões de organização da produção, reuniões de coordenação, formação política, círculos de educação e recreação infantil (conhecidos como ciranda pelo MST).

É nesse sentido que as reflexões de Pedro Benjamim Garcia (1985) sobre a importância de pensar os espaços da educação popular são fundamentais para melhor definirmos qual é a nossa função de educadores populares e formadores: pensar a organização desses espaços como forma de conferir poder.

Por exemplo, observamos que é de fundamental importância a atuação de educadores universitários como mediadores e facilitadores de espaços coletivos de formulação e decisão dos grupos de organização da produção. Nesse sentido, não podemos perder o objetivo de formar o saber popular sobre o método, a síntese, a organização, a avaliação, o diagnóstico das situações-problema e o tema gerador, que fundamentará os trabalhos continuados de formação política para a libertação dos sujeitos e a necessária transformação social dessa sociedade.

A educação, assim, se modifica ao ritmo da realidade, e esse movimento também é forma de transformação à medida que se refere à realidade concreta que se constrói. (FREIRE, 1976)

Para haver um espaço é preciso combinar com as pessoas do grupo popular o lugar, o horário e as mínimas condições de reunião no espaço. Além disso, é fundamental também, viabilizá-lo como força de trabalho organizativo e produtivo, sem hierarquização entre formuladores e executores, educadores e educandos, trabalhadores intelectuais e trabalhadores manuais. Isso não significa que educadores universitários e agricultores determinem o fim das diferenças de classe através do trabalho em conjunto, uma vez que as experiências de classes e categorias são determinadas por condições de existência distintas. Mas sim que existe um caráter pedagógico no “estar junto” entre distintos não antagônicos, em que a reciprocidade entre saberes como escrever, ler, “falar bem”, projetar, planejar, avaliar e organizar são equiparados aos saberes tidos tradicionalmente como do “trabalho manual”.

Como educadores(as) populares observamos que, para além de qualquer prática tida como populismo, voluntarismo, assistencialismo, as “vivências” por parte dos intelectuais formadores(as) (sejam universitários ou não) podem ir além de oferecer apenas um retrato instantâneo da dura realidade dos oprimidos. Compartilhar esses

espaços significa uma busca por experimentar uma nova forma de construir o saber popular, capaz de romper com a coluna vertebral da exploração e opressão, que se dá através das relações sociais que são instituídas pelo Estado e pelo Mercado, cada um com linguagens de poder voltadas a reforçar as diferenças de classe. E nesse sentido encontramos nos espaços de organização da produção um espaço privilegiado de construção de novas relações sociais a partir do saber-fazer dos oprimidos.

O método dos espaços de organização da produção como espaços de educação popular

No final de 2009 e início de 2010, tanto a equipe agricultura da ITCP como a frente de produção do Universidade Popular se reuniam para pensar as atividades da produção que eram realizadas no assentamento Elisabete Teixeira. O objetivo era evitar a compartimentalização dos espaços (formação e produção), outra reunião e mais um horário, que às vezes tratava do mesmo tema, buscando uma abordagem com perspectivas mais totalizantes da realidade. Os riscos de chegar ao esvaziamento dos dois espaços advindos de um contínuo “reinventar a roda” poderiam atrapalhar assim uma efetiva articulação e apoio mútuo feitos entre os trabalhos.

Essa forma de amarrar os dois coletivos de universitários encontrava algumas dificuldades derivadas da própria amplitude dos temas de que tratavam as reuniões do setor de produção do Elisabete Teixeira. Por um lado o setor organizava frentes de trabalho para a infraestrutura do assentamento: arrumar estradas, barracão social, resolver o problema do abastecimento de água, organizar a escolinha e horta da área social, desenhar curvas de nível para evitar enxurradas e definir as áreas dos lotes individuais junto aos agrônomos do INCRA. Por outro lado, também, era de responsabilidade do setor de produção articular a coleta, o controle e as entregas dos programas de aquisição de alimentos nos quais estavam inseridos os agricultores do Elisabete Teixeira.

Grosso modo, podemos dizer que é um setor que trata de comercialização, produção e infraestrutura da comunidade. As responsabilidades daquele espaço são imensas, assim como as possibilidades, uma vez que, se tratavam de assuntos de sensibilização dos assentados para temas como segurança alimentar, organização coletiva produtiva e agroecologia a partir das demandas e necessidades materiais imediatas. É nesse ponto que observamos, a partir de relatos de encaminhamentos

de reuniões do setor de produção do assentamento Elisabete Teixeira, registradas em outubro de 2009 as possibilidades para uma outra forma de produzir que não a forma capitalista:

No sábado fomos conversar com duas mulheres do coletivo que estava mais ou menos organizado no acampamento Elisabete Teixeira em torno do projeto de Horta Coletiva, com quem o pessoal da ITCP havia conversado. Foi uma reunião informal em que nós do Universidade Popular apresentamos um graduando do curso de agroecologia da UFSCAR de Araras, e um outro professor de história, também interessado em dar uma mão com os trabalhos organizativos no acampamento Elisabete Teixeira. (...) Elas contaram um pouco do pé em que estão as coisas: estão paradas, desde que o Coletivo de Mulheres antes constituído se pulverizou pela área do assentamento, em lotes distantes um do outro. Pelo que elas conversaram, havia uma proposta de iniciar um trabalho de incubação de cooperativa com a ITCP, mesmo sem o financiamento do projeto, que foi negado à ITCP pelo MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário], porque o acampamento não está regularizado. (...) Além disso a área dos lotes individuais foi reduzida a 1 hectare e as brigas por pedaços de terra começaram. Sabendo das limitações de um projeto sem verbas para infra-estrutura, cogitamos iniciar alguns processos educativos/formativos voltados ao setor da produção, num esquema que alguns podem taxar de voluntarista, terceiro setor ou coisa parecida. Mas é o que é possível fazer dadas essas limitações de tempo e espaço. Duas frentes se abriram nessa conversa, que ainda precisam ser mais profundamente discutidas:

- 1) horta Coletiva, a ser constituída com pedaços de terras mais ou menos concentradas territorialmente em forma de Sistema Agroflorestal [SAF], a princípio contando com algumas poucas pessoas da militância para dar exemplo de trabalho coletivo aos assentados.
- 2) padaria comunitária das mulheres, que por falta de verbas para a reforma Agrária necessitaria uma pesquisa por formas de financiamentos e créditos alternativos.

Para cada uma das frentes descritas pelas militantes do setor de produção, os membros do Universidade Popular assumiram um compromisso de formação junto aos assentados. No primeiro caso, foram discutidas as possibilidades de organização de uma oficina prática de compostagem junto aos assentados para apoiar a produção da horta coletiva. No segundo caso, assumiram o compromisso de articular junto aos membros da ITCP uma oficina sobre formas de pessoa jurídica para

diferenciação entre associação e cooperativa. Seguiram-se, então alguns problemas: primeiro o pequeno número de assentados nessa reunião que encaminhara tarefas tão importantes; o segundo problema era a falta de recursos para a compra de materiais para uma oficina de compostagem.

No que diz respeito à oficina de compostagem, os compromissos precários dos formadores em questão eram evidenciados pela pouca capacidade de contornar o problema obtido da falta de recursos para dar encaminhamento às atividades. Além disso, o pouco envolvimento da comunidade com esse planejamento demonstraria de forma clara que o planejamento de oficinas deve ser o mais participativo possível com todos educadores e educandos envolvidos, assim como a divisão de tarefas e funções devem estar claras para o maior número de pessoas interessadas. O resultado dessa forma pouco objetiva de atuar foi que as oficinas de compostagem nunca ocorreram de fato junto aos assentados. Por outro lado, o tema do cooperativismo encontrava ecos junto aos assentados e à militância, mas incertezas entre os educadores universitários.

Em relato de reunião da equipe agricultura da ITCP, realizada em dezembro de 2009, parece que alguns membros da equipe se viam dirigidos pela dinâmica do setor de produção do assentamento e preferiam manter as possibilidades de atuação em suspenso, diante das incertezas da forma que estavam sendo construídos esses espaços por parte dos militantes do MST e dos membros do coletivo Universidade Popular:

No que diz respeito ao Elisabete Teixeira foi proposta reunião com os assentados do Elisabete Teixeira dia 06 de janeiro. Não há clareza ainda de como esta relação está sendo construída – ITCP, Universidade Popular, assentados. Talvez seja importante ter mais pessoas do coletivo nesta reunião, para termos clareza do que se espera desta articulação.

Contando com presença de 30 pessoas dentre 5 militantes do MST e 25 assentados, a reunião para organização de cooperativas no Elisabete Teixeira foi realizada no dia 06 de janeiro de 2010, à sombra de uma árvore no lote das duas militantes mais atuantes do setor de produção. Segundo os relatos dos membros do Universidade Popular, havia um clima de disputa entre dois grupos existentes no assentamento, um deles uma dissidência disposta a construir uma pessoa jurídica paralela à Associação do MST responsável por realizar as entregas de alimentos dos agricultores às entidades beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos

(PAA) em regime de doação simultânea, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Sem resolver a disputa para nenhum lado, os formadores da ITCP propuseram que os assentados comesçassem a entrar em contato diretamente com experiências de organização de cooperativas..

A primeira proposta foi apresentar aos assentados(as) do Elisabete Teixeira, as mulheres da AMA (Associação de Mulheres Agroecológicas) do assentamento Horto Vergel (localizado em Mogi Mirim), com quem a ITCP já atuava, e que estas pudessem contar a história e a experiência da associação. Para isso, representantes responsáveis pelo setor de produção do Elisabete Teixeira participaram da reunião de cooperativas populares organizada pela ITCP. Em relatos da equipe agricultura da ITCP de 19 de janeiro de 2010, os frutos do contato entre militantes do MST no encontro de Cooperativas organizado pela ITCP davam evidência da importância dessas articulações dentre os militantes:

No encontro de cooperativas populares organizado pela ITCP na Estação Guanabara em Campinas, no sábado, dia 16 de janeiro, um grupo do Elisabete Teixeira entrou em contato com um militante do MST e da Via Campesina, assentado em Sumaré e com as mulheres da Associação das Mulheres Agroecológicas (AMA). Para dar encaminhamento à reunião a cerca do cooperativismo feita com os assentados do Elisabete Teixeira no dia 06 de janeiro, os militantes articularam a ida da AMA ao Elisabete.

Em 20 de janeiro as mulheres da AMA foram transportadas com a Kombi da UNICAMP, disponibilizada pela ITCP para pegá-las no Assentamento do Horto do Vergel em Mogi-Mirim, deixá-las no Elisabete Teixeira em Limeira e retorná-las para Mogi-Mirim. Elas contaram múltiplas experiências de auto-organização da produção e comercialização de alimentos no assentamento do Horto do Vergel, em uma ocupação da antiga área da FEPASA.

Nos relatos da reunião do setor de produção no Elisabete Teixeira do dia 21 de janeiro de 2010, um dia após o encontro da AMA com os assentados do Elisabete Teixeira interessados no tema do cooperativismo, foi definido um calendário de tarefas do setor de produção constando:

- 30/31 de janeiro: preparar os locais para o plantio de mudas de banana
- 4/5 de fevereiro: retirada e transporte de mudas

- Reconstruir ponte entre as duas glebas e debater a construção de uma nova ponte entre militância e INCRA
- Pensar em um local para estabelecer o viveiro de mudas, de preferência no espaço coletivo, sendo necessário pensar antecipadamente, onde será a área social do Elisabete.

A partir das frentes definidas pelo setor de produção do Elisabete Teixeira, os membros da equipe agricultura da ITCP optaram por se concentrar no tema do cooperativismo, suscitando um novo espaço dentro da comunidade, desta vez protagonizado por um grupo apenas de mulheres que enxergavam na organização coletiva de produção de alimentos processados um horizonte de geração de renda e sobretudo de autonomia financeira. O coletivo Universidade Popular passou a apoiar esse grupo de mulheres através de atividades concretas como a venda dos produtos processados, além de manter o acompanhamento do setor de produção, executando tarefas, a exemplo do mutirão de coleta das mudas de bananeira em Sumaré. Em relato feito por membro deste grupo em 21 de janeiro de 2010, os assentados definem uma nova agenda do setor de produção:

Foi decidido que os militantes do setor de produção organizariam: a) pesquisa nos lotes para conhecer melhor as demandas dos assentados no que diz respeito ao setor da produção, b) definição de um Espaço da horta coletiva de bananas, c) ida ao assentamento de Sumaré retirar os pés de banana do lote do Altair, plantados em sistema agroflorestal d) Repensar os caminhos, estradas e as curvas de nível do assentamento, de forma a reconstruir as rotas internas, garantir a passagem de carros nas rotas externas, evitar os efeitos das enxurradas no empobrecimento do solo e no assoreamento dos rios.

Quem faz o quê? Quando faz? Como faz? Onde faz? É fundamental definir espaço, tempo e responsável para cada função que uma atividade envolve. Alguns escorregões e dúvidas sobre como conseguir articular os apoiadores dos espaços de organização da produção, passaram a ser contornados com a instrumentalização desses apoiadores a favor das demandas do movimento, determinada pelos próprios militantes com a devida divisão de tarefas e responsáveis por cada função.

Quando falamos em atuar juntos aos agricultores isso significa realizar tanto o trabalho braçal quanto o logístico de um mutirão como o planejado acima. No caso do Universidade Popular isso significou por exemplo: a) guiar um carro até o Elisabete

Teixeira para que os membros do mutirão possam se deslocar até Sumaré, local da coleta das mudas, b) buscar recursos para pagar a gasolina do caminhão que serviria ao transporte dos pés de bananeira, c) ajudar a cortar pés de bananeira, d) carregar os pés de bananeira no caminhão, e) comprar marmitas na cidade para os participantes do mutirão, f) levar de volta os membros do mutirão ao Elisabete Teixeira.

No caso da Equipe Agricultura o “atuar junto” possibilitou dar um exemplo de espaço de formação sobre trabalho associado: a apresentação das mulheres da AMA do dia 20 de janeiro suscitou o cooperativismo com um recorte de gênero junto às mulheres do Elisabete Teixeira, e deu origem a uma oficina de processamento de banana e mandioca chips cuja proposta seria feita pelos assentados durante a formação dada pela AMA. Novamente a equipe Agricultura da ITCP se viria empurrada para as tarefas braçais de organização de espaços de oficinas. Em 03 de fevereiro de 2010 a ITCP novamente disponibilizou um carro para buscar as mulheres da AMA em Mogi Mirim, levá-las até o Elisabete Teixeira e levá-las de volta. Além disso, elaborou a metodologia da oficina junto aos dois grupos e forneceu os ingredientes da oficina de processamento de mandioca e banana chips.

Nos espaços de organização da produção, toda a formulação empreendida e a decisão ali tomada tiveram efeito imediato na vida material dos assentados. Não executar as tarefas significa deixar em aberto a possibilidade de mudar a vida dos assentados. Participar de tais espaços tão somente como observador-científico ou formador político-ideológico assume um contorno de oportunismo que acaba por esvaziar a legitimidade do espaço perante os assentados. A reação ao discurso sem ação nos espaços de organização da produção é imediata: causa revolta, mas principalmente, esvaziamento, uma vez que as necessidades imediatas do lote e da família de cada um se impõem. Por isso, nenhuma reunião organizativa pode deixar de ser deliberativa para se tornar meramente formativa. As duas funções devem ser articuladas com muito cuidado no mesmo espaço.

Assim, as intervenções de educação popular devem priorizar as intervenções concretas na estrutura local, de produção e comercialização (como o caso do mutirão de plantio de bananas e da venda de chips na UNICAMP), ações que mudam diretamente a vida do assentamento e trazem os interesses dos agricultores. Emerge da mesma forma a necessidade de os educadores se comprometerem de forma mais totalizante com a dinâmica e a luta da comunidade, envolvendo-se no cotidiano do assentamento, em atividades de luta e de sua organização da infraestrutura.

Os educadores que participam dos espaços de organização da produção têm de assumir um compromisso com certas deliberações que os projetos institucionais de cunho científico e tecnológico não permitiriam: se os coletivos de educadores têm recursos disponíveis, devem disponibilizá-los em nome dos objetivos políticos daqueles princípios de organização. Se não os tem, podem se articular junto ao movimento para conseguir articulações políticas e assistenciais que disponibilizem tais recursos em nome do movimento e da formação dos sujeitos. Ou pensar estratégias de autofinanciamento por parte dos explorados.

A ITCP/UNICAMP realça as possibilidades da economia popular quando esta abre à perspectiva da solidariedade política entre os trabalhadores(as) em regime de produção cooperada e autogestionária. Pelos princípios da educação popular, esses exemplos de auto-organização impõem aos educadores(as) um comprometimento com a continuidade daquele espaço. Desse ponto de vista, garantir a execução de tarefas deliberadas na reunião do setor de produção não deve ser tarefa única e exclusiva do educador, mas também não pode ser única e exclusiva dos educandos/assentados.

Não se trata de decisão tranquila. O educador que atua junto aos espaços de organização da produção pode cair muito mais facilmente na execução cega de tarefas organizativas ou braçais. Ou pior que isso, perder a perspectiva de formação para uma nova forma de produção que não seja a produção condicionada pelos ditames do grande capital e de suas relações sociais, que em última instância, reproduzem as condições de exploração dos trabalhadores.

A ontologia marxista do ser social como ser do trabalho toma contornos muito vivos. Uma vez que a produção é o eixo central das relações de dominação, opressão e exploração, a contradição parece se exacerbar nesses espaços educativos. Por um lado, uma força de permanência se instaura na precariedade das condições básicas de vida das famílias (moradia, água, transporte) e na necessidade biológica e material de sobrevivência das famílias e buscar dinheiro dificulta a participação em espaços coletivos e organizativos.

Por outro lado, cada ato de reflexão e reorganização das relações de produção se tornam profundamente transformador. Construir coletivamente, de forma cooperada, um sistema de divisão de pedidos, ganhos e trabalho para produtos processados confronta a alienação, a segmentação e a hierarquização tanto quanto remodela, por exemplo, a

técnica ao mudar procedimentos operacionais e equipamentos nos processamentos de alimentos. A organização de feiras e espaços de comercialização dá novos contornos para o tempo, o ritmo de trabalho, a divisão de tarefas e a logística entre agricultores e agricultoras. Esta experiência de organização do trabalho como formação política através dos princípios da educação popular se manifesta no aumento da participação dos membros dos coletivos de produção nas atividades coletivas do assentamento e nas ações de enfrentamento do movimento social.

De qualquer forma, por detrás de todo espaço de educação popular, pelo qual educandos e educadores devem zelar, está pressuposto um método de politização continuada das situações-problema enfrentadas no dia-a-dia voltada à emancipação dos sujeitos. Como formadores e educadores inserimos o projeto político-pedagógico da educação popular baseado em princípios organizativos contínuos junto aos grupos populares, como:

- 1) Diagnóstico participativo (elaboração de diagnóstico, apresentação de diagnóstico);
- 2) Planejamento participativo (estabelecimento de objetivos preferenciais e combinação de calendários de atividades);
- 3) Oficinas, atividades e vivências (que devem contar com local e data, participantes e formadores ou convidados, pauta, objetivo, materiais, recursos necessários e relato).
- 4) Devem gerar também uma dinâmica de autoavaliação contínua, sistematização e encaminhamentos. Os encaminhamentos também extrapolam aquilo que é considerado como espaço de atuação tradicional da extensão, mas que também consideramos fundamentais como as atividades de infraestrutura, articulações e eventos para levantamento de fundos, eventos comemorativos, protestos, atos.
- 5) Sistematização de calendário de atividades e avaliação da execução do plano em relação ao planejamento participativo; (O que foi feito, o que não foi feito, o que foi bom, o que foi ruim, o que cada um sugere?);
- 6) Síntese e sistematização das reflexões e experiências produtivas produzidas coletivamente a partir do espaço de atuação da educação popular.

A sistematização de experiências e a avaliação em coletivo nos ensinam novas possibilidades de resgate de práticas, às vezes esquecidas, e invenção de

novas, que podem servir para novos planejamentos, motivar novos diagnósticos participativos, além de resultar em um novo calendário. Fixar as próximas práticas e reflexões em um lugar e em uma data é uma forma de organização primordial para a luta social. O compromisso conquistado através dessas ferramentas de organização é objetivo central nos trabalhos dos educadores junto aos grupos populares, uma vez que elas formam educadores e educandos em uma prática contínua de crítica e autocritica junto à formação de sujeitos da luta de classes e da transformação social.

Trata-se de uma pedagogia do movimento em que o compartilhar das experiências de classe define as tarefas dos educadores e formadores em prol do objetivo comum da autonomia (CALDART, 2004). Nesse processo os educadores são educados pelas necessidades dos explorados, ao ponto dos educandos se tornarem formadores e educadores.

Educação Popular e economia solidária como pedagogia da autonomia

Enfim, nossa preocupação com os espaços de educação popular está baseada no primado das práticas para a sistematização de novas teorias, muito bem fincadas nas realidades das classes exploradas. Os espaços existentes são valiosos e os movimentos sociais criam diversos espaços com funções e composição de membros diferentes, tendo por objetivo facilitar a organização de um coletivo maior, como por exemplo, um acampamento e um assentamento. Essa capacidade de criar espaços é a característica mais marcante dos movimentos sociais como processos pedagógicos contínuos. Estamos tratando de encontros valiosos para a organização e a produção de novos saberes e práticas pelos desvalidos da terra, rumo à emancipação. Não por outro motivo que a ITCP/UNICAMP deliberou uma linha de atuação voltada a grupos de trabalhadores inseridos em movimentos sociais e se articulou com um coletivo de educadores populares que já participava dos espaços de reunião da produção do MST, a exemplo do Universidade Popular.

Nesse sentido a economia solidária, entendida como ato pedagógico de criação, ampliação e fomento de espaços, se firma dentro de uma tradição *teórica da libertação*, surgida junto às práticas dos sujeitos que desenvolveram as lutas contra a exploração, inspirados na Teologia da Libertação e na Pedagogia do Oprimido.

As experiências de libertação, autonomia e protagonismo popular dos explorados na América Latina têm demonstrado a necessidade de romper as fronteiras

entre educação e política, cultura e política, economia e política, religião e política, educação e economia, economia e cultura, cultura e educação, religião e economia, etc... Ou seja, uma reapropriação do saber por parte dos explorados, antes condenados apenas ao fazer. Defendemos que é aí que se define a educação popular: construção do conhecimento, fundado nas experiências de classes determinadas pelas estruturas sociais herdadas historicamente e alteradas pelas novas práticas dos explorados, resultantes dos saberes constituídos por aquelas experiências.

Assim, os espaços da educação popular que são materiais, territoriais e simbólicos se configuram como esfera extremamente relevante das lutas sociais. Transformam conteúdo e forma numa relação visceralmente dialética, trazendo na prática educativa uma construção não hierarquizada onde todos são potencialmente educandos e educadores, pressuposto da auto-organização, poder e controle compartilhado e popular. Através da síntese e da sistematização das reflexões e práticas dos trabalhadores, surge um conhecimento teórico de nova ordem, legítimo, popular e emancipador.

A partir de conteúdos da realidade concreta surgidos de espaços de organização da produção, o conhecimento que emana da educação popular se direciona ao desvelamento das situações de opressão das classes exploradas. Sob esse pilar subverte a forma científica da dominação, incita o enfrentamento, ensaia novas sociabilidades, relações organizativas e produtivas rumo à construção do poder popular.

A partir dessa ótica e apenas sob essa ótica, a economia solidária se soma como mais uma possível ferramenta do materialismo histórico, uma ferramenta da pedagogia da autonomia.

Bibliografia

CALDART, Roseli. **A pedagogia do movimento sem-terra**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

CARIBÉ, Daniel. **Ensaio para uma universidade popular**. Disponível em <http://gtup.files.wordpress.com/2010/06/univesidade-popular.pdf>, acessado em 07 de setembro de 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1970] 1987.

GARCIA, Pedro Benjamim, **Algumas reflexões em torno da Educação Popular**, in Carlos Brandão. (org.), A questão política da Educação Popular. São Paulo: Brasiliense. 1985.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do livro, 1980.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

Fontes:

Universidade Popular. **Relatório de Atividades**. Campinas, 2009.

ITCP-UNICAMP. Relatos da Equipe Agricultura. Campinas, 2009-2010.



Metodologia de Incubação da ITCP/UNICAMP DE 2001 A 2011: do acompanhamento técnico à parceria política

Autoras: Tessy Priscila Pavan¹, Ioli Wirth²

Assim, do tecnológico, que oculta o político, passa-se para o político, que submete o tecnológico. Antes de o lavrador meeiro aprender com o extensionista rural a usar melhor a terra, regando-a com adubos e defensivos, que aprenda com o educador popular e, cada vez mais, com a sua própria prática, a lutar pelo seu direito de possuir a terra. (BRANDÃO, 2002, p.48)

Resumo

O texto que segue pretende ser a sistematização de /UNICAMP. O período compreendido no relato da atividade refere-se aos anos de 2001 ao mês um exercício coletivo: a construção de uma linha do tempo da metodologia de incubação da ITCP de janeiro de 2011. As fontes utilizadas foram artigos, textos, publicações, relatos verbais, relatos coletados por e-mail, uma entrevista e a memória dos formadores que pertencem ao coletivo. Estes documentos encontram-se no arquivo digital da ITCP/UNICAMP. O relato da atividade tem por objetivo mostrar as transformações dialéticas ocorridas na estrutura interna, na prática de incubação e na concepção política da Incubadora.

Palavras-chave: metodologia de incubação, linha do tempo, política.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela UNICAMP, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, tessy@itcp.unicamp.br

² Graduada em pedagogia e mestra em Educação pela UNICAMP, doutoranda em ciências sociais pela mesma instituição, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, ioli@itcp.unicamp.br

Metodologia de Incubação da ITCP/UNICAMP de 2001 a 2011: do acompanhamento técnico à parceria política

Introdução: sobre como foi feita a linha do tempo

O texto que segue pretende ser a sistematização de um exercício coletivo: a construção de uma linha do tempo da metodologia de incubação da ITCP/UNICAMP. Realizamos essa atividade no dia 31 de janeiro de 2011. Para reconstruir o histórico do projeto tínhamos à disposição: artigos, textos, publicações, relatos verbais, relatos coletados por e-mail, uma entrevista e a memória dos formadores que pertencem ao coletivo.

No primeiro momento da atividade, os formadores presentes foram divididos em grupos. Cada grupo tinha à disposição um conjunto de materiais que correspondiam a um determinado período. O grupo foi incumbido de ler, discutir e destacar pontos relativos à compreensão de educação e à incubação presentes nos mesmos.

Na segunda parte os grupos apresentaram e localizaram suas discussões no varal do tempo. Os parágrafos-síntese foram estendidos e os materiais foram depositados em baixo do varal. Após as apresentações iniciou-se uma discussão que buscava identificar e interpretar as permanências e mudanças na metodologia de incubação. Ao longo do debate novos materiais, documentos e publicações foram agregados.

Por último os formadores foram convidados a redigir uma carta ao coletivo expressando as suas impressões sobre o processo histórico e anunciando o que esperavam para o futuro. Essa atividade serviu como momento disparador para a sistematização da linha do tempo da metodologia de incubação.

Metodologia de incubação – mudanças e permanências

É muito difícil separar o desenvolvimento da metodologia da incubadora de seu processo histórico como um todo. Como nos ensina a autogestão, a concepção política se expressa mais por nossas práticas do que por formulações teóricas. Assim,

estrutura interna, prática de incubação e concepção política se transformam dialeticamente. A concepção inicial da incubadora se relaciona profundamente com as expectativas e aspirações do cenário no qual foi criada, por isso retomamos o contexto de fundação da ITCP/UNICAMP para então nos centrarmos na metodologia.

Fatos que antecederam a criação da ITCP/UNICAMP

No ano de 2000 a reitoria da Universidade enxergou no cooperativismo uma solução para um conflito trabalhista interno. Nesse ano houve uma greve organizada pelos funcionários da Unicamp que durou cerca de três meses. Além dos funcionários da Unicamp, os funcionários terceirizados da Limpeza Hospitalar do Hospital das Clínicas também participaram da greve. Sujeitos a uma precarização intensa e instabilidade empregatícia, esses trabalhadores acabaram sendo demitidos por participarem do movimento. A coordenação da CORI (Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp) foi chamada a resolver essa questão, e o coordenador da época sugeriu que se formasse uma cooperativa de limpeza com as 120 pessoas demitidas.

O grupo aceitou a sugestão e então contratou-se o serviço da ITCP da Universidade de São Paulo para assessorar a organização desse coletivo. Após um programa de capacitação, deu-se início a uma cooperativa popular especializada em serviço de limpeza hospitalar. Esse foi um dos fatos que motivaram a criação da ITCP/UNICAMP. Paralelamente a esse acontecimento, em 2001 assumiu a Prefeitura Municipal de Campinas o prefeito Antônio da Costa Santos, do Partido dos Trabalhadores, que tinha em seu governo uma proposta de fomento ao cooperativismo e que exerceu certa pressão para que houvesse um trabalho conjunto da Prefeitura com a UNICAMP.

Criação da ITCP/UNICAMP

Essa conjuntura motivou a elaboração de uma primeira versão de Projeto de Incubadora que foi escrita pelo Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC), Prof. Dr. Mohamed Ezz El-Din Mostafa Habib. Posteriormente a proposta foi revisitada por outros membros da PREAC em uma reunião com a participação

de professores, alunos e funcionários, para se discutir a viabilidade de constituição de uma Incubadora dentro da Unicamp. Houve dificuldade por parte deste grupo em chegar a um consenso de como seria essa Incubadora. O movimento estudantil tencionou a discussão no sentido de garantir que a incubadora tivesse uma estrutura democrática de decisão.

Após a reunião formaram-se duas comissões para dar andamento ao Projeto Incubadora. A primeira comissão foi constituída por um docente do Instituto de Geociências, um docente da Faculdade de Educação Física, uma docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e o pró-reitor de Extensão. Essa comissão teve como função institucionalizar a ITCP/UNICAMP e tratar de sua Regulamentação nos moldes das normas da Universidade. A outra comissão, constituída por pós-graduandos da Unicamp e um membro do grupo da Prefeitura, ficou responsável pelo processo de formação de formadores no final de 2001, para atender em situação emergencial os grupos que estavam sendo formados pela Prefeitura Municipal de Campinas. Em 28 de Agosto de 2001, a Resolução nº86 do Gabinete do Reitor Hemano Tavares reconheceu a ITCP/UNICAMP junto à PREAC, que estabelecia os objetivos da incubadora e sua coordenação pelo Conselho Orientador, presidido por um docente indicado pelo reitor.

Aparentemente a deliberação pela institucionalização rápida da incubadora se justifica pelo cenário favorável ao projeto no conselho universitário e pela conjuntura política municipal. Para coroar o início do programa foi realizado o “Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares” nos dias 9, 10 e 11 de Setembro de 2001. Segundo folder de divulgação o evento representava:

A consolidação do processo extensionista da Universidade na direção de sua responsabilidade social (...). A incubadora de base tecnológica se caracteriza por ser um ambiente que apresenta as condições necessárias e suficientes em termos de estímulo e apoio às organizações recém-criadas, para que elas possam desenvolver-se em um “espaço protegido”. Este processo, que deve acontecer durante um período determinado, possibilita às organizações o acesso à infraestrutura compartilhada e assessoria especializada visando o crescimento e a ocupação de um lugar no mercado, para posteriormente, permitir uma autogestão sustentada.

Essa concepção evidencia a tentativa de transposição do modelo de incubadoras de empresas para incubadoras populares. A excelência acadêmica e o

ambiente protegido por certo período de tempo (simbolizado por uma casca de ovo) gerariam condições suficientes para que os empreendimentos posteriormente se sustentassem no mercado.

Autoridades como o então senador Eduardo Suplicy, o então governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, Prof. Paul Singer, Prof. Márcio Pochmann, representantes do Banco do Brasil, da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) e inclusive da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) estavam previstos para palestrar.³

No dia 9 de setembro de 2001, durante o seminário, foi assinado um acordo entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Unicamp para formação e qualificação de grupos que viriam a se constituir como cooperativas. No dia seguinte à assinatura deste acordo, o prefeito foi assassinado,⁴ fato que causou impacto em toda gestão do Programa e na Economia Solidária do município de Campinas. Devido ao assassinato o seminário não foi concluído.

Depois de lograda a institucionalização do programa de extensão e a assinatura de convênio com a prefeitura, passou a ser difícil a construção de um consenso entre o grupo de professores sobre como a incubadora deveria funcionar na prática. Tal situação era agravada pela pressão exercida pela prefeitura, parceira na criação do programa, que queria que a incubação começasse logo. Diante do impasse entre a lentidão acadêmica e a pressa política, o grupo de estudantes de pós-graduação tomou a frente do processo. A ausência de docentes engajados no cotidiano desse programa de extensão parece ser marcante desde o seu começo.

Do ponto de vista do programa municipal de geração de trabalho e renda havia três frentes de trabalho em construção: uma frente emergencial para cuidar da manutenção da cidade, em que havia a ideia de se fazer uma Cooperativa de Limpeza Pública e de Paisagismo; outra frente direcionada para a Coleta Seletiva, que seriam as cooperativas de Triagem e de Reciclagem de Resíduos Sólidos; e a última frente que cuidaria da área de Merenda Escolar – a ideia era que essas cooperativas de merendeiras viessem a participar de licitação do corrente ano.

³ É importante ressaltar que o campo da Economia Solidária ainda não estava consolidado naquele momento o que pode justificar a presença da OCB, que é corporativista e contrária ao cooperativismo popular. Atualmente representa no congresso nacional posição contrária à construção de um marco jurídico para a Economia Solidária.

⁴ Na manhã seguinte ao assassinato do prefeito caem as torres gêmeas nos EUA. Esse acontecimento ofuscou o crime político local.

Realizou-se uma pesquisa preliminar junto à população da cidade pra localizar pessoas interessadas em constituir cooperativas, seguida do cadastramento desses interessados. Era um público que vinha de vários níveis de expropriação social: algumas pessoas estavam desempregadas, outras nunca tinham trabalhado, muitas mulheres, muitos negros e muitas pessoas acima de 40 anos de idade, que estavam quase sempre excluídas do mercado de trabalho.

Para atender a demanda da prefeitura seria preciso a formação e remuneração de mais discentes. Foram então selecionados 40 estudantes bolsistas para a realização de um curso concentrado durante as férias escolares (Janeiro de 2002). A seleção dos estudantes foi realizada de acordo com as áreas demandadas pelo projeto (Planejamento Econômico, Saúde e Meio Ambiente, Dinâmica das Relações Humanas, Produção e Tecnologia e Processos Pedagógicos). A partir dessas áreas foram criados os Grupos de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES), que representam uma permanência em nossa estrutura metodológica.

Outro critério que chama a atenção nessa primeira seleção é uma cota para estudantes negros. Por último vale destacar que, conforme relato de formadores mais antigos, o currículo acadêmico dos estudantes deve ter sido determinante nessa primeira seleção. Segundo esses depoimentos uma parte dos formadores tinha ótimo desempenho acadêmico, mas nenhuma experiência ou afinidade com extensão universitária e Educação Popular.

O primeiro curso de formação consistiu em três módulos: “Mudança no Mundo Trabalho”, ministrado por professores da Unicamp, “Gestão e Autogestão”, ministrado pela ANTEAG com temas pragmáticos e “Educação Popular de Jovens e Adultos”, ministrado por Silmara de Campos (FE/Unicamp). Durante o curso foi desenvolvida a metodologia de intervenção que resultou na produção de “caderninhos temáticos”, que estão diretamente ligados aos temas apresentados pela ANTEAG no segundo módulo.

A primeira intervenção da ITCP/UNICAMP ocorreu por meio do Programa de Qualificação de cooperativas, atendendo cerca de 320 trabalhadores desempregados ou de baixa renda recrutados pelo poder público. O programa consistia em um curso sobre cooperativismo. Os planos de curso da época sugerem que havia uma turma para a área de cozinheiras e outro pra reciclagem de lixo. Ao final do curso havia certificado de conclusão para os trabalhadores e celebração de encerramento com a presença de autoridades. Os formadores dessa época relatam a dificuldade de coesão e construção de um sentido coletivo de trabalho uma vez que

era um cadastro de desempregados que reunia aquelas pessoas. Apesar das dificuldades, 11 grupos produtivos formaram-se a partir do programa de qualificação.

Em março de 2002 a ITCP/UNICAMP inicia de fato o processo de incubação, ou seja, o acompanhamento e formação de trabalhadores em seu local de trabalho. Essa mudança é marcada pelo “II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares”. A partir da programação desse segundo seminário é possível perceber algumas diferenças em relação ao primeiro. Enquanto o primeiro se caracterizava por um evento político com falas de autoridades que apoiavam a iniciativa, o segundo representa um encontro acadêmico entre pares que discutem a prática de incubação. As ITCPs das seguintes universidades estavam presentes: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Estadual de São Paulo (USP) e Universidade Católica de Pelotas (UCPel). A partir dos registros do encontro é possível perceber que a ITCP/UNICAMP buscava estruturar sua metodologia de incubação a partir da troca de experiências e metodologias entre as incubadoras mais antigas. Quatro questões orientaram as exposições “princípios para a seleção das iniciativas a serem incubadas”, “objetivos e princípios teóricos da incubação”, “Metodologia”, e “Estrutura e funcionamento das incubadoras”.

Também em 2002 realizou-se o segundo curso de formação de formadores. Diferentemente de hoje, cada equipe de incubação acompanhava grupos de diferentes cadeias produtivas. Uma formadora relatou que a sua equipe incubava um empreendimento de produção de alimentos, um de triagem de material reciclável e outro composto por deficientes auditivos. A incubação consistia em uma assessoria isolada prestada por cada uma das áreas (GEPES). Conforme atestam os planos de incubação relativos àquele período, as equipes definiam um calendário de atividades para o empreendimento e as distribuíam entre seus formadores. Cada formador ia sozinho “a campo” e apenas para aquelas atividades relativo à sua área específica ou ao seu GEPES. O Plano de Negócios nortearia a incubação. Os caderninhos de incubação “Faturamento e Retiradas”, “Equilíbrio Econômico” e “Orçamento” evidenciam a primazia da viabilidade econômica nesse processo.

Alguns relatos indicam que embora houvesse uma linha mestre da incubadora havia equipes que se pautavam por outros princípios. Também havia divergências e conflitos dentro de algumas equipes. Havia uma instância de avaliação tripartite constituída por poder público, cooperativas e ITCP/UNICAMP. A falta de parâmetros

prévios e a pouca experiência dos envolvidos com esse tipo de instância deturpou a ideia inicial do espaço. “Não se construiu um espaço de parecerias efetivas, mas de ataques e defesas, mantendo uma distância entre os envolvidos.” (PPP 2005, p.19). Os diálogos eram marcados por cobrança de estrutura por parte das cooperativas e da incubadora, questionamento do trabalho da ITCP/UNICAMP por parte da prefeitura enquanto nas falas dos cooperados prevaleciam as relações interpessoais.

A perspectiva do “acompanhamento técnico”, linha mestre da metodologia de incubação nesse período, somada à meritocracia universitária, gerou uma estrutura interna distante do que hoje entendemos por autogestão. A remuneração dos formadores era diferenciada segundo nível de escolaridade. Havia diferentes faixas entre graduando (R\$ 450,00) e doutorando (R\$ 1050,00). Essa situação contrastava com o discurso de igualdade na tomada de decisão.

Os limites dessa concepção de educação e da estrutura de remuneração foram sentidos por membros daquele coletivo, principalmente por aqueles ligados ao movimento estudantil e à militância partidária. Não à toa tal tensão foi apontada como dicotomia entre TECNOCRACIA x PARTIDARISMO em nosso varal do tempo.

Existia naquela época um confronto praticamente aberto entre diferentes visões de organização política da incubadora, sendo que para mim, duas se destacavam: uma visão gerencial e outra partidarizada. A gerencial privilegiava como orientação a excelência acadêmica e o tecnocracismo. A partidarizada trouxe a disputa escarnecida da organização por correntes para dentro da incubadora, e acabava agindo como se esta fosse uma célula do partido. Esta briga ideológica não foi tão legal, mas como uma visão acabou se prevalecendo (a partidarizada), com o tempo seus conceitos ideológicos (trotskismo, freireanismo, vigotskismo) prevaleceram na incubadora. (relato de um formador)

Em 2003 o curso de formação de formadores estava orientado por essa nova tendência. O primeiro módulo do curso abordava a estrutura e funcionamento da sociedade e uma análise de conjuntura. O segundo módulo era dedicado às temáticas de cada um dos GEPES que compunham a incubadora. O terceiro módulo era de oficinas práticas e instrumentos de intervenção: pesquisa-ação, teatro do oprimido, jogos cooperativos além de uma discussão permanente sobre o papel da extensão universitária. Nesse módulo os alunos foram convidados a fazer uma releitura crítica dos “caderninhos temáticos” produzidos em 2002.

Em abril de 2004 a ITCP/UNICAMP organizou 1º Encontro de Cooperativas Populares com o tema: “Procurando se encontrar? 1º Encontro de Cooperativas Populares”. Se por um lado esse período foi profícuo em termos do início da construção de uma nova concepção de projeto, por outro, as atividades junto aos grupos incubados perderam intensidade. A prefeitura municipal de Campinas começou a atrasar o repasse da verba o que levou o coletivo de formadores a entrar em greve.

Ao final de 2004 “a ITCP/UNICAMP rompe o convênio com a Prefeitura alegando fundamentalmente condições inadequadas de trabalho por falta de suporte da Prefeitura, como atraso no repasse de recursos e infraestrutura para os grupos incubados.” (MARCONSIN, 2008). Enquanto o município dava sinais de retrocesso no fomento ao cooperativismo, o governo federal instituía a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Em janeiro de 2005 a ITCP/UNICAMP começou a executar o Programa Nacional de Incubação (PRONINC), elaborado pela SENAES, que passou a financiar integralmente o trabalho da ITCP/UNICAMP. A partir desse projeto as equipes começaram a atuação por cadeia produtiva. Havia uma equipe de seis formadores que incubava três empreendimentos da cadeia da reciclagem, outra que incubava três empreendimentos agrícolas e uma terceira que atuava com empreendimentos formados por jovens.

A concepção de educação, incubação e o objetivo da intervenção da ITCP/UNICAMP encontram-se sistematizados no Projeto Político Pedagógico elaborado em 2005. No PPP apresenta-se um aporte teórico para a atuação prática, que entende o formador como condutor do processo de conscientização, levando o caminho da autogestão e transformação aos cooperados e cooperadas.

Para isso traz a “doutrina marxista para análise da sociedade de classes”. O projeto aborda a questão da educação popular enquanto práxis transformadora e entende o educador como agente da libertação. Segundo essa concepção, é ele quem leva a tomada de consciência ao oprimido. Outro autor bastante presente é Pistrak, um pedagogo soviético que escreveu “A Escola do Trabalho”. Nessa obra a escola é concebida como espaço para pensar a realidade e transformá-la segundo os princípios da sociedade socialista, passando pela auto-organização dos educandos e pelo trabalho auto-organizado como princípio educativo. O PPP estabelece a ponte dessa experiência soviética com as cooperativas como lugar para pensar a relação do homem com o trabalho, refletir sobre sua realidade e transformá-la. Também nessa perspectiva o formador aparece como figura central no processo.

Outro aspecto que esse PPP apresenta é uma metodologia de incubação por “eixos temáticos”. Cada equipe deveria, a partir de um diagnóstico participativo da realidade do grupo produtivo, estabelecer uma questão central que perpassasse a atuação de todos os GEPES. Esperava-se que a equipe deixasse de ser “um ajuntado de formadores” e começasse a realizar de fato um trabalho coletivo e interdisciplinar de incubação. Outra diretriz que o PPP estabelece é a construção de projeto de GEPES. Cada grupo de estudo deveria apresentar o seu embasamento teórico e, em caso de divergência, o coletivo decidiria por uma das linhas.

Em 2005 o coletivo de formadores da ITCP/UNICAMP realizou um encontro interno que resultou na produção do documento o “Consenso de Jaguariúna” em que se afirma a primazia da formação política:

... entendemos que a tarefa colocada aos militantes da Economia Solidária deve ser maior do que buscar a geração de trabalho e renda a uma parcela excluída da sociedade; deve acima de tudo contribuir com a transformação social, pois somente a transformação social e o fim do capitalismo poderão incluir de forma definitiva todos aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Assim, o trabalho de formação política deve ser entendido como um princípio a ser seguido... (Consenso de Jaguariúna, 2005)

O documento final também aborda a avaliação das equipes que atuaram segundo a nova metodologia proposta no período de pré-incubação. Questões como a dificuldade de encontrar um grupo, o estranhamento das comunidades (principalmente rurais) com a proposta e a falta de estrutura para início da produção aparecem nas avaliações.

Embora todas essas formulações apontem para uma relevância do trabalho de incubação, para muitos formadores a ITCP/UNICAMP era um espaço secundário. A campanha eleitoral, o movimento estudantil e outros espaços revelaram-se prioritários para a “formação política” quando comparados às atividades da incubadora. Esse foi um período cheio de ausências, rotatividade de formadores e debates políticos acalorados. O PRONINC foi finalizado em dezembro de 2006, nove grupos foram incubados e quatro foram formalizados. O convênio com o PRONINC possibilitou ainda a realização do IV e V cursos de Formação de Formadores da ITCP/UNICAMP.

O ano de 2006 marca o fim dos grandes financiamentos. O convênio com a prefeitura e o PRONINC se direcionava ao financiamento integral da incubadora.

Permitia o desenvolvimento do projeto de extensão como um todo abarcando o ensino e a pesquisa. A partir de 2006 os projetos não focalizam a extensão, mas alguma realidade social específica. A extensão deixava assim de ser o objeto de financiamento e passava a ser o meio pelo qual as agências financiadoras alcançam suas “metas sociais”. Isso teve consequências para a metodologia de incubação. O volume de trabalho burocrático aumentou consideravelmente e o descompasso de duração entre os diferentes projetos dificultou o estabelecimento de uma ação coordenada entre as equipes.

Em 2006 a ITCP/UNICAMP dá início a duas novas frentes de atuação financiadas por meio do convênio FINEP/Rede de Tecnologia Social (RTS). Esse é o primeiro de muitos projetos que financia apenas “um pedaço” da incubadora. Entre fevereiro de 2006 e outubro de 2007, uma nova equipe começou a incubar dois grupos autogestionários no município de Campinas, em parceria com o Programa Municipal de DST/AIDS: um grupo de artesanato (formado por Portadores HIV/AIDS) e uma associação de mulheres profissionais do sexo. Por meio do mesmo financiamento, uma dupla de formadores coordenou a incubação de uma Incubadora junto ao Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira – IDESC, com sede em Registro.

Esse projeto trouxe mudanças para a metodologia de incubação. Em primeiro lugar, a temática dos novos empreendimentos possuía centralidade no corpo e na sexualidade. A incubadora não tinha desenvolvido um olhar para esses temas tabus. Essas discussões tomaram corpo em um grupo de estudos de gênero acompanhado por uma docente, que posteriormente foi transformado em um dos GEPES da ITCP/UNICAMP. Outra novidade foi a incubação de uma associação política de profissionais de sexo que, diferentemente dos demais EES, não possuía a centralidade no processo de produção. O trabalho consistia na discussão política sobre o mundo do trabalho e sua intersecção com gênero, sexualidade e violência, focando na especificidade dessa ocupação, que, assim como catadores, camelôs e ambulantes, estão à margem da concepção tradicional de trabalho. Esse conjunto de trabalhadores é constantemente atingido por ações do poder público, em nome de uma concepção de “limpeza urbana”. A associação das profissionais do sexo se tornou um espaço de formação, discussão e reivindicação dessa categoria, estabelecendo parcerias com outros movimentos sociais e entidades trabalhistas, como a CUT.⁵

⁵ Atualmente a Associação Mulheres Guerreiras tem como sede um sala no prédio da CUT Campinas, demonstrando a perspectiva de reconhecimento dessa atividade como um trabalho.

A incubação da incubadora também foi significativa para a metodologia da ITCP/UNICAMP. A necessidade de apresentar uma metodologia de incubação na perspectiva de formação de uma nova incubadora forçou uma melhor organização e sistematização das ações e debates teóricos. Esse processo foi coordenado por dois formadores e contou com a participação rotativa de formadores pertencentes aos diferentes GEPES, que apresentavam seus debates teóricos específicos.

Diante dessa necessidade, a elaboração dos projetos de GEPES ganhou mais sentido. O GEPES de Comunicação e Arte escreveu o artigo “A comunicação popular na construção da identidade” em que aborda o desenvolvimento de uma identidade visual popular em oposição àquela demandada pelo marketing capitalista.

O GEPES de Produção e Tecnologia elaborou o “Engenheiro Educador” em que aparece um debate mais avançado, tomando mais cuidado com a dialogicidade do processo, colocado a primazia na demanda real das cooperativas. Por outro lado o texto estabelece um diálogo com os estudantes de engenharia. E ao mesmo tempo em que faz uma crítica aos cursos de engenharia, orientados para produção capitalista, convida os estudantes a colocarem seus conhecimentos sobre processo produtivo a serviço dos pequenos empreendimentos com valores igualitários.

Em março de 2006 foi firmado um convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Esse projeto teve como objetivo proporcionar a melhoria das condições de trabalho em cooperativas populares de separação de resíduos sólidos. Esse é o único projeto na história da ITCP/UNICAMP que financiou **estrutura para os grupos incubados**. (Esse edital foi uma conquista do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável - MNCR).

Por meio desse financiamento foram adquiridos equipamentos de triagem e de proteção individual para duas cooperativas de Campinas. Além disso, o projeto permitiu colocar a Tecnologia Social em prática. Uma mesa de triagem foi projetada conjuntamente por trabalhadores e formadores.⁶ Também dentro da perspectiva da Tecnologia Social, ocorreram visitas às cooperativas de triagem de São Paulo com o intuito de levantar as soluções tecnológicas encontradas pelos trabalhadores. As visitas foram realizadas por um formador e uma cooperada e culminaram na realização de um seminário em que participaram as cooperativas de triagem de Campinas e um representante do MNCR.

⁶ Um relato completo da experiência encontra-se em FRAGA, VASCONCELLOS e SILVEIRA, Projeto de Construção “Mesa de Triagem de Materiais Recicláveis”. (mimeo)

O ano de 2007 representou “o tempo das vacas magras”. A ausência de financiamento reduziu o quadro de formadores e a incubação se limitou a acompanhamentos pontuais com o objetivo de não perder o vínculo com os grupos e poder regressar com mais efetividade com a chegada de novos financiamentos.

No segundo semestre de 2008 inicia a execução de um novo projeto PRONINC. Em sua origem esse programa previa o financiamento integral das incubadoras, mas a edição de 2007 cortou em 50% os recursos previstos em relação à edição anterior. Dessa forma a busca por financiamentos paralelos continuou sendo uma preocupação constante da ITCP/UNICAMP. Soma-se a isso a diminuição do apoio financeira por parte da Pró-Reitoria de Extensão, que também passou a adotar a prática dos editais. A partir de então, para ter apoio financeiro da Universidade, passou a ser necessário submeter um projeto internamente e aguardar todos os trâmites e atrasos burocráticos até a sua aprovação.

Com a chegada dos recursos do Proninc 2007, os formadores que ainda estavam no coletivo organizaram uma seleção para oito novos educadores, na qual foi feita uma ampla divulgação. Essa seleção contou com mais de 100 inscritos e o critério mais forte era não apenas o contato com a Educação Popular, mas o trabalho junto aos Movimentos Sociais. Ao mesmo tempo mantém-se a cota de formadores por área de conhecimento.

Os formadores selecionados, no entanto, não haviam feito o curso de formação de formadores organizado pela ITCP/UNICAMP, que havia passado do critério “obrigatório”, para o “desejável”, mas se comprometeram a cursá-lo concomitantemente ao trabalho. Destaca-se aí um primeiro ponto no que se refere à metodologia da incubadora: os formadores novos, além de fazerem o curso, ministravam algumas aulas. O reconhecimento dos formadores como sendo educandos-educadores, fez com que os selecionados compreendessem esse conceito fundamental de Paulo Freire a partir da prática, talvez alterando o comportamento dos mesmos, diante das atividades de incubação.

Podemos dizer que a chegada desses novos educadores reforçou um posicionamento político do grupo que havia permanecido na ITCP/UNICAMP. Ao mesmo tempo o vínculo cada vez maior com os movimentos sociais se fortalecia. O grupo de estudos de processos pedagógicos que, por pressuposto, faz o debate metodológico na Incubadora, escreveu então um novo artigo, no qual as ideias de autogestão, o distanciamento teórico/prático dos partidos políticos de esquerda

brasileiros e o aprofundamento na filosofia freireana são percebidos (WIRTH, CHABES e PAVAN, 2008). Nesse momento a dicotomia entre tecnocracia e partidarização já não era central na incubadora. A questão dos partidos, em especial, deixou de ser estruturante (mesmo que de forma velada) do nosso coletivo de formadores.

Em 2009 é finalmente publicada a “EMPÍRICA”, um caderno de metodologia de incubação que resultou de um intenso esforço de sistematização das oficinas e instrumentos práticos produzidos e utilizados durante o processo de incubação. A presença da ITCP/UNICAMP é notada pelos Movimentos Sociais da região nos espaços de reivindicações e lutas dos mesmos, destacando-se aí, a Marcha do MST em 2009, ocupações de terra, ato campo-cidade do MST, atividades organizadas pela Fábrica Ocupada Flaskô como passeatas e atos culturais, diálogo com o MNCR através da participação nas formações organizadas pelo mesmo, convites para que os movimentos ministrassem aulas no curso de formadores, entre outras ações.

Ao convivermos mais e compreendermos um pouco melhor a realidade dos Movimentos, estes também começam a procurar a ITCP/UNICAMP e sua concepção (e não apenas a realização). Dessa forma, novos projetos relacionados à organização produtiva dos trabalhadores se iniciam. É importante salientar o trabalho do GEPES de gênero. Como faz parte do perfil da ITCP/UNICAMP, tratarmos essa questão com a mesma relevância que o sucesso econômico dos EES, o Setor Regional de Gênero do MST elabora conosco um projeto de organização produtiva das mulheres do Campo, que não foi aprovado. Porém, o vínculo criado nesse momento com o setor de gênero e a participação das formadoras da ITCP/UNICAMP em diversos espaços organizativos das mulheres do MST fortaleceu uma parceria para além de “simples espaços educacionais”, reconhecendo-nos como companheiras de luta.

Essa participação constante nos espaços de luta dos Movimentos representa também nossa posição no momento da “crise econômica” alardeada nos meios de comunicação de massa, em 2009. E esse foi o norte do debate que levamos para a Argentina, quando apresentamos outro artigo do GEPES de PP “Educação Popular, Universidade e Autogestão: uma experiência brasileira de incubação de empreendimentos populares” no “II Encuentro de Economía de los Trabajadores”. É também em 2009 que o coletivo de formadores inicia o debate e a escrita do novo PPP da Incubadora. Como fruto desse processo, no planejamento de 2010, os

formadores decidem como linha política para os próximos períodos, o trabalho junto aos grupos produtivos ligados aos movimentos sociais que temos contato.

E novas ocupações e lutas acontecem. E os recursos da incubadora continuam diminuindo. E nosso posicionamento político fica mais claro não apenas para os grupos com os quais atuamos, mas também, por exemplo, para a PMC que, no início de 2010, através de uma carta, tenta constranger a continuidade de nossa incubação nos grupos de Campinas. O fato ocorre logo após o encontro de Cooperativas, que nesse ano fora organizado não apenas pela ITCP/UNICAMP. Representantes de cooperativas compunham a organização e o encontro revela-se um espaço combativo e de reivindicação dos trabalhadores, no qual houve falas dos trabalhadores e formadores da ITCP/UNICAMP, cobrando da Prefeitura Municipal, as melhorias que a mesma outrora prometera.

Esse enfrentamento com a PMC e a resposta unilateral que recebemos (carta de expulsão do programa), ecoou em algumas instâncias da ECOSOL, sobretudo no Fórum Paulista de Economia Solidária, que no mês de maio se reuniu em Campinas. Para nós, esta data é significativa, uma vez que não apenas as trabalhadoras da Cooperativa incubada por nós fizeram falas em nosso apoio, como também os Movimentos Sociais (MST e Flaskô), que falaram sobre a importância da autogestão e do nosso trabalho. Nós, que sempre cumprimos o papel de apoiadores dos Movimentos, nesta ocasião, nos sentimos apoiados pelos mesmos.

O fórum paulista encaminhou a realização de uma reunião entre prefeitura e ITCP/UNICAMP, com participação de outros membros do fórum, para debater o conflito existente. Apesar do pedido de reunião ter sido formalmente protocolado, esta não ocorreu. Por conta da relação cada vez mais orgânica com os movimentos sociais, participamos, juntamente com outros estudantes da universidade, de algumas atividades na Unicamp, que denunciavam o mau uso dos espaços públicos. Divulgamos em nosso site os vídeos, feitos pelos estudantes, denunciando as péssimas condições dos trabalhadores terceirizados na Unicamp e, nessas ocasiões, os MS sempre estiveram presentes, trazendo para dentro da Universidade extremamente elitizada, um pouco de sua força, de sua mística, suas bandeiras e cores.

O ano de 2010, além de ter sido de muita luta, dentro e fora da universidade, também foi um ano de experimentações para o coletivo. No segundo semestre deste ano, podemos pontuar dois fatos: a diferenciação na carga horária dos formadores, e a mudança na estrutura da coordenação.

O primeiro fato ocorre na tentativa de contemplar a participação de todos os formadores que pudessem dedicar algum tempo para a ITCP/UNICAMP. Percebemos que havia perfis diferenciados, com formação e disponibilidade de tempo também muito diferentes. Nosso coletivo contava com graduandos, graduados, pessoas que não eram alunos da Unicamp, pós-graduandos, pós-graduados, mães, pais, pessoas que tinham outras fontes de remuneração, e pessoas que viviam apenas da remuneração da ITCP/UNICAMP. Nossa carga horária na época era de 20 horas de trabalho e mais 10 horas de estudo. Discutimos diversos critérios para a mudança da carga horária, a saber: formação acadêmica, tipo de trabalho que realizaria na ITCP/UNICAMP, carga horária prevista em editais aprovados, experiência na ITCP/UNICAMP e disponibilidade de cada formador. Após essa discussão coletiva, definimos 4 jornadas: 10, 15, 20 e 25 horas de trabalho semanal, e mais 10 horas de estudo. Também chegamos ao valor de R\$10,00 por hora de trabalho (que era o que nosso financiamento permitia), o que contemplaria também a arrecadação de INSS dos formadores.

Essa discussão, aliada ao fato de que havíamos sido “retirados” do prédio que ocupávamos, e alojados em um prédio com condições piores de trabalho (fato ocorrido em julho de 2010), fez com que o coletivo retomasse uma discussão deixada de lado pela Universidade, que seria a criação de uma categoria que valorizasse o trabalho de extensionista, dando-lhe os mesmos direitos e assistência que as demais categorias, como os “pesquisadores-colaboradores”, possuem. Acreditamos que apenas uma mobilização muito forte conseguiria aprovar uma proposta assim no Consu (órgão deliberativo da Unicamp). Todavia, uma primeira conversa foi feita com o Pró-Reitor de Extensão, assim como a preparação dessa pauta, que ainda não conseguimos força e articulação suficiente para aprovar. Mesmo assim, o processo de conversas sobre a criação dessa categoria foi muito rico, pois nos deu mais clareza do descaso que há com a Extensão e consequentemente mais certeza de que essa luta precisa ser feita.

Corroborar com essa luta, o fato de que muitos formadores passam pela incubadora e não tem reconhecimento institucional nenhum. Vide a batalha pelo reconhecimento das horas trabalhadas na ITCP/UNICAMP como sendo horas de estágio. Mesmo alegando que o estágio é do tipo “não-remunerado”, o formador que se atreve a pedir reconhecimento, percorre uma verdadeira odisseia burocrática na Unicamp. Em 2010 tivemos o nosso primeiro caso de um processo de reconhecimento de estágio que está dando certo (no gerúndio, porque não está concluído). Esse reconhecimento daria possibilidade a alunos que não querem utilizar suas horas de

estágio em um trabalho vazio e voltado ao capital, e sim de o fazerem na Incubadora, na extensão e na luta concreta junto aos movimentos.

O segundo fato foi a alteração da estrutura de coordenação da ITCP/UNICAMP (composta até hoje apenas por alunos). Tínhamos até Outubro de 2010, o que chamávamos de Coordenação Executiva (CE), que era composta por formadores que não participavam das incubações, mas cumpriam as tarefas de representação - externas e internas à Unicamp -, de organização e, muitas vezes, de execução de todo o trabalho burocrático da ITCP/UNICAMP. Devido à falta de recursos, do consequente enxugamento do quadro de formadores (ninguém fora desligado da ITCP/UNICAMP, mas a incerteza que o financiamento via editais nos traz, faz com que os formadores procurem outros trabalhos) a CE passou de quatro para duas formadoras.

Com a chegada de novos recursos, com a avaliação de alguns formadores(as) de que a CE tendia a uma forte burocratização e distanciamento da realidade dos grupos e com a preocupação de não compormos as novas equipes apenas com formadores(as) inexperientes (pensando na continuidade dos trabalhos junto aos EES e na apropriação dos novos com a metodologia de trabalho), alocamos as duas formadoras da CE em equipes de trabalho. Cada equipe passou a ter um Coordenador de equipe, que está presente nas incubações, cumpre as mesmas funções dos demais, no entanto, cuida da gestão de alguns editais e representação. Estes são os formadores(as) que cumprem a maior jornada de trabalho, 25 horas semanais.

Esse novo modelo de coordenação, que reúne os coordenadores(as) de todas as equipes, é chamado de Coordenação Geral. Além da integração e socialização das ações das diferentes equipes, e do acompanhamento burocrático dos projetos, essa instância tem a função de organizar as pautas e a reunião do coletivo. A supressão da Coordenação Executiva, para o modelo de coordenação descentralizada e por equipes (CG), ainda está em fase de avaliação.

Foi apenas com a chegada dos novos formadores(as) em outubro, que o coletivo se estimulou e finalizou finalmente seu PPP, apresentado aos novos na semana de formação “Camille Guerin”, organizada como forma de recepção. Infelizmente, por falta de recursos, a ITCP/UNICAMP não organizou em 2010 o curso de formação de formadores(as). Para dar coesão ao novo grupo e explorar outras formas de diálogo, iniciam-se ao final de 2010, um trabalho de Teatro do Oprimido e Laboratório do Sensível. A utilização de outras linguagens é coerente e necessária em qualquer coletivo e organização que se pretenda transformadora. Essas técnicas vêm sendo

conduzidas por um ex-formador, que enxergou nos cursos de teatro realizados a oportunidade de retribuir ao coletivo o aprendizado que teve na ITCP/UNICAMP.

Perspectivas

Em fevereiro de 2011, data de elaboração deste documento, já conseguimos vislumbrar alguns acontecimentos que certamente irão compor esta linha do tempo, a saber:

- o novo planejamento a ser realizado em breve;
- a vivência, que o coletivo fará no quilombo de Ivaporanduva no Vale do Ribeira. Nessa vivência poderemos conhecer um pouco da realidade de uma formadora do coletivo, quilombola, com a qual tivemos alguns problemas no que diz respeito à apropriação da mesma sobre a dinâmica do coletivo e a realidade da Unicamp. Além disso, nos propusemos a refletir sobre a nossa dificuldade de compreendermos o outro, sem o que não faz nenhum sentido falarmos em educação popular e dialogicidade. Nessa ocasião, vislumbramos uma interação mais rica entre nós e também um espaço de formação no qual exporemos as vísceras das nossas contradições, imprescindível para que possamos crescer coletivamente;
- a decisão sobre a supressão ou não da Coordenação Executiva;
- o aprofundamento de uma discussão que iniciamos, acerca da organização de um “banco solidário”;
- a organização e participação dos seminários do projeto “Articulação ITCPs”.

As cartas escritas ao final da atividade da linha do tempo mostram que a busca incessante pela coerência teórico-prática não terminou e que as respostas para tal dilema se encontram no processo. Segue alguns trechos selecionados:

Estamos passando por uma mudança a partir da linha ‘aproximação dos MS’ que penso que daqui à algum tempo vamos avaliar e isso influenciará nossa metodologia de incubação como também mudará nossas preocupações em termos de alianças e parcerias...

Apesar de visualizarmos as mudanças e avanços da ITCP olhamos ainda para um futuro e uma intervenção cheia de desafios. (...). As oficinas e a ação das equipes são pensadas internamente e acordadas com as cooperativas, afirmando a segregação do trabalho braçal do trabalho intelectual...

...resignificando aos poucos sua postura e ações junto aos grupos e movimentos sociais, descobrindo aos poucos qual seu papel e suas tarefas dentro deste novo universo que começa a aflorar. Neste novo lugar busca, ao mesmo tempo, reorganizar sua posição dentro da universidade nessa relação conflituosa com a burocracia e a institucionalidade entre rubricas e relatórios e ofícios e a necessidade de auto-organizar, construir acordos e sistematizar os acúmulos teóricos e metodológicos.

Crises que são parte do processo; dinâmico; de enfrentamentos de realidades, e de possibilidades de construção conjunta de uma nova realidade...

A metodologia de incubação hoje

Atualmente a ITCP/UNICAMP possui as seguintes instâncias em sua organização interna: Coletivo (instância máxima de nossa organização, que ocorre quinzenalmente); Coordenação Geral (composta por um coordenador de cada equipe); três equipes de trabalho (que realizam a incubação) nas cadeias de agricultura, resíduos sólidos e construção civil; Grupos de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária-GEPEs (em sete áreas do conhecimento: Processo Pedagógico, Planejamento Econômico, Saúde do Trabalhador, Dinâmica das Relações Humanas, Comunicação e Artes, Produção e Tecnologia e Gênero); Pesquisadoras (mulheres que fazem ou fizeram parte do coletivo de formadores e realizam ou realizaram pesquisa acadêmica em temas relacionados ao nosso trabalho, e estudam temas relativos à pesquisa-ação e são responsáveis por encaminhar as demandas relacionadas a projetos acadêmicos que chegam para a ITCP/UNICAMP ou EES incubados) e Gts (Grupos de Trabalho para resolver questões mais específicas do coletivo).

É com essa organização interna que a Incubadora tem como horizonte, trabalhar junto aos movimentos sociais que fazem lutas e questionam através da ação, a propriedade privada e o controle privado dos meios de produção. A opção por essa direção se dá por sabermos dos limites de nossa atuação no campo da Economia Solidária, uma iniciativa quase consensual e, por isso, perigosa: pode abarcar desde grupos patrocinados por empresas privadas, que visam o lucro e falam de solidariedade, auto-organização para se autopromoverem e competirem melhor no mercado, até cooperativas de mulheres do acampamento mais precário do MST. Nós, ao longo dos últimos dez anos, fizemos nossa escolha; tentar construir e aprender com a experiência dos movimentos como podemos criar condições objetivas e

materiais, de auto-organização dos trabalhadores, horizontais e, ainda, que apontem para novas formas de organizar o processo produtivo da sociedade. Sabemos que é um projeto um pouco ambicioso, porém, uma mulher nova, livre, que vai construir uma sociedade nova e livre, junto com os homens, não surgirá senão de nossos sonhos. E muita luta.

É através dessa luta e de nossa presença nela que as diferenças de classe muitas vezes presentes entre cooperados e universitários, tendem a ser um problema menor. Por um lado, aprende-se com a realidade concreta dos oprimidos e se reconhece como opressor, pré-condição para qualquer possibilidade de transformação. Por outro, respeita-se a opção de classe e enxerga-se naquele que poderia ser muitas vezes opressor, a condição de oprimido do mesmo, quando juntos, na luta, estão do mesmo lado.

Bem, na prática, o processo de incubação tem como passos centrais a realização de diagnóstico por áreas do conhecimento (e cada formador deve ter o olhar atento para a área da qual faz parte), um planejamento conjunto e avaliação permanente, pautados o tempo todo pelos princípios da educação popular. A vivência junto aos grupos e a presença nos espaços, seja em delegacias, quando da reintegração de posse em que é comum a detenção de militantes, seja em festas para arrecadação de fundos, hoje são considerados fundamentais para que o processo de incubação passe de “oficinas que os estudantes dão para os cooperados melhorarem”, para espaços de companheirismo e produção, necessários para que possamos atingir nossos objetivos maiores em comum, já descritos acima.

Ao longo dos anos, a Incubadora optou por alguns critérios para tornar o trabalho viável: que os grupos existissem com uma identidade mínima; não preterir algum grupo de acordo com sua organização formal, ou seja, trabalhamos, com cooperativas, associação, grupos que não optaram por legalização; que os grupos fizessem parte da nossa região geográfica, para respeitar um acordo na rede de ITCPs que preza por isso, além de tornar viável e frequente os espaços de vivência; que os grupos tivessem alinhamento político e atuassem junto aos movimentos sociais.

Mesmo com esses critérios, a diversidade no que se refere à realidade de cada grupo ou movimento social é muito grande e é necessária uma metodologia muito balizada nos princípios da educação popular, sobretudo a dialogicidade, para conseguirmos trabalhar de forma coerente. Nesse sentido, os movimentos cumprem

um papel importantíssimo, à medida que proporcionam outros espaços de aprendizagem e formação política, sejam mutirões, assembleias, cursos, entre outros.

Também é necessária uma sensibilidade grande da parte dos educadores e uma autoavaliação permanente, para que a metodologia não seja encarada como um guia ou uma cartilha a se aplicar nos grupos, uma vez que durante o processo de incubação, elaboramos muitas oficinas, tanto nas equipes, quanto nos GEPES, o que faz com que as diversas áreas do conhecimento se entrecruzem e que as mesmas tragam diversos olhares.

São através dessas oficinas que se estabelecem os diálogos com os cooperados sobre formas de organização, divisão entre trabalhos formal e intelectual, instâncias decisórias, respeito entre diversos tipos de saberes, busca por novas linguagens, entre outros aspectos.

Conclusão

A linha do tempo da metodologia de incubação e o PPP 2009/2010 deixa claro a opção por focar nosso trabalho junto às cooperativas e às associações ligadas aos movimentos sociais com os quais nos relacionamos, nos quais se destacam o MST, MNCR, Movimento Feminista, e a Fábrica Ocupada Flaskô. É importante lembrar que não apenas nós nos posicionamos politicamente junto aos movimentos sociais, mas também representantes dos mesmos procuraram a Incubadora a fim de colaborarmos pensando e experimentando outra organização possível da produção, seja no campo, seja nas cidades.

Acreditamos que isso se deu devido à nossa postura nos momentos de ações concretas e expressivas das lutas dos movimentos, como ocupações de terras, marchas, eventos culturais promovidos por estes, nos quais sempre nos fizemos presentes e mais do que isso, auxiliamos durante o processo de construção de algumas ações, nos mostrando para além de formadores da ECOSOL, como companheiros de luta e deixando claro para além de moções de apoio ou discurso, que a lutas dos movimentos é legítima e nossa também.

A ITCP/UNICAMP não se posicionou assim por fetiche, esquerdismo ou acreditando que essa “potencialização” de nosso trabalho se daria automaticamente, acreditando que os trabalhadores já teriam “a consciência” para a transformação,

adquiridas com as formações políticas dos movimentos sociais. Ao contrário, quando nos propusemos a esse trabalho, iniciamos o desafio de lidar com as contradições internas presentes nos movimentos e com as nossas próprias contradições (inerentes à nossa condição de universitários, em geral de classe média e brancos). Sabemos que a opção e identidade de classe não são suficientes para resolver essas contradições, mas pensamos que um trabalho sério, comprometido, politicamente posicionado, pautado pela autogestão, talvez aponte para um novo caminho, diferente dos percorridos historicamente pelos setores da esquerda.

SEÇÃO 2



CONSTRUINDO A AUTOGESTÃO NO CONTEXTO
DOS GRUPOS POPULARES



Nas rebarbas da Reforma Agrária: experiência de formação de dois grupos de mulheres agricultoras

Autores(as): Alexandre Souza¹, Camila Spinelli Colombo², Lucas Gebara Spinelli³, Maíra da Silva⁴, Marina Groschitz⁵, Theo Martins Lubliner⁶.

Resumo

Este artigo apresenta uma sistematização da trajetória da Equipe Agricultura bem como algumas das reflexões e críticas obtidas durante o acompanhamento a dois grupos de mulheres trabalhadoras da agricultura familiar, a Associação de mulheres Agroecológicas (AMA), do Horto do Vergel em Mogi-Mirim e O Grupo de Mulheres do Elisabeth Teixeira (GMET), em Limeira. Assim, a partir da contextualização dos grupos e das questões agrárias da região histórica e geograficamente, a Equipe Agricultura busca apontar as dificuldades enfrentadas pelos grupos ao que se refere às questões de acesso a créditos, de preconceitos e dificuldades relacionadas a questões de gênero, as dificuldades quanto à comercialização na medida em que descreve um pouco da história de cada grupo e do trabalho da incubadora com cada um deles.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Agroecologia, Grupo de Mulheres Gênero.

¹ Graduado em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa, é mestre e doutor em Engenharia de Alimentos pela UNICAMP, pesquisador-extensionista da ITCP/UNICAMP, alexandre@itcp.unicamp.br

² Graduada em Artes Plásticas pela UNICAMP, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, camila@itcp.unicamp.br

³ Graduado e Mestre em História pela UNICAMP, pesquisador-extensionista da ITCP/UNICAMP, tiradentes@itcp.unicamp.br

⁴ Graduada em Biologia pela Universidade Paulista, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, maira@itcp.unicamp.br

⁵ Graduada em Geografia pela UNICAMP, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, marina@itcp.unicamp.br

⁶ Graduado em Economia pela UNICAMP, pesquisador extensionista da ITCP/UNICAMP, theo@itcp.unicamp.br

Nas rebarbas da Reforma Agrária: experiência de formação de dois grupos de mulheres agricultoras

Introdução

O objetivo desse artigo é socializar as reflexões surgidas a partir das práticas da Equipe Agricultura da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp (ITCP/UNICAMP) nos processos de formação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) populares na agricultura familiar.

A equipe trabalha junto a dois grupos de mulheres agricultoras que vivem em assentamentos da reforma agrária, próximos à cidade de Campinas. Um dos grupos está localizado no assentamento “12 de Outubro”, situado no Horto do Vergel, na cidade de Mogi Mirim, e outro está no pré-assentamento “Elisabeth Teixeira”, situado no Horto do Tatu, na cidade de Limeira.

Para isso, iniciamos o texto com uma análise sobre a Questão Agrária na Região de Campinas, Mogi Mirim e Limeira. Em seguida, abordamos o surgimento dos dois assentamentos e o histórico dos grupos, além dos caminhos que levaram aos primeiros contatos feitos com a ITCP/UNICAMP. Por fim, com base na metodologia da incubadora⁷, relatamos as experiências da Equipe Agricultura e dos grupos numa tentativa de superar as suas dificuldades cotidianas e garantir a existência da organização de mulheres, dos assentamentos rurais e da vida no campo, ameaçados pelo modelo dominante de agricultura.

Esperamos demonstrar que tais processos formativos e experimentos práticos de organização produtiva são capazes de fomentar alternativas de geração de trabalho e renda e postura política crítica, autônoma e ativa dos grupos de agricultores(as) na luta pela reforma agrária no Brasil.

⁷ Para considerações sobre a metodologia da ITCP/Unicamp consultar o Projeto Político Pedagógico da ITCP/Unicamp, disponível em <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/?q=node/212> e a revista Empírica: metodologia de incubação, disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/empirica/>

A Questão Agrária em Campinas e região

A região de Campinas, Limeira e Mogi Mirim constitui um eixo de ocupação territorial que concentra um significativo polo econômico produtivo do interior paulista desde o início do século XIX, baseado principalmente na produção agrícola de grandes fazendas. Os cafeicultores da região foram responsáveis pelas maiores compras de escravos negros pós 1850 (LAPA, 1986), período em que cessa o tráfico de escravos vindos da África e grande parte da mão de obra escrava das lavouras da região passa a vir de fazendas da região nordeste do país⁸.

Grandes proprietários de terras, financiados por bancos ingleses, passaram a cultivar o café em larga escala, empregando cada vez mais populações imigrantes estrangeiras. Em finais do século XIX a construção da ferrovia conectando Campinas a Jundiaí⁹ possibilitou acelerar a transição do regime de trabalho escravo afro-brasileiro para o regime de trabalho assalariado imigrante e a ocupação europeia do meio rural, que chegavam diretamente do porto de Santos.

Nesse mesmo período temos exemplos de modernização industrial de antigas fazendas escravistas. Para termos ideia do que significou esse processo de industrialização do latifúndio escravista no interior paulista, tomemos de exemplo a constituição formal da Usina Ester. Tal empresa foi fundada em 1898, a partir da compra de uma área de 14.500 hectares que pertencia à Companhia Sul Brasileira e Colonizadora¹⁰ por um grupo de empresários¹¹.

Originalmente a propriedade era formada por quatro fazendas com as seguintes denominações: Fazenda do Funil, dotada de um engenho de cana-de-açúcar; Fazenda da Grama (Três Barras); Fazenda São Bento e Fazenda Boa Vista. Essas quatro fazendas interligadas cobriam uma extensão territorial desde o lugar onde hoje é o centro da cidade de Artur Nogueira até as margens do rio Jaguari, na cachoeira. Conforme acordo celebrado por ocasião da compra, uma faixa de terra foi doada ao Governo da República, que a dividiu em pequenos lotes, os quais foram

⁸ Sobre o avanço do cultivo de café na região de Campinas, ler Petrone (1968).

⁹ Ponto final da Ferrovia Santos Jundiaí

¹⁰ Companhia presidida pelo Barão Geraldo de Rezende, grande latifundiário da região de Campinas conhecido por manter seus escravos sob um regime de exploração draconiano até mesmo para os padrões da época. Barão Geraldo se tornaria o nome do distrito ao norte de Campinas onde está localizada a Unicamp. Mais referências bibliográficas sobre a especificidade da região de Campinas no tratamento particularmente cruel e racista contra populações negras antes e depois da escravidão podem ser achadas no artigo de Lucia Helena Silva, 2011.

¹¹ Segundo site oficial da empresa tal grupo de empresário era composto pelos Srs. Arthur Nogueira, José Paulino Nogueira, Paulo de Almeida Nogueira, Sidrack Nogueira e Antônio Carlos Silva Telles.

vendidos a famílias de imigrantes europeus. A moderna usina Ester constituiu seu patrimônio a partir de terras onde os braços de gerações e gerações de escravos foram explorados por latifundiários como Barão Geraldo.

A crise internacional do mercado consumidor do café e da cana-de-açúcar, acentuada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, abriu precedentes para que populações rurais de variadas origens possuíssem suas próprias terras na região, uma vez que os latifundiários estavam falindo e o preço das terras caía. Ao mesmo tempo, alguns poucos grandes proprietários utilizaram dos acúmulos ganhos com o ciclo do café para investir na industrialização de suas fazendas ou nos investimentos diretos em outros setores industriais contando com o financiamento público para tais fins (SILVA, 1976).

Com apoio do governo brasileiro o capital estrangeiro industrial entrou com força na região. Em 1942, por exemplo, a indústria química transnacional Rhodia inaugurou uma planta industrial de produção de cana-de-açúcar para alcoolquímica em Paulínia (SP), pela necessidade de industrializar o processo de moagem de cana, a fim de substituir a força de trabalho que antes estava empregada nesse processo produtivo. Nessa época a região apresentava grandes latifúndios monocultores, cada vez mais industrializados, de cana-de-açúcar, café e laranja, vizinhas de médios e pequenos produtores que abasteciam os mercados locais.

A partir dos anos 1960 e 1970 a ocupação do espaço rural se alterava significativamente na região, quando se acentuou um processo de êxodo rural e o consequente aumento das cidades. Tais fatores tiveram impacto direto na vida da população rural de Campinas e região. Além êxodo rural regional, populações de outros estados passaram a migrar em busca de empregos no setor de serviços e nas indústrias da região sudeste, fugindo das condições de miséria extrema no meio rural em outras regiões do país. Nesse processo, as indústrias e os serviços da região passaram a ser abastecidos de um crescente exército industrial de reserva¹², que passou a formar adensamentos populacionais nas zonas periféricas urbanas, avançando sobre áreas cada vez maiores das zonas rurais. Nesses novos bairros, tais populações adensadas passam a viver em habitações precárias, sem dispor de infraestrutura urbana como serviços de água e esgoto, iluminação pública, energia elétrica, transporte público, equipamentos públicos de saúde e educação.

¹² Exército Industrial de reserva é o termo utilizado por Karl Marx para definir o estoque industrial de força de trabalho humana sem ocupação produtiva, necessário para que as indústrias possam especular, ditar e controlar o valor da hora/trabalho dos seus empregados em situação mais favorável, ameaçando-os com a possibilidade de demissão e troca por outro trabalhador na fila de espera. Quanto maior o exército industrial de reserva, melhor ao patrão. (MARX, 1987: 747)

Concordando com Caporal e Costabeber (2000) podemos definir esse processo como consequência direta do projeto de modernização rural conservadora¹³ empreendido pela ditadura militar a partir de 1970 no Brasil. Nele podemos observar uma conexão direta entre a exclusão social, reinvenção do latifúndio através de incentivos à mecanização, avanço da aplicação de pacotes tecnológicos da Revolução Verde¹⁴ e uma crescente dissociação entre o saber-fazer do agronegócio e o saber-fazer do(a) agricultor(a), em vias de se tornar operário de uma técnica que não compreende e não lhe pertence, em terras sobre as quais cada vez mais se perdem o controle técnico e jurídico. Nesse contexto se constituíram os programas estatais de extensão rural, que buscavam impor aos agricultores(as) o conhecimento técnico do engenheiro agrônomo e das novas tecnologias de produção agrícola.

Desde então a região de Campinas tem se industrializado vertiginosamente. Por outro lado, a partir dos anos 1970, populações de camponeses e de moradores das grandes cidades passaram a se organizar em movimentos sociais de massa, tendo por objetivo resistir à perda de suas terras e lutar pela ocupação de terras para garantir sua função social. Sem nos atermos às mais variadas orientações político-ideológicas desses movimentos, podemos afirmar que a luta pela reforma agrária e pela demarcação de terras em defesa de modos de vida de populações tradicionais (camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, seringueiros) entra em choque aberto contra o modelo hegemônico de agricultura capitalista (Bergamasco e Norder, 1996).

É no contexto de ataque aberto aos movimentos populares do campo que se localiza a história dos dois assentamentos rurais nos quais a Equipe Agricultura trabalha hoje em dia. A seguir faremos uma rápida introdução aos dois territórios.

Reforma agrária em terras das ferrovias

No estado de São Paulo temos vários exemplos de ocupações de terras para a reforma agrária organizadas em áreas pertencentes às antigas ferrovias construídas no final do século XIX. Os grupos de agricultoras com os quais trabalhamos atualmente

¹³ Modernização rural conservadora é um termo utilizado para retratar o período histórico marcado pelo pacto político conservador entre a burguesia nascente e a oligarquia terratenente no Brasil.

¹⁴ Revolução Verde é um termo utilizado para retratar as mudanças tecnológicas na produção agrícola nas décadas de 1960 e 1970 com utilização de tecnologias desenvolvidas durante a II Guerra Mundial

estão em duas áreas da região que eram parte do patrimônio de bens imóveis da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA)¹⁵.

As áreas pertencentes às companhias ferroviárias paulistas passaram a compor patrimônio da união desde a estatização das redes ferroviárias em meados do século XX. É importante frisar que as companhias ferroviárias paulistas foram instaladas por ordem de grandes cafeicultores paulistas que, em geral, buscavam financiar a construção tomando empréstimo de bancos ingleses. Quando essas companhias faliam, os governos estadual e federal assumiam as dívidas da companhia, convertendo tais empresas em propriedades estatais. A composição da RFFSA no início da década de 1950 consolidou uma política econômica em que o Estado assumia os riscos da infraestrutura necessária à acumulação privada dos grandes capitalistas. No estado de São Paulo todas as ferrovias privadas passaram a compor a FEPASA em 1971.

Nos anos 90, quando tais ferrovias foram sucateadas e as linhas férreas foram desativadas, todas as terras das ferrovias se tornaram passíveis de ocupação para cumprir a função social da terra, prevista pela Constituição de 1988¹⁶. Segundo Saule *et al* (2012) os bens imóveis da RFFSA constituem um conjunto considerável de terras e prédios rurais e urbanos que se tornam espaços preferenciais de ocupação irregular por parte de populações de baixa renda pelo país a fora.

No caso do assentamento “12 de Outubro”, em Mogi Mirim, e no caso do pré-assentamento “Elisabeth Teixeira”, movimentos sociais populares de ocupação de terra entraram em áreas adjacentes aos eucaliptais que serviam de fonte de carvão para as locomotivas a vapor. Em Mogi Mirim o processo de ocupação de terras se deu em 1997 nas terras pertencentes ao Horto do Vergel, e em Limeira, em terras pertencentes ao horto do Tatu em 2007.

Grupos de mulheres e assentamentos rurais

Assentamento “12 de Outubro” e Associação das Mulheres Agroecológicas (AMA)

No dia 12 de outubro de 1997, cerca de 400 pessoas articuladas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré, Central Única dos Trabalhadores e Movimento

¹⁵ Tais informações estão disponíveis nos mapas das redes ferroviárias antigas presentes no site da ABPF. <http://www.abpf.org.br>

¹⁶ Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, Cap. III, Constituição Federal do Brasil de 1988.

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ocuparam uma área vizinha à estrada Itapira – Mogi Mirim pertencente à FEPASA. A área era utilizada antigamente como horto florestal para fornecimento de energia para a ferrovia. Em 1998 a implantação do projeto de assentamento foi autorizada pelo governo do estado, mas a distribuição dos lotes ocorreu somente em 2000. A área de 1216 hectares do assentamento “12 de Outubro”, nome escolhido pelos(as) agricultores(as) em alusão ao dia da ocupação, foi dividida em 90 lotes de 8,6 hectares, sendo o restante compondo a Área de Preservação Permanente e uma área comunitária (VASCONCELLOS, 2011).

No início da ocupação as mulheres responsabilizaram-se pelo trabalho reprodutivo¹⁷, dentre os quais: fornecer alimentação para todo assentamento, cuidar das crianças, organizar uma farmácia comunitária, arrecadar alimentos nas cidades vizinhas. Nesse período trabalharam coletando madeira; criaram uma creche para os cuidados com as crianças; realizaram bazares de roupas usadas para arrecadar dinheiro; montaram um restaurante para servir almoço àqueles que trabalhavam na destoca¹⁸.

Mas foi somente em 2004 que o grupo de mulheres conheceu uma engenheira agrônoma da Fundação Mokiti Okada que lhes apresentou a produção orgânica e sugeriu a transição para agroecologia. O grupo começou então a produzir uma horta comunitária, mesmo sem qualquer apoio do governo do estado e com dificuldade de acesso à água. Foi então que o grupo começou a participar de cursos e de feiras. Passaram também a processar alguns alimentos para ter um diferencial e garantir a clientela na feira de Mogi Mirim. Os principais produtos eram a mandioca descascada, mandioca ralada, farinha de mandioca, polvilho, bala de banana, pão, bolo e hortaliças¹⁹.

Em 2005, as mulheres do assentamento “12 de Outubro”, sentiram a necessidade de serem identificadas através de um nome para participar de uma feira na Unicamp e intitularam-se “Associação de Mulheres Agroecológicas” do

¹⁷ Chamamos por trabalho produtivo toda a atividade relacionada a produção de bens e serviços com valor econômico de mercado. O trabalho reprodutivo compreende toda atividade exercida no âmbito familiar e doméstico, como cuidado com os filhos e alimentação, por exemplo. Este trabalho – que sustenta o exército de trabalhadores bem vestidos e bem alimentados em seus empregos – é invisível para que não seja remunerado sob a forma de naturalização dos serviços referentes ao homem e mulher. (KERGOAT, 2001)

¹⁸ Processo de retirada das raízes pegadas à terra de árvores cortadas.

¹⁹ Para conhecer melhor o histórico do assentamento “12 de Outubro” e da AMA, ler Vasconcellos (2011).

Horto Vergel. No fim de 2006 o projeto com a Mokiti Okada estava acabando e a AMA começou a ser acompanhada pela ITCP/UNICAMP. No fim desse ano as mulheres decidiram então se dividir de acordo com a afinidade de cada integrante em cinco núcleos: padaria, farinheira, artesanato, plantas medicinais e banco de sementes. Além da divisão nas frentes descritas, a AMA junto à ITCP/UNICAMP enviou a editais públicos de financiamento projetos de construção de uma cozinha industrial no assentamento. Um dos projetos foi aprovado, mas o recurso nunca chegou, frustrando o grupo.

No histórico do grupo de mulheres observamos muito desgaste e frustração, mas também muitos ganhos para além das condições materiais. Organizando-se, as mulheres conseguiram apropriar-se do dito “mundo masculino”, o mundo da participação política, da fala pública. Atualmente, conseguem dividir as tarefas do campo reprodutivo, participar de encontros e seminários, e mais recentemente, para além da participação passiva, pegam o microfone e discursam para mais de 150 pessoas. Dentro da experiência com o Fundo Rotativo de Produção gerido por Mulheres proposto pela ITCP/UNICAMP²⁰, as mulheres da AMA são referência de organização para os outros grupos.

O ano de 2007 foi marcado pela ausência da ITCP/UNICAMP devido à falta de recursos, à morte do marido de umas das principais lideranças e à consequente desarticulação do grupo. Foi nesse ano que a AMA parou de participar das feiras de Mogi Mirim por problemas no transporte, e de produzir a farinha de mandioca, por falta de matéria-prima, problemas com a farinheira e com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Em 2008 a ITCP/UNICAMP retomou o acompanhamento da AMA. O trabalho, que antes tinha como foco elaborar oficinas de formação política e capacitação, tem como foco hoje rearticular as mulheres, formalizar a associação²¹ e viabilizar economicamente a associação, o que implica em pensar e construir estratégias alternativas de comercialização e lutar para obtenção de um transporte para transportar seus produtos até as feiras, o que, por falta de recursos, atualmente depende de auxílio e financiamento externo.

²⁰ Para saber mais sobre essa experiência, ler artigo “O Sexo da Economia Solidária: apontamentos a partir da Economia Feminista e da prática de incubação ” nessa mesma revista.

²¹ A formalização da associação foi concluída em 2012.

O pré-assentamento “Elisabeth Teixeira” e o Grupo de Mulheres (GMET)

Para o MST, a violência doméstica contra mulheres, que ocorre cotidianamente, é fruto da divisão sexual do trabalho²² e da opressão de gênero²³ pressupostas pelo regime capitalista de exploração do trabalho assalariado²⁴. Na agricultura familiar, o papel da mulher como objeto de reprodução da ordem do lar assume papel central, uma vez que ela lida com o cuidado da casa, dos filhos e do marido e está submetida ao planejamento econômico e produtivo do “marido-chefe”²⁵. Nesse sentido, o movimento considera a organização produtiva das mulheres como princípio de organização necessário ao enfrentamento dessa condição de opressão/exploração e é por isso que as militantes do Setor de Gênero do MST convidaram a ITCP/UNICAMP para apoiar a organização das mulheres a partir da produção coletiva.

Em 2007 cerca de 250 famílias do MST ocuparam uma área vizinha à rodovia Anhanguera, km 137, pertencente à RFFSA. As famílias vinham das periferias urbanas e rurais da região de Campinas e Limeira. Em novembro de 2007 todas as famílias foram despejadas pela Polícia Militar. Tal ação se deu em consonância com a prefeitura de Limeira e empresários da região, interessados em se apropriar dos quase 870 hectares de terras devolutas para instalar um loteamento industrial. Ainda no mesmo ano, a área foi reocupada e desde então continua sob *status* jurídico de acampamento e, por conta disso, seus(uas) agricultores(as) não possuem garantia de posse das terras²⁶.

Nesse contexto instável surge o grupo de produção das mulheres do “Elisabeth Teixeira”, como parte da proposta de organização de base dos acampamentos e

²² “A divisão sexual do trabalho tem por características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também, simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticos, religiosos, militares etc.). Esta forma de divisão social tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (há trabalhos de homem e trabalhos de mulher) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher).” (KERGOAT, 2001, p. 89)

²³ “Opressão de gênero” é usado para expressar situações aonde a mulher é colocada em posição inferior pela diferenciação biológica dos sexos. Naturaliza-se o papel da mulher como ser frágil, cuidadoso e amoroso em oposição ao homem forte, que pertence ao mundo público da disputa. Assim sendo, quando a mulher tenta, de alguma forma, vencer o papel imposto a ela pelo sistema patriarcal acaba sofrendo vários tipos de violência, que passam pelo corpo, pelo psicológico, pela auto-estima, entre tantas outras instâncias. Helena Hirata e Delière Kergoat trabalham este e outros termos usados para definir as situações de inferioridade nas quais as mulheres vivem.

²⁴ Cartilha MST – Mulher Sem Terra. São Paulo: 2000. Coletivo Nacional de Gênero do MST.

²⁵ A cartilha “Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres”, lançada pelo MDA em 2009, fornece um aprofundamento sobre as questões de divisão sexual do trabalho/dupla jornada de trabalho no campo.

²⁶ Para maiores informações sobre o histórico do “Elisabete Teixeira”, ler artigo “Espaços de organização da produção como práticas de educação popular” nessa mesma revista.

assentamentos do MST em setores. Nesse caso, as mulheres passaram a se organizar coletivamente a partir das demandas do setor de Gênero e também como parte das demandas relacionadas à vida cotidiana do acampamento, tais como setor de disciplina, cozinha, ciranda e almoxarifado comunitário.

Em meados de 2009, formadoras(es) da ITCP/UNICAMP e as militantes do Setor de Gênero da Regional Campinas do MST, que compunham o Coletivo Luiza Mahin, escreveram e submeteram um projeto de financiamento produtivo das mulheres agricultoras para um edital do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mas o projeto não foi aprovado.

Em 2009 a incubadora recebeu outra proposta de trabalho no “Elisabeth Teixeira” vinda do Setor de Produção do MST. Dessa vez, a militância do acampamento apresentou demanda em apoiar a formação de uma cooperativa. Tal demanda consistia num trabalho de organização do coletivo em acordo com a linha do Projeto Político Pedagógico da ITCP/UNICAMP²⁷ e, com isso, a Equipe Agricultura começou a acompanhar, no início de 2010, as reuniões do Setor de Produção. Passado alguns meses de trabalho da equipe junto aos membros desse setor, o que incluiu vivências, mutirões, troca de experiências junto à AMA e diagnóstico de produção, a equipe iniciou o trabalho com as mulheres.

O Grupo de Mulheres do Elisabeth Texeira (GMET) é um grupo que tem como objetivo organizar as mulheres do pré-assentamento e discutir o escoamento da sua produção nos lotes familiares. Hoje em dia é um coletivo formado por uma média de seis mulheres e apresenta alta rotatividade na participação e execução de tarefas. Observamos que são mulheres que acreditam na luta pela terra e que carregam em comum uma forte identidade urbana, por viverem grande parte de suas vidas nas periferias dos centros urbanos, ainda que muitas delas carreguem consigo uma raiz rural, pois quando jovens saíram da roça para morar na cidade.

Desde o início dos trabalhos com o GMET, em 2010, a Equipe Agricultura tem trabalhado formas de o grupo assumir coletivamente o planejamento e o encaminhamento de tarefas necessárias para atender às demandas mais imediatas relacionadas à geração de trabalho e renda e à autonomia de decisão das mulheres. Em vista disso, a equipe vem propondo formações em organização da produção e comercialização agrícola e de alimentos processados, contabilidade, associativismo,

²⁷ No PPP da ITCP de 2010 (disponível para consulta em <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/?q=node/212>) foi decidido o trabalho de formação de EES junto a grupos ligados a movimentos sociais populares.

cooperativismo e identidade feminina, ao mesmo tempo em que se envolve diretamente com o atendimento às questões mais imediatas de comercialização por parte do grupo.

Práticas e reflexões de incubação

Consideramos que o processo de formação de um EES deve compreender a autogestão do trabalho produtivo, tema delicado em assentamentos rurais onde a terra é dividida por lotes de indivíduos e suas famílias. Assim, a cooperação e o trabalho coletivo entram em contradição com o controle e a gestão da produção dos lotes familiares que estão nas mãos do chefe de família. Nesse contexto, a incubação se justifica enquanto um espaço legítimo de organização principalmente para o escoamento da produção. E é a partir do debate sobre o escoamento da produção que a equipe de incubação passa a ver possibilidades de discutir formas horizontais e participativas de organização produtiva.

Produção e gênero

A escolha da Equipe Agricultura por trabalhar com coletivos de mulheres é fruto dos acúmulos que os movimentos sociais populares têm sobre a questão de gênero, surgida por conta da organização das mulheres contra a violência doméstica. O Setor de Gênero do MST, por exemplo, considera que a organização produtiva das mulheres, a partir das suas necessidades materiais, é capaz de fomentar um espaço de sociabilidade e coesão de grupo exclusivamente feminino em alternativa ao trabalho doméstico, onde cada mulher isolada se encontra submetida aos trabalhos de reprodução social de cuidado com o lar, filhos e marido. Nesse sentido, uma cozinha comunitária ou uma horta coletiva exclusivamente gerida pelas mulheres pode proporcionar um espaço de produção que, ao gerar trabalho e renda, dá as condições para que as mulheres enfrentem a opressão de gênero em posição de maior autonomia frente aos provedores financeiros do lar, ocupados pelo trabalho produtivo, na roça ou na cidade.²⁸

Grande parte das mulheres que participam dos grupos incubados é formada por mulheres solteiras, viúvas ou casadas submetidas à dupla jornada de trabalho

²⁸ Cartilha MST – Mulher Sem Terra. São Paulo: 2000. Coletivo Nacional de Gênero do MST.

(trabalho reprodutivo e organização produtiva). Nesse sentido, a organização produtiva das mulheres é um trabalho de criação de espaços em que há a possibilidade das mulheres se colocarem e decidirem.

Tanto na AMA como no GMET a criação do espaço de produção coletiva esbarra nos limites impostos pela dependência estrutural em relação a carro, a equipamentos e à renda planejada única e exclusivamente pelos maridos. Sem oferecermos uma alternativa de financiamento da produção e da comercialização das mulheres, a possibilidade de organização produtiva continua como uma alternativa frágil diante da unidade de produção familiar imposta, muitas vezes, pelo marido.

Na AMA, desde que tiveram problemas com a ANVISA, reduziram a produção de alimentos processados pela falta de recursos para estruturar uma padaria industrial e uma casa de farinha, com maior dedicação à produção agrícola, ainda que esta continue submetida à lógica de produção familiar, ou à vinculação entre mulheres da mesma família.

No pré-assentamento “Elisabeth Teixeira”, o setor de gênero previa a organização feminina em torno de uma horta coletiva em 2009. Porém, sem contar com recursos institucionais, a Equipe Agricultura propôs oficinas de cooperativismo a partir de demandas por parte das mulheres por aprenderem técnicas de processamento de alimentos com a AMA. A produção dos processados se tornou o norte da organização produtiva do GMET ao longo de 2010 e do primeiro semestre de 2011. Ao invés da produção em coletivo, cada uma das mulheres preferiu processar os alimentos individualmente em suas casas. De acordo com as afinidades individuais as mulheres produziam banana e mandioca chips, pães, biscoitos, queijo e barrinhas de cereais. A compra coletiva de ingredientes necessários para a produção nos mercados urbanos demonstrou a importância e a eficácia da ação coletiva.

As oficinas que surgiram a partir da produção de alimentos processados foram oficinas de discussão sobre o valor do trabalho produtivo, oficinas de autogestão voltadas à divisão de tarefas, logística de comunicação e transporte, formação de um fundo coletivo das mulheres, caminhos da produção social e do consumo para evidenciar os limites da agricultura familiar e sensibilizar as mulheres à agroecologia. Dentre os limites do processamento destacamos a inexistência de condições para uma cozinha coletiva apropriada (falta de água encanada, luz elétrica, posse da terra), a falta do meio de transporte próprio das mulheres, o alto custo de produção (por

causa do uso de ingredientes disponíveis na cidade), e a falta de canal adequado e acessível de escoamento.

Vivências e trocas de experiências produtivas e organizacionais

As vivências são espaços organizados para as trocas entre os grupos, voltadas a converter o cotidiano de um espaço de trabalho em um ambiente de práticas solidárias. A Equipe Agricultura realizou algumas atividades entre os grupos de agricultoras e desses grupos com empreendimentos de outras cadeias produtivas, como resíduos sólidos e construção civil. Essas experiências não se limitaram a um momento de troca, mas também a um espaço de compreensão das realidades de trabalho, das semelhanças e diferenças, das dificuldades e, principalmente, das formas como são enfrentadas.

No início de 2010, partindo de uma articulação do Setor de Gênero do MST com a ITCP/UNICAMP, organizamos uma visita da AMA ao “Elisabeth Teixeira” para realizar uma oficina de processamento de mandioca e banana, para transformá-las em chips. Nessa oficina estavam presentes homens e mulheres do setor de produção do acampamento, mas foram as mulheres que levaram esse projeto adiante, vindo a constituir o GMET. Realizamos também visitas entre os grupos para que houvesse maior entendimento das dificuldades do pré-assentamento “Elisabeth Teixeira” e do assentamento “12 de Outubro”. Elas puderam observar semelhança na trajetória dos coletivos de mulheres e nos desafios enfrentados.

Ao longo de 2010 a equipe desenvolveu metodologias de aproximação com os grupos de agricultoras. Se as oficinas de incubação tendem a reproduzir um formato viciado que surge das deliberações necessárias à organização econômica do grupo, alguns espaços alternativos de convivência entre formadores e grupos possibilitaram a percepção de outras perspectivas sobre o nosso trabalho, como por exemplo, a participação dos formadores e formadoras em mutirões de trabalho coletivo em hortas, roças e na área social. A própria noção de diagnóstico de produção envolve um engajamento coletivo dos membros da equipe e dos membros dos grupos incubados no reconhecimento dos desafios a serem enfrentados pela comunidade. Tais vivências abrem uma janela de experimentação compartilhada de situações de classe, que fortalecem laços de confiança entre os membros do grupo e os formadores da ITCP/UNICAMP e esclarecem a existência de várias situações-problema que pressionam os grupos no dia a dia.

No decorrer de 2011, a Equipe Agricultura e a Equipe de Resíduos Sólidos articularam um espaço de vivência entre o GMET e a Cooperativa de triagem de resíduos sólidos Bom Sucesso. As vivências ocorreram nos dois ambientes de trabalho: no pré-assentamento e no barracão de triagem. O GMET visitou a cooperativa Bom Sucesso e observou como é o dia a dia de uma cooperativa de triagem. Em outro dia os membros da cooperativa Bom Sucesso visitaram os lotes das mulheres, conhecendo um pouco mais o cotidiano de um pré-assentamento rural. Além das visitas propriamente ditas, houve espaço de troca de alimentos por vidro, isto é, o GMET ofereceu produtos agrícolas em troca de potes de vidro triados, que seriam utilizados para produção de compotas. Esse espaço garantiu, além da visita e trocas, uma maior articulação entre grupos de diferentes setores e percepção da possibilidade de ajuda mútua na luta cotidiana dos empreendimentos.

Escoamento da produção

A agricultura familiar comumente tem dificuldades para a comercialização dos seus produtos. As fontes de escoamento mais comuns são feiras livres, o que envolve despesas com locomoção e disponibilidade de tempo para além da produção agrícola, venda para grandes mercados e compra direta de órgãos governamentais, que implicam em oligopsônio²⁹, ou seja, na determinação unilateral dos preços pelos compradores. Para os grupos incubados pela Equipe Agricultura essa realidade não é diferente. Os produtos são vendidos principalmente em feiras locais, para atravessadores, grandes redes varejistas de hortifrúti e programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Feiras

Uma das formas de escoamento da produção são as feiras, espaços importantes e dos mais comuns para a comercialização da produção agrícola, e que, quando funcionam, se tornam a principal fonte de renda para os grupos. Os grupos incubados foram acompanhados e auxiliados na realização de espaços de feiras institucionais, locais e eventuais.

²⁹ Oligopsônio é uma forma de mercado com poucos compradores e inúmeros vendedores, em que os compradores têm poder de mercado, podendo determinar e impor os preços.

Feiras institucionais

Fomentamos a participação dos grupos de mulheres na feira “Pé na Roça”, organizada pela Rede de Agroecologia da UNICAMP. Essa feira é realizada semanalmente no Centro de Integração Social da UNICAMP - CIS/Guanabara, em Campinas, e tem como objetivo a venda de produtos orgânicos. Ela conta com a presença de alguns produtores orgânicos da região de Campinas, não necessariamente ligados à agricultura familiar. A AMA e o GMET foram convidados para participar do espaço desde seu início, mas apenas a AMA consegue participar precariamente. Os grupos enfrentam duas dificuldades: locomoção dos assentamentos à feira, por conta da distância e da falta de veículo próprio; e limitação da presença de grupos que não tenham produção exclusivamente orgânica nos termos definidos arbitrariamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ainda em construção e dependente de projetos que financiem suas ações, a feira é um espaço político importante para articulação dos produtores orgânicos da região, técnicos e acadêmicos através da promoção de debates e difusão da Agroecologia, mas que ainda não consegue dar suporte suficiente para garantir a participação de grupos populares, oriundos de assentamentos em condições precárias.

Feiras locais

As feiras locais são espaços onde os grupos podem ter a oportunidade de escoar a produção com mais frequência. Alguns aspectos facilitam e dificultam essa forma de comercialização. A falta de transporte é hoje a maior dificuldade, pois, quando os grupos não possuem transporte próprio, realidade dos dois grupos incubados pela ITCP/UNICAMP, é necessário fretar um transporte que muitas vezes custa toda a receita das vendas, inviabilizando esse tipo de comercialização. Outra dificuldade enfrentada é a falta de organização para a feira. Muitas vezes a não organização do espaço e das vendas gera concorrência interna, o que provoca desentendimentos e brigas internas.

Ainda que persista o problema de falta de transporte e que haja problemas de organização, esse tipo de feira é mais rentável por conta da menor distância dos assentamentos em relação aos pontos de comercialização. De fato, além de eliminar o atravessador e garantir maior remuneração às agricultoras, tais feiras possibilitam um enfrentamento ideológico da imagem midiática negativa que as elites projetam

sobre os sem-terra, como bando de desocupados e baderneiros invasores de terras produtivas. No espaço das feiras locais, esse contato entre agricultores(as) e frequentadores da feira possibilita legitimar o assentamento e o trabalho no campo aos olhos dos habitantes dos municípios, possibilitando a criação de um cordão de apoio urbano ao assentamento.

Feiras eventuais

Essas feiras, organizadas para eventos específicos como congressos, cursos e seminários nas universidades, apesar de não garantirem renda permanente, são espaços importantes de organização e de divulgação dos grupos. Muitas vezes ocorre de os grupos não conseguirem vender produtos suficientes para compensar financeiramente a ida até a feira, por conta da má divulgação ou baixo público de tais feiras de eventos. Porém, acreditamos que a ocupação de espaços de comercialização dentro da universidade são estratégicos para os grupos fazerem articulações políticas e para que a academia se aproxime um pouco da realidade dos grupos, afim de que possam compreender seus problemas concretos e apoiar a luta de ocupação e permanência no campo.

Feiras como a realizada na Jornada de Estudos de Assentamento Rurais da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp são importantes para o escoamento da produção e também como prática de organização coletiva dos grupos. Foi por causa dessa feira, por exemplo, que o GMET organizou um fundo coletivo para compra dos materiais para a realização da mesma.

Alternativas de venda: cestas, prestação de serviços e grupo de consumo.

Dadas as dificuldades dos grupos em comercializar apontadas acima, uma das tarefas do trabalho da ITCP/UNICAMP é buscar outras formas de comercialização que garantam uma venda justa e uma remuneração digna ao trabalho das agricultoras. Assim, a venda para coletivos urbanos de consumo e a prestação de serviço de alimentação em eventos foram opções que se tornaram cada vez mais interessantes aos grupos.

O primeiro núcleo de consumo, que impulsionou essa prática, foi o próprio coletivo de formadoras(es) da ITCP/UNICAMP, com os quais fizemos formações e um estudo de sensibilização. A partir do estudo foram estabelecidas algumas

conceituações acerca dos hábitos de consumo e o coletivo de formadores passa a atuar no processo de comercialização dos grupos, estabelecendo como formato para isso o consumo consciente³⁰. Após um diagnóstico da produção, de oficinas de formação de preços e estudos sobre a logística necessária, criamos o “Sacolão de produtos da reforma agrária” na ITCP/UNICAMP. A partir dessa experiência, foi possível perceber aspectos positivos tanto para os consumidores³¹, como na organização dos dois grupos de mulheres.

Desde então, a quantidade de hortas começou a crescer, novas mulheres entraram para os grupos, antigas participantes retornaram às reuniões, houve acréscimo à renda, maior incentivo à produção e aumento dos debates e das demandas por formações da incubadora. Além disso, percebemos que a relação do pré-assentamento “Elisabeth Teixeira” com o MST possibilitou ainda uma maior articulação com parceiros de forma a pensar em potenciais novos núcleos de consumo na universidade e em sindicatos.

É importante mencionar que o “Sacolão” não é uma proposta de comercialização que garanta uma fonte permanente de renda, ainda que haja possibilidade de criação de outros núcleos de consumo. Entendemos o “Sacolão” como um paliativo frente à má estruturação das políticas públicas, sejam elas de financiamento ou estrutura, e uma possibilidade de geração de uma renda exclusivamente das mulheres³².

A outra experiência de incentivo à comercialização, de prestação de serviços de alimentação em eventos, se tornou atraente pela quantidade de eventos que ocorrem na universidade e na possibilidade da ITCP/UNICAMP fazer essa articulação. Essa prática é ainda muito recente e enfrentamos alguns problemas como: a falta de transporte próprio dos grupos e a dificuldade desses em emitir nota fiscal específica para esse tipo de prestação de serviço (exigência da maioria desses eventos).

³⁰ Para saber mais sobre essa experiência, ler artigo “Reflexões e práticas sobre consumo, comercialização e finanças solidárias: contribuição crítica à Economia Solidária” nessa mesma revista.

³¹ É importante destacar como o “Sacolão” contribuiu para a reeducação alimentar dos seus consumidores: “obrigados” a consumir a cesta de produtos que respeitam sua sazonalidade disponibilizada pelos grupos, os consumidores passaram a se habituar a refeições com alimentos saudáveis, além de adicionar a sua dieta maior diversidade de vegetais.

³² Apesar dessa pequena renda parecer marginal, ela torna-se muito importante quando se trata de uma renda que não é “fiscalizada” pelos maridos. Muitas vezes, essa renda garante que as mulheres “comprem uma calcinha sem ter que pedir dinheiro para o marido”, como relatam as próprias mulheres.

Crédito

Para qualquer empreendimento, seja ele capitalista ou solidário, o crédito é essencial para a sua constituição, manutenção e crescimento. Porém, constatamos que o sistema financeiro tradicional não é capaz de suprir as demandas dos coletivos de trabalhadoras, tanto pelas políticas de segurança dos bancos, que são muito rígidos em relação à inadimplência, como por seu caráter político, carregado de preconceitos³³.

Uma das demandas de crédito foi a compra de um veículo utilitário pela AMA para entrega de seus produtos. Dada as altas taxas de juros dos bancos comerciais e a exclusão das mulheres do setor formal em razão de endividamento e inadimplência, muitas vezes de seus companheiros, maridos e pais e não delas próprias, o grupo buscou o Banco do Povo do estado de São Paulo, que apresenta linha de microcrédito. Porém, a burocracia ao exigir avalista e fiador, assinaturas dos membros formais com reconhecimento em cartório para cada um dos documentos exigidos, livro ata de assembleia, livro-caixa, e regularização contábil junto à receita federal, impossibilitou o acesso à linha disponibilizada e a compra do veículo não se concretizou.

Dada essa impossibilidade de acesso ao mercado formal de crédito e às políticas públicas de microcrédito, iniciamos estudos sobre Finanças Solidárias a fim de implementar e experimentar práticas relacionadas ao tema. Assim, iniciamos a criação de um Fundo Rotativo de Produção gerido por Mulheres (FRPM), composto pelas mulheres de quatro EESs incubados pela ITCP/UNICAMP, que deveria servir como investimento para atender às necessidades relativas à produção dos EESs, autogestionário e sem burocracia³⁴.

Com dois meses de existência o FRPM concedeu empréstimo à AMA para iniciar a montagem de uma horta coletiva, após a elaboração de uma proposta feita na incubação através de uma oficina de cálculo de custos para a montagem da horta. O mesmo ocorreu com o GMET poucos meses depois.

Considerações finais

Considerando a realidade dos dois grupos de mulheres assentadas em áreas rurais próximos a centros urbanos do interior do estado de São Paulo descrita no

³³ Idem nota 24

³⁴ Idem nota 24

texto, fica evidente a situação de vulnerabilidade das agricultoras. Contribui para essa situação a negligência do Estado, reflexo da inexistência de uma política de reforma agrária consistente em São Paulo e sensível às questões de gênero e trabalho, de auto-organização produtiva e comercial de grupos populares e de crédito popular.

Nosso entendimento, críticas e práticas partem do pressuposto de que a sociedade está dividida entre exploradores(as) e explorados(as), oprimidos(as) e opressores(as). Assim, consideramos fundamental fortalecer econômica e politicamente as mulheres, contribuindo para maior autonomia e maior poder de contestação, através da abordagem das questões de gênero, de classe e de tecnologia.

Diante disso, experimentamos novos instrumentos e alternativas como: vivências e trocas de experiências produtivas e organizacionais; novas formas de escoamento da produção; e novas formas de gestão de recursos financeiros. Ainda que tais práticas sejam limitadas e paliativas, elas dão respostas concretas às necessidades materiais imediatas e apontam para novas possibilidades de auto-organização.

Assim, esperamos que a leitura deste artigo tenha sido tão rica e proveitosa àqueles que o leram quanto foi para a Equipe Agricultura no momento de sua concepção. Sabemos que os problemas enfrentados pelos grupos com os quais trabalhamos são muito semelhantes aos problemas de grupos populares em todo o país, guardadas as especificidades regionais, as soluções apresentadas podem ser úteis em outros contextos. Esperamos ainda que as tentativas e erros metodológicos e práticos da ITCP/UNICAMP venham contribuir para outros trabalhos e que sigam esse processo de sistematização e construção de novas experiências e práticas autônomas.

Bibliografia

BERGAMASCO, Sônia M. e NORDER, Luís A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo, Brasiliense, 1996.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural**. Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v.1, n1, jan./mar.2000.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PETRONE, Maria Thereza. **A lavoura canavieira em, São Paulo: a expansão e declínio 1765-1851**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1968.

SILVA, Sérgio. **A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SILVA, Lucia Helena Oliveira. **Diásporas internas depois da emancipação**. Anais do encontro da Associação Nacional dos professores Universitários de História, 2011. disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300871839_ARQUIVO_Diasporasinternasdepoisdademancipacao.pdf, acessado em maio de 2012.

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: Emilio, M. et al. (Org.). Trabalho e cidadania ativa para as mulheres. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP, dez. 2003.

NOBRE, M. **Introdução à economia feminista**. In: Nobre, M.; Faria, N. (Org.). Economia Feminista. São Paulo: SOF, 2002. (Cadernos Sempre Viva).

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1987.

KERGOAT, Daniele; HIRATA, Helena. **Divisão sexual do trabalho profissional e do-méstico: Brasil, França e Japão**. In: Costa, Albertina O.; Sorj, Bila; Bruschini, C.; Hirata, Helena (Org.). Mercado de trabalho e gênero: comparações inter-nacionais. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 263-278.

Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres/ Alberto Di Sabbato; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; organização de Andrea Butto. – Brasília : MDA, 2009.

Reflexões e práticas sobre consumo, comercialização e finanças solidárias: contribuição crítica à Economia Solidária” (falta autores e data)

Internet:

Site da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária:
<http://www.abpfsf.com.br/ferrovias.htm>

Site oficial da Usina Esther:
<http://www.usinaester.com.br/Historico/historico.html>, acessado em maio de 2012.

Site Oficial da Rhodia
http://www.rhodia.com.br/pt/about_us/profile/timeline_latin_america.tcm, acessado em maio de 2012.

Site ITCP Unicamp
Projeto Político Pedagógico da ITCP-Unicamp, disponível em <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/?q=node/212>, acessado em junho de 2012.



Extensão e Autogestão na Construção Civil: reflexões sobre a experiência junto à Cooperativa União

Autores(as): Maria E. de Castro¹, Patrícia T. Silva², Fábio L. Pimentel³, Kleiton B. B. da Silva⁴

Resumo

Redigido a oito mãos, a intenção do presente artigo consiste em compartilhar as reflexões sobre uma experiência de extensão comunitária realizada pela equipe *Em Construção*, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), desenvolvida no município de Jandira, região metropolitana de São Paulo. A experiência sobre a qual objetivamos refletir é produto de um processo estabelecido pela referida equipe junto a um grupo de trabalhadores da construção civil, a *Cooperativa União*. Tem como referência a organização dos trabalhadores(as) para a construção da *Comuna Urbana Dom Hélder Câmara*, projeto que faz parte da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo esta sua primeira experiência urbana na região metropolitana de São Paulo. Procuramos apresentar questionamentos importantes sobre o trabalho e atividades realizadas entre a equipe *Em Construção* e a *Cooperativa União*, com destaque para a caracterização do setor de construção civil e à circulação do saber no canteiro, e a pertinência desta reflexão para o trabalho de incubação.

Palavras-chave: Educação popular e Extensão. Cooperativismo. Construção civil.

¹ Graduada em Ciência Sociais pela UNICAMP, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, mariaemilia@itcp.unicamp.br

² Graduada em Ciências Econômicas pela UNICAMP, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, patricia@itcp.unicamp.br

³ Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba, pesquisador-extensionista da ITCP/UNICAMP, fabiopimentel@itcp.unicamp.br

⁴ Graduado em Saneamento Ambiental pela UNICAMP, pesquisador-extensionista da ITCP/UNICAMP, kleiton@itcp.unicamp.br

Extensão e Autogestão na Construção Civil: Reflexões sobre a Experiência junto à Cooperativa União

Introdução

Caros leitores, este artigo, fruto das experiências da Equipe Em Construção busca estabelecer uma relação entre nossas reflexões e práticas de incubação, no sentido de dar vazão ao conhecimento adquirido e construído dialeticamente, através das práticas de extensão universitária junto aos trabalhadores(as). A equipe de incubação Em Construção, criada há quase 2 anos por educadoras e educadores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP (ITCP/ UNICAMP), surgiu com objetivo de acompanhar uma cooperativa de trabalhadores do setor de Construção Civil; até então, um setor desconhecido para a ITCP. A partir da noção de “saber popular” na construção civil, objetivamos compreender como ele circula dentro do canteiro de obras junto ao qual desenvolvemos nossas atividades de incubação. Para isso, apresentaremos, inicialmente, um breve histórico da aproximação da Equipe com a cooperativa União. Em seguida apresentaremos alguns aspectos da conjuntura econômica que incidem sobre o setor da construção civil, com o foco sobre o caráter manufatureiro deste, para então, adentrarmos na circulação do saber no canteiro da cooperativa União e, por fim, tecer algumas percepções pertinentes à discussão das relações de gênero, como a ausência das mulheres na cooperativa União.

Histórico da cooperativa

A Comuna Urbana Dom Hélder Câmara surge com um conjunto de famílias, moradores(as) de uma favela em uma área de várzea em Jandira, Grande São Paulo. Em 2005 há uma reintegração de posse pelo terreno que seria utilizado para ampliações da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos). Na ocasião os moradores(as) se organizaram para resistir e exigir uma resposta da prefeitura para o problema da habitação. Nesse momento contam com o auxílio do Padre João

Carlos, membro da Cáritas (Cáritas) e que já desempenhava papel importante junto aos moradores(as) da favela, e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) para organizar a luta e ocupar uma área a ser reivindicada. É a primeira experiência de comuna urbana realizada pelo MST.

Através da relação política entre o MST, a Cáritas e as famílias conseguem visibilidade para sua luta e conquistam financiamentos públicos para a construção de espaços habitacionais (128 casas) e sociais em um terreno em Jandira⁵. Parte do financiamento também previa contrato de assessoria técnica e, dessa forma, o MST convidou o Coletivo Usina⁶. Desse processo nasce o Projeto Comuna Urbana: 128 sobrados de 68 m² em uma área de 25.000 m², coletivizada entre os futuros moradores⁷. Nesse espaço soma-se a padaria, a creche, a horta coletiva, a praça e o anfiteatro.

A história da Equipe Em Construção se cruza com a história da Comuna Dom Hélder Câmara no início de 2010. Ao final de 2009 a empreiteira que cumpria o trabalho durante a semana abandona a obra por questões financeiras. Nesse momento os trabalhadores, que eram também futuros moradores, são desafiados pela Usina a continuarem o trabalho que estava sendo realizado pela empreiteira e para isso são incentivados a constituir uma cooperativa de trabalhadores da construção civil. A Usina, que já conhecia a metodologia da ITCP/UNICAMP, convida-a para auxiliar na incubação dessa cooperativa. A ITCP/UNICAMP passa então a assumir esta nova frente de trabalho.

Nas primeiras reuniões havia apenas cinco trabalhadores que eram, ao mesmo tempo, coordenadores da obra, da Comuna e da então denominada cooperativa “Treme Treme”, e seriam os únicos com quem a equipe teria contato por um período de quase um ano. Aqui já estavam presentes demandas concretas, como o auxílio para a formalização e contabilidade da cooperativa. Em pouco tempo já era possível identificar como problema a ausência dos demais trabalhadores. A preocupação da equipe voltou-se para essa questão. Por outro lado, não tínhamos total acesso à

⁵ Foram conquistados dois financiamentos: um pelo governo federal e um pelo governo estadual, que garantia a compra do terreno assim como a construção dos espaços. Em contrapartida as famílias complementariam (abateriam) o valor das casas através de mutirões nos finais de semana

⁶ Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado é uma assessoria técnica interdisciplinar que apoia os movimentos de luta por moradia e sem-terra na produção de seu espaço construído (habitações, centros comunitários, escolas, praças, etc). Fundamenta-se na educação popular para desenvolver projetos arquitetônicos participativos. Para saber mais, ver site: www.usinactah.org.br

⁷ Até o presente momento as famílias ainda não se mudaram para as casas, ainda falta o cumprimento da prefeitura com relação à infraestrutura.

forma como eram realizadas as retiradas⁸, apenas algumas informações que transpareciam uma diferenciação não esclarecida entre os coordenadores da cooperativa e os demais trabalhadores.

Aos poucos os coordenadores, responsáveis por funções burocráticas e pelos pagamentos, se assemelham a figura da empreiteira, isto é, do patrão.⁹ Depois de conflitos internos a cooperativa que, concretamente era constituída por cinco trabalhadores, se desmanchou. A equipe, aquém da situação, mas incomodada com isso, descobre o fim da “Treme Treme” quando decide ir até a obra depois de dois meses sem realizar oficinas de incubação. No início de 2011 é a primeira vez que a equipe conhece os demais trabalhadores, que estavam dispostos a avaliar a experiência da “Treme Treme” e reassumir o trabalho da obra de maneira cooperada.

Tem início, então, uma nova fase de incubação; a cooperativa, que viria a se chamar União, passa a ser formada por trabalhadores que até então estavam fora do processo de formação. Tal situação exigiu um recomeço. A demanda mais expressiva continuava sendo a da formalização, o que se configurou como um *tema gerador* e que propiciou à equipe Em Construção realizar diversas oficinas a partir daí. Retomamos temas já abordados, mas com a participação de mais trabalhadores. Foi seguido um planejamento, que culminaria na formalização.

Os temas eram, e continuam sendo, trabalhados em suas esferas técnicas e políticas, sem uma separação delas, para que assim a compreensão sobre as escolhas que estavam sendo feitas pelos trabalhadores e pela equipe de incubação não perdesse seu caráter ativo de ação e transformação das relações de trabalho.

Atualmente, a cooperativa de construção civil União, encontra-se em processo de formalização, processo este burocrático e demorado. Além disso, com o fim das obras das casas da Comuna, os trabalhadores foram para outras obras de maneira individualizada, o que dispersou o grupo, dificultando também o trabalho de incubação.

Para além de um relato gostaríamos de cercar essa experiência com os assuntos que ampliam nossa compreensão sobre ela e nos ajuda a afirmar como o saber popular com que tivemos contato circula dentro do canteiro de obras. Dessa forma, vamos apresentar brevemente a conjuntura do setor da construção civil, setor este pouco apropriado pelas experiências da economia solidária. O objetivo deste

⁸ As retiradas são a forma como os cooperados dividem a remuneração.

⁹ Essa avaliação foi feita em uma reunião de incubação, pelos trabalhadores.

capítulo é focar nas características do setor e seus desdobramentos na Cooperativa União.

A recente conjuntura político, social e econômica do setor

Uma incursão pelo estudo do setor da construção civil objetiva abrir a perspectiva de abordagem da especificidade da política de habitação nacional neste contexto, permitindo também, localizar neste a experiência da cooperativa União.

A política habitacional brasileira recente aponta a confluência entre Estado, capital financeiro e mercado em que, desde os anos 1990, vêm se constituindo mecanismos jurídicos e institucionais que promovem a ampliação e a consolidação da produção privada de moradias, também, para uma faixa de renda familiar que não era o foco do mercado formal atendido pelas grandes empresas. De modo que, a posição de ator central na política brasileira de habitação, passou a ser ocupada pelo mercado imobiliário.

Em 2010, segundo dados do PIB o setor de construção civil acompanhou a tendência nacional de crescimento, com taxa de 11,6%, o melhor desempenho dos últimos 24 anos. A junção de recursos públicos e privados vem desencadeando nos últimos anos um rápido crescimento da produção de moradias dessas grandes empresas, direcionado para um público que pode acessar o crédito habitacional pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), *segmento econômico*, como denominado pelo mercado imobiliário que direcionou seus interesses para produção de imóveis residenciais com valores de até R\$ 200.000, 00 voltados para famílias com renda mensal de três a dez salários mínimos. Em 2008, mais de setenta e 8 mil unidades habitacionais foram lançadas por este segmento, o que configura um aumento de aproximadas 9 vezes em apenas 2 anos, se comparadas com as 8500 unidades no ano de 2006.

Decorrente da articulação recente entre Estado e mercado na política habitacional, Shimbo (2010) denomina este segmento econômico como a *habitação social de mercado*, aproximando dois nomes que corresponderiam anteriormente a diferentes sistemas de financiamento, o “social” e o de “mercado”.

No Brasil, é a partir da intervenção estatal na habitação da era Vargas que se formula o conceito de “habitação social” que, segundo Bonduki (1998), é a

habitação produzida e financiada pelo Estado destinada à população de baixa renda. Interessante notar que houve, historicamente, diferentes nomes atribuídos a esse tipo de produção (popular, econômica, social) e que hoje são apropriados pelo mercado imobiliário (o segmento econômico, o segmento popular, o segmento para baixa renda etc.) para designar esse seu “novo” nicho lucrativo de atuação (SHIMBO, 2010, p. 24).

O que queremos destacar dos elementos levantados é que a experiência da cooperativa União, uma cooperativa de construção habitacional com acesso a recursos públicos de financiamento para habitação popular, está inserida no setor econômico mais dinâmico da atual conjuntura econômica e na contramão da estrutura dominante da produção habitacional. Essa experiência é possível uma vez que a cooperativa União nasce pelas possibilidades abertas pela luta do MST. Seguiremos com a discussão acerca da base produtiva do setor de construção civil, pois entendemos que esses dois aspectos – a conjuntura e a base manufatureira do setor – são de suma importância para desenvolvermos o tema central deste artigo: a circulação de saber no canteiro.

O setor da construção civil é manufatureiro

Como parte fundamental das discussões que propomos para este artigo, encontra-se a caracterização da base produtiva¹⁰ do setor de construção civil. Esta será feita a partir de dois principais autores: Sergio Ferro e Nilton Vargas. Ambos os autores fazem a discussão sobre o setor com base na *Crítica da Economia Política*¹¹ com um posicionamento claro sobre as consequências desta base produtiva, qual seja, a precarização do trabalho em canteiros pouco maquinizados, ao mesmo tempo em que a apropriação do trabalho dos trabalhadores não pode ser completamente alienado, deles. Além disso, assumiremos o recorte considerado por Vargas para a análise desse setor que tantas complexidades apresentam, portanto, que o foco está na construção habitacional, o que condiz com a experiência da Cooperativa de Construção Civil União.

Segundo Vargas (1986), as desigualdades setoriais não seriam fruto de um desajuste produtivo, quase um efeito colateral indesejado. O que seria um setor

¹⁰ Chamamos aqui de base produtiva a estrutura, a forma de produzir sobre a qual se assenta a produção, neste caso, trata-se da manufatura, que é a base da construção civil habitacional.

¹¹ A discussão proposta por ambos os autores tem como fundamento teórico a crítica marxista à Economia Política elaborada em *O Capital* (1867).

marginalizado e em atraso, no sentido de não obedecer às introduções tecnológicas de produção e de gestão é, na verdade, uma intencionalidade característica do processo de desenvolvimento desigual e combinado, no qual os setores em “atraso” serviriam para que outros setores pudessem avançar e o desenvolvimento das forças produtivas no conjunto da sociedade pudesse ser mantido. O setor de construção habitacional desempenha, então, o papel fundamental de setor atrasado, caracterizado assim por sua base produtiva manufatureira.

É muito comum que se estabeleçam certa linha evolutiva do desenvolvimento do processo produtivo, como se uma forma anterior tenha necessariamente que ser superada por outra para que tenha havido um avanço. Porém, não é assim que a organização da base produtiva de maneira geral está arranjada; nem a base artesanal, nem a manufatureira, nem a fordista, deixa de existir porque outras formas de organização produtiva foram criadas, o que acontece é que as novas formas de organização produtiva são aplicadas a setores diferentes de acordo com uma intenção, que no caso da sociedade atual é a taxa crescente de lucro (FERRO, 2002).

Com essa finalidade, a base produtiva na construção civil se desenvolve de maneira que possa manter-se manufatureira, esse fato se manifesta principalmente pela relação entre quantidade de máquinas e de trabalhadores no processo produtivo, o que na construção civil no caso brasileiro (e é deste que falaremos neste artigo) é evidente. Nos canteiros, ainda que apresentem algum maquinário, a produção é intensiva em mão-de-obra. Não é incomum canteiros de obra como o caso da construção de Brasília (1958), da hidroelétrica de Belo Monte (2012), e a reforma do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014 em que se observam milhares de trabalhadores em meio a algumas dezenas de equipamentos e maquinário.

Para além da composição dos fatores de produção (mão-de-obra e máquinas), algumas outras características importantes também estão presentes nos canteiros de obra, a divisão do trabalho estabelecida na construção civil habitacional é uma delas.

Os canteiros de obra tradicionais apresentam uma divisão do trabalho bastante hierarquizada, necessária para que o controle da produção e do trabalho permaneça nas mãos das empreiteiras bem como a decisão de produção e dos seus meios; separação entre concepção e execução, em que a execução é a parte que cabe ao “peão” de obra, ao trabalhador.

Essa relação evidencia a contradição entre capital e trabalho, em que a sua representação se dá na figura do engenheiro e do mestre de obras, respectivamente. O primeiro é possuidor do projeto, conhece o processo produtivo; o segundo é o técnico que tem acesso ao projeto e o traduz, o que garante a execução pelos pedreiros. Existe uma sequência de transmissão de informação que é mantida por essa divisão do trabalho, garantindo o controle sobre a produção. Não obstante, o controle por parte das empreiteiras sobre o trabalho é dificultado, diante da predominância da oralidade como forma de transmissão do conhecimento entre os trabalhadores no canteiro (VARGAS, 1986: 197).

Tendo em vista as características do setor manufatureiro descritas acima, trataremos da circulação do saber na sua relação com a apropriação da técnica na produção do espaço.

O saber popular e sua circulação na obra

Durante os anos de 1980, no auge da educação popular de base, surgem algumas sistematizações de experiências importantes para qualificar o saber popular, questionando uma visão corrente na esquerda de que as classes populares tinham um saber primitivo, mítico/folclórico, como reflexo direto da ideologia dominante. Uma dessas sistematizações traz as seguintes características para o saber popular:

- a presença de um saber inerente à experiência de vida e mais especificamente, às diversas práticas que essa experiência comporta;
- de um saber que percebe, que analisa e que tem “seus caminhos”;
- de um saber que, pelo fato de fazer parte da experiência de vida, faz parte das relações sociais que a perpassam. Relações essas que se apresentam de diversas maneiras e que aparecem nos depoimentos com roupagem diferente (MUÑOZ, 1983, p. 15).

O saber das classes populares está íntima e dinamicamente ligado com a prática, com a vivência, com as resoluções dos problemas do cotidiano, que, quanto mais complexos, exigem respostas cada vez mais elaboradas, que vão surgir novamente dos testes, das experimentações. Esse é o próprio caminho da educação, este que, segundo Paulo Freire (1994), não é a preparação para a vida, mas antes a própria vida em movimento.

No saber popular, não há a distinção imediata entre teoria e prática, não há etapas estanques, do tipo uma primeira conceitualização/teorização abstrata e depois, a aplicação à realidade. O saber-fazer soma a explicação com a demonstração. Não é linear ou homogêneo. O processo e a forma como ele é organizado é diferente do conhecimento científico, este reconhecido socialmente.

Outro elemento importante para apreender esse saber é situá-lo, entender onde ele ocorre. É um saber dominado, não valorizado socialmente, roubado em muitos momentos e transformado em técnicas de dominação. É contraditório e não homogêneo, comporta erros e ambiguidades, visto que imerso em relações contraditórias. E uma vez que o saber é forjado nas relações com o mundo e com os outros, o saber popular é um saber situado dentro de relações de classe.

Mesmo porque o político no e do saber popular [...] não está dado somente pelo fato dele perceber e questionar ou não o atual sistema de relações sociais, mas também pelo fato de ser constitutivo da prática do dominado das classes populares e das relações que a caracterizam (MUÑOZ, 1983, p. 32).

Dessa forma, como resposta concreta aos problemas reais é que encaramos o saber popular como um saber legítimo, e não apenas como reprodução vulgar da ideologia dominante. Não é o mesmo que dizer que esse saber é puro, porque isto não existe. “Na realidade o saber dominante e dominado interagem e se confrontam – um não existe sem o outro. Imaginar um saber sem o adjetivo popular é imaginar uma sociedade sem classes distintas” (GARCIA, 1979, p. 109).

Abordaremos a seguir como o conhecimento circula dentro de um espaço privilegiado, um canteiro de obras da construção civil. Privilegiado porque as características do setor permitem maior circulação de conhecimento, assim como o domínio das ferramentas de trabalho garantem o aprendizado prático. Também é privilegiado porque neste caso em que a produção é em regime cooperado abrem-se possibilidades de decisão democrática que tornam o conhecimento mais igualitário e menos hierarquizado.

O saber-fazer da construção civil

A técnica da construção civil é um conhecimento prático, transmitido de forma oral e através da observação. O saber-fazer da construção é reforçado pela

prática e pela posse dos instrumentos de trabalho, o que pode ser evidenciado ao observarmos o trabalhador - que detém a técnica e instrumento de trabalho – executando o trabalho, como o de colocar a massa entre um bloco e onde é necessário a colher de pedreiro e a técnica de utilizá-la, além do conhecimento prático de como acomodar melhor os blocos.

Esta é outra característica da construção civil que interage dialeticamente com a transmissão do saber-fazer, a pouca mecanização se comparado com outros setores industriais. Aqui o saber ficou mais nas mãos do trabalhador do que em outros setores. As ferramentas são relativamente simples e elaboradas pelos trabalhadores do canteiro. Observamos essas ferramentas no dia-a-dia, mais especificamente quando participamos de um dia na obra, trabalhando junto com os pedreiros e aprendendo a usar as ferramentas como o prumo, a colher, o nível, a régua, a trena, a desemboladeira ou desempenadeira. Um dia no mutirão significava para a equipe se aproximar do dia a dia dos pedreiros, evidenciar os vários trabalhos que existem dentro de um canteiro, principalmente a diferença entre o trabalho do pedreiro e do ajudante, que nos ajudaria a pensar as retiradas, além de reconhecermos na prática como circula o saber entre eles. Essa vivência nos deu elementos para pensarmos metodologias para as oficinas onde os pedreiros mais experientes socializariam com os pedreiros e ajudantes mais novos.

Outro momento em que tivemos contatos com as ferramentas aconteceu quando os trabalhadores, da cooperativa União, deram uma aula sobre Construção Popular no Curso de Formação de Monitores da ITCP/UNICAMP. O prumo feito por eles e apresentado na hora de construir uma parede no meio da sala de aula é o mesmo há anos, desde o começo do século XX, como observamos em instrumentos de trabalho no Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, no estado do Paraná.

Assim, a prática é a sistematização do saber popular. E a sua circulação se realiza através da transmissão oral e prática, dos mais velhos e/ou experientes, para os mais novos.

Durante quase toda a história social da humanidade a prática pedagógica existiu sempre, mas imersa em outras práticas sociais anteriores. Imersa no trabalho: durante as atividades de caça, pesca e coleta, depois, de agricultura e pastoreio, de artesanato e construção. Ali os mais velhos fazem e ensinam e os mais moços observam, repetem e aprendem (BRANDÃO, s/d, p. 10).

O repasse do pedreiro mais velho e experiente para o ajudante diz isso, que os trabalhadores reconhecem que a experiência prática qualifica os ajudantes e os tornam capazes de realizar atividades mais complexas e elaboradas. Isso ficou claro quando eles escolheram em uma reunião que os trabalhadores deveriam decidir, entre outras coisas, quais dos trabalhadores iriam trabalhar em uma nova obra. Segundo a ata da reunião “o critério para a escolha dos pedreiros para o serviço será técnica e os que não tiverem ‘competência’ suficiente, então, terão que ir como ajudantes-aprendizes de pedreiros, isto para não correr o risco de se ter um trabalho deficiente e por consequência atingir a credibilidade dos demais profissionais e da Cooperativa”¹². Essa preocupação com a qualidade do trabalho esteve presente durante a construção das casas da Comuna, de modo que acreditavam que aquela experiência os qualificaria para outras obras.

Observamos mais um elemento do saber fazer prático e as críticas com relação ao mestre de obras. Segundo os trabalhadores o mestre de obras que a cooperativa escolher deve saber fazer e não só saber coordenar a obra, deve colocar a mão na massa e ouvir as opiniões dos pedreiros. Há, de forma não homogênea, recusas e reafirmações da hierarquia dentro do canteiro de obras, mas que são discutidas constantemente, com potencial de resignificá-las. Se por um lado optam por valores diferentes de retiradas para cada tipo de trabalho,¹³ por outro lado, discutem o porquê dessa forma de retirada, o que diferencia o trabalho de um e de outro, em que lugar isto será decidido.

Os conhecimentos matemáticos e abstratos também são característicos do trabalhador da construção civil, que detém o projeto na cabeça, embora isso esteja se perdendo com a produção imobiliária e a interferência do engenheiro/administrador na produtividade do pedreiro. As operações matemáticas das oficinas que envolviam contabilidade foram rapidamente resolvidas pelos pedreiros mais ativos. Assim acontece porque a técnica de construir envolve habilidades matemáticas, desenvolvidas por quem trabalha com isso e não com uma calculadora o tempo todo.

Por exemplo, a distribuição dos blocos de determinado comprimento numa parede de extensão conhecida, necessariamente envolve um cálculo da quantidade de blocos que são necessários para construir uma fiada¹⁴ naquela parede. Em segundos são realizados cálculos de multiplicação do tipo:

¹² Ata de reunião da Cooperativa União, 2012, 14 de abril.

¹³ Em reuniões de incubação ouvimos dos trabalhadores: “pedreiro ganha mais que ajudante”.

¹⁴ Fiada é uma fileira de blocos que compõem uma parede

$$Y = X \cdot 0,25$$

Y = tamanho da parede

X = quantidade de blocos necessários

0,25 cm = comprimento do bloco

Ainda nestes cálculos são capazes de realizar fracionamentos, quando necessário usar meio bloco ou 2/3 dele. Cálculos do volume e das proporções de cimento e areia necessárias a esta atividade, mesmo feitos sem o auxílio de equipamentos de precisão, podem promover a minimização do desperdício de material no canteiro. A mesma lógica é utilizada nas projeções de produção e finalização de uma obra, determinando quantas horas de trabalho e quantas mãos seriam necessárias para cada serviço.

Porém se de um lado observamos as qualidades técnicas do saber fazer do pedreiro, por outro lado o processo que vem se acentuando é da deslegitimação do saber-fazer do trabalhador, acompanhando o ritmo acelerado das obras. O trabalhador é roubado no seu conhecimento, cada vez mais fragmentado e especializado, que só é valorizado pelo profissional com formação universitária (premissa de um país elitista como o Brasil) e, graças aos contratos de curta duração e flexibilizados (fenômeno da terceirização) os trabalhadores não tem mais o tempo disponível para o aprendizado, nem para construção de laços de classe, representados pela relação de educadores e aprendizes. Também não tem mais tanto poder de decisão, que foi transferido para os técnicos, os verdadeiros detentores do projeto, do saber científico, etc. Esse momento do processo reforça ou recria a distinção entre concepção e execução.

De acordo com Ewbank (2007), a reestruturação dos serviços alterou o modo de controle do trabalho. Quando temos trabalhadores individualizados o controle do trabalho é assumido pelo mercado, estrutura esta difusa e pouco regulamentada. A liberdade do trabalhador de controlar o ritmo de trabalho é convertida em controle pelo mercado consumidor de seu serviço. “Essa liberdade permitiu certa apropriação do trabalhador sobre uma fatia maior do processo produtivo sem a devida compensação salarial” (EWBANK, 2007, p. 88).

Dessa forma, uma cooperativa de trabalhadores da construção civil apresenta possibilidades para a organização do trabalho de maneira coletiva e não individual, com consequências para a sua resistência no mercado de trabalho. Porém, antes de

concluirmos nos desafiamos a apresentar/aprofundar uma percepção da Equipe Em Construção sobre uma característica desta cooperativa que a difere de outras cooperativas típicas da Economia Solidária: a Cooperativa União é uma cooperativa de homens.

Divisão Sexual do Trabalho e Construção Civil

A discussão sobre a divisão sexual do trabalho é refletida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária de Relações de Gênero (Gepes de Gênero) da ITCP-UNICAMP como eixo estruturante da nossa prática de incubação. Além das atividades junto à cooperativa de construção civil, a ITCP/UNICAMP desenvolve atividades junto a grupos vinculados a outras cadeias produtivas: agricultura familiar e resíduos sólidos, cadeias estas com presença incisiva da Economia Solidária. Característica dessas cadeias é a presença massiva das mulheres nas cooperativas. O que não se observa na cooperativa vinculada à cadeia de construção civil habitacional. Por isso queremos neste artigo registrar a percepção da equipe Em Construção acerca da ausência das mulheres na cooperativa União. Para ajudar a compreender o que se observa na prática com a cooperativa União, usaremos o seguinte conceito de divisão sexual do trabalho:

é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada historicamente e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA e KERGOAT, 2007, 599).

Há, de acordo com essa perspectiva, dois princípios organizadores de forma particular da divisão social do trabalho: o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio hierárquico* (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a *ideologia naturalista*, que rebaixa o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao “destino natural da espécie”.

Dissemos, anteriormente, que um dia no mutirão significava a aproximação com o dia a dia do trabalho no canteiro e elementos que o compusessem. Dentre

estes elementos, evidenciou-se, como exemplificado, diferenças entre pedreiros e ajudantes. Entretanto, sensibilizados pelas discussões realizadas no âmbito do Gepes de Gênero, e suas implicações sobre a estruturação de nossas práticas de incubação, outra *diferença* seria evidenciada: o canteiro de obras é atravessado pela *divisão sexual do trabalho*. De modo que, no que tange a esta *divisão*, nossas metodologias foram colocadas diante de um desafio, o da incorporação de uma *práxis* que contribua para a sua desconstrução.

Considerações Finais

Neste artigo tentamos trazer a reflexão acerca do trabalho desenvolvido com a cooperativa de construção civil União e as especificidades da cadeia produtiva a qual ela faz parte. Essa atuação trouxe para a ITCP/UNICAMP contribuições importantes para sua metodologia e prática de incubação. O setor da construção civil, por ser manufatureiro, apresenta elementos importantes para a organização do trabalho e controle deste por parte dos trabalhadores. A presença massiva da força de trabalho em um setor de grande dinamismo econômico faz com que os conflitos entre capital e trabalho sejam evidenciados e extremados. Por isso, a discussão sobre a circulação do saber no canteiro é um elemento de resistência dos trabalhadores diante da apropriação do capital das técnicas desenvolvidas pelos trabalhadores, ainda que haja uma divisão do trabalho bastante hierarquizado entre elaboração (empresa/ engenheiro) e execução (trabalhadores/ pedreiros) do projeto de construção. Outro elemento importante que deve ser destacado é a ausência das mulheres nos canteiros em que o trabalho de construção é remunerado, e de sua presença massiva nos canteiros em que não são, como é o caso dos mutirões. A metodologia de incubação da ITCP/UNICAMP tem como eixo estruturante as relações sociais de gênero, por isso não poderíamos deixar de perceber esse traço marcante da construção civil.

Gostaríamos também de destacar a singularidade da experiência da Comuna Urbana Dom Helder Câmara, no que diz respeito à ocupação do espaço urbano, onde o papel Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi central na organização e conquista deste espaço. Derivou deste contexto o processo que culminou na cooperativa União.

A cooperativa é um espaço de formação, de qualificação, que vai além do banco da escola ou do manual, onde o trabalho é o próprio meio de aprendizagem.

Quantas vezes ouvimos que os trabalhadores estavam aprendendo uma profissão na obra, principalmente os jovens advindos do Nordeste do Brasil. A experiência de trabalhar um dia na obra, ao lado dos pedreiros mais experientes, apresentou para nós esse elemento de um canteiro que tem menos hierarquia e controle externo. E se há a possibilidade de decidir sobre esse trabalho, há a possibilidade de desalienação. Os trabalhadores sabem fazer. É preciso poder decidir como fazer. Essa dimensão da autogestão só é possível dentro de outra forma de organização do trabalho.

Por fim, consideramos que a nossa metodologia de incubação, em uma relação dialética com as especificidades do setor e com o conhecimento popular presente no canteiro da obra da Comuna Urbana Dom Helder Câmara, com a cooperativa União, contribui com o conhecimento técnico produzido na academia principalmente por se tratar de uma equipe multidisciplinar, que tenta contemplar diversas áreas do conhecimento. Entendemos, com isso, que essa é a relação de formação que pretendemos estabelecer nos processos de incubação.

Bibliografia

ARANTES, P. F.; HIRAO, F. H.; LAZARINI, K. **Metodologia de projeto arquitetônico participativo em empreendimentos habitacionais autogeridos em São Paulo - A experiência recente da assessoria técnica Usina junto aos movimentos populares de sem-teto (UMM) e sem-terra (MST)**. Córdoba, 5º Seminário Latino-americano de Ciência e Tecnologia para o Habitat, 2010.

BENOIT, Lelita Oliveira. **Arquitetura e luta de classes: uma entrevista com Sérgio Ferro**. Crítica Marxista, Campinas, n. 15, 2002. Disponível em: <http://www.UNICAMP.br/cemarx/criticamarxista/EntrevSFerro.pdf>

BRANDÃO, Carlos Eduardo. **O que é educação popular**. Disponível em: http://sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/o_que_ed_popular.pdf

_____. **O que é Método Paulo Freire**. Disponível em: http://sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/oque_metodo_paulo_freire.pdf

CASTRO, Maria E.; FIGUEIREDO, Igor S.; NOVAES, Henrique T. **Relatório apresentado a ITCP – UNICAMP – Equipe Em Construção**. Campinas, UNICAMP, julho de 2010.

DIEESE, *Estudos e Pesquisas*, nº56, abril de 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/estPesq56ConstrucaoCivil.pdf>.

EWBANK, Eduardo Galli. **Auto gestão: possibilidade de organização da força de trabalho na Construção Civil e suas implicações**. Dissertação apresentada na FAU/USP, São Paulo, 2007.

FERRO, Sérgio. **Notas sobre a Usina**, 2004. Disponível em: <http://www.usinactah.org.br/files/depoimentosergioferro.pdf>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

HATOUM Milton. **Moradia e (in)dignidade**. Publicado no jornal Estado de S. Paulo. 27 de agosto de 2011. Disponível em: http://www.usinactah.org.br/files/artigo_hatoum.pdf

KERGOAT, Danièle. **Divisão Sexual do Trabalho**. In: HIRATA, Helena. [et al]. Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo, Editora Unesp, 2009.

MUÑOZ, José Vicente. **O saber das classes populares e a prática da educação popular**. Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação no Instituto de Estudos Avançados em Educação/FGV, Rio de Janeiro, 1983. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9086/000044823.pdf?sequence=1>

OLIVEIRA, Sandro, **Espaços sociais contra-hegemônicos: organização e autonomia de trabalhadores na comuna urbana do MST a partir de suas relações de produção**. Trabalho de Conclusão do Curso e Especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina – 2009/2010.

PARENTI, Maria Gabriela Faical. **Trabalhadores da construção civil e a experiência escolar: significados construídos**. UFMG, 1998 (?). Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/anped/1807T.PDF>

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Tese de Doutorado, 2010.

SILVA, Fernando. **Artistas, construtores e engenheiros**. In: Operários sem patrões. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

SILVA, Cassiana Rodrigues Alves, **Autogestão no canteiro de obra: a experiência de uma cooperativa de trabalhadores da construção civil**. Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária de Processos Pedagógicos, ITCP/UNICAMP. 2011.

Documentário: **Capacetes Coloridos**, Paula Constante (2007) - 32'42".



Problemas e Entraves na Gestão de Resíduos Sólidos: Desafios na Construção da Rede Solidária na Cidade de Campinas-SP

Autores(as): Grupo de Trabalho Resíduos da ITCP/UNICAMP

Resumo

A intenção deste texto é fundamentar a atuação da ITCP/UNICAMP junto aos (às) trabalhadores (as) de triagem de resíduos sólidos da cidade de Campinas. A incubadora atua nesse segmento desde 2003 e até a presente data já incubou 4 cooperativas das 14 existentes no município. Nesse processo não nos restringimos apenas às questões enfrentadas particularmente por cada uma delas, mas travamos diálogo com o conjunto de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), com as outras duas incubadoras (Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo -CRCA e Ecologia e Dignidade Humana-EDH), com o poder público e outros parceiros, por meio do Grupo de Trabalho em Resíduos Sólidos (GTRS). Também priorizamos o apoio à Associação (ACOOOP) criada pelas 14 cooperativas do segmento cooperativas com o objetivo delas avançarem coletivamente em algumas questões enfrentadas pelo segmento. A nosso ver, é esse tipo de organização, gerida pelos (as) trabalhadores (as), que realmente tem o potencial para coletivizar e pressionar por melhorias no setor. É também com esse intuito que organizamos, desde 2004, os “Encontros de Cooperativas”, que, em Janeiro deste ano, teve a sua quarta edição realizada. Nesses encontros são convidados todos os EES de diversos segmentos de Campinas e região. Devido ao grande número de cooperativas de triagem de resíduos sólidos de Campinas, questões específicas relativas a este segmento sempre transpareceram nas diversas edições do Encontro. Por meio desse texto pretendemos refletir sobre questões, problemas e entraves enfrentados por esse segmento, além de reafirmar nosso compromisso com os (as) trabalhadores (as) de triagem de resíduos sólidos de Campinas.

Palavras-chave: Resíduos sólidos, cooperativas de triagem, Economia solidária.

A contração insolúvel que atravessa o âmago da sociedade moderna é a contradição entre a sua necessidade de excluir as pessoas da gestão de suas próprias atividades e ao mesmo tempo requerer a participação delas, sem a qual ela ruiria. Essas tendências se expressam por um lado na tentativa dos burocratas de converter homens em objetos (pela violência, pela mistificação, por novas técnicas de manipulação – ou “sonhos materiais”) e, por outro lado, na recusa humana de permitir que sejam tratados dessa forma.

Solidarity, “França, 1968”, in Paris: Maio de 1968, p75.

Problemas e Entraves na Gestão de Resíduos Sólidos: Desafios na Construção da Rede Solidária na Cidade de Campinas-SP

Introdução

É evidente, aqui, que o capitalismo entrou numa fase de ‘irracionalização galopante’. A produção industrial retoma o modelo agrário; como este, busca colher o máximo possível em todas as estações, acreditando-se sempre ameaçada pela penúria; por outro lado, é aparentemente cíclica, porque só a deterioração programada das coisas permite continuar produzindo sempre. Mas, na realidade, a produção industrial é ‘acumulativa’ e este aspecto ‘volta sob a forma da poluição que ela produz’ (JAPPE , 1999:135)

Enquanto um sistema produtor de mercadorias, o capitalismo se caracterizou historicamente por seu constante movimento de expansão. Um dos mecanismos essenciais é a ascendente produção de mercadorias supérfluas e de produtos com durabilidade cada vez menor. Isso se deve muito mais a uma verdadeira engenharia da produção de obsolescência programada - incluindo nesta, a intensa propaganda de que os modelos anteriores são ultrapassados estéticamente e tecnologicamente, simplesmente “não prestando mais” - do que pela deterioração material própria desses produtos. Um dos efeitos colaterais desse mecanismo é o aumento do descarte, ou seja, da produção de lixo. Com a redução da vida útil das mercadorias e o incentivo ao consumo desenfreado, tudo que antes já ia para o lixo agora vai para lá muito mais rapidamente.

A questão do lixo ou a produção de resíduos sólidos urbanos se tornou um dos principais temas de debate ambiental nas metrópoles de todo o mundo. O lixo é uma evidência da insustentabilidade de um sistema que tem como fim soberano a acumulação do capital por meio da produção de mercadorias. Além de ser uma séria

questão ambiental, esta insustentabilidade se manifestou nos países da América Latina em sua aparência social. Para citar somente três países que adequaram sua sociedade à reprodução do capital financeiro, resultando no aumento do desemprego, subemprego e desemprego estrutural, na Colômbia os chamados recicladores de lixo, na Argentina os *cartoneros* e no Brasil os (as) catadores (as) possuem em comum o fato de tirarem o seu sustento do material do que foi descartado por residências, supermercados e fábricas.

O local de trabalho dessas pessoas é a rua, o lixão ou mais recentemente, a cooperativa ou associação. Os lixões localizados nas periferias das cidades tornaram-se fonte de sobrevivência de populações excluídas que reaproveitam e vendem os materiais coletados. No entanto, não faltam no Brasil exemplos de leis que dificultam ou impedem o trabalho dos (as) catadores (as) nas cidades como, por exemplo, por meio da proibição da circulação das carroças de tração animal em Campinas; ou de tração humana, em São Paulo. Em nível nacional, muitos casos - aliados à falta de políticas públicas que proporcionem efetivamente uma vida digna a essa população – demonstram que, para o Estado, *“reciclador é excluído a ponto de ser considerado redundante, eliminável, como é o lixo no qual procura materiais recicláveis”*. (Rodriguez, 2002: 339). Tais políticas objetivam amenizar a aparência da exclusão e empurrá-la para as periferias, para a cidade oculta.

Apesar disso, o processo de exclusão social não acontece sem resistência. Os (as) catadores (as) protestam, formam coletivos, constituem cooperativas e organizam um Movimento Nacional. O Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR) surge a partir de organizações regionais - como a federação de associações de recicladores do Rio Grande do Sul, fundada em 1998 - e ganha caráter nacional em 2001, com o 1º Congresso Nacional de Catadores, em Brasília.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um ante-projeto de lei que regula a profissão **catador de materiais recicláveis** e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis (MNCR, 2001).

Ainda que o reconhecimento do catador como categoria profissional tenha sido a bandeira inicial do movimento, a autogestão, a democracia direta e a estruturação do movimento a partir de bases orgânicas figuram entre seus princípios.

Origem do Programa de Economia Solidária em Campinas

Houve uma determinação do Prefeito Municipal Antônio da Costa Santos para que, findo o prazo de contratação emergencial, esses trabalhadores fossem organizados em cooperativas, através da recém criada Secretaria de Governo.

Importante destacar que o programa de governo do partido dos trabalhadores pautava essa forma de geração de trabalho e renda:

- a) implantação de programas específicos para desempregados, para organizar e ocupar os diversos segmentos sociais em atividades contratadas pela Prefeitura, com garantia de condições dignas de trabalho e remuneração.
- b) contratação de serviços de pequenas obras e manutenção da cidade através de cooperativas autônomas de desempregados.
- c) criação de incubadoras como órgãos de assessoria de cooperativas de produção e prestação de serviços, para todos os aspectos legais, sócio-organizativos, administrativos, econômicos e específicos à natureza de cada associação cooperativa, assegurando o seu caráter autônomo, autogestionário e democrático.” (MARCONSIN,2008: 217)

Em 1999 foi criado o Programa de Cooperativas de Desempregados no Município de Campinas através da Lei nº 10.039. Nesta mesma lei, a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) ficava autorizada a firmar convênios com entidades de fomento ao cooperativismo (Art. 3º).

Foi na gestão do Prefeito Antônio da Costa Santos (2000 – 2001) que este Programa ganhou maior consistência devido a uma postura política claramente favorável ao incentivo do cooperativismo para as áreas de limpeza urbana e merenda escolar. Em 2001 foram realizadas parcerias entre a PMC e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que desencadearam processos de formalização da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP, entidade que passava a assumir atividades continuadas de formação junto a grupos de pessoas interessadas no trabalho associativo.

O objetivo destas parcerias era alcançar as metas destacadas na epígrafe acima e a ITCP/UNICAMP teve papel fundamental neste processo na medida em que atuou para assegurar que os princípios cooperativistas fossem contemplados no processo de formação dos grupos, como por exemplo, o princípio da *adesão voluntária e aberta*, da *gestão democrática por parte dos sócios*, da *autonomia e independência*, etc. Dois anos após a criação da Lei nº 10.039/99 foi publicado o Decreto nº 14.265/03, nos quais estes e outros princípios, além do acompanhamento de uma incubadora foram apresentados como requisitos para a participação no Programa (Art. 7º, incisos III e VII). O Anexo II deste Decreto apontava a ITCP/UNICAMP como uma das 4 incubadoras reconhecidas pelo Município e a Lei 12.218/05 estabelece normas e critérios para incubação.

Neste período de concepção do Programa, o mesmo mostrava-se promissor e significava um avanço em termos de política pública no município. Ainda em relação a essa iniciativa, o assassinato do Prefeito Antônio da Costa Santos do PT (na noite do dia 10 de setembro de 2001, numa emboscada que não ficou esclarecida) significou um grande abalo na continuidade do Programa tal qual ele havia sido pensado.

Dentre as várias frentes previstas pelo Programa de Cooperativas de Desempregados no Município de Campinas, as cooperativas de triagem de resíduos sólidos se mostraram as mais viáveis. Ao mesmo tempo em que compõem o programa de geração de trabalho e renda, fazem parte da estruturação de uma política municipal de coleta seletiva.

Como parte integrante da política, foram criadas algumas instâncias tripartites envolvendo poder público, trabalhadores (as) e incubadoras (modelo de composição convencional em instâncias da Economia Solidária). A idéia era favorecer a aproximação entre gestores e trabalhadores (as), entre decisão e execução. Em 2001, foi criado o Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos (GTRS), por decreto do então prefeito Antônio da Costa Santos. O GTRS era constituído por diversas secretarias incluindo a de saúde, educação, meio ambiente e assistência social, pelas 14 cooperativas de triagem de resíduos sólidos, pelo Departamento de Limpeza Urbana (DLU) e pelas três incubadoras da cidade (CRCA, ITCP-UNICAMP e EDH). Nas palavras de Marconsin,

O processo de construção da política pública de economia solidária na área de reciclagem deu-se nesse espaço, pois nele os sujeitos do poder público,

da sociedade civil organizada, representada pelas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e dos empreendimentos solidários, debateram, propuseram, conflitaram, convergiram em inúmeras discussões sobre espaço de trabalho, equipamentos, qualidade e quantidade do material reciclado, vendas coletivas, áreas de coleta, campanhas de divulgação, etc. (Marconsin, 2008, p. 211)

O formato desse espaço é interessante no sentido de possibilitar e efetivar a co-gestão de uma política pública - prática bastante difundida nas gestões municipais do Partido dos Trabalhadores. Entretanto, ele está sujeito às oscilações do governo municipal. Ou seja, a co-gestão funciona bem enquanto o poder público se empenha e respeita a participação desse espaço. Quando não se mantém essa postura, o espaço rapidamente passa a ser um local de consulta, de informes ou ainda um mero balcão de negociação de interesses isolados dos empreendimentos. No caso específico do GTRS, o grau de compartilhamento das informações relativas ao desempenho da empresa conveniada para a coleta de resíduos talvez possa ser tomada como um indicador do nível de participação dos empreendimentos desejado pela coordenação do programa. Atualmente, as raras reuniões que há do grupo dependem totalmente da iniciativa do próprio poder público, são convocadas as incubadoras, e os trabalhadores (as) não têm nenhuma participação direta, apenas são representados indiretamente pela presidência da ACOOP (Associação das Cooperativas de Triagem e Manuseio de Resíduos Sólidos de Campinas e Região, formada e constituída em 2005 com os objetivos de fortalecimento político e da comercialização coletiva.).

A necessidade de ter um espaço de articulação autônoma e, portanto, independente do GTRS, foi um dos fatores que motivou a formalização de uma associação. O horizonte da organização era a constituição de uma central de vendas para as 14 cooperativas da cidade. A gestão dessa cooperativa de segundo grau seria feita por uma diretoria eleita e constituída por membros das cooperativas e por um conselho com representantes de cada uma das cooperativas. O principal motivo para não dar a ACOOP o formato jurídico de uma central de vendas logo no início era o fato de esta ser constituída também por empreendimentos informais, que não poderiam figurar oficialmente no estatuto da central. A ACOOP se constitui, portanto, como um primeiro passo em direção a uma cooperativa de segundo grau, firmemente apoiada nos princípios da gestão democrática e na solidariedade entre os empreendimentos que a compõem.

Em 2006, com recursos da Petrobrás, o CRCA, fomentou a criação de uma outra central de vendas para apenas 6 das 14 cooperativas de triagem de resíduos

sólidos da região. Essa iniciativa não foi vista com bons olhos pelas cooperativas excluídas do processo, uma vez que feria o processo inclusivo, solidário e democrático que resultou na criação da ACOOP.

A criação de uma central paralela repercutiu negativamente nos espaços da co-gestão do programa de coleta seletiva. Neste processo, o que se havia construído de união e de positividade em termos da intervenção das 14 cooperativas, sofreu um forte abalo e muitas cooperativas desanimaram. O GTRS foi esvaziando e ACOOP parou de fazer reuniões próprias. Atualmente, as reuniões da ACOOP voltaram a ocorrer, mas com a iniciativa e coordenação do poder público.

O Contrato do Lixo

A coleta urbana de resíduos no município de Campinas é feita em quase sua totalidade pela empresa contratada, o consórcio TECAM. Esse, além de suas outras atribuições, é também responsável pela coleta seletiva. Os caminhões e trabalhadores da empresa coletam o material nos bairros em dias determinados, em seguida pesam o volume dos caminhões em uma das duas balanças do município para, finalmente, levarem o conteúdo à cooperativa responsável pela região. Como forma de controle, um comprovante com peso da carga, hora da coleta e bairro de origem do material é entregue à cooperativa.

Nesse sistema impera uma desigualdade entre as partes que o compõem. Por um lado, conforme já registramos, existe a empresa TECAM, reconhecida publicamente por meio de seu contrato com a prefeitura. Por outro, figuram as cooperativas populares que apesar de prestarem um serviço público, não obtêm o mesmo reconhecimento. No entanto, são parte fundamental no funcionamento do sistema de limpeza urbana. Isso fica evidente na constatação dos resultados desse trabalho: no período de vigência do contrato TECAM as cooperativas evitaram ao município custos na ordem de R\$ 6 milhões através de coleta não remunerada e da reinserção de materiais, que iriam para o aterro, na cadeia produtiva. Essa importância fica mais evidente na medida em que as cooperativas são sistematicamente cobradas por essa responsabilidade, seja por parte do poder público, seja pelas incubadoras ou mesmo pela população que vive nos arredores.

Entretanto, o problema central que faz com que a responsabilidade pública das cooperativas de triagem seja uma falácia é o fato de que elas não contam com o

devido suporte público para tal. Ou seja, elas são cobradas por isto e realmente acabam exercendo este trabalho (com toda precariedade que a situação permite), porém, na verdade, não lhes são disponibilizadas as devidas condições para a atividade e, na prática, acabam ficando elas mesmas responsáveis pela sobrevivência econômica do grupo e da reprodução material de seus (suas) trabalhadores (as). Ocupando uma das posições mais frágeis e com menor poder de barganha dentro da cadeia produtiva em questão, ficam totalmente à mercê de oscilações no preço de mercado dos materiais recicláveis bem como da qualidade do material que não coletam. Assim não há administração cooperativa ou planejamento econômico solidário que dê conta de trazer prosperidade a esses empreendimentos. Grande parte dos cooperados advém de uma situação sócio-econômica de pobreza e desemprego, ou seja, não detém poder econômico significativo. Deve-se lembrar que na maior parte do tempo - e até recentemente - o programa de Economia Solidária pertenceu à secretaria de assistência social. Também não há perspectiva de investimentos por parte dos próprios grupos.

O fato deste sistema de reciclagem funcionar relacionando dois modelos antagônicos de modo de produção – um cooperativo e outro capitalista – traz, inevitavelmente, contradições. Isso é bastante evidente quando se atenta para a qualidade do material que chega nas cooperativas. Como a empresa que faz a coleta tem seu ganho baseado em produtividade, ou seja, ganha por peso transportado, quanto mais peso um caminhão pode levar, maior a eficiência segundo a lógica do lucro. Dessa forma, o caminhão compactador é melhor que o caminhão gaiola (que leva o material “solto”), e o material molhado é melhor que o seco. No entanto, para as cooperativas, esse material molhado e compactado apresenta enorme dificuldade de trabalho, além de trazer consigo odor desagradável e até mesmo riscos à saúde. São muitos os relatos de cooperados que fazem a reclamação deste problema, criticando essa forma e preferindo quando faziam coleta própria ou, ainda, quando trabalhavam no setor em empreendimentos não cooperativos e compravam material transportado no caminhão gaiola. Este problema é apontado inclusive por gestores públicos. Segundo Adauto Marconsin, coordenador de Economia Solidária de Campinas até 2008,

(...) na experiência de Campinas, a precariedade da coleta seletiva ao longo dos últimos cinco anos, condição fundamental para a sustentabilidade da maioria dos empreendimentos solidários fomentados, foi marcante, tanto

em estrutura de coleta, como em divulgação e comunicação com a população sobre o programa, assim como a precariedade dos espaços de triagem... (MARCONSIN, 2008, p 253-254)

Recentemente, os (as) trabalhadores (as) das cooperativas conseguiram influenciar na forma como é feito este transporte do material, através dos espaços públicos de reunião com o Departamento de Limpeza Urbana (responsável pelo contrato com a empresa coletora), regulamentando que o peso do volume de material no caminhão não poderia passar de 3 toneladas. Ainda que isso não tenha passado de acordo verbal, demonstra que a pressão conjunta das cooperativas tem efeito, o que não ocorre quando uma cooperativa se manifesta isoladamente.

Assim como o exemplo da qualidade do material que chega às cooperativas, outros problemas ocorrem pelo fato da gestão da produção estar distante da execução e pelo diálogo entre estas duas partes ser extremamente difícil, mesmo porque, na maioria das vezes, representam interesses contrários. Outro exemplo que também merece ser mencionado é a chegada de lixo hospitalar nas cooperativas juntamente com o material da coleta seletiva, o que é o um problema gravíssimo e um risco enorme à própria saúde dos (as) trabalhadores (as). Ainda que a própria Secretaria de Trabalho e Renda tenha se mostrado empenhada em resolver esta questão e ter criado, ela mesma, um mecanismo próprio de denúncia desta ocorrência (pois, além de tudo, é um crime), não foi capaz de sanar este problema. Acreditamos que isso se deve, em grande medida, à falta de um espaço no qual a questão pudesse ser tratada de forma coletiva. Neste ponto, é importante ressaltar que a criação do GTRS (no qual estariam presentes secretarias, inclusive a de saúde, assim como as cooperativas) tinha o objetivo de proporcionar um local onde haveria socialização nos problemas e nas tomadas de decisões.

A Coleta Municipal Feita Por Cooperativas

Lei 11.445 de 2007 (Lei do Saneamento)

Art. 57. O inciso XXVII do Art. 24 da Lei 8.666 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.24. É dispensável a licitação:

.....

XXVII – na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

O surgimento de um movimento social amplo e a constituição deste movimento em uma entidade organizada nacionalmente, o MNCR, possibilitou que o questionamento da coleta seletiva pública feita por empresas privadas e a reivindicação ganhassem notoriedade. Um importante fator que deu legitimidade para o questionamento foi o fato de os (as) catadores (as) *já prestarem este serviço informalmente*. Assim, como contraponto ao modelo capitalista dominante, apresenta-se o serviço feito por cooperativas e associações de catadores (as).

Algumas experiências surgidas em âmbito municipal foram bem sucedidas na contratação de associações de catadores (as) em âmbito municipal, como o caso de Londrina, onde o custo da coleta seletiva passou a ser de apenas 37,00 R\$/ton (em Campinas, segundo o contrato em vigência, R\$ 534,09/ton pela coleta seletiva porta a porta). Ainda em Londrina, a população passou a ser atendida totalmente e a relação Coleta Seletiva/Lixo Comum passou para 21,8% (a média desta relação em quatro importantes capitais que praticam a coleta seletiva contratando empresas capitalistas é de apenas 3%).

Atualmente, há um incentivo em âmbito nacional por parte do governo federal à contratação de cooperativas de trabalhadores (as) na limpeza urbana, como fica óbvio com a Lei 11.445 de 2007. Esse incentivo, evidentemente, não é gratuito. Em inúmeros levantamentos, como os já apresentados no caso de Londrina, fica demonstrado que para a municipalidade é vantajoso, especialmente em termos econômicos. Ainda que seja necessário para a aplicação do modelo um investimento inicial significativo, incluindo montagem de barracões de triagem, pontos de entrega voluntária nos bairros, compra de equipamentos, prensas, etc., os retornos superam os custos de investimentos.

No município de Campinas as 14 cooperativas de triagem ligadas ao Programa Municipal de Economia Solidária representam um grande potencial para a implementação de uma coleta seletiva pública feita por empreendimentos cooperativos. Além de contarem com um contingente de mais de 250 trabalhadores (as) com

experiência no manuseio de materiais recicláveis, apresentam capacidade de absorção de mais trabalhadores (as) e constituem, articuladas, uma estrutura em nível municipal enraizada em diversos pontos da cidade. As cooperativas também possuem experiência com coleta. Muitas delas pararam simplesmente por não ser vantajoso economicamente, dado que não são remuneradas por isso e recebem material da empresa que é remunerada pelo mesmo serviço. Apenas uma delas, a Cooperativa Aliança, possuindo caminhão próprio, manteve a coleta, por realizá-la em um dos bairros mais nobres da cidade, onde o material reciclável apresenta altos preços. Mesmo durante a crise econômica recente que, no início de 2009, atingiu seu maior impacto sobre os preços dos materiais recicláveis afetando profundamente os (as) catadores (as), a cooperativa, mesmo no prejuízo, manteve a coleta por motivo de fidelização. Mas não obteve nenhuma garantia ou suporte econômico por parte do Estado como ocorreu para grandes bancos e empresas.

Autogestão

O que define o poder dos conselhos? A dissolução de todo poder externo, democracia integral e direta, unificação prática da decisão e execução, delegados que podem ser revogados a qualquer momento por aqueles que os investiram de mandato, abolição da hierarquia e de especializações independentes, gestão consciente, transformação de todos os condicionamentos da vida libertada, participação criativa permanente das massas, prolongamento e coordenação internacionalistas. As necessidades atuais não são nada menos do que essas. Autogestão não é nada menos que isso. Cuidado com os recuperadores de todas as variedades modernistas – incluindo até mesmo padres – que estão começando a falar de autogestão ou até mesmo de conselhos operários sem o menor embasamento, já que de fato eles querem salvar suas funções burocráticas, os privilégios das suas especializações intelectuais ou seus futuros como mini-patrões. - Enragés – Conselho para manutenção das ocupações, Carta Dirigida A Todos Os Trabalhadores, Paris, 30 de maio de 1968

A redução de custos advinda da adoção do modelo cooperativista, contratando associações e cooperativas de catadores (as) na coleta seletiva, gera um excedente econômico que antes ficava como lucro da empresa privada. O que ocorre, na maioria das vezes, é que esse excedente passa a ser apropriado, em sua maior parte, por

outras empresas da mesma cadeia produtiva (atravessadores, usinas de reciclagem ou indústrias) e parte pode ir para os cofres públicos. Assim, é certo que ele retornará para a sociedade, mas não há nenhuma garantia de que será em benefício dos trabalhadores (as). Esse ganho pode tanto representar redução de custos para as empresas capitalistas que dominam a cadeia aumentando os lucros como também o aumento dos cofres públicos, que, por sua vez, são direcionados para pagamento de dívidas com grandes bancos, ou para políticas públicas que acabam por servir os mesmos capitalistas. Essa forma de apropriação do excedente configura exatamente o caso da exploração capitalista do trabalho. É imprescindível aos (às) trabalhadores (as) cooperados (as) e associados (as), portanto, que exijam participação nas diferentes instâncias gestoras das políticas públicas e da produção da cadeia, não permitindo que esse poder seja transferido a um representante externo, seja ele um gestor público, uma organização não governamental, ou uma incubadora de cooperativas.

O conhecido “Contrato do Lixo” em vigência, que regulamenta a contratação para o serviço de limpeza urbana, assinado em 2006 com duração de 4 anos, termina no presente ano, 2010. A implementação de um sistema cooperativista depende de vontade política por parte do poder público e, principalmente, de mobilização e articulação dos (as) trabalhadores (as) conscientes da situação. Os (as) cooperados (as) já se organizam para executarem as tarefas de suas atividades como catadores (as) e manuseadores (as) de material reciclável. Agora necessitam se organizar também como gestores de seu trabalho. As cooperativas também podem e devem servir como espaço de organização, de reuniões próprias dos (das) cooperados (as), das pessoas dos bairros, de debate dos problemas e das alternativas. Assim também deve ser a associação entre as cooperativas - já que existe uma – pois, com ou sem cooperativas, o sistema dominante continuará a se construir contra todos. Os trabalhadores (as) podem optar por se tornarem cúmplices de seu próprio infortúnio, mas devem pelos menos saber que não receberão nenhuma recompensa.

Bibliografia

Enragés. Conselho para manutenção das ocupações, **Carta Dirigida A Todos Os Trabalhadores**, Paris. 1968

Solidarity. in Paris: Maio de 1968. Conrad Editora do Brasil Ltda. 1992

JAPPE,A. **Guy Debord**. UC Press. 1999

MARCONSIN, A. **Política pública de economia solidária : uma política em construção**. Tese de doutorado, Unicamp, 2008).

RODRÍGUEZ, César. **À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver - os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental / Ministério das Cidades. **Diretrizes nacionais para o saneamento básico**. Lei 11.445. 2007

SEÇÃO 3



TEMAS ESTRUTURANTES PARA UMA NOVA PRÁXIS



Reflexões e práticas sobre consumo, comercialização e finanças solidárias: contribuição crítica à Economia Solidária

Autores(as): Patrícia Tavares da Silva¹, Mariana Pereira de Castro², Theo Martins Lubliner³.

Resumo

Este artigo é uma sistematização de estudos e experiências relacionados aos temas de comercialização, consumo e finanças solidárias. Procura debater e socializar algumas propostas encontradas pela ITCP/UNICAMP e pelos grupos incubados por ela no processo de construção de alternativas ao modelo de práticas econômicas hegemônicas em nossa sociedade. O artigo busca, assim, contribuir para o entendimento crítico das relações econômicas e sociais, bem como para o desenvolvimento de novas práticas que contribuam para a luta da classe trabalhadora, no sentido da superação da exploração.

Palavras-chave: Economia solidária, finanças solidárias, consumo consciente, economia política, economia feminista.

¹ Economista pela Universidade Estadual de Campinas, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, patricia@itcp.unicamp.br

² Economista pela Universidade Federal de Viçosa, mestranda em Educação pela Universidade de São Paulo, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, marianapereiracastro@gmail.com

³ Graduando em Ciências Econômicas na UNICAMP, pesquisador-extensionista da ITCP/UNICAMP, theo@itcp.unicamp.br.

Reflexões e práticas sobre consumo, comercialização e finanças solidárias: contribuição crítica à Economia Solidária

Introdução

O presente trabalho é fruto de um ciclo de estudos e debates realizado pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária de Planejamento Econômico (GEPES de PE), que faz parte da estrutura organizativa da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNICAMP). Tais estudos foram, por sua vez, motivados pelos debates ocorridos no projeto “Articulação ITCPs”, que visa a troca e sistematização de experiências entre cinco incubadoras do estado de São Paulo⁴, e que entre os meses de agosto de 2011 e fevereiro de 2012 teve como tema de discussão consumo, comercialização e finanças solidárias. O objetivo de tais estudos e debates foi conhecer teórica e metodologicamente experiências de atuação, bem como sistematizar experiências da ITCP/UNICAMP nesse campo.

Ao iniciarmos os debates, um incômodo tomou conta dos membros do GEPES de PE. Apesar de as reflexões teóricas e práticas sobre o tema se preocuparem com a proposição e construção de outro modelo de relações econômicas percebemos que, em grande medida, as análises acabavam por reproduzir o pensamento econômico hegemônico, fruto da carência de novas interpretações críticas e também da prevalência do senso comum, ou seja, propostas alternativas que mantêm pressupostos liberais, tais como: a eficiência e autorregulação do mercado e a concepção de o valor não ser fruto do trabalho.

Iniciamos então um debate sobre a não neutralidade do discurso econômico. Nossa intenção era demonstrar que por trás dessa suposta neutralidade existe uma intencionalidade política e ideológica, que molda as proposições econômicas. Mais do que um interesse de dominação de classe, tal intencionalidade apresenta também um interesse de dominação de gênero, produzindo análises e proposições androcêntricas.

⁴ As incubadoras que integram o projeto são: ITCP/UNICAMP; ITCP/USP; ITCP/FGV; INCOOP/UFSCar; INCOOP/UNESP-Assis

O androcentrismo refere-se às construções de noções que tomam a experiência dos homens como universais, ou seja, que ocultam ou desconsideram as experiências das mulheres. Um exemplo presente na linguagem, mas que acaba se reproduzindo em distintas áreas do conhecimento, é o uso do termo “homem” para se referir ao conjunto dos seres humanos. Uma ciência que se produza naturalizando as experiências dos “homens” como se fossem universais, termina por reproduzir uma visão enviesada do fenômeno que pretende demonstrar e estudar, pois desconsidera que a humanidade é composta por homens e mulheres e que há diferenças e desigualdades entre esses sujeitos. Dessa forma, a produção de conhecimento torna invisível as experiências das mulheres na elaboração de noções, conceitos e teorias. (FARIA; MORENO, 2012)

Partimos, portanto, do pressuposto de que as análises e proposições no campo da economia estão intrinsecamente ligadas ao posicionamento político e ideológico de seus proponentes, mesmo que em muitos momentos esse posicionamento não seja explícito. Dessa forma, quando nos propomos a pensar alternativas econômicas para e com a classe trabalhadora não podemos reproduzir o mesmo discurso que segrega e discrimina estes sujeitos, principalmente as mulheres trabalhadoras, que estão presentes de forma massiva nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs).

Dessa forma, procuramos por meio dos debates, estudos e da sistematização do presente artigo, contribuir com a reflexão e a proposição de alternativas socioeconômicas para as mulheres (e homens) trabalhadoras(es). Para tanto, nos ancoramos na crítica à economia política de Marx e também nos pressupostos da economia feminista, por acreditarmos que a partir desse referencial teórico e metodológico podemos pensar alternativas realmente transformadoras da economia, que tenham um posicionamento claro a favor da classe trabalhadora e contrário ao androcentrismo.

Nesse sentido, no campo de debate e experiências sobre consumo, comercialização e finanças solidárias, acreditamos ser necessário trabalhar outra questão que está por trás disso tudo: a ideia de viabilidade econômica. É através da argumentação sobre o que significa viabilidade econômica na sociedade capitalista e o que isso significa no contexto da economia solidária que damos início ao nosso debate sobre os temas. Em seguida apresentamos algumas reflexões e experiências da ITCP/UNICAMP acerca do consumo e comercialização solidárias. Por fim, trataremos de finanças solidárias e faremos algumas considerações.

O que é viabilidade econômica?

O debate sobre consumo, comercialização e finanças solidárias deve ser fruto de uma crítica ampla sobre o modo de produção capitalista. Porém, esse debate é muitas vezes reduzido pelo que vagamente chamamos de viabilidade econômica. Mas, afinal, o que isso quer dizer? O que se entende por viabilidade econômica? Para uma empresa capitalista viabilidade econômica significa rentabilidade⁵, ou seja, o rendimento deve minimamente superar os investimentos e os custos de forma a não ter prejuízos (ou ter lucro).

E para um Empreendimento Econômico Solidário (EES), o que significa viabilidade econômica? Considerando que viabilidade econômica para um EES tem o mesmo significado do que para um Empreendimento Capitalista (EC), podemos afirmar que todos os EESs são economicamente inviáveis, ainda que suas(seus) trabalhadoras(es) estejam capacitadas(os) para entender a linguagem econômica e para administrar um empreendimento⁶.

Sabemos da necessidade dos EESs de viverem em meio ao mercado capitalista onde têm que competir com os ECs. Essa competição impossibilita a sobrevivência dos EESs por motivos de ordem econômica, política e ideológica, seja pelo acesso ao crédito, pela escala de produção, por boicote, pela disputa por mercado, pelo monopólio, pelo custo dos atravessadores, pelas necessidades de certificação e regulamentação. É justamente por essa impossibilidade de competição que os EESs atuam nos setores em que os ECs não identificam viabilidade econômica ou ainda não a identificaram. Em geral os EESs atuam em setores de reprodução⁷ (como limpeza, triagem, artesanato) ou de produção marginal (como no caso das pequenas

⁵ Atualmente costuma-se usar no lugar de “rentabilidade” ou “lucratividade”, o termo “sustentabilidade” como forma de dar um ar de responsabilidade socioambiental às empresas capitalistas e mascarar o único, verdadeiro e último objetivo dessas empresas: o lucro. Utilizamos aqui o termo “rentabilidade” como forma de expressar a sobrevivência de empresas em meio à concorrência capitalista. O que implica em ter lucro ou, no limite, não ter prejuízo.

⁶ Não se trata aqui de desqualificar a capacitação contábil e administrativa das(os) trabalhadoras(es) dos EES em relação a cálculo de custos e de preços, criação de reservas para manutenção e depreciação, saber o ponto de equilíbrio etc., mas sim de enfatizar a insuficiência de tal capacitação em relação à viabilidade de fato dos EES e demonstrar que sua inviabilidade é estrutural e não pertinente com a capacitação empreendedora das(os) trabalhadoras(es).

⁷ Segundo os pressupostos da economia feminista, com a consolidação da economia neoclássica “se consolida a separação entre uma esfera pública e outra privada, como a primeira da produção e a segunda da reprodução. Junto com isso há o discurso de que as mulheres são destinadas à esfera privada como parte de um destino biológico vinculado à maternidade e logicamente reforçando o desconhecimento da produção doméstica e do papel econômico do trabalho das mulheres na família.” (FARIA, 2009). Dessa forma, o trabalho de reprodução da vida fica sob a responsabilidade das mulheres e passa a ser desvalorizado e invisibilizado. Acreditamos que na Economia Solidária isso se reproduz e os seguimentos onde se concentram as mulheres são ligados a

propriedades de agricultura familiar). Tais setores são os que “sobram” aos EESs em uma economia capitalista, não por uma escolha, mas por falta de opções⁸.

Em muitos EESs acredita-se que o problema das baixas remunerações é consequência da baixa produtividade. Uma das “soluções” dadas às(aos) trabalhadoras(es) é o aumento da intensidade de trabalho. Uma vez que as(os) trabalhadoras(es) se veem obrigadas(os) a alcançar as novas metas de produção traçadas, ainda que tenham sido elas(es) próprias(os) que as criaram, caracteriza-se erroneamente o que se costuma chamar de autoexploração, quando na verdade o que ocorre é superexploração⁹. Não cabe aqui debruçarmos sobre o conceito de superexploração e nem o processo de transferência de mais-valia entre setores da economia¹⁰, mas sim, identificar a marginalidade em que se encontram os EESs, denunciada pelas baixíssimas remunerações das(os) trabalhadoras(es), ainda que não haja um padrão que explore mais-valia diretamente do trabalho.

Ao lado da grande corporação ou mesmo da empresa moderna, de menor ou maior porte, atua ainda, particularmente nos países subdesenvolvidos, um enorme conjunto de atividades, muitas vezes de natureza familiar, que não se utilizam do crédito nem movimentam recursos vultosos. Em vários casos, empregam como matéria-prima produtos usados e não cumprem ou não têm nenhuma formalidade, quer administrativa, quer vinculada ao mercado (atividades informais). [Milton] Santos as denomina circuito inferior da economia, em oposição às formas, pertencentes ao superior, ou seja, o circuito moderno. Essas atividades do circuito inferior não são independentes das outras, mas um meio através do qual o processo de acumulação capitalista pode incluir um setor que não é atrativo para a grande empresa. Além do mais, garante determinado nível de subsistência para uma população aparentemente marginalizada que não teria emprego fixo nas atividades modernas. (CORREA, 2000, p.65)

Quando o autor fala de atividades não atrativas, refere-se justamente aos EESs. Os EESs pertencem ao que Milton Santos chamou de circuito inferior da

⁸ Aos ECs cabem, por sua vez, os setores produtivos e de serviços que garantem alta taxa de lucro.

⁹ Segundo Marini (2005), a superexploração pode ser definida como um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo. Pode ser percebida através da intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho. Desta forma, configura um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, ao invés do desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Para entender mais sobre os mecanismos da superexploração do trabalho, ler artigo publicado pelo GEPEs de PE. Rampone, Bruno M.; Taufic, Rodrigo O.; Lubliner, Theo M.; Castro, Mariana P.; Silva, Leonardo O., 2011.

¹⁰ Para um estudo aprofundado, ler o capítulo XVII, “A circulação de mais-valia”, Livro Segundo, Marx, 1983.

economia, e que são de fundamental importância para as atividades reprodutivas, sem as quais não seria possível o processo de acumulação capitalista pela atividade que executam em si (de reprodução), além de manter a população que não tem emprego fixo como consumidores e como exército industrial de reserva, tornando as(os) trabalhadoras(es) dos EESs não só exploradas(os) como superexploradas(os)¹¹.

É nesse contexto de inviabilidade econômica (ou de viabilidade com superexploração) que se impõem um grande desafio aos EESs e à Economia Solidária. Como viabilizar os EESs sem superexploração do trabalho, ou minimamente com remuneração e condições de trabalho dignas? Segundo Kraychete, “a sustentabilidade dos empreendimentos de economia solidária depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento” (2007, p.15). Fica claro que a viabilidade dos EESs não será garantida somente com mudanças internas (organização, administração, produtividade), mas se faz necessário articular outras esferas da economia e da sociedade.

Não sabemos se a viabilidade sem exploração dos EESs é possível em meio à economia capitalista, mas sabemos que ela não existirá sem que tentemos novas iniciativas de comercialização e de financiamento. Assim, o acúmulo em debates e experiências da ITCP/UNICAMP e dos EESs com que trabalhamos na esfera produtiva nos fez perceber que é necessário articular as questões produtivas às questões da circulação e das finanças, assim como historicamente se desenvolvem os processos de trocas e a economia capitalista. Foi diante da compreensão desse contexto e desse desafio que a ITCP/UNICAMP passou a estudar experiências e a propor novas alternativas no campo do consumo, da comercialização e das finanças solidárias.

Consumo e Comercialização Solidários

*A produção produz não só um objeto para o sujeito,
mas também um sujeito para o objeto.*

Karl Marx

¹¹ Segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, 76,1% dos sócios dos empreendimentos têm remuneração de até meio salário mínimo. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>.

Dada a situação de superexploração, uma das alternativas para os EESs é olhar atentamente para as possibilidades de circulação. Dentro dessa esfera, o mercado capitalista alienou o processo de realização das mercadorias, ou seja, separou o ato de comprar do ato de vender. O produtor já não é mais o vendedor. Já não se sabe mais o que se compra, nem de quem se compra. Já não se sabe a quem se vende. Veem-se somente mercadorias, tanto no ato de produzir, como no ato de vender e de comprar. Portanto, um dos desafios para se pensar novas formas de circulação de produtos e serviços é entender e superar a polarização entre o consumo e a venda.

Para a Economia Solidária, enquanto um processo formativo permanente, os debates sobre consumo e comércio devem estar intimamente ligados. Quando falamos do consumo não podemos nos referir ao consumo responsável, em que a ótica é a do consumidor, mas sim ao consumo consciente, em que a ótica é a do produtor. Enquanto o consumo responsável busca alternativas para o consumidor, o consumo consciente busca soluções para a(o) trabalhadora(or).

A literatura sobre o assunto geralmente utiliza esses conceitos como sinônimos, assim como consumo ético e sustentável. Um exemplo disso é o trabalho de Gomes (2006), segundo a autora “o consumo consciente e responsável é a principal manifestação de responsabilidade social do cidadão” (GOMES, 2006, p. 26).

Porém, ainda que essa diferença entre o entendimento sobre o consumo pareça não existir, ou ainda que pareça muito sutil, deve-se atentar para o sentido das palavras. Uma coisa é optar por consumir produtos de empresas que se dizem “ecologicamente corretas” ou “respeitosas aos direitos humanos”, mas que consideram as relações de troca um negócio. Outra é se tornar consciente do que envolve a produção daquele produto e o que essas empresas pretendem com o discurso da “responsabilidade socioambiental”.

A pretendida e desejada mudança nos hábitos de consumo inicia-se por adesão individual e de forma voluntária, mas não pode ser apenas um comportamento solitário. Tal como colocamos e pretendemos sugerir, e já temos visto sinais de que isto vem acontecendo, deve constituir-se num pacto coletivo. Um pacto entre os consumidores, entre consumidores e produtores, entre governos e cidadãos, enfim, por toda a comunidade planetária, que irá se construir na teia das relações sociais, onde a educação desempenha papel estratégico e fundamental, promovendo as mudanças culturais necessárias ao pretendido e proposto. (MARTIRANI, 2006, p.5)

Preferir o consumo de produtos oriundos de assentamentos da reforma agrária, ainda que não possuam selos ou qualidade orgânica, a produtos de empresas milionárias de orgânicos é um exemplo emblemático da compreensão sobre a monopolização da produção agrícola, o processo de luta pela sobrevivência de trabalhadoras(es) rurais e o que envolve a indústria da terra e dos produtos orgânicos.

Ao longo do trabalho da ITCP/UNICAMP com trabalhadoras rurais, algumas tentativas foram realizadas com coletivos de consumo, feiras fixas e temporárias, utilização de políticas públicas de compra direta de alimentos agrícolas por órgãos públicos etc. Nem todas essas experiências foram bem sucedidas, no entanto, todas reforçaram a necessidade de articulação política. Não por acaso, a pesquisa realizada pela SENAES informa que “60% dos empreendimentos [*econômicos solidários*] têm alguma relação ou participam de movimentos populares, destacando-se os movimentos comunitários, sindical, de luta pela terra e de agricultores familiares”¹².

Dentre essas tentativas podemos destacar duas experiências da incubadora que nasceram da compra de cestas de produtos orgânicos e da venda avulsa de produtos processados. Tentamos iniciar uma espécie de compra individual, através de encomendas de produtos orgânicos montados em cestas pelas agricultoras. Porém, essa experiência, além de exigir um trabalho logístico e organizativo muito complexo e instável, carregava consigo a mesma relação mercadológica entre consumidores e produtores. Sem conhecer a realidade dos assentamentos fornecedores dos alimentos, alguns consumidores chegaram a fazer reclamações que não estavam ao alcance das agricultoras atender as suas demandas, deixando de comprar as cestas. Já a experiência de venda de produtos processados nos mostrou o aumento da dependência das agricultoras em comprar cada vez mais produtos externos ao assentamento e a consequente mudança do foco em relação à produção agrícola, além da instabilidade das vendas. Por algum tempo, essas experiências existiram, ainda que precariamente, e deixaram alguns aprendizados.

Forçados ainda a buscar alternativas, dada a persistente falta de transporte, de acesso a crédito e de qualquer apoio governamental, e inspirados na experiência do coletivo de consumo *ComerAtivaMente* de São Paulo, iniciamos em agosto de 2011 um novo processo de compra coletiva dos produtos agrícolas dos grupos de mulheres com os quais trabalhamos, chamado “Sacolão”.

¹² Informação encontrada em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>.

Levando em consideração toda a problemática da primeira experiência com as cestas em relação à organização, à logística e à lógica de mercado entre consumidores e produtores, chegamos à conclusão de que para iniciar essa nova experiência seria necessário pensar em toda a nova logística de funcionamento dessa compra, desde o pagamento até a entrega dos alimentos (de forma a diminuir e otimizar o trabalho de gestão), além de fazer uma sequência de estudos e debates sobre consumo com as(os) formadoras(es) da incubadora. Iniciamos assim algumas conversas e realizamos um estudo que consistiu em diferenciarmos o que consideramos “consumo consciente”, “consumo responsável” e “consumo alienado”. Levamos produtos agrícolas de diferentes produtores, como óleo de soja transgênica, café orgânico de grandes empresas e produtos da reforma agrária. Elencamos as características comuns e diferentes entre aqueles produtos e os diferenciamos dentro das categorias estabelecidas – como consumo consciente, para os produtos da reforma agrária; responsável, para o café orgânico; alienado, para o óleo de soja.

Quando consideramos o consumo de óleo de soja transgênica um consumo alienado, não empreendemos um julgamento das pessoas que os consomem, chamando-as de consumidoras(es) desinformadas(os) ou considerando seu consumo irresponsável, mas consideramos que esse tipo de consumo ocorre principalmente pelo fato de não haver opção de se consumir produtos semelhantes alternativos, principalmente pela acessibilidade e pelo preço. Ou seja, a alienação não advém somente da falta de interesse da(o) consumidora(or) em conhecer os produtos que consome, mas, principalmente, da impossibilidade de escolher.

Caracterizamos o consumo responsável como o consumo daqueles produtos que, apesar de orgânicos, sustentáveis, ou social e ambientalmente corretos, são de grandes empresas privadas e envolvem exploração de trabalhadoras(es) ou de pequenas(os) produtoras(es), como no caso da agricultura familiar.

Por fim, caracterizamos o consumo consciente como um consumo ativo e de caráter político, em que há a preocupação com as(os) trabalhadoras(es) e em apoiar movimentos sociais e organizações populares.

A partir desse estudo formativo sobre consumo, o coletivo de formadoras(es) da ITCP/UNICAMP concordou em participar da compra coletiva sem se preocupar com a quantidade e a variedade dos produtos, compreendendo que havia muita dificuldade para as agricultoras (como falta de água, luz, insumos, financiamento, equipamentos) e que optar pelo consumo consciente e pelo apoio político ao grupo

significaria receber aqueles produtos que elas conseguissem enviar. Assim, acordou-se que cada formadora(or) contribuiria mensalmente com R\$20,00, ou seja, R\$10,00 para cada grupo incubado¹³.

Em seguida, começamos a pensar em qual seria a logística de funcionamento do “Sacolão”. Para torná-lo viável, iniciamos o transporte dos alimentos aproveitando as viagens da equipe de incubação ao local de produção que ocorriam às terças-feiras. Assim, não seria necessário, inicialmente, adicionar os custos de transporte ao preço dos alimentos.

Junto às mulheres dos grupos, fizemos oficinas de formação de preço nas quais, pautados pelo preço de mercado, pelo preço base e pelo valor do trabalho, estabelecemos preços para os produtos que elas poderiam fornecer. Recolhemos o dinheiro das(os) formadoras(os) na assembleia geral da incubadora, levamos a quantia recolhida no dia da incubação, repartindo-a igualmente entre elas (para que não houvesse diferenciação nos ganhos) e passamos nos lotes recolhendo os produtos disponíveis equivalentes à quantia levada, usando de base a tabela de preços estabelecida por elas. Após a reunião de incubação e a coleta dos produtos, retornamos à incubadora e expusemos os produtos para que cada formadora(or) montasse sua cesta equivalente aos R\$10,00 pagos por Sacolão. Caso a formadora(or) não busque a sua quota em produtos dentro do tempo estabelecido, estes são encaminhados para doação.

Em pouco tempo de funcionamento, avaliando o início da prática e corrigindo alguns erros de organização e logística, a compra garantida permitiu que os produtos, que antes eram pouco variados, passaram a ser diversificados e a melhorar em qualidade. No caso do pré-assentamento Elizabete Teixeira, a quantidade de hortas, que eram poucas, começou a crescer (ainda que o acesso à água seja uma grande dificuldade no acampamento). Os grupos que estavam desarticulados fizeram com que antigas participantes voltassem e até dobrasse o número de mulheres. Além do aumento dos grupos, do acréscimo à renda e do novo incentivo à produção, os debates e as demandas por formações da incubadora também aumentaram.

Sem dúvida, o fato do pré-assentamento Elizabete Teixeira fazer parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e estar ligado a movimentos sociais

¹³ Referimo-nos à Associação de Mulheres Agroecológicas do Assentamento 12 de Outubro em Mogi Mirim, e ao Grupo de Mulheres do pré-assentamento Elizabete Teixeira em Limeira.

e sindicais da região possibilitou uma maior articulação com parceiros de forma a se pensar em potenciais núcleos de consumo. Tanto que em poucas semanas de funcionamento do “Sacolão”, criou-se um novo núcleo de consumo com outro coletivo de educação popular que realiza trabalhos educativos com as crianças, com alfabetização de jovens e adultos e com a produção no acampamento.

Atualmente estamos organizando a criação de novos núcleos de consumo na Fábrica Ocupada Flaskô e no Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp além de estarmos em contato com outros sindicatos da região. Assim, a construção dessa nova forma de comercialização se torna cada vez mais autônoma em relação à ITCP/UNICAMP e ganha um caráter permanente, além de simbolizar um processo de articulação política entre essas importantes organizações da região de Campinas.

Finanças Solidárias

Há um senso comum recente que tem insistido em defender uma independência entre os setores financeiro e produtivo. A maior parte dessas análises foram publicadas após a crise iniciada com a bolha imobiliária estadunidense em 2008, a fim de culpar a ganância dos especuladores como causadora da crise. Contudo, acreditamos que os fatos nos revelam uma interdependência desses setores. Nesse sentido, Saad Filho contribui:

[...] o desenvolvimento do sistema de crédito reduz a necessidade de cada capitalista entesourar, porque as reservas da classe capitalista como um todo estão disponíveis através dos empréstimos bancários. Esses empréstimos bancários facilitam a realização de investimentos de longo prazo ou em grande escala [*o que historicamente se transformou em necessidade para a acumulação*]; entretanto, eles também facilitam a atividade especulativa e, mais geralmente, aumentam a probabilidade de que distúrbios localizados se difundam através da economia, gerando crises econômicas. [...] Essa instabilidade deriva da ausência de uma relação direta [*temporária*] entre oferta desse tipo de moeda e o processo de acumulação de capital. (SAAD FILHO, 2011, p.155-156)

Entendemos, então, que não existe uma dissociação entre as três esferas que compreendem as relações econômicas (produtiva, de circulação e financeira),

sejam estas capitalistas ou solidárias. Acreditamos também que é necessário desmitificar o maniqueísmo existente, que insiste na ideia de um setor produtivo “bom” e um setor financeiro “mau”. Para nós, o foco não é ser “mau” ou “bom”, mas sim quem controla e toma as decisões a respeito do funcionamento dos setores.

Dessa forma, assim como as(os) trabalhadoras(res) devem se apropriar do processo produtivo, conforme proposto pela Economia Solidária, acreditamos que a classe trabalhadora deve também tomar para si o setor financeiro. A necessidade de crédito para a produção e a necessidade da circulação fazem com que tanto o estudo como a prática de integração dessas esferas sejam essenciais no entendimento de como funciona o processo de atuação na vida econômica, bem como na elaboração de propostas que venham ao encontro das necessidades dos grupos de trabalhadoras(es).

Nesse sentido, a Economia Solidária tem se proposto a refletir sobre questões ligadas a crédito, financiamento, moeda, formulando alternativas que têm sido chamadas de Finanças Solidárias. Por se tratar de um tema novo, ainda existem poucas sistematizações e reflexões sobre as experiências práticas, bem como pouco acúmulo teórico e metodológico sobre o assunto. Porém, muitas vezes esses estudos e análises acabam por reproduzir conceitos e interpretações conservadoras.

Como sabemos, as análises econômicas e as propostas advindas delas não são neutras¹⁴. Por isso nossos estudos e propostas procuram ter um posicionamento político claro e, para tanto, nos utilizamos do arcabouço da crítica da economia política marxista¹⁵ em que o trabalho é central na análise econômica, sendo a única fonte de geração de valor¹⁶. Nesse sentido, acreditamos que as Finanças Solidárias contribuem para a crítica do sistema financeiro e, portanto, do sistema capitalista, e propõe novos instrumentos para pensar a superação desse sistema. Porém, entendemos que o debate acerca das Finanças Solidárias ainda não tem exercido tal papel. A produção e a circulação para a viabilidade econômica dos EESs dependem das

¹⁴ Assumimos que “A teoria do valor é uma teoria de classe e, mais especificamente, uma teoria da *exploração*. O conceito de valor é útil, entre outras razões, porque ele expressa as relações de exploração no capitalismo e permite explicá-las apesar da predominância de trocas voluntárias no mercado” (SAAD FILHO, 2011, p.15).

¹⁵ “Ações de massa são necessárias para resolver importantes problemas de nossa época, entre eles a degradação ambiental, o desemprego estrutural, a pobreza em meio à abundância nos países “desenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, a disseminação de doenças curáveis ou controláveis, o analfabetismo, a opressão cultural, ética e econômica, e outros problemas. Ao tratar desses problemas e de suas possíveis soluções, Karl Marx oferece uma análise livre de preconceitos correntes, e que pode inspirar soluções criativas” (SAAD FILHO, 2011, p.176).

¹⁶ A teoria marxista é importante porque “substancia o argumento de que apenas o trabalho vivo, e não o trabalho morto representado pelos meios de produção [*nem a emissão de moeda*], cria valor e mais-valia” (SAAD FILHO, 2011, p.145).

finanças e para eles a falta de acesso ao crédito pode inviabilizar sua existência, e isso tem sido demonstrado no cotidiano de incubação.

No trabalho de incubação a ITCP/UNICAMP tem se deparado com muitas demandas dos grupos relacionadas a crédito e financiamento. Nas três cadeias produtivas, nas quais atuamos (resíduos sólidos, agricultura familiar e construção civil), fica claro que o sistema financeiro tradicional não é capaz de suprir as demandas dos coletivos de trabalhadoras(es), principalmente devido ao fato de que eles não participam e não têm influência no processo de decisão sobre a concessão do crédito.

Na cadeia de agricultura familiar uma das demandas foi a compra de uma perua Kombi pela Associação de Mulheres Agroecológicas (AMA). Dada as altas taxas de juros dos bancos comerciais e a exclusão das mulheres do setor formal em razão de endividamento e inadimplência, muitas vezes de seus companheiros e não delas¹⁷, o grupo buscou o Banco do Povo do estado de São Paulo, que apresenta uma linha de microcrédito. Porém, a burocracia impossibilitou o acesso à linha disponibilizada¹⁸. Como resultado, a compra da perua não ocorreu até o presente momento.

A experiência da Cooperativa de Construção Civil União e suas demandas de crédito apresentam encaminhamentos bastante diferentes. Por se tratar de um setor em crescimento intenso, ou é contratada pelo setor privado, ou acessam financiamento público para moradias populares. Os principais problemas encontrados nesse caso são o descompasso de prazos e a dificuldade de gestão dos recursos. Tais dificuldades se dão principalmente no momento em que os recursos de origem de financiamento público seguem um cronograma de liberação em tempo maior do que o necessário para efetuar compras de materiais que não são vendidos a prazo, isto é, aqueles materiais que só podem ser comprados à vista na escala de utilização na obra. Essa situação gera um desencontro de prazos e abre-se uma lacuna entre o momento em que o material deve ser utilizado e o momento no qual ele é efetivamente comprado.

¹⁷ Muitas vezes os recursos liberados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) são feitos sem planejamento, fazendo com que as(os) agricultoras(es) se endividem e não consigam saldar suas dívidas. É muito comum ainda as mulheres serem impossibilitadas de acessar os créditos pelo fato de seus companheiros, maridos, pais ou familiares homens, estarem inadimplentes e serem eles os proprietários do lote e terem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (registro do Pronaf para acesso a crédito) em seu nome. Isso ocorre até mesmo com o Pronaf Mulher, recurso destinado exclusivamente a mulheres agricultoras.

¹⁸ Após muitas visitas das mulheres ao Banco do Povo e uma série de exigências, visitas ao assentamento, toda documentação regularizada e promessas do banco de que seria concedido o crédito, este não foi aprovado.

Percebe-se, então, que o caso da Cooperativa União não apresenta dois dos principais problemas da maioria dos EESs: a dificuldade com a linguagem matemática e a falta de recursos. O primeiro porque a atividade desenvolvida pelos trabalhadores em um canteiro de obras exige grande capacidade de abstração do projeto que está sendo desenvolvido, ou seja, é uma atividade que permite ao trabalhador uma compreensão sobre o produto do seu trabalho¹⁹. O segundo porque é possível, em um ambiente protegido pelos movimentos sociais e populares, o acesso a recursos de fundos públicos, com dificuldades, mas com certa perenidade. O que, ainda assim, permite identificar que o sistema de crédito convencional não supre as necessidades também dessa cadeia produtiva quando se trata de um EES, podendo até ser ainda mais perverso.

Por sua vez, a cadeia de Resíduos Sólidos encontra outras dificuldades. Como a questão do tratamento e destinação de resíduos sólidos é também responsabilidade direta do poder público, as cooperativas e associações de catadores muitas vezes ficam à mercê da existência de uma política pública que trate decentemente da situação. Caso contrário, o trabalho de catação, triagem e venda de materiais recicláveis se torna extremamente insalubre. Atualmente, não existe uma política pública de financiamento para compra de maquinário ou investimentos em infraestrutura, apenas escassos editais públicos que não conseguem atender a necessidade de crédito dos EESs dessa cadeia produtiva, ou políticas focais de governos, ou seja, instáveis e na maioria das vezes de curto prazo. Sem o apoio do poder público e sem financiamentos perenes e substanciais, as catadoras e os catadores não conseguem avançar na cadeia produtiva, permanecendo como o elo mais fraco, completamente suscetível às oscilações de mercado.

Assim, percebemos que, apesar das necessidades de crédito e financiamento dos EESs se manifestarem de formas diferentes, o sistema financeiro atual não consegue dar respostas satisfatórias a tais demandas. Sem a apropriação por parte das(os) trabalhadoras(es) do sistema financeiro, sua forma de funcionamento, gestão e as escolhas políticas aí embutidas, acreditamos que essas respostas não serão dadas. Nesse sentido, desde que se iniciaram as discussões sobre Finanças Solidárias, algumas possibilidades de implementar e experimentar práticas relacionadas ao tema começaram a surgir. Dentre elas: a criação de uma moeda social para ser utilizada

¹⁹ Para melhor entender a questão do trabalhador na construção civil no Brasil, como detentor do conhecimento do processo produtivo no canteiro de obras, ler Ferro, 2006.

na feira da Unicamp (feira que acontece semanalmente com barracas de comercialização não ligadas à Economia Solidária); a criação de bancos comunitários, sendo um na Vila Operária (comunidade formada no entorno da Flaskô²⁰) e outro na Comuna Urbana Dom Helder Câmara (experiência urbana do MST, onde é incubada pela ITCP/UNICAMP a Cooperativa de Construção Civil União); um Fundo Social Rotativo para os movimentos sociais realizarem atividades (como exemplo, foi financiada a vinda da escola de samba do MST Unidos da Lona Preta para atividade em Campinas); a proposta de um Fundo Rotativo de Produção gerido por trabalhadoras dos EESs incubados.

O Fundo Rotativo de Produção gerido por Mulheres (FRPM) é hoje nossa proposta mais concreta de atuação no campo das Finanças Solidárias em conjunto com as trabalhadoras dos EESs. A proposta de implementação do fundo e de doação da primeira quantia de dinheiro para fazê-lo foi aprovada recentemente pelo nosso coletivo.

Fundo Rotativo de Produção gerido por Mulheres (FRPM)

Apresentação da proposta

A ideia do FRPM surge a partir do contato com outras experiências (em especial a Casa da Mulher do Nordeste, uma iniciativa bastante desburocratizada e bem avaliada por suas integrantes) e de reflexões teórico-metodológicas no interior do Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária de Planejamento Econômico (GEPES de PE).

A ideia é simples: formar uma espécie de “conselho”, com uma (ou mais) representante de cada grupo que incubamos, que deve se reunir com uma frequência definida por elas de acordo com suas necessidades. Esse Conselho, então, define a prioridade dos empréstimos e faz a sua gestão. O coletivo de formadores da ITCP/UNICAMP faria uma doação para consolidar a formação do FRPM. Os recursos do FRPM devem servir como investimento para atender às necessidades relativas à produção dos EESs, gerando excedente e garantindo que esses recursos retornem ao fundo, sem se tornarem mais uma forma de endividamento dos grupos²¹.

²⁰ Fábrica ocupada pelos trabalhadores localizada em Sumaré – Região Metropolitana de Campinas.

²¹ O crédito concedido pelo FRPM deve ser utilizado na produção e pode ampliar a capacidade produtiva do grupo, aumentando a renda das trabalhadoras, o que possibilita que o empréstimo volte ao fundo e possa ser utilizado novamente por outros grupos. Assim, ao aumentar a capacidade produtiva e a possibilidade de comercialização dos produtos, as necessidades de consumo podem ser atendidas sem gerar endividamento.

No Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária de Relações de Gênero (GEPES de Gênero) estudamos que em praticamente todas as experiências de microcrédito as mulheres são o público-alvo. Segundo pesquisas, elas utilizam esse recurso de maneira mais responsável, pensando nas necessidades básicas da família²². Esse tipo de justificativa envolve um risco: responsabilizar ainda mais as mulheres pelas suas funções tradicionais. As “habilidades femininas” valem-se de forma utilitária para remediar a pobreza, mas não para questionar sua estrutura. No entanto, diferentemente da proposta que estamos apresentando nessas experiências, as mulheres não participam da gestão do fundo. Por isso, é essencial que sejam mulheres as gestoras desse fundo, uma vez que elas são maioria nos grupos que incubamos e normalmente excluídas de atividades financeiras. Acreditamos que a autogestão do fundo pelas mulheres tem potencial para dar outro caráter a essa experiência e a possibilidade de desvelar as desigualdades de gênero da estrutura financeira.

Breve relato da experiência iniciada

Diante desse acúmulo teórico e após termos conhecido outras experiências de fundos rotativos, iniciamos um debate em nosso coletivo de formadoras(es) no sentido de pensarmos praticamente como poderíamos viabilizar essa experiência.

Em janeiro de 2012 decidimos que faríamos uma doação de R\$ 6.000,00 para iniciar o FRPM. Decidimos também que viabilizaríamos a logística de transporte dos grupos para as primeiras reuniões até que o grupo adquirisse uma dinâmica própria. Após discutirmos com as equipes de incubação e também com os próprios grupos incubados, decidimos que somente quatro desses cinco grupos participariam da primeira formação do fundo. Seriam, portanto, os grupos ligados às cadeias de resíduos sólidos e agricultura familiar, visto que a cadeia de construção civil tem outra dinâmica de gestão de recursos.

A primeira reunião foi realizada no dia 21 de janeiro, na sede da ITCP/UNICAMP. Os quatro grupos incubados foram convidados e as equipes de incubação

²² Um exemplo claro dessa responsabilização das mulheres é o modelo proposto pelo economista Muhammad Yunus, conhecido como o banqueiro dos pobres. Yunus criou o Grameen Bank, em Bangladesh, que concede microcrédito para famílias pobres do país, o que ele próprio chamou de “a revolução do microcrédito que ajudou os pobres”. A procura por crédito no banco é 97% feminina e uma das justificativas dadas pelo economista são as habilidades femininas para gestão dos recursos. Para conhecer melhor a experiência ler: Yunus, 2000.

ficaram responsáveis por garantir o transporte de todas até o local da reunião e pela realização de uma Ciranda (espaço educativo destinado às crianças e que garante a participação das suas responsáveis na reunião). A reunião aconteceu com três dos quatro grupos e as(os) formadoras(es) da ITCP. Por fim, foi feita a doação e ressaltada a necessidade do Conselho que compõe o fundo se tornar autônomo na gestão dos recursos.

Como saldo dessa primeira reunião algumas decisões foram tomadas: será formado um conselho gestor do FRPM composto por uma representante de cada grupo e uma suplente; as reuniões desse conselho gestor serão mensais e terão sedes revezadas entre os grupos; para acessar o crédito, cada grupo deve apresentar uma proposta que responda quatro perguntas (para quê?; quanto?; como vai pagar?; quando vai pagar?). A partir das respostas, o Conselho gestor avalia a proposta, decidindo pela concessão ou não do crédito, e o repasse do recurso para o grupo é encaminhado e registrado em ata própria.

Várias outras questões ficaram pendentes, como por exemplo, se haverá ou não taxa de juros, onde ficará guardado o dinheiro do fundo, como será o procedimento de pagamento do crédito, entre outras. Contudo, acreditamos que essas questões serão resolvidas no decorrer da experiência, a partir da necessidade dos grupos e do Conselho Gestor do fundo.

Considerações finais

Apresentamos aqui a tentativa de sistematizar o que foi discutido entre o debate trazido pelo projeto “Articulação de ITCPs” em seu terceiro tema – consumo, comercialização e finanças solidárias – e o GEPES de PE, somado às experiências da ITCP/UNICAMP.

Primeiramente, a partir das leituras e referências bibliográficas encontradas, identificamos uma deficiência teórica e analítica da Economia Solidária nesses temas, pois não encontramos referências com críticas estruturais ao modelo econômico hegemônico.

Nesse primeiro momento foi percebida a necessidade de alguns apontamentos quanto à não neutralidade do discurso econômico, isto é, a escolha de um arcabouço teórico tem implicações diretas nas propostas que serão construídas. Tomando o discurso hegemônico como verdadeiro, mesmo que parcialmente, incorre-se em

“erros” metodológicos, uma vez que a Economia Solidária se propõe a ser uma nova forma de organização econômica e social. Assim, para atender as demandas e anseios dos EESs devemos partir de um entendimento da realidade claro e posicionado politicamente.

Por fim, entendemos que novas experiências devem ser tentadas, inventadas e sistematizadas. Consideramos necessário, para que essas experiências tenham um caráter transformador, que olhemos para o conhecimento prático das mulheres, não como uma coincidente maioria nos EESs e setores econômicos de menor representatividade, mas como uma consequência estrutural da sociedade capitalista e patriarcal. Consideramos também necessário a articulação entre EESs e movimentos sociais e populares como a forma de travar as lutas políticas que estão colocadas na sociedade, para que assim a classe trabalhadora possa superar a condição de explorada e marginalizada.

Referências Bibliográficas

CORREA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2000.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. *In: Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres* / Di Sabato; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria; organização de Andrea Butto. Brasília: MDA, 2009.

FARIA, N.; MORENO, R. Apresentação da edição brasileira. *In: CARRASCO, C. Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2012.

FERRO, Sérgio. O canteiro e o desenho. *In: Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

GOMES, D. V. “Educação para o Consumo Ético e Responsável”. *In: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, vol. 16, 2006. p.18-31. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol16/art02v16.pdf>

KRAYCHETE, G. “Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social”. *In: KRAYCHETE, G. e AGUIAR, K. (Orgs.). Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: OIKOS, 2007. p. 32-66. Disponível em: <http://www.capina.org.br/download/semi/gkrxtxtsemi.pdf>

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTIRANI, L. A.; LIMA, S. T. S.; ANDRADE, T. O. ; VELASCO, G. N. “Sociedade de consumo e ambiente: valores sociais, necessidades psicológicas e nova educação”. *In: III Encontro da ANPPAS - GT Meio ambiente, sociedade e educação*, 2006, Brasília. p. 01-16. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT9.html

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RAMPONE, B. M.; TAUFIC, R. O.; LUBLINER, T. M.; CASTRO, M. P.; SILVA, L. O. “Caracterização da Economia Solidária a partir dos conceitos de marginalidade e super-exploração”. *In: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP. (Org.). Coletiva: reflexões sobre incubação e autogestão*. 1ª ed. Campinas: Instituto de Economia, 2011, vol.1, p. 91-110.

SAAD FILHO, A. **O Valor de Marx**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

SENAES/MTE. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2007**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>. Acesso em: 09/09/2011.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2000.



O Sexo da Economia Solidária: Apontamentos a partir da Economia Feminista e da prática de incubação

Autoras: Aline Godois Tavares¹, Bruna Mendes Vasconcellos², Camila Spinelli Colombo³, Elaine Mauricio Bezerra⁴, Ioli Gewehr Wirth⁵

Resumo

O presente artigo tem como propósito apresentar os principais elementos teórico-metodológicos que orientam o trabalho de gênero da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unicamp. Como fio condutor do debate, as primeiras seções do artigo trazem um questionamento acerca do lugar das mulheres na Economia Solidária conforme dados sistematizados pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). A partir desse levantamento abordaremos a visão da Economia Feminista sobre a participação das mulheres nos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e problematizaremos a estrutura desigual e marcada pela divisão sexual do trabalho à qual ainda estão submetidas. Por fim, a partir das concepções expostas apresentaremos o trabalho de incubação com os grupos de catadoras(es) e agricultoras(es). Abordaremos também uma recente experiência de fundo rotativo de produção gerido por mulheres.

Palavras-chave: Economia Solidária, Economia Feminista, relações sociais de sexo, autogestão, incubação.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestranda em antropologia pela mesma instituição, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, aline@itcp.unicamp.br

² Graduada em Engenharia de Alimentos pela UNICAMP, possui mestrado e cursa atualmente o doutorado em Política Científica e Tecnológica pela mesma instituição, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, bruna@itcp.unicamp.br

³ Graduada em Artes Plásticas pela UNICAMP, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, camila@itcp.unicamp.br

⁴ Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba, Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande, doutoranda em ciências sociais pela UNICAMP, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, elaine@itcp.unicamp.br

⁵ Graduada em pedagogia e mestra em Educação pela UNICAMP, doutoranda em ciências sociais pela mesma instituição, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, ioli@itcp.unicamp.br

*“Amo as mulheres desde a sua pele que é a minha
a que se rebela e luta com a palavra
e a voz desembainhadas,
a que se levanta de noite para ver se o filho chora,
a que luta inflamada nas montanhas,
a que trabalha mal paga na cidade,
Vamos e que ninguém fique no caminho...
para que este amor tenha a força dos terremotos...
dos ciclones, dos furacões
e tudo que nos aprisionava
exploda convertido em lixo.”*

Gioconda Belli

O Sexo da Economia Solidária: Apontamentos a partir da Economia Feminista e da prática de incubação

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar a metodologia de trabalho de gênero desenvolvida pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unicamp. Apresentaremos os principais pontos teóricos que orientam a nossa prática pedagógica, além de relatos de experiência baseados em uma metodologia feminista.

Desde 2005, a ITCP/UNICAMP conta com um grupo específico para estudar as relações de gênero no interior dos empreendimentos acompanhados. O Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária das Relações de Gênero (GEPES de Gênero) foi criado inicialmente por monitoras da incubadora que, diante da realidade encontrada no processo de incubação, demandaram um espaço para refletirem sobre as situações de desigualdade entre homens e mulheres nos empreendimentos. A proposta desse espaço, para além de possibilitar um aprofundamento teórico sobre o tema, era criar metodologias específicas para problematizar as relações desiguais de gênero presentes nos empreendimentos.

Faz-se importante destacar que esse foi o último grupo de estudo criado dentro da incubadora e era inicialmente considerado um espaço paralelo dentro da nossa estrutura, não sendo reconhecido nas horas de trabalho das monitoras que o compunham. No entanto, à medida em que o grupo se fortaleceu, tornou-se clara a importância desse tema para toda a metodologia de trabalho da ITCP.

Se antes o gênero era um dos muitos temas a serem abordados no decorrer do processo de incubação na forma de algumas oficinas avulsas, atualmente ele é o eixo central da nossa metodologia, de onde os demais temas discutidos devem partir. Nesse sentido, ao planejarmos os temas de incubação – como autogestão, tecnologia social, mundo do trabalho, entre outros – devemos refletir sobre como eles se relacionam com a desigualdade existente entre homens e mulheres em nossa sociedade. Dessa forma, todas as questões passam a ser abordadas a partir da perspectiva de gênero.

Essa definição de foco tem duas justificativas principais a partir da realidade concreta dos grupos com os quais trabalhamos. a) A maior parte dos empreendimentos acompanhados é feminino ou constituído, majoritariamente, por mulheres; b) A dinâmica interna dos empreendimentos reproduz e se organiza baseada na divisão desigual dos papéis de gênero na nossa sociedade.

Essa constatação apoia-se na teoria da divisão sexual do trabalho (HIRATA e KERGOAT, 2003; KERGOAT, 2010). Em diálogo com a análise do materialismo histórico sobre a organização do trabalho, essas autoras evidenciaram a articulação entre classe e gênero no sistema pautado pela exploração do trabalho. Apontaram que o mundo do trabalho também é marcado pela separação entre trabalhos masculinos e femininos, sendo os primeiros mais valorizados socialmente do que os últimos.

A partir dessa teoria, diversas autoras destacam a importância da exploração do trabalho feminino para o fortalecimento do atual sistema capitalista, o que ocorre através de duas lógicas. A primeira é a da super-exploração da mão de obra feminina, cuja remuneração é, em média, 30% menor em relação à masculina. A segunda está relacionada à separação entre esfera da “produção” e da “reprodução”. Nessa divisão cabe às mulheres a maior parte do trabalho de “reprodução” que não é remunerado (HIRATA, 2002; BRUSCHINI e LOMBARDI, 2002; CARRASCO, 2006). Diante desse diagnóstico, procuramos teorias que, aliadas a uma perspectiva marxista do trabalho associado e da Economia Solidária, pudessem nos oferecer elementos para compreender e interferir na realidade encontrada.

Enquanto a teoria da divisão sexual do trabalho nos possibilita a compreensão das mulheres no mundo do trabalho, a Economia Feminista vêm nos possibilitando elaborar práticas de ação que buscam a transformação social e econômica do nosso sistema a partir de uma perspectiva feminista. Trata-se de um marco significativo da nossa metodologia, pois ela nos possibilita entender as problemáticas geralmente associadas às mulheres como cirandas e espaços de educação infantil, trabalho doméstico, cuidado com filhos. Em vez de espaços auxiliares, eles representam estratégias de organização solidária que podem nos auxiliar a romper com uma das principais características do nosso sistema econômico: a separação entre as esferas reprodutivas e produtivas.

Por isso, é importante destacar que ao falar de perspectiva feminista não estamos nos referindo às metodologias que trabalhem apenas com mulheres. Entendemos que uma metodologia que parta dos problemas concretos das mulheres possa oferecer ferramentas para a re-organização estrutural da lógica de trabalho

de um empreendimento, caminhando para um processo que não reproduza as desigualdades do atual sistema econômico.

Como os espaços da produção se conectam com o espaço da vida? Como desalienar o trabalho dito “produtivo” da vida cotidiana? Como pensar novas lógicas de trabalho, partilhando o princípio da autogestão, que se relacionem com a totalidade da sociabilidade das(os) trabalhadoras(es)? Estes são alguns dos desafios que a incubadora se propõe a pensar e cujo enfrentamento compartilha com movimentos sociais e trabalhadoras(es) associadas(os).

A estrutura desse artigo coincide com a trajetória teórica-política do GEPES de Gênero. A primeira sessão traz um diagnóstico sobre a situação de homens e mulheres no universo da Economia Solidária. A sessão seguinte mostra como a Economia Feminista nos possibilita aprofundar a crítica ao atual sistema econômico, pois propõe uma ressignificação sobre o entendimento do que é trabalho, focando elementos desprezados pela economia convencional. Por fim, apresentamos as experiências vividas em duas das três cadeias produtivas que acompanhamos: Agricultura Familiar e Resíduos Sólidos⁶. Relatamos como os anos de prática geraram uma primeira proposta de caráter feminista: a criação de um Fundo Rotativo de Produção gerido por Mulheres, que tem como objetivo oferecer crédito solidário para os empreendimentos acompanhados e incentivar a entrada das mulheres na esfera da gestão econômica.

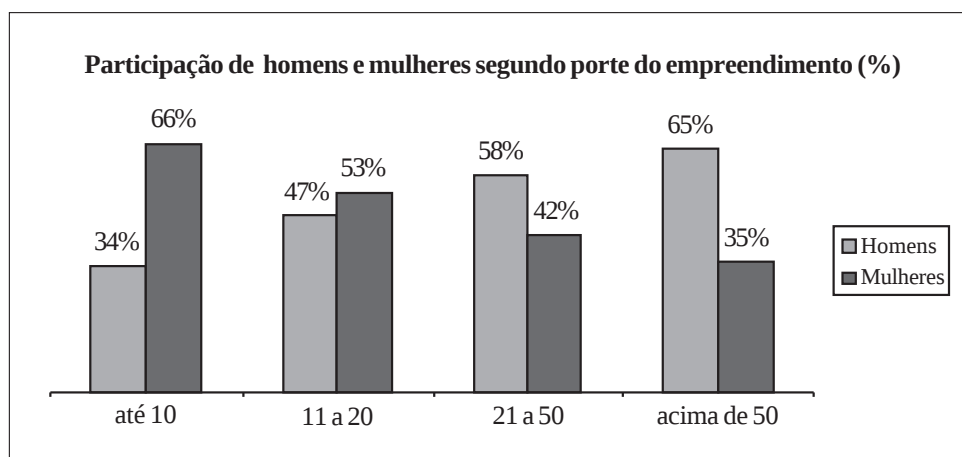
O lugar das mulheres na Economia Solidária

Para compreender o vasto universo que compõe a Economia Solidária, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária vem propondo, desde 2003, a construção de um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Através de um mapeamento nacional, a proposta do SIES é identificar e caracterizar os EES, as Entidades de Apoio e as Políticas Públicas de Economia Solidária existentes no Brasil “com os objetivos de proporcionar a visibilidade e a articulação da Economia Solidária e de oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas” (SENAES, 2009). Até então, foram realizados dois mapeamentos nacionais (2005 e 2007) e deu-se início a um terceiro em 2009, ainda em andamento.

⁶ Atualmente, a ITCP/UNICAMP trabalha com três cadeias produtivas: Agricultura familiar, Resíduos Sólidos e, mais recentemente, Construção Civil. Esta última, por ser uma experiência recente, não será sistematizada neste artigo.

Até 2007, o SIES mapeou 21.859 EES, o que inclui cooperativas, associações e grupos informais. Dos EESs mapeados, 35% estão na área urbana, 48% encontram-se na área rural e 17% estão, simultaneamente, nas duas áreas. Esses empreendimentos reuniam 1.687.496 pessoas, das quais 63% eram homens e 37% mulheres (SIES, 2007).

Gráfico 1 - Homens e Mulheres segundo porte do EES.

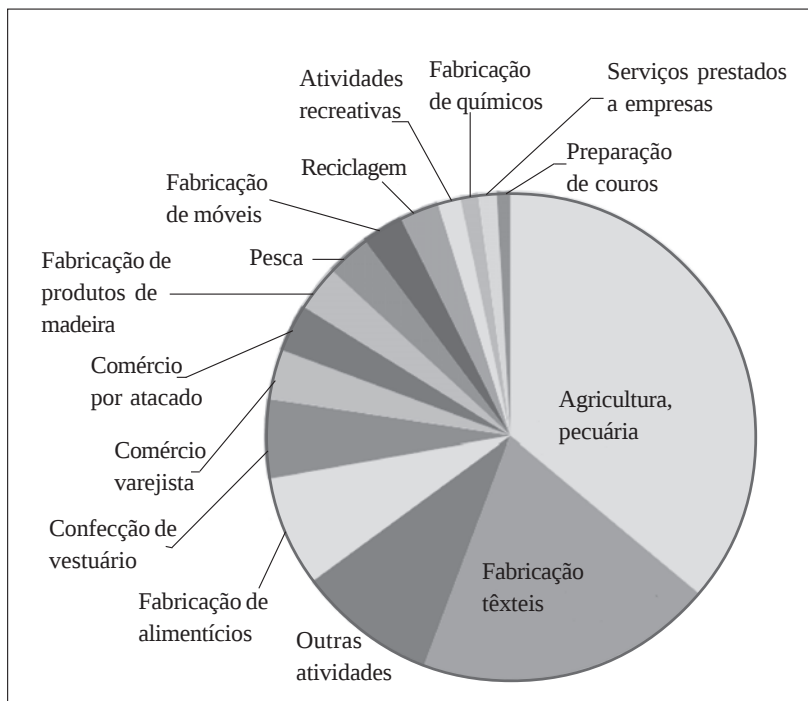


Fonte: SIES, 2007

Através dos dados disponíveis, observa-se que as mulheres estão concentradas nos grupos de menor porte. Elas predominam nos EESs com menos de 10 sócios, que contam com a participação de 66% de mulheres. Já os homens estão mais presentes nos empreendimentos com mais de 20 sócios (58% nos EES de 21 a 50 sócios e 65% nos EES com mais de 50 sócios). Assim, podemos concluir que quanto menor o empreendimento, maior é a participação relativa das mulheres.

Em relação aos setores da economia em que as mulheres mapeadas estão mais presentes, observa-se uma concentração maior delas em atividades agrícolas (36,1%). Como a maior parte dos EESs está localizada no meio rural, era esperado que as mulheres fossem predominantes nesse segmento, no entanto, elas representam pouco mais de um terço dos trabalhadores (nos EESs de agricultura 66% são homens e 34% são mulheres). Sobre esse dado, as feministas questionam se a participação feminina não estaria subestimada, devido à invisibilidade da mulher nos trabalhos agrícolas.

Gráfico 2 - Distribuição das mulheres por atividade de Economia Solidária



Fonte: Wirth (2010).

No meio urbano, a fabricação de produtos têxteis concentra a maior parcela de mulheres: 19,6%, elas representam 85% da força de trabalho no setor. O terceiro lugar em termos de participação feminina é ocupado pelo setor de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, com 7,3% do total das mulheres. Em quarto lugar, com 5,2% está a confecção de vestuário, setor que é composto por 83% de mulheres (WIRTH, 2010).

Podemos inferir, portanto, que a participação das mulheres na Economia Solidária reflete uma tendência à divisão sexual do trabalho observada na economia convencional, visto que a maioria das mulheres está concentrada em setores econômicos tradicionalmente femininos e relacionados à esfera dos cuidados e de reprodução da vida.

Outro dado que vem corroborar essa divisão é o fato de termos os EESs com menor participação de mulheres, como é o caso das fábricas recuperadas, setor predominantemente masculino e que tem em média 40 associados. Nas fábricas, os homens figuram 68% da força de trabalho. Em relação ao total de mulheres mapeadas,

a participação feminina nas fábricas recuperadas é de 0,3%. Assim, os empreendimentos maiores, com mais estrutura e maiores retiradas são ocupados predominantemente por homens, o que confirma a tendência à divisão sexual do trabalho supracitada.

Ponderações e limitações do SIES

Não temos dúvidas sobre a relevância de um sistema de informações no âmbito da Economia Solidária, pois poderá orientar a elaboração de políticas públicas mais eficazes. Reconhecemos o esforço que vem sendo despendido pela SENAES e as demais entidades que compõem a coordenação do SIES para a sua elaboração, ampliação e constante aperfeiçoamento; em especial diante do pequeno volume de recursos que é destinado ao projeto. Por isso, principalmente, devido a este fator, o sistema ainda apresenta uma série de limitações, quando nos propomos a analisar a situação das mulheres na Economia Solidária.

Nesse sentido, uma limitação que encontramos na pesquisa é que ao se tentar compreender a diversidade existente no campo da Economia Solidária, o SIES acaba tendo um olhar muito abrangente e focado, especialmente, nos empreendimentos e não em seus(suas) trabalhadores(as), dificultando a realização de análises em profundidade sobre a situação das mulheres.

Dessa forma, não são percebidos os trabalhos não mercantis realizados por elas dentro e fora dos empreendimentos. Os trabalhos, especialmente reprodutivos, construídos historicamente como de responsabilidade feminina não são contabilizados. O que o movimento feminista pauta é que a organização não mercantil dessas atividades e uma articulação justa das esferas produtivas e reprodutivas teriam potencialidade na Economia Solidária, mas o olhar do mapeamento ainda não abrange isso. Aprofundaremos essa ideia na sessão seguinte.

Outro problema do sistema é que por se basear em questionários quantitativos e formados por dados sobre a maioria das mulheres de um empreendimento, obscurece questões que fazem parte de suas vida, como, por exemplo, a violência contra as mulheres. Reconhecemos também que o projeto de ampliar o mapeamento iniciado em 2009 já apresenta avanços no sentido de ter um questionário específico para tentar captar dados em relação à realidade das mulheres⁷. Contudo, acreditamos

⁷ Referimo-nos aqui ao “Complemento Nacional Mulheres”, formulário complementar ao questionário oficial do Mapeamento Nacional de Economia Solidária que deve ser preenchido para os EESs em que existam mulheres trabalhando, sejam elas sócias ou não. O complemento, bem como os questionários aplicados na edição 2009/2010 do mapeamento podem ser encontrados no endereço: http://www3.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_formularios.asp

que tratar as questões das mulheres como um adendo seja insuficiente para podermos compreender a inserção e atuação das mulheres no trabalho associado e na Economia Solidária.

Apontamos então para a necessidade de se olhar com mais cuidado a divisão sexual do trabalho nos EESs mistos, e naqueles exclusivamente femininos, indo além do espaço produtivo, abarcando também, o âmbito da reprodução da vida. Além disso, o olhar para as experiências associativas desenvolvidas pelas mulheres, principalmente, para aquelas experiências que se encontram no âmbito da Economia Feminista e que não têm como objetivo central a inserção das mulheres no mercado de trabalho convencional. Acreditamos que esse olhar cuidadoso e essa valorização da experiência associativa das mulheres pode contribuir para a construção de uma outra economia e de outra sociedade de novo tipo, na qual exista igualdade real entre homens e mulheres.

A Visão da Economia Feminista sobre esse lugar

Esses dados bem como os limites desse tipo de análise nos levam a uma reflexão sobre o papel histórico das mulheres na economia. As mulheres, sobretudo, as mais pobres têm suas existências voltadas à manutenção da vida. Colocam seus filhos no mundo e fazem de tudo para alimentá-los, educá-los, vesti-los etc. Se para isso for necessário enfrentar o sistema econômico, elas prontamente tomam a iniciativa. Essa constatação é fruto de uma revisão historiográfica sobre as mobilizações sociais em torno da pobreza e da fome feita por Thompson (1979):

Las iniciadoras de los motines eran, con frecuencia, las mujeres. Sabemos que en 1693 una gran cantidad de mujeres se dirigieron al mercado de Northampton, con “cuchillos escondidos en sus corpinos para forzar la venta del grano según su propia evaluación” [...]. En docenas de casos ocurre lo mismo: las mujeres apedreando a un comerciante poco popular con sus propias patatas, o cambiando astutamente la furia con el calculo de que eran algo más inmunes que los hombres a las represalias de las autoridades [...]. Es probable que con mucha frecuencia las mujeres precipitaran los movimientos espontaneos, pero otros tipos de acciones se preparaban con más cuidado. (THOMPSON, 1979, p. 109 -110).

Sobre esse sentido profundo de justiça social, historicamente presente na mobilização feminina, que as reflexões da economia feminista lançam nova luz.

Isso não significa perder de vista a importante crítica a respeito da naturalização do papel das mulheres construída pelo pensamento feminista. As mulheres não são as únicas a gerarem as crianças e não são biologicamente as únicas responsáveis por elas e por todo o trabalho de cuidados daí decorrente. Os estudos de gênero têm se dedicado a comprovar que as questões atribuídas às mulheres não são naturais, mas socialmente construídas (SCOTT, 1990). Entretanto, analisar criticamente essa situação e afirmar teoricamente que ela é mutável tem causado pouco impacto sobre a vida das mulheres trabalhadoras pobres. Para estas, a responsabilidade que lhes é social e historicamente imposta continua sendo determinante na organização de suas vidas. Dessa forma, em vez de analisar a situação de responsabilização das mulheres apenas na perspectiva de denúncia da desigualdade social que recai sobre elas, o movimento feminista, mais recentemente, vem convertendo esses elementos no anúncio da emancipação das mulheres⁸.

As mulheres são maioria nos pequenos empreendimentos e nas bases dos diversos movimentos sociais, pois o envolvimento com lutas políticas mais amplas está diretamente vinculado à resolução de seus problemas concretos e cotidianos. Essa constatação, em vez de indicar que as mulheres estão naquelas experiências que “não deslancharam economicamente” – uma das leituras possíveis a respeito dos dados do SIES (2007) – talvez possa revelar que elas estão inseridas nos espaços mais comprometidos com a justiça social.

Conforme revelam os estudos sobre gênero e trabalho, para as mulheres o trabalho doméstico e o trabalho remunerado constituem uma tarefa combinada que se articula, conflita, mas que de forma alguma são concebidos por elas como atividades estanques. Para os homens, por outro lado, ocorre uma nítida separação entre o trabalho e a vida (HIRATA, 2005).

Essa análise é possível a partir da teoria da divisão sexual do trabalho (HIRATA, E KERGOAT, 2003; KERGOAT, 2010). Com o objetivo de complexificar a compreensão do sistema de exploração, as autoras propõem uma conceituação que procura compreender o âmbito produtivo (que produz mercadorias) juntamente com o reprodutivo (que reproduz a vida, doméstico). A divisão sexual do trabalho, que pretende dar conta de analisar a organização do trabalho em seu sentido amplo (produtivo e reprodutivo), se estrutura a partir de dois princípios. O primeiro é o da

⁸ As categorias denúncia da situação de opressão e anúncio de um inédito viável, capaz de ser colocado em prática pelos oprimidos foram propostas por Paulo Freire (1987).

separação entre trabalhos de homens e de mulheres. Há trabalhos socialmente estabelecidos como masculinos e outros como femininos. O segundo princípio é o da hierarquização: os trabalhos masculinos são mais valorizados socialmente e, consequentemente, mais bem remunerados do que os femininos.

Dessa forma, em vez de tomar a dissociação entre as esferas produtiva e reprodutiva como algo estabelecido, imutável e menos importante para pensar a transformação social, demonstram que daí provém a desigualdade entre os sexos. Afirmam ainda que essa desigualdade não é secundária em relação à de classe, mas que estão mutuamente imbricadas (KERGOAT, 2010).

Outro referencial importante para a nossa prática é o da Economia Feminista, que realiza a crítica da separação entre esfera produtiva e reprodutiva a partir de outra perspectiva teórica.

As reflexões sobre o significado do trabalho das mulheres para o sistema econômico como um todo têm sido feitas nesse campo. Contestando a visão androcêntrica⁹ do pensamento econômico clássico e marxista, a economia feminista reivindica o reconhecimento do papel central que as mulheres desenvolvem para o funcionamento da economia (CARRASCO, 2006).

Esta teoria critica a forma como a economia clássica marca a divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, sendo apenas o primeiro contabilizado em suas análises, desconsiderando as contribuições econômicas do trabalho doméstico e, consequentemente, das mulheres. O sistema econômico capitalista pressupõe a separação e a subordinação do mundo da vida ao sistema do lucro. Nesse processo, o trabalho historicamente desempenhado pelas mulheres é ocultado.

As economistas feministas argumentam que o trabalho doméstico dá sustentação ao trabalho mercantil. Para as teóricas da economia feminista é necessária uma resignificação daquilo que se entende por trabalho, que este seja visto de maneira mais ampla, considerando não apenas o trabalho assalariado, mas também aquele informal, o doméstico, a divisão sexual do trabalho nas famílias (CARRASCO, 2006).

Desde a gestação, passando pela alimentação, educação e manutenção, o trabalho feminino é fundamental para a sociedade e consequentemente para o sistema

⁹ “O androcentrismo refere-se às construções de noções que tomam a experiência dos homens como universais, ou seja, que ocultam ou desconsideram as experiências das mulheres (...) Uma ciência que se produza naturalizando as experiências dos ‘homens’ como se fossem universais, termina por reproduzir uma visão enviesada do fenômeno que pretende demonstrar e estudar, pois desconsidera que a humanidade é composta por homens e mulheres e que há diferenças e desigualdades entre esses sujeitos.” (CARRASCO, 2012, p. 5)

econômico. Se as mulheres não fizessem o chamado “trabalho de cuidados”, não haveria força de trabalho disponível, alimentada, educada etc (QUINTELA, 2006).

Assim, essa corrente teórica propõe a inversão do pensamento econômico: o enfoque deve recair naquilo que é desprezado pela economia convencional. Em vez de se centrar na lógica do lucro, esse outro sistema econômico deve se estruturar a partir das necessidades da vida (QUINTELA, 2006; GUÉRIN, 2005; DANTAS, 2008; SANTOS, 2009, CARRASCO, 2006 e 2008).

Nessa perspectiva, algumas experiências do movimento feminista articulam a proposta de auto-organização das mulheres e o trabalho de cuidado. Surgem então, iniciativas de coletivização dos trabalhos de cuidados. São creches, restaurantes comunitários, lavanderias coletivas¹⁰, muitas vezes, ligados também a outros movimentos sociais que mostram, na prática, que o projeto de transformação social precisa, necessariamente, conceber outra articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva e, consequentemente, outra compreensão do trabalho historicamente desempenhado pelas mulheres.

Essa reflexão teórica realizada no grupo “Estudos de Gênero” da ITCP/ UNICAMP que embasa a prática de incubação, que será descrita na sessão seguinte.

Economia Feminista no processo de incubação dos grupos

No decorrer do trabalho desenvolvido pela ITCP/UNICAMP, as questões relativas à vida das mulheres têm se tornadas cada dia mais presentes, bem como a atuação do GEPES de Gênero em nosso coletivo de formadoras(es). Percebemos, pela experimentação prática e pela reflexão teórica, que o fato de os grupos que acompanhamos ao longo de nossa história serem formados quase que exclusivamente por mulheres não era um acaso.

De fato, os EES que necessitam do apoio da incubadora são aqueles que estão mais frágeis, com mais dificuldades de organização, estruturação, acesso ao crédito etc. Diante dessa compreensão, temos tentado desenvolver nosso olhar para perceber os grupos a partir de uma perspectiva não androcêntrica, valorizando, portanto, as experiências das mulheres e as atividades que desenvolvem fora do

¹⁰ Ver artigo de FREITAS (2008).

âmbito mercantil do trabalho. Apresentaremos a seguir algumas reflexões que fizemos a partir do nosso trabalho e da nossa vivência junto aos grupos e às mulheres em dois setores produtivos.

A Cadeia Produtiva de Resíduos Sólidos

O trabalho na cadeia produtiva de resíduos sólidos é o mais perene da incubadora, visto que acompanhamos grupos produtivos desse setor desde o nosso surgimento em 2001, com foco nas cooperativas e associações de triagem de resíduos. Das experiências que serão aqui apresentadas, esta é a única em que os empreendimentos solidários são mistos, ou seja, são compostos por homens e mulheres. Desta forma, o trabalho com esses grupos possibilita observar processos de divisão sexual do trabalho dentro e fora do empreendimento. Em nossa experiência de incubação, percebemos que há uma tendência dentro dos grupos a diferenciar trabalhos de homens como trabalhos pesados, que exigem grande força física, e trabalhos de mulheres, que exigem minúcia e certa delicadeza. Observamos também que as mulheres muitas vezes estão nesse setor por ser possível conciliar as atividades produtivas com as atividades desempenhadas no âmbito doméstico e de cuidados. Segundo Wirth (2010, p. 194),

a partir de um corte geracional no grupo das mulheres, constata-se a inserção ocupacional das jovens por meio do trabalho associado, diante da baixa oportunidade de emprego. Nota-se também a reinserção ocupacional das mulheres de mais idade após um longo período de afastamento do mercado de trabalho devido ao trabalho doméstico, à maternidade ou ao cuidado de pessoas doentes ou idosas na família. A possibilidade de inserção ou reinserção por meio do trabalho associado é uma primeira constatação possível a partir da perspectiva analítica de gênero, que combina os universos produtivo e reprodutivo.

Parte considerável das mulheres trabalhadoras em EES de triagem de resíduos tem uma grande carga de responsabilidades no âmbito reprodutivo, ou seja, no trabalho doméstico ou de cuidados. Muitas relatam a necessidade de se ausentarem para acompanhar filhos ou outros familiares doentes, comparecer a julgados de menores, apartar brigas em casa. Assim, o fato do trabalho associado ter uma margem para construção de acordos mais flexíveis permite que as mulheres conciliem suas funções produtivas (trabalho remunerado) com suas tarefas reprodutivas (trabalho doméstico

e de cuidados), possibilitando uma maior permanência das mulheres nos EES do que no mercado formal de trabalho. Para Wirth (2010, p. 196),

a conciliação entre os papéis produtivo e reprodutivo possibilitada pelo trabalho associado é um tema fortemente presente nos depoimentos de todas as cooperadas. Em relação a essa questão, o grupo de mulheres é uniforme. Conforme os depoimentos evidenciam, os tipos de problemas enfrentados por estas mulheres são de diversas ordens: saúde, educação, drogadição por parte dos filhos, problemas de relacionamento entre os membros da família etc. Eles refletem a situação de vulnerabilidade social a qual parte dessas mulheres está submetida e a cujo combate se sentem fortemente implicadas.

A fim de problematizar o papel das mulheres no trabalho com resíduos sólidos, a incubadora já propôs diversas discussões e processos de formação¹¹. As oficinas compreenderam temas como a divisão sexual do trabalho no interior dos EESs, as jornadas de trabalho das mulheres dentro e fora dos EESs, bem como sensibilizações para participações em manifestações feministas e discussões sobre a questão da violência contra a mulher.

Diante dessa experiência e das análises feitas sobre esse tipo de trabalho, acreditamos que as experiências desses EESs poderia ser potencializadas quando pensado não só como um local de trabalho, mas também como lugar de reprodução da vida. Apontamos para a socialização dos trabalhos domésticos e de cuidados como uma saída interessante para essas experiências, tal como figura nas reivindicações históricas do movimento feminista, a partir, por exemplo, da construção de refeitórios coletivos para uso dessas trabalhadoras. É preciso também criar espaços de convivência e troca de experiências entre as mulheres, como forma de incentivar sua auto-organização e de fortalecê-las.

A Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar

O trabalho da incubadora com empreendimentos da agricultura familiar se inicia em 2005, mas é entre os anos de 2007 e 2009 que passa a focar sua ação nos grupos exclusivamente femininos.

¹¹ As oficinas sobre gênero realizadas pela incubadora podem ser encontradas na publicação *Empírica: metodologia de incubação*. Instituto de Economia: Campinas, 2009. Disponível em: www.itcp.unicamp.br/empirica

As especificidades de organizações de mulheres do campo foram analisadas por Faria (2011), a partir dos dados do SIES de 2005 e 2007, e coincidem com a realidade das associações com as quais trabalhamos. Ou seja, são grupos majoritariamente pequenos (entre 6-15 sócias), recentes, ainda em processo de estruturação, com gestão normalmente pouco institucionalizada – assentada em relações de proximidade – e de gestão coletiva, característica dos grupos informais e pequenos.

No que diz respeito à produção, a maior parte dos grupos está concentrada nas atividades de artesanato e industrialização (beneficiamento) de alimentos, combinadas com atividades de produção agrícola. A comercialização é normalmente realizada nas proximidades das casas, em nível local e comunitário, diretamente ao consumidor. As principais dificuldades enfrentadas pelos grupos para comercializar são: escassa rede de compradores, falta de capital de giro para vendas a prazo e falta de meios de transporte para escoar a produção (FARIA, 2011).

Além disso, estudos de caso desenvolvidos em assentamentos rurais do estado de São Paulo por Cherfrem (2009) e Vasconcellos (2011) indicam que as mulheres sofrem de uma resistência inicial dos maridos a sua participação, que há instabilidade e poucos rendimentos gerados pelo empreendimento, assim como, falta de uma estrutura própria (a propriedade de lotes e os equipamentos são dos maridos), pouca visibilidade dos recursos gerados (já que conciliam a produção no quintal com o trabalho no empreendimento) e a insegurança para assumir tarefas como as relacionadas à contabilidade e às atividades mais técnicas.

Essas dificuldades se refletem em nosso trabalho de incubação, colocando grandes desafios à articulação dos coletivos de mulheres. Os entraves começam na relação com os companheiros – que não “as liberam” para as reuniões por entender que o papel delas é cuidar da casa e dos filhos –, violência doméstica, doenças mal tratadas pela distância e pela “falta de tempo” criada pela dupla jornada de trabalho, além da falta de incentivo dado à mulher quando comunica que irá fazer parte de um coletivo formado por mulheres: “mas o que vocês ficarão fazendo lá? Vai perder o seu tempo de trabalho/cuidado com a casa por nada.”¹²

Deste modo, as mulheres que permanecem nesses coletivos são geralmente solteiras, viúvas, lésbicas e que têm maridos militantes ou envolvidos em alguma

¹² Falas dos maridos, reproduzidas pelas mulheres em processo de incubação.

prática coletiva de “compromisso social”, como algumas igrejas, por exemplo. Elas enfrentam dificuldades de reconhecimento dentro do local onde vivem e não raramente são excluídas, ridicularizadas ao emitir uma opinião e sugestão por conta da divisão/naturalização das “coisas de homem” e das “coisas de mulher” ou simplesmente ignoradas dentro de processos de tomada de decisão.

Além disso, em processo de incubação o planejamento, não raramente, é obrigado a ser deixado de lado por demandas urgentes trazidas por elas como violência, opressão do marido, disputa das mulheres por reconhecimento e atenção das(os) formadoras(es) – visto que o espaço da incubação por vezes é o único espaço de expressão e garantia de fala e escuta das mulheres. Vale destacar também que elas enfrentam problemas estruturais como falta de água, de luz, saneamento básico, de transporte público, de saúde pública, de maneiras eficientes e rápidas para escoar a produção.

Assim como nos casos citados de ESSs de resíduos, o empreendimento é também colocado pelas mulheres como uma possibilidade de conciliação do trabalho reprodutivo e produtivo, tendo liberdade para faltas e atrasos no caso de terem que resolver problemas ou tarefas domésticas (CHERFREM, 2009; VASCONCELLOS, 2011). Outra evidência dessa aproximação que existe para as mulheres entre trabalho produtivo e reprodutivo é a constante presença de crianças em suas reuniões. Esse fato em datas mais recentes impulsionou a incubadora a pensar a necessidade de espaços específicos para as crianças, como cirandas, em paralelo ao processo de incubação, como forma de viabilizar a participação das mulheres nos empreendimentos.

Apesar das barreiras encontradas, é evidenciado pelos estudos e por nossa prática que esse processo de auto-organização das mulheres rurais é importante no sentido de lhes conferir autoestima, como forma de emancipação, enfrentamento das violências, como um estímulo também a sua inserção no mundo público e às articulações políticas, espaços tradicionalmente dominados por homens. Representa também uma possibilidade de autonomia econômica das mulheres, uma vez que os recursos ligados à produção agrícola familiar geralmente são controlados pelos homens.

Percebemos aos poucos a apropriação do mundo político através da fala de duas mulheres: uma das mais tímidas ao início – vale dizer – colocou questões a um

auditório com mais de 150 pessoas; outra falou abertamente de um caso de violência doméstica com o coletivo de mulheres e, dessa forma, incentivou que outras fizessem o mesmo para poderem resolver juntas essa situação de dor e opressão “invisibilizada” pelas paredes da instituição família. Essas mudanças nos fazem ter a certeza da importância dos espaços de auto-organização das mulheres para a conquista de sua emancipação.

Fundo Rotativo de Produção Gerido por Mulheres

Tem-se observado um efervescer de experiências que objetivam facilitar o acesso de grupos produtivos ao crédito, em especial no Nordeste do país. Segundo uma pesquisa realizada recentemente pela Cáritas, 80% dessas experiências é protagonizada por mulheres¹³. Esse dado indica a necessidade de as experiências de Finanças Solidárias serem analisadas a partir da perspectiva de gênero.

Como já mencionamos para as experiências descritas anteriormente, a articulação entre Economia Solidária e Economia Feminista nos permite entender os EESs como um espaço potencial para articular de forma mais justa o trabalho e a vida. Essa forma mais justa passa necessariamente por reconhecer o trabalho histórico desempenhado pelas mulheres e considerá-lo para as decisões econômicas.

Motivada por essa ideia e inspirada em um projeto da Casa da Mulher do Nordeste e em um fundo rotativo de produção acompanhado pela incubadora de Universidade Federal da Paraíba, a ITCP/UNICAMP estimulou a criação de um Fundo Rotativo de Produção Gerido Por Mulheres (FRPM). Trata-se de uma rede da qual participam mulheres representantes de Empreendimentos Econômicos Solidários da agricultura e da reciclagem. Essa rede encontra-se mensalmente e delibera sobre a utilização de um fundo comum. Esse fundo é atualmente constituído por R\$ 6.000,00 provenientes de doações. Esse recurso pertence à rede e pode ser tomado de empréstimo para investimento pelos membros dos grupos com o fim de ser investido na produção. Os critérios para a realização do empréstimo e a forma de devolução são acordados horizontalmente pelas mulheres. Para realizar o empréstimo cada um dos grupos precisa responder a quatro perguntas: para que precisa do recurso? quanto precisa? como vai pagar? quando vai pagar?

Essa foi a primeira ação em rede, segundo os princípios da economia feminista, proposta pela incubadora. Seus primeiros resultados são bastante animadores. Em

¹³ Pesquisa apresentada no VII Encontro Internacional de Economia Solidária, organizado pelo NESOL entre os dias 24 e 26 de novembro de 2011 na USP.

primeiro lugar é preciso dizer que as mulheres rapidamente ampliaram a reunião de deliberação financeira para um espaço de troca de experiência de vida. Decidiram que cada uma das reuniões seria realizada em um empreendimento diferente. O grupo que acolhe a reunião oferece um lanche e tem um espaço de tempo para relatar a sua história de organização. Frequentemente a história do empreendimento está relacionada à história de luta das mulheres.

Em segundo lugar vale ressaltar que os empréstimos surtiram efeitos positivos sobre a produção e no amadurecimento das mulheres para lidar com as finanças. Algumas integrantes foram motivadas dentro da rede a abrirem suas próprias contas bancárias, em vez de dependerem da de seus maridos. Entre os empréstimos destaca-se um solicitado para o conserto de uma prensa e outro para auxiliar na organização de uma horta coletiva. Os empréstimos solicitados precisam ser previamente discutidos na cooperativa com acompanhamento das(os) formadoras(es) da incubadora. Dessa forma, o processo de incubação de cada empreendimento articula-se com o processo de acompanhamento da rede. Outro resultado importante é perceber o fortalecimento mútuo dos espaços de autogestão. O espaço de gestão coletiva das mulheres fortalece a autogestão em cada um dos grupos. Além disso, aqueles grupos com práticas mais horizontais transmitem sua experiência positiva para os demais membros da rede.

Assim, o que essa experiência vem permitindo é a consolidação de uma dinâmica em que os grupos incubam-se mutuamente e a incubadora contribui com a articulação e orientação desse processo como um todo.

Considerações Finais

Neste trabalho procuramos analisar a situação das mulheres na Economia Solidária, a partir da perspectiva conceitual e prática da Economia Feminista. Este referencial evidencia a concepção androcêntrica do pensamento econômico e lança luz sobre o outro sexo. Ao enfatizar os trabalhos historicamente desempenhados pelas mulheres, são colocadas, as necessidades de reprodução da vida como estruturantes para pensar outro sistema econômico. Se a economia solidária reúne iniciativas que propõem outra economia, enfatizamos que a articulação entre trabalho e vida e a luta por justiça social protagonizadas pelas mulheres não devem ser questões secundárias, mas configurar o princípio organizador desse outro sistema. Nesse

sentido, chamamos a atenção, desde o título deste artigo, para as relações sociais de sexo que estruturam a economia solidária e procuramos contribuir para um tipo de percepção e atuação que possibilitem reconfigurá-las. Sinalizamos que essa perspectiva não é a que orienta o mapeamento do SIES.

A partir dos dados do SIES e da análise de nossa experiência, destacamos como a lógica da divisão sexual do trabalho - que separa e hierarquiza os trabalhos masculinos e femininos, e imputa às mulheres a responsabilização pelos trabalhos reprodutivos (domésticos e de cuidados) - permeia a realidade dos distintos segmentos da Economia Solidária, seja na concentração das mulheres em determinados segmentos do setor, seja na separação dos trabalhos por gênero internamente ao espaço produtivo – no caso dos grupos mistos – ou na forma como as divisões e desigualdades presentes no âmbito doméstico repercutem na organização dos EESs.

Embora tenhamos esse diagnóstico sobre a perversidade da divisão sexual do trabalho, entendemos que a organização das mulheres nos empreendimentos solidários, mistos ou não, têm a contribuir em seu processo de emancipação. A leitura que fazemos é da Economia Solidária como experiências com o potencial para valorizar os trabalhos tradicionalmente femininos e para superar a precarização do trabalho das mulheres, ainda que essa concepção (por enquanto) tenha sido pouco incorporada nas políticas públicas para o setor e nas agências de fomento.

A organização das mulheres para atividades produtivas e suas respectivas redes são espaços em que elas se apropriam de tarefas tradicionalmente masculinas, valorizam trabalhos tradicionalmente femininos e, a partir disso, “(re)significam” o trabalho em seu sentido mais amplo.

Ao longo deste artigo, enfatizamos como essa perspectiva modificou o trabalho que a incubadora faz para fora, mas é importante enfatizar que também ocorreram mudanças internas. Em nosso coletivo temos a máxima de que aquilo que propomos para os grupos também precisa ser praticado internamente. Se propomos autogestão, praticamos autogestão. Se propomos isonomia de remuneração entre os trabalhadores, praticamos isonomia de remuneração entre os formadores. Portanto, a perspectiva de gênero também teve implicações para dentro da incubadora.

Internamente, na organização do trabalho na incubadora, o GEPES de Gênero vem se configurando como um espaço de auto-organização das mulheres trabalhadoras da ITCP/UNICAMP. Trata-se de um espaço político no interior da nossa estrutura que acolhe as demandas relativas a esse tema dentro do nosso projeto.

Assim, pensando na situação das mulheres mães dentro da incubadora, organizamos um fundo para viabilizar o INSS para todos os nossos monitores. Da mesma forma, outros elementos foram sendo debatidos e modificados em nosso trabalho: a equidade entre o número de homens e mulheres no quadro das equipes e coordenações se tornou desejável, os horários de reuniões compatíveis com os períodos de creche, a necessidade de pensar espaços para crianças nos encontros e seminários que organizamos.

Nos últimos anos começamos a trabalhar mais com grupos exclusivamente femininos. Nos grupos mistos as divisões de trabalho internas e as dificuldades geradas pela conciliação de trabalhos produtivos e reprodutivos que fazem as mulheres são aumentadas (e caminhos como a organização de cirandas são apontados), e o tema da violência também é tratado. Além disso, são cada vez mais fortes, as articulações com os movimentos feministas e de mulheres auto-organizadas como parceiras centrais na luta pela sua emancipação.

O Fundo Rotativo de Produção gerido por Mulheres foi a concretização mais evidente desse processo de amadurecimento da incubadora, nesse sentido, sendo uma proposta lançada que continha em seu interior as análises e perspectivas da economia feminista.

Escrevemos este artigo no intuito de denunciar e também de anunciar: denunciar como as relações desiguais de gênero se reproduzem no cotidiano do trabalho e mesmo na Economia Solidária e anunciar o potencial emancipador gerado pela auto-organização feminina nesse cenário. Por fim, nos interessa destacar como o processo de incubação e sua metodologia modificam-se a partir do momento que entendemos as relações de gênero também como estruturantes das relações sociais, e como esse olhar é necessário para, de fato, pensarmos uma nova concepção do trabalho.

Traçar essa relação entre Economia Solidária e Economia Feminista contribui para ampliar o olhar da incubadora sobre o que é o trabalho. Esta tarefa permitiu articular as esferas produtiva e reprodutiva, privada e pública, que nunca deveriam vir dissociadas. Articulando é possível ampliarmos o nosso entendimento sobre a autogestão, que não deve se limitar à autogestão das unidades de trabalho, mas sim, deve estender-se à autogestão da vida.

Referências bibliográficas

CARRASCO, Cristina. La Economía Feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, Maria Jesus (Org.) **Estúdios sobre gênero y economía**, Madrid: Akal, 2006.

_____. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, Ma. Lucia; TITO, Neuza (Org.) **Trabalho doméstico e de cuidados – por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo, Sempreviva Organização Feminista, 2008. p. 91-104.

_____. **Estatísticas sob suspeita**. SOF, São Paulo, 2012.

CHERFEM, Carolina Orquiza. **Mulheres marceneiras e autogestão na economia solidária: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural**. São Carlos: UFSCar, 2009. 238f. Dissertação de mestrado – Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

DANTAS, Isolda. Una economía solidaria con igualdad para las mujeres. **América Latina em movimento, no. 430, economia social e solidária**, publicação virtual, ALAI e RILESS, 2008. p. 14-16. Disponível em: <http://alainet.org/publica/430.phtml>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Taís Viudes de. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina. In: SILVEIRA, Maria L e TITO, Neuza. **Trabalho Doméstico e de Cuidados – por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana**. São Paulo: SOF, 2008. P. 27 – 54.

FARIA, Nalu Silva. **Mulheres rurais e Economia Solidária**. PCT IICA/MDA – NEAD, 2011. Disponível m: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/DispForm.aspx?ID=266&Source=http%3A%2F%2Fwww.iica.int%2FEsp%2Fregiones%2Fsur%2Fbrasil%2FLists%2FDocumentosTecnicosAbertos%2FAllItems.aspx>. cesso em: 8 jul. 2011.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Daniele. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena (Org.) **As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho**, São Paulo: Ed. Senac, 2003. p. 111-123.

_____. **A classe operária tem dois sexos**, Revista de Estudos Feministas. n. 1/ 94, p. 93-100, 1º sem./1994.

HIRATA, Helena. Überlegungen zur “Vereinbarkeit” von Familie und Beruf – Ein Versuch das Terrain zu sondieren. **Feministische Studien**, Stuttgart: Lucius & Lucius, 2005. Vol 23, no. 2, p. 312-319.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e Consubstancialidade das Relações Sociais. **Novos Estudos 86**. São Paulo: Cebrap, 2010.

NOBRE, Miriam. **Diálogos entre economia solidária e economia feminista**. NEAD, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=artigo&id=24>>. Acesso em: 20 set. 2010.

- QUINTELA, Sandra. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**, Rio de Janeiro: PACS, 2006.
- SANTOS, Graciete. Economia Solidária e Feminista: um encontro possível. In: **Mulheres, Economia Solidária e Cidadania**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, no. 5, 2009. p. 69-90.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990
- SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Guia de orientações e procedimentos do SIES**. Brasília: SENAES, 2009.
- SIES, Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>. Acesso em 26 de junho de 2012.
- THOMPSON, Edward Palmer. La economía “moral” de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: THOMPSON, E. P. **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase**. Barcelona: Crítica, 1979.
- VASCONCELLOS, Bruna Mendes . **Gênero e Tecnologia: reflexões a partir da experiência de uma associação de mulheres rurais**. Dissertação de mestrado. Campinas: IGE/Unicamp, 2011.
- WIRTH, Ioli Gewehr. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão?** Dissertação de mestrado, Campinas: FE/Unicamp 2010.



Notas de campo sobre os princípios da Educação Popular e Tecnologia Social: para além das boas intenções da Economia Solidária

Autores(as): Cassiana Rodrigues Alves Silva¹, Ivie Nunes de Santana², Lucas Gebara Spinelli³, Tessy Priscila Pavan de Paula Rodrigues⁴

Resumo

Propomos neste artigo uma reflexão sobre os sentidos de tecnologia social à luz das práticas de intervenção social, também denominadas aqui como práticas de “incubação” da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp. A partir da abordagem de algumas situações-limite experimentadas nas práticas de incubação da ITCP/UNICAMP, buscamos aprofundar os conceitos de tecnologia social e de educação popular, além de apresentar experiências emblemáticas da nossa atuação e levantar questionamentos para subsidiar uma auto avaliação de nosso trabalho, na tentativa de trocar experiências com outras incubadoras e superarmos os limites que a atuação no campo das políticas públicas de economia solidária têm imposto.

Palavras-chave: Tecnologia Social, Educação Popular, Metodologias de Intervenção Social.

¹ Licenciada em Ciências Sociais e bacharel em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, cassi_rodrigues@yahoo.com.br

² Graduada em Turismo pela PUC-Campinas, Mestra em Geografia pela UNICAMP, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, ivie@itcp.unicamp.br

³ Graduado e Mestre em história pela UNICAMP, pesquisador-extensionista da ITCP/UNICAMP, tiradentes@itcp.unicamp.br

⁴ Graduada em Ciências Sociais pela UNICAMP, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, tetsy@itcp.unicamp.br

Notas de campo sobre os princípios da Educação Popular e Tecnologia Social: para além das boas intenções da Economia Solidária

Introdução

Este artigo é fruto das reflexões recentes feitas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária (GEPES) de Processos Pedagógicos (PP) da ITCP/UNICAMP. Ao longo dos últimos anos, o GEPES tem se aprofundado nos estudos sobre educação popular e é nesse espaço que se dá o encontro entre teoria e prática de intervenção social, que ocorrem nas atividades de incubação. É tarefa dos integrantes do GEPES de PP, refletir sobre a metodologia da Incubadora, planejar a avaliação das atividades junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EESs) e à Incubadora. Portanto, foi a partir dos princípios estudados no Curso de Formação de Formadores da ITCP, de Avaliação Autogestionária, Auto Avaliação e Avaliação Continuada, sob mediação do Professor Luis Carlos Freitas da Faculdade de Educação da Unicamp, voltamos nosso olhar para o Projeto Político Pedagógico (PPP) da ITCP aprovado pelo Coletivo de 2009 e especialmente para nossa prática, a fim de problematizarmos a coerência entre discurso e prática de forma sincera, no intuito de superar alguns limites que a prática da autogestão nos impõe.

Para que o coletivo de formadores(as) pudesse contribuir com as equipes de incubação no enfrentamento de problemas oriundos do cotidiano da incubação, solicitamos que cada equipe selecionasse algumas situações exemplares, a partir das quais poderíamos pensar questionamentos gerais e soluções coletivas. As três equipes apresentaram situações nas quais a questão da tecnologia apareceu de forma muito expressiva. Considerando que a ITCP/UNICAMP acumula uma significativa reflexão acerca da *tecnologia social*, que pode ser acompanhado em *O Engenheiro Educador* (2008), (desenvolvido no âmbito do Gepes de Produção e Tecnologia), nos lançamos aqui ao desafio de aprofundar esse conceito, aliado a nossa reflexão e prática metodológica.

O presente artigo, ao expor nossos questionamentos e apresentar situações-limites elegidas pelas equipes, no intuito de socializá-los, sugere a viabilidade de

troca de experiências a partir de exemplos práticos, uma vez que, a tradição acadêmica da qual a maioria de nós é oriunda, geralmente prioriza a reflexão teórica desenraizada da ação prática. Esse é o quadro que nos possibilitou compreender a pertinência da reflexão dos sentidos da tecnologia social à luz das práticas de intervenção social. Nosso entendimento é que o referido conceito não pode ser reduzido a qualquer artefato tecnológico aos quais têm acesso sujeitos das classes exploradas e oprimidas com os quais trabalhamos, ou mesmo pulverizado como mais uma dentre outras ferramentas metodológicas de intervenção social inscrita no campo da educação popular, a exemplo do que comumente é feito, com a alfabetização e o teatro do oprimido.

Nossa concepção de Metodologia de Intervenção Social e Tecnologia Social

Retomando o PPP da ITCP/UNICAMP atentos a seus princípios, exporemos alguns aspectos da educação popular e da tecnologia social sobre os quais nos debruçamos e que tecem o pano de fundo de nossa atuação. Temos como base a ideia de que o homem é um ser inconcluso, consciente de sua inconclusão e que deve estar inserido em um movimento permanente de busca do “ser mais” (FREIRE, 1987: 73). A partir dessa consciência da incompletude contínua que a educação deve se realizar e efetivar como prática da libertação humana. Outra dimensão fundamental é a metodologia de intervenção social presente na *Pedagogia do Movimento*, de Roseli Caldart (2004), de que todos os espaços são formativos e educativos. Articula-se à força desta concepção, o fato de três equipes de incubação apresentar em suas avaliações anuais, a necessidade da realização de vivências junto aos grupos incubados, porque apenas a partir destas é que educadores(as)-educandos(as) poderiam se questionar acerca do conteúdo do diálogo com os sujeitos da prática educativa em situações pedagógicas – chamadas aqui de incubação - a qual acreditamos deva ser formulada antes do encontro com os mesmos nestes espaços.

Segundo Paulo Freire, o diálogo tem início justamente nesta busca pelo conteúdo programático.

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos -, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (FREIRE, 1987, p.83-84).

Diante desses princípios nos questionamos: Se as equipes de incubação reconhecem que a ausência do cotidiano dos grupos é uma deficiência comum: Estávamos agindo como educadores(as)-educandos(as) que praticam uma educação como prática para a liberdade ou reproduzindo a ideia do educador(a)-bancário, que impõe a organização do seu programa em detrimento do programa oriundo do diálogo? E concordamos com Freire quando este afirma que a imposição da organização desde cima ignora que o diálogo pressupõe o amor, a humildade e, sobretudo, a fé nos homens. E que dessa forma o diálogo se converte “na melhor das hipóteses, em manipulação adocicadamente paternalista” (1987, p.81). Assim, a educação como prática para a liberdade só poderia ser por nós, efetivamente compartilhada e posta em prática, se reconhecêssemos que cada educador(a) hospeda em si o opressor! Uma vez que somos sujeitos históricos inseridos no processo de opressão e frutos deste.

Os espaços de ações pedagógicas (incubação) promoveram a reflexão sobre o conceito de espaço, pois, no contexto de intervenções sociais esta noção é recorrente. Na acepção de Garcia (1980, p.93), espaço é o “local onde o agente se encontra com o grupo popular para uma atividade comum”. Tanto uma sala de aula, como a sombra de uma árvore, cumprem essa função e ambas possuem normas específicas⁵. O autor alerta para o fato de que, se as normas forem muito rígidas deixando o espaço mais “fechado” e muitas vezes burocratizado, o(a) educador(a) pode perder aquilo que lhe deve ser o foco: a intenção de possibilitar maior poder aos grupos populares. Um espaço aberto pode proporcionar formas criativas de relacionamentos entre os agentes e os grupos populares e, fundamentalmente, entre as próprias pessoas que compõem este grupo. Além da “abertura do espaço”, deve-se considerar o tempo de duração das atividades, a previsão de seu término - no caso de cursos, palestras, projetos -, e durações imprevistas - como associações ou cooperativas. Todos estes casos implicam em “sensibilidade para perceber quando o espaço já se encontra esgotado por práticas viciadas e pouco criativas. Um espaço que ‘explode’ pode gerar novos – se o que se realizou nele foi produtivo – e melhores (para o que se pretende)” (GARCIA, 1980, p.93).

Colocamos-nos então, uma segunda gama de questionamentos quanto à convicção e clareza da importância e necessidade de incorporar esta sensibilidade

⁵ No caso de incubações tais normas são aquelas que firmamos previamente com os integrantes do EES e que se alinham aos nossos pressupostos político-pedagógicos.

permanentemente em nossas práticas. Temos pensado nos espaços de incubação com a finalidade de reforçar o poder dos grupos populares ou temos nos focado mais na finalidade dos espaços como forma de justificar o nosso trabalho? (GARCIA: 1980, 95). O espaço é cedido ou conquistado? O autor afirma que a autonomia buscada pelas práticas educativas apenas se efetiva se o espaço, ainda que tenha sido cedido, for conquistado. Isso implica diretamente no fato de que nesse espaço, o poder decisório deve ser sempre dos grupos, assim como as falas, os relatos de experiências e as dificuldades. Devemos nos perguntar novamente: isso ocorre na Incubação? Quais são as ferramentas para que isso se dê na prática?

Nesse contexto podemos abordar o conceito de tecnologia social ao pensarmos *os espaços de intervenção social como princípios de organização que ensinam formas e conteúdos de organização do trabalho*. Se a gestão da produção e processo produtivo de elaboração dos artefatos tecnológicos são educados, internalizados e impostos pela disciplinarização dos(as) trabalhadores(as), nos perguntamos se a nossa intervenção social não poderia constituir uma educação de forma e conteúdo alternativos de processo produtivo, orientada por uma horizontalidade não-hierárquica de organização do trabalho. Confrontaríamos na prática e na teoria as perspectivas convencionais de administração de empresas, fundadas na divisão vertical do trabalho, na disciplinarização, na separação e na distinção entre trabalho intelectual e manual, orientadas pela busca da maior eficácia na exploração da força de trabalho.

Outro elemento da interface tecnologia social e espaços de educação popular (intervenção social/incubação) é o problema das pré-condições materiais para a criação, conquista ou a doação de um espaço autônomo dos grupos populares. Consideramos aqui que a tecnologia social é forma e conteúdo do processo dialógico de concepção, planejamento e execução da organização do trabalho, do seu produto e circulação, desenvolvidos no ato de incubação. Nessa perspectiva, não negamos o uso dos artefatos da tecnologia convencional (TC) como pré-condição básica para os trabalhos de incubação junto aos grupos de cooperados(as), dado que observamos a possibilidade de conversão e reapropriação social da técnica em ambientes cujas ferramentas da autogestão, horizontalidade e participação sejam capazes de atribuir um novo valor-de-uso às técnicas desenvolvidas pela ciência e tecnologia capitalista (verticalizada, hierárquica, disciplinar).

Ressalvamos que certas práticas internalizadas de incubação e as limitações estruturais imobilizam possibilidades de intervenção social emancipatórias

desenvolvidas a partir da tecnologia social. Nesse terreno pantanoso, que lança mão da ciência e tecnologia para os trabalhos de incubação, recorremos aos princípios ético-morais e organizativos da *educação popular* para possibilitar uma auto-avaliação e planejamento constantes dos nossos procedimentos de intervenção social juntos aos EESs, inseridos na perspectiva emancipatória e libertadora de uma *pedagogia dos oprimidos*.

Nesse sentido a TS se contrapõe à forma de construção do conhecimento científico e tecnológico (C&T) estabelecida pelas teorias de organização da indústria capitalista. Tais teorias estão diretamente atreladas às práticas organizacionais produtivas capitalistas, constituindo verdadeiras cartilhas de exploração do(a) trabalhador(a) e dos recursos naturais. São tecnologias de organização da produção naturalizadas como discurso neutro das forças produtivas em si, criadas para ser internalizadas pelos agentes do processo produtivo (trabalhadores(as)), e executadas pelo exército industrial de gorilas amestrados, idealizados desde o surgimento da doutrina taylorista de organização do trabalho. Assim garantem sua reprodução nos mais variados ambientes sociais, asfixiando os modelos e proposições teóricas alternativas de organização do trabalho e da produção, que surgem do chão de fábrica no cotidiano da produção.

Um dos pressupostos da organização do trabalho capitalista é a expropriação e segmentação das funções do pensar/organizar e do fazer/executar. Por mais óbvias as possibilidades de reflexão e de reconstrução das práticas produtivas por parte dos trabalhadores, as tecnologias convencionais de gestão do trabalho os educam a desaprender as formas alternativas e autogestionárias de gestão do próprio trabalho. Desde os anos 70 as novas tecnologias capitalistas de organização do trabalho têm se utilizado de ferramentas e mecanismos de partilha do poder de gestão da produção, para se apropriar da capacidade de auto-organização dos trabalhadores.⁶ Portanto, o trabalho de intervenção social da ITCP/UNICAMP ampara sua concepção de tecnologia social e as práticas de monitores *engenheiros educadores*⁷, na compreensão de que:

aquilo que caracteriza a tecnologia capitalista ou tecnologia convencional não é a propriedade privada dos meios de produção e sim o tipo de controle que ela determina [...]. [É] a idéia de que o controle seja um atributo inerente a qualquer forma de produzir, e não uma particularidade da forma de produzir capitalista” (DAGNINO, 2010, p.177).

⁶ Cf. Tragtemberg (1989) para a análise do conceito de cogestão empresarial.

⁷ Cf. Fraga, Silveira e Vasconcelos, 2008.

O controle capitalista destina-se a aumentar os lucros dos donos dos meios de produção. Ao pensarmos nas propriedades coletivas enquanto relações sociais cujo foco é a distribuição do lucro entre os(as) cooperados(as), podemos pensar que outro tipo de controle surge desta nova relação. Podemos então pensar que TS “é o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo decisão do coletivo” (DAGNINO, 2010, p. 207), porque existe um contexto socioeconômico que pressupõe a propriedade coletiva dos meios de produção, assim como um contrato social que legitima o associativismo, cujo controle se dá através da autogestão.

A partir dessas considerações conceituais acerca das metodologias de intervenção e tecnologia social, passamos a exposição de alguns casos de situações-limite selecionadas pelas equipes de incubação que, do nosso ponto de vista evidenciam as contradições entre nosso projeto político-pedagógico, nossas práticas de incubação e nossas limitações estruturais.

Estudos das Situações-Limite

Primeira Situação

Dispúnhamos de recursos institucionais para a compra de equipamento eletrônico previsto em um projeto elaborado em 2009. Havíamos informado ao grupo de cooperadas da associação de mulheres agricultoras com quem trabalhávamos que, dentro em breve entregaríamos um computador portátil. A nossa equipe de monitores estava dividida no que diz respeito aos rumos que tomaríamos e à interpretação que as cooperadas faziam acerca da chegada deste artefato tecnológico. No entender da equipe o artefato tecnológico em questão era uma ferramenta para a execução do nosso planejamento e acreditávamos que isso deveria ficar claro às cooperadas, afim de que as possibilidades que se abrissem com o computador não ficassem em segundo plano deste. Nosso planejamento previa a construção de um site de internet como produto final, que serviria de indicador qualitativo do nosso trabalho junto à agência financiadora, além de capacitação das cooperadas no uso de programas básicos à inclusão digital, e a constituição de uma identidade de grupo mais sólida, a partir de oficinas de elaboração participativa do material de divulgação visual da cooperativa.

Como o grupo já havia passado pelas oficinas de elaboração do logomarca e da identidade propusemos aproveitar a verba para discutir as embalagens e mesmo

utilizar a *logo* que elas tinham e auxiliar no processo de produção das etiquetas para comercialização dos seus produtos. Havia no grupo uma discussão sobre a importância de um computador ligado à internet para receber pedidos de seus produtos e a dificuldade que tinham pelo fato de todos os contatos dos consumidores serem feitos por e-mail. Os problemas começaram quando informamos às cooperadas os limites do projeto que executávamos. A compra do aparelho estava prevista no projeto, mas a disponibilidade do equipamento às cooperadas necessitava do cumprimento de um sem número de obrigações e procedimentos junto à burocracia da universidade e das agências financiadoras. Entretanto, empolgadas pela oficina de planejamento as cooperadas buscaram a assinatura de um plano de internet por telefone celular que entraria em vigor em uma semana. Diante dessa urgência, verificamos que não teríamos o computador à disposição em tão breve espaço de tempo.

Temos atuado desde 2005 junto a esse grupo de agricultoras que existe há cerca dez anos. Segundo consta, desde a fundação do grupo essas agricultoras buscam fontes de financiamento para a construção de uma cozinha comunitária. Sofreram constantes processos de desagregação interna desde que viram minguar a promessa de financiamento público do projeto da cozinha comunitária elaborado em 2005. Recorreram à legalização do grupo como pessoa jurídica para possibilitar a comercialização de seus produtos e hoje buscam alguma forma de financiamento de um veículo que possibilite o transporte dos produtos do grupo para mercados locais. Comercializaram com certo sucesso em nível local a farinha de mandioca agroecológica, com o auxílio de um grande pilão de madeira elaborado por elas com ajuda de um assentado. Mas esbarraram nas ameaças da vigilância sanitária que exigia uma linha de produção de farinha dentro de padrões de produção que estava fora das perspectivas dos grupos de agricultoras e, em dificuldades de manejo do pilão de madeira.

Diante da possibilidade de elaboração de um site de internet, como parte de mais uma frente de formação para o grupo, a resposta das mulheres foi atrelar esse trabalho à obtenção de uma qualificação técnico-profissional em informática e à conquista de uma infraestrutura de trabalho (o computador com acesso à Internet). No planejamento conjunto, percebemos que as oficinas destinadas à consolidação do site iriam tomar muito tempo da incubação e que seria impossível ensinar o grupo de mulheres agricultoras a aprender a utilizar computador e a administrar um site de internet em um período tão curto de tempo. Reavaliamos nossa metodologia de apresentação da proposta de trabalho que previa construção do site e as oficinas de

capacitação em informática, uma vez que percebemos a grande expectativa do grupo quanto àquilo que nossa equipe de monitores considerava *apenas* uma ferramenta que não iria resolver os problemas estruturais do grupo. Elaboramos uma oficina de inclusão digital voltada a diminuir essa expectativa para não frustrar o grupo. Antes mesmo de iniciar a oficina de inclusão digital as mulheres pediram esclarecimentos sobre a data de chegada do computador. Expusemos que não havia garantia da vinda do computador. E o resultado foi o descontentamento expresso nas palavras de uma das lideranças do grupo.

Então utilizaram o espaço da oficina para fazer críticas e deixar claro que buscavam uma aliança com a ITCP, não se constituírem como mais um objeto de estudo ou como fonte de promoção da universidade. Fizeram um paralelo entre o nosso e outros agentes externos que, do ponto de vista delas, buscam se apropriar do trabalho delas para se promover e financiar, ao citar o ITESP (Instituto de Terras do estado de São Paulo), o INCRA e o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), que buscam utilizá-las como exemplo de associação e organização social de mulheres agricultoras, mas que restringiam o financiamento de infraestrutura para os EESs através de regulamentos e procedimentos que exigiriam significativa estrutura dos grupos. Deixaram claro que queriam um apoio de fato da ITCP e não mais saber “oficinas de formação” eternas sem qualquer aporte prático ou garantia de infraestrutura material.

Os(as) monitores(as) esclareceram que os recursos que financiam os projetos de extensão universitária eram voltados ao financiamento de monitores universitários bolsistas e não previam financiamento mínimo para infraestrutura material dos grupos e impunham restrições técnico-jurídicas ao repasse desses recursos aos grupos. Estava exposta a ferida dos limites da extensão universitária no encontro com as necessidades concretas do EES.

Segunda situação

Esse relato é parte do registro sistematizado de uma das variadas experiências de aproximação de monitores(as) extensionistas da Unicamp junto a comunidade de agricultores com a qual monitores da ITCP trabalham atualmente, orientados pelos princípios da economia solidária. Em conjunto com agricultores de um pré-assentamento rural de Limeira, um coletivo de educadores(as) organizou um sistema

de círculos de alfabetização em 2009 voltado para a comunidade local. Os(as) educadores(as) se alternavam nos trabalhos de alfabetização realizados no assentamento quatro dias por semana. Não se hospedavam no local e dependiam do financiamento institucional da extensão universitária para bancarem os custos com deslocamento e material, utilizando carros particulares. Devido às dificuldades em conciliar o tempo de trabalho dos educandos com o tempo dos círculos de alfabetização, os(as) educadores(as) decidiram conduzir os círculos de alfabetização das 19h às 21h, decisão dos próprios membros da comunidade.

Desde o início enfrentavam o problema da iluminação do espaço em que ocorriam os círculos de cultura. A área do pré-assentamento rural não se encontra regularizada até hoje e por isso a instalação de rede pública de energia elétrica não foi trazida até o local. Antes do início das atividades o coletivo de universitários(as) se comprometera a conseguir um gerador elétrico movido à gasolina que seria posto a serviço das atividades de alfabetização. No entanto, a possibilidade de compra do gerador esbarrava na burocracia da extensão universitária, que não permitia a compra de um gerador de maior qualidade e durabilidade. Num contexto de miséria, a alfabetização era mais que uma necessidade concreta, era um exercício de empoderamento e desenvolvimento da autoestima dos(as) agricultores(as). As atividades não puderam esperar o tempo da burocracia. Os círculos de alfabetização se iniciaram com a utilização de quatro lâmpadas de emergência, movidas à *led* e baterias que eram carregadas nas tomadas domésticas das casas dos educadores(as) universitários(as).

Todos os dias os(as) educadores(as) universitários(as) levavam as lâmpadas de *led* carregadas para a comunidade, e as penduravam com fitas adesivas e os fios nas estruturas do barraco de aula. As lâmpadas começavam a enfraquecer com meia hora de uso e dentro de poucas semanas o número de educandos(as) caiu pela metade. Muitos(as) deles(as) reclamavam da impossibilidade de acompanhar os círculos por causa da falta de luz. Os círculos de alfabetização continuaram e a verba para a compra do gerador foi liberada pela extensão universitária. O gerador foi comprado e agricultores(as) instalaram um sistema de fios e lâmpadas no barraco-escola, empolgados pela chegada do instrumento que facilitaria os trabalhos de alfabetização. Antes de colocá-lo à disposição da comunidade foram realizadas conversas para pensar coletivamente a gestão do gerador como um problema do coletivo de educandos(as). Havia a questão da segurança do gerador, para evitar seu roubo e o seu adequado manejo. Era fundamental enfatizar o caráter coletivo do seu uso e o poder de decisão dos(as) educandos(as) sobre o artefato em questão.

Mais que qualquer coisa, era fundamental a clareza no sentido daquela tecnologia ter sido disponibilizada à comunidade.

O gerador elétrico não sobreviveu à primeira aula. Viera quebrado da fábrica e tornou-se um engodo organizativo do trabalho dos(as) educadores(as) universitários, primeiro junto à burocracia universitária, depois junto aos revendedores e à assistência técnica autorizada. Pouco funcionou ao longo dos quase cinco meses de aula e tornou os círculos de alfabetização completamente dependentes das lâmpadas de led e das lâmpadas de 12 volts, ligadas diretamente às baterias de carro, que dia-a-dia eram rapidamente descarregadas pelo uso inadequado.

Acrescentemos a esse período de desgaste das retinas e da moral de educadores(as) e educandos(as), problemas pessoais e organizativos dos(as) universitários(as), além de conflitos internos entre os(as) próprios(as) agricultores(as) da comunidade que ecoavam em sala de aula, referentes à demarcação de terras e à disciplina, antes, durante e após os círculos de alfabetização. Os(as) educandos(as) eram convidados(as) pelos(as) educadores(as) semanalmente a avaliar, rediscutir e planejar o espaço de alfabetização, mas não era elaborada uma alternativa viável de iluminação, uma vez que não havia à disposição os recursos necessários à compra ou o concerto de uma nova tecnologia de infraestrutura necessária ao funcionamento dos círculos de alfabetização.

Quando os(as) educadores(as) universitários não mais podiam conduzir os círculos de alfabetização na comunidade, alguns(mas) jovens agricultores(as) educadores(as), todos(as) menores de idade, se colocaram à frente dos círculos de alfabetização, organizaram a manutenção do gerador de energia e conduziram autonomamente os processos pedagógicos durante mais de dois meses. Novamente, devido a um problema de mau uso do gerador e o sumiço das lâmpadas de led, os trabalhos de alfabetização encerraram.

O gerador, tecnologia fundamental ao desenrolar do projeto de alfabetização na comunidade, foi utilizado como fonte de energia para carregamento de celulares, máquina de lavar roupa, televisão e videogame e não suportou a corrente exigida. É possível condenar esse uso por parte dos(as) agricultores(as)? Do ponto de vista do projeto político-pedagógico dos círculos de alfabetização, talvez possamos apontar esse uso incorreto como uma falta de clareza dos objetivos por parte dos membros da comunidade, a exemplo do uso do gerador como fonte para televisão e videogame. Porém, do ponto de vista da apropriação social da tecnologia, ele respondeu às mais variadas necessidades imediatas dos membros da comunidade.

Uma ferramenta tecnológica que facilita o trabalho doméstico (lavar roupas) de uma dona de casa, mãe de sete filhos, ou que possibilita o carregamento das baterias de celulares - a única forma de comunicação dos(as) agricultores(as), que não contam com telefonia fixa e estão distantes cerca de 7 km do telefone público mais próximo - está sendo apropriada socialmente de forma inadequada? Num contexto de miséria o ato de encastelar o artefato tecnológico em torno do uso por parte dos círculos de alfabetização não estaria infringindo diretamente o empoderamento comunitário da tecnologia? Não se constituiria aqui um caso exemplar de invasão cultural, nos termos definidos por Paulo Freire? De fato havia o problema técnico estrutural de iluminação da comunidade de agricultores(as) como um todo, e nesse contexto as soluções tecnológicas encontradas envolviam a criação de uma rede de relações extremamente complexa de micropoderes a partir da gestão do artefato. Mas, por hora, reservemos algumas de nossas conclusões.

Terceira situação

Outra experiência vivenciada pelo coletivo de universitários(as) se deu na organização de espaços educativos junto as crianças da comunidade de agricultores(as) rurais, na qual atuava o coletivo de alfabetizadores, acima referido. É fundamental frisarmos aqui que, ainda que não constem formalmente como parte dos trabalhos de incubação da ITCP/UNICAMP, esses espaços de educação organizados na comunidade rural em questão são parte importante da vivência de monitores(as) de economia solidária da ITCP junto aos grupos incubados. Observamos a importância dessas práticas enquanto pressuposto de um diagnóstico mais qualificado do tema-gerador das comunidades, seguindo os princípios da *pedagogia do oprimido*.

Desde o início dos trabalhos de alfabetização na comunidade, ainda em 2008, os(as) filhos(as) dos(as) adultos(as) educandos(as) eram presença constante nos círculos de alfabetização. De forma “não adequada” se inseriam junto aos adultos, constrangiam alguns não-alfabetizados, impunham sua própria lógica e *seu próprio tempo*. Os(as) educandos(as) avaliavam que a presença das crianças atrapalhava os trabalhos de alfabetização e por isso foi criado o espaço de ciranda infanto-juvenil, para iniciar o trabalho de educação e formação mais apropriado. Dentre os problemas recorrentes enfrentados pelos(as) educadores(as) cirandeiros(as), o

principal foi a falta de um espaço adequado para a organização das atividades das crianças. As atividades da ciranda infantil eram realizadas em um amplo e aberto barracão com estrutura de madeira, coberto por lona. Porém as fortes chuvas e ventos abriam buracos no teto, que expunham as atividades da ciranda ao forte sol e calor que caracteriza o clima da região. Alternativamente se utilizava um barraco-escola, cujas dimensões e a cobertura feita por paredes de compensado de madeira e teto de lona tornavam o clima abafado insuportável às crianças e aos(as) formadores(as).

Uma vez realizado o planejamento participativo dos maiores problemas enfrentados para a continuidade das atividades da ciranda, ficava evidente a necessidade de construção de um espaço adequado às atividades. Em 2010 foi decidido o início das obras de construção de um espaço exclusivo da ciranda infantil por parte dos assentados. O grupo de educadores(as) organizou uma oficina de planejamento comunitário da construção da ciranda na qual os pais ajudaram a planejar e visualizar o espaço. Os(as) educadores(as) mediavam o processo de explicação de agricultores(as) para agricultores(as). A falta de recursos financeiros para a compra de materiais de construção convencionais obrigou essa frente de construção a buscar soluções alternativas à viabilidade do espaço.

Iniciaram-se pesquisas de técnicas de construção tradicionais e modernas, num amálgama de saberes populares e novos saberes não convencionais à indústria da construção civil. Foram combinadas algumas datas de trabalho coletivo intenso no assentamento que evidenciaram o grande custo energético humano necessário às tecnologias antigas e modernas de construção alternativas e os limites do empoderamento comunitário relativo às frentes de construção da ciranda.

Ficou evidente que não poderiam ser utilizados blocos de concreto, por que não haveria dinheiro disponível para a compra de material convencional. Foi decidido erguer uma estrutura esférica formada por triângulos de bambus entrelaçados e tratados, conhecida como *geodésica*. Depois de uma articulação com contatos de universitários(as), foi possível a organização de uma oficina de construção de geodésica na comunidade. Os bambus foram cortados e selecionados. Câmaras de pneus foram reunidas e cortadas em tiras. E se iniciaram os trabalhos de construção que envolveu diretamente universitários(as) e agricultores(as) locais. Erguida uma parte da cúpula geodésica, uma nova oficina de planejamento foi realizada para pensar a questão das paredes do espaço da ciranda infantil. Levantávamos a possibilidade da construção

de paredes através do uso de técnicas variadas de construção como a utilização de técnicas tradicionais de construção em taipa de pilão, pau-a-pique, taipa de mão, tijolos de adobe, e as novas técnicas como barro-cimento, super-adobe, *collingwood* (pilhas de feixes curtos de troncos de madeira aglomerados com barro ou cimento), e pilhas de garrafas plásticas preenchidas com areia.

Quando propusemos junto aos(as) agricultores(as) a possibilidade de erguer paredes com pilhas de feixes de troncos de madeira, eles consideraram a necessidade de custeio da gasolina da moto-serra para cortar o tronco em vários feixes. Um dos universitários presentes se opôs ao uso do combustível fóssil para cortar a árvore, uma vez que aquele tronco já havia reunido nutrientes, gás carbônico e energia solar para se “organizar” como um grande eucalipto de mais de 30 metros de altura. Em contraposição, foi inquirido por outro universitário por não ter considerado que os(as) agricultores(as) precisariam cortar os troncos com suas próprias energias e alguns bons machados para terem a disponibilidade dos feixes de madeira, o que foi considerado extremamente custoso pelos(as) outros(as) agricultores(as) presentes. Não nos deteremos nos resultados da construção do espaço da ciranda infantil, mas, na oficina de planejamento, no sentido de evidenciar um ponto crucial da interface entre tecnologia social e educação popular ao perguntar: Até que ponto o saber científico acerca dos fluxos de energia e a compreensão da terra como um sistema integrado entre natureza e seres vivos por parte do universitário ecologista não se apresenta como um pacote tecnológico ou como uma explicação estranha aos olhos de agricultores(as)? Constituiria este, outro caso de invasão cultural do saber científico ecologista, diante de agricultores(as) e seus saberes advindos da experiência prática do trabalho material?

A ciência ecológica que analisa o planeta do ponto de vista de fluxos energéticos de alcance global, a fim de buscar um equilíbrio total, não ignora a problemática do trabalho humano no processo produtivo de um artefato tecnológico ecológico? A ciência ecológica estaria ignorando aqui, uma das questões mais fundamentais à tecnologia social: que o artefato tecnológico contém em si a intenção e as condições sociais do(a) trabalhador(a) intelectual que lhe concebeu, e que esse trabalho de elaboração intelectual deve ser um processo coletivo de concepção, elaboração e planejamento, fundamentalmente amparado no diálogo entre saberes, orientado pela libertação e emancipação humanas. Portanto, as técnicas e os conhecimentos alternativos voltados à construção do espaço também explicitam que os processos comunitários de elaboração, concepção e planejamento de tecnologias,

necessitam de um aporte mínimo necessário de recursos materiais (conhecimento científico e tecnológico e recursos financeiros), sem os quais não é possível dar início a qualquer forma de processo produtivo ou confecção do artefato.

Quarta Situação

A cooperativa *Bom Sucesso* atua na área de resíduos sólidos desde 2002 como membro do Programa de Coleta Seletiva do município de Campinas (SP). Desde a formação da cooperativa, a ITCP/UNICAMP, através de uma equipe de formadores(as), atua junto ao empreendimento. Durante mais de oito anos, tanto a cooperativa como a equipe de formadores(as) da ITCP sofreram significativas mudanças, principalmente na composição de seus membros(as). O que significa que, no ano de 2010, apenas duas das cerca de quinze mulheres que compunham o grupo detinham maior propriedade acerca do histórico da cooperativa e dos processos de formação realizados junto à ITCP. Na equipe de formadores(as) a rotatividade de membros(as) implica em hiatos no processo de incubação gerados pela falta de conhecimento pleno do histórico do empreendimento e a repetição de processos de formação nos temas da Economia Solidária, o que pode fragmentar, em certa medida, o próprio processo de incubação.

Nesse cenário, uma nova equipe de formadores(as) iniciou, em outubro de 2010, uma nova fase de incubação na Bom Sucesso. Foram realizadas atividades de transição entre membros(as) da equipe antecedente e da nova. Após a transição, por sentir necessidade de estruturar o trabalho de incubação, a nova equipe realizou uma atividade de planejamento para essa nova fase de incubação. Essa atividade compreendia o preenchimento coletivo de um quadro com os itens: Tema, Meta, Tarefas, Atores e Prioridade. O Tema representava o assunto a ser tratado, por exemplo, a “iluminação no barracão da cooperativa”. A Meta representava o que se pretendia atingir em relação ao Tema decidido. Os Atores representavam pessoas, grupos ou instituições responsáveis pela execução completa ou de parte da Meta. As Tarefas representavam as ações, passo-a-passo, para se alcançar o cumprimento da Meta. E a Prioridade representava o nível de urgência com que o Tema deveria ser tratado.

É intencional a escolha do exemplo da iluminação para subsidiar a reflexão a que se propõe esse artigo, visto que esse foi o Tema que orientou as demais atividades de incubação até dezembro de 2010 e adentraria as atividades a partir de janeiro de

2011. Especificamente, em relação à atividade de planejamento, chamou a atenção da equipe de formadores(as) o fato da ITCP aparecer como um ator na execução de todas as metas, mesmo quando parcialmente. Nossa avaliação atesta, por um lado, um alto grau de parceria entre as partes, mas por outro, certo grau de dependência da cooperativa, especialmente em relação à ITCP, para o encaminhamento de tarefas ou procedimentos por vezes simples. Esse fato, aliado à avaliação de que todo empreendimento possui lideranças que em maior ou menor medida, concentram informações e mesmo poder em função, inclusive, do tempo de participação nos empreendimentos, como no caso da Bom Sucesso, motivou a equipe de formadores(as) a trabalhar a *autogestão* como tema de formação em Economia Solidária. A escolha do tema, por sua vez, gerou uma reflexão mais profunda na própria equipe, a respeito do nível autogestionário do grupo, considerando-se especialmente os oito anos de incubação.

Era adequado considerar o nível de autogestão da cooperativa a partir de sua capacidade de execução/cumprimento das tarefas relacionadas às questões do empreendimento? A relação de parceria, interpretada como de relativa dependência da cooperativa em relação à ITCP, se justifica pelo contexto da incubação (como no caso da rotatividade)? E/ou pela própria prática de intervenção realizada pela incubadora? Após oito anos junto a um empreendimento que ainda apresenta sinais de um processo inicial de incubação, como encaminhar um processo de desincubação?

Apesar desses questionamentos, a equipe deu sequência às atividades de incubação a partir da prioridade dada pelo grupo à questão da iluminação. Prioritariamente, as atividades seguintes foram realizadas buscando alcançar a resolução prática do problema e trabalhar a autogestão como tema estruturante. Dessa forma, a atividade seguinte foi realizada com base em uma história fictícia que pudesse gerar, entre as cooperadas, um sentimento de identificação para a resolução do problema. Imaginou-se uma cidade sem luz que dependia de um esforço coletivo de atores para ser iluminada. As cooperadas se envolveram intensamente com a atividade e definiram, ao final, montar cestas de Natal e rifá-las para conseguir parte do recurso financeiro necessário para a execução de algumas tarefas relacionadas ao problema da iluminação. Posteriormente, foi realizada uma atividade para a confecção das cestas, tendo como objetivo o encaminhamento das tarefas definidas na atividade anterior e o desenvolvimento da identidade visual do

empreendimento representada pelas cestas. Durante a atividade as cooperadas decidiram que as cestas não seriam rifadas como cestas de Natal em função da necessidade que elas tinham de um tempo maior, tanto para vender as rifas, como para conseguir os produtos que formariam as cestas.

Essa decisão demonstrou em um primeiro momento, o adiamento da execução das tarefas e no limite, do cumprimento da própria meta, resolver o problema da iluminação do barracão, o que demonstrou por sua vez, a relatividade do grau de urgência dessa questão. Em função dessa nova decisão, foi realizada uma atividade para avaliar o processo construído até então, para resolver o problema da iluminação, buscando estimular entre as cooperadas, a reflexão sobre o nível de autogestão delas enquanto grupo. A atividade se baseou em uma retrospectiva do que havia sido feito desde o planejamento, passando pela escolha da meta prioritária até a realização das tarefas para se atingir a meta escolhida. Durante a avaliação, ficou clara a dificuldade entre as cooperadas de dividir responsabilidades acerca de um problema ou uma questão comum e encaminhá-las de forma prática. Contudo, o reconhecimento de que a responsabilidade é coletiva e de que o alcance das metas depende de um empenho individual, também foi facilmente observado por elas.

Como formadores(as), procuramos também deixar claro nosso papel, o de parceiros(as) que auxiliam na resolução de questões, mas que têm um limite de atuação por não ter a responsabilidade direta de resolvê-las. No momento em que a equipe apresentou esse aspecto condicionante para o trabalho de incubação, uma das cooperadas propôs que a equipe retomasse as atividades de incubação em janeiro de 2011 atuando, por duas ou três atividades, na triagem de materiais para aumentar a produtividade da cooperativa e dessa forma, acelerar a venda do material, o que viabilizaria o recurso (ou parte dele) para resolver o problema da iluminação no barracão. A proposta foi endossada pelas demais cooperadas e aceita pela equipe.

Mais uma vez nos perguntamos: A lógica para resolver questões do empreendimento recai ou não em métodos da educação bancária que induzem as cooperadas a chegar a uma ideia para a resolução dessas questões que podem simplesmente não fazer sentido ou serem funcionais para elas? Qual o papel que equipe de formadores(as) representa para as cooperadas (educadores(as), parceiros(as) voluntaristas) e como isso influencia a incubação e mais especialmente, a prática da autogestão do empreendimento em relação à incubadora? A proposta feita pelas cooperadas à equipe de formadores(as) pode ser considerada um resultado concreto de uma iniciativa autogestionária? Ou apenas uma reação ao posicionamento

da equipe? Em que medida, a vivência proposta pelas cooperadas à equipe de formadores pode ser considerada como prática de intervenção sem descaracterizar o papel de formação da equipe?

Considerações parciais sobre a tecnologia social e a educação popular

Tendo em vista essas experiências de intervenção social que expõem as contradições do nosso trabalho junto aos grupos populares de EES, apontamos algumas questões cruciais referentes à tecnologia social e à nossa metodologia de intervenção social.

a) O foco dos editais de financiamento para economia solidária que financiam a ITCP/UNICAMP é a constituição de uma massa de gestores(as) da economia solidária em nível técnico e universitário. Nesse sentido alguns setores do Estado financiam o surgimento de intelectuais organizadores(as) da cultura no sentido gramsciano (GRAMSCI, 1980), responsáveis por traçar uma ponte, um direcionamento político e cultural, uma ideia-força, uma ideologia comum entre as práticas e a cultura dos empreendimentos econômicos solidários e a concepção de economia solidária que orienta o setor público.

b) Por isso, em contradição com as demandas dos EESs populares, não está prevista a atuação das ITCPs enquanto promotoras da infraestrutura produtiva dos EESs com que trabalhamos, mas, sim, como estruturas organizativas autocentradas na formação de uma massa de técnicos(as)-gestores(as) da economia solidária. A conquista de recursos públicos para possibilitar a obtenção de infraestrutura produtiva e reprodutiva dos EESs depende do acesso desses aos vultosos recursos geridos pelas agências estatais de desenvolvimento (ministérios, bancos e outras autarquias com linhas de financiamento para desenvolvimento econômico, como o BNDES), que impõem enormes dificuldades de acesso popular ao crédito produtivo. Afirmamos que as políticas públicas de economia solidária estão submetidas ao direcionamento do Estado ou às grandes estruturas produtivas dos monopólios capitalistas transnacionais, não à defesa dos empreendimentos econômicos solidários populares. Na concepção da ITCP/UNICAMP, a tecnologia social não pode ser confundida com uma teoria apologética da pobreza como fonte de inovação tecnológica e da inventividade popular, como uma espécie de conceito tampão para a falta de políticas

públicas de proteção e incentivo à tecnologia social. Tal confusão aproximaria a tecnologia social do mais rasteiro darwinismo social.

c) A apresentação de uma tecnologia no âmbito de um EES, como pressuposto para a execução de um projeto de financiamento institucional de oficinas de formação em economia solidária junto a um EES, pode criar uma rede de relações perversas à orientação políticopedagógica que tem por objetivo a construção dos princípios organizativos da autonomia e da autogestão dos grupos populares de economia solidária. Dentre tais relações antiautônomas elencamos aquelas criadas pela tecnologia convencional (TC): 1) estabelecimento da dependência político econômica dos EESs em relação aos saberes técnicos e científicos necessários à utilização de uma tecnologia, 2) criação de novas relações de poder entre aqueles que detêm o saber técnico necessário ao funcionamento da tecnologia e aqueles que não o detêm, tanto dos EESs em relação aos técnicos (agentes executores de políticas públicas como os monitores da ITCP, por exemplo), quanto os próprios integrantes do EES (que muitas vezes possuem níveis distintos de apropriação dos saberes técnico-científicos); 3) desestruturação e desvalorização dos saberes populares decorrente da imposição implícita ou explícita de um pacote tecnológico não-apropriável pelos integrantes do EESs. Tais elementos caracterizam a imposição de um verdadeiro pacote tecnológico, ferramenta da *invasão cultural* que reproduz relações sociais de opressão e exploração.

d) Em alternativa às relações perversas criadas pela tecnologia convencional a ITCP/UNICAMP necessita de uma adequação do seu projeto político-pedagógico à ciência e à tecnologia voltadas à emancipação humana, que caracterizam o campo da tecnologia social. E podemos aqui afirmar que temos consolidado esta ideia, presente no nosso PPP, a partir da concepção do “engenheiro educador” enquanto um mediador e facilitador dos processos de trocas de saberes científicos e tecnológicos presentes não só na academia, mas também surgidos a partir do cotidiano do trabalhador. Em outras palavras asseguramos que nossos princípios metodológicos abordam teoricamente este aspecto e que por isso estamos em contínua atividade de autoavaliação e planejamento.

No que tange à nossa metodologia de intervenção social nos perguntamos: Temos nos confortado com a ideia de que “as discussões e decisões são coletivas”? Elas realmente são ou algumas vezes impera a voz de alguns sobre a maioria, instaurando um coletivo abstrato que esconde os que se calam? Segundo Garcia

(1980: 95), as formas de controle menos extremas, mais sutis, muitas vezes são mais castradoras do que as explícitas. Sabe-se que a ITCP se propõe, através da educação popular, a construir juntos aos grupos a teoria da ação dialógica através das práticas da colaboração, união, organização e síntese cultural. Estávamos reproduzindo uma ação antidialógica, sobretudo através da invasão cultural, quando lidamos com a solução tecnológica das situações-problema? Arriscamos dizer que essa seja, talvez, a faceta mais perigosa da ação antidialógica para o contexto no qual estamos inseridos (universitários que se declaram anticapitalistas e que se afirmam alinhados aos princípios da Economia Solidária), pois se trata de “uma forma de dominar econômica e culturalmente o invadido” (FREIRE, 1987: 150). Portanto, mesmo que o programa seja desenvolvido com as melhores das intenções, quando uma visão de mundo é imposta freando o poder criativo de uma classe, mesmo que os(as) “invasores(as)” tenham feito um bom diagnóstico e “descubram” como pensam os(as) invadidos(as), essa compreensão da realidade serve apenas para “dominá-los ainda mais”. Para esse fim:

os invasores se servem, cada vez mais, das ciências sociais e da tecnologia, como já agora das ciências naturais. É que a invasão, na medida em que é ação cultural, cujo caráter induzido permanece como sua conotação essencial, não pode prescindir do auxílio das ciências e da tecnologia com que os invasores melhor atuam (FREIRE, 1987, p.150, nota 26).

Para que a incubação não se torne uma ferramenta de reprodução da dominação, não podemos ignorar os conceitos de *invasão cultural* e *educação bancária* que podem caracterizar dois aspectos da crítica da tecnologia social em oposição às duas dimensões da tecnologia convencional: *a organização do trabalho também conhecido como processo produtivo e a elaboração e manejo (gestão) dos artefatos tecnológicos*.

Consideramos, assim, que, a internalização de práticas e processos organizativos do trabalho e da produção, assim como a aceitação passiva dos artefatos tecnológicos e dos saberes introjetados na sua concepção e manejo, constituem nada mais que a reprodução mecânica de saberes técnicos e científicos impostos pela hierarquia da organização produtiva do trabalho submetida às relações do capital. Contra esse modelo de organização da produção e de manejo da ciência e da tecnologia, defendemos que a tecnologia social deve ter por orientação: 1) uma tecnologia alternativa de organização do trabalho (autogestão da produção pelos

trabalhadores), crítica à disciplina hierárquica imposta pelas ciências dos processos produtivos capitalistas (administração de empresas, contabilidade, engenharias) e 2) artefatos tecnológicos elaborados, concebidos e manejados (execução, avaliação e planejamento) de forma dialógica e, partilhada por aqueles que devem deter os meios de produção: os *produtores diretos*, ou seja, os(as) trabalhadores(as).

Conclusão rumo a nossa autoavaliação

Não apenas formadores(as) do Gepes de PP na ITCP/UNICAMP devem estar atentos aos aspectos relacionados à metodologia e à educação popular. Contudo, temos essa atuação específica e não negamos nossa formação acadêmica, mas pensamos que ela deve estar em consonância com a construção da autonomia junto aos EESs. Como passamos por um intenso e rico período de estudos debatendo a *Pedagogia do Oprimido*, esperamos que as reflexões sinceras que aparecem neste texto nos orientem para não perdermos características particulares do ser-humano: a descoberta de que somos seres inconclusos e conscientes não apenas de si, mas de sua relação com mundo. O que nos leva a viver uma relação dialética entre condicionamentos e liberdade. É para contribuir na busca por essa *prática para a liberdade* que hoje escrevemos e expomos nossas dúvidas.

Os pontos de interrogação presentes no texto devem ser lidos como perguntas, questões a serem respondidas ao longo deste processo, não como provocações derivadas de posições definidas de antemão. Esta postura tão presente no mundo acadêmico, não é diálogo: “A tarefa do educador dialógico é, trabalhando em equipe interdisciplinar este universo temático recolhido na investigação, devolvê-lo, como problema, não como dissertação, aos homens de quem recebeu” (FREIRE, 1987, p.102). Não se trata, portanto, de uma crítica à atual metodologia, e sim de explicitar aquilo que Paulo Freire chama de “situação-limite” e seu significado, que na nossa prática, temos percebido, interage muito com a tecnologia. Para o autor e para nós, as situações apresentadas não podem ser vistas como um muro intransponível, um fim,

além das quais, nada existe... as ‘situações-limites’ não são o contorno infranqueável onde terminam as possibilidades, mas a margem real onde começam todas as possibilidades; não são a fronteira entre o ser e o nada, mas a fronteira entre o ser e o ser mais (FREIRE, 1987, p.90 nota 14).

Ao contrário, é algo não só importante, mas necessário. Elas não são determinantes históricas às quais devemos nos adaptar. Precisamos transcendê-las para que possamos atingir o que o autor chama de “inédito viável”, sem o qual não conseguiremos transpor de fato os desafios cotidianos que a experiência da autogestão nos impõe. A negação do “inédito viável” diante de uma “situação-limite” está intimamente relacionada com o medo da liberdade que ocorre porque muitas vezes não nos sentimos capazes de correr o risco de assumi-la. Essa busca é uma ameaça que assusta muitas vezes os próprios companheiros oprimidos, pois o medo da repressão é real, assim como ela o é. Daí que libertar-se é um parto. Nós, mulheres e homens, devemos estar dispostos a parir, desde novas tecnologias até um homem novo, uma mulher nova, livres!, e concebidos num ato de amor, sem o qual os espaços da Economia Solidária, da incubação, perdem seu sentido de existir.

O opressor só se solidariza com os oprimidos quando o seu gesto deixa de ser um gesto piegas e sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor àqueles. Quando para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser homens concretos, injustiçados e roubados. Roubados na sua palavra, por isto no seu trabalho comprado, que significa a sua pessoa vendida. Só na plenitude deste ato de amar, na sua existencição, na sua práxis, se constitui a solidariedade verdadeira (FREIRE, 1987, p.36).

Se no campo da esquerda, Paulo Freire, Economia Solidária e Tecnologia Social são, praticamente, consensos, e como todo consenso não expõem diferenças nem aguçam dúvidas, desejamos que ao final do confronto com a exposição de parte significativa de nossas próprias “situações-limites”, que não esperamos carregar durante nossas vidas, como aqueles contornos infranqueáveis onde terminam as possibilidades, então, um passo incipiente e valioso de diálogos imprescindíveis fora dado, no sentido daquela margem real onde começam todas as possibilidades... de um ser mais.

Referências bibliográficas

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Expressão. Popular, São Paulo, 2004.

DAGNINO, R. Em direção a uma teoria crítica da tecnologia. In: Renato Dagnino (org.) **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. SP, IG/UNICAMP, 2010.

FILHO, Roberto Efrem. “Paulo Freire e as armadilhas da hegemonia”. In: **Agência Carta Maior**, 11 de agosto de 2008.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 17ª edição, 1987.

FRAGA, Laís, SILVEIRA, Ricardo, VASCONCELOS, Bruna. **O Engenheiro Educador**, GEPES Produção e Tecnologia da ITCP/UNICAMP. Campinas, 2008. In: <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/eng%20educador.pdf>. Acessado em janeiro de 2011.

GARCIA, Pedro Benjamim. “Algumas reflexões em torno da Educação Popular” in: Carlos Brandão (org.). **A questão política da Educação Popular**. Brasiliense: São Paulo, 1980.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do livro, 1980.

TRAGTEMBERG, Maurício. **Administração, Poder e Ideologia**. Cortez: São Paulo, 1989.



Considerações sobre a Formalização de Empreendimentos Econômicos Solidários: os casos da Associação de Mulheres Agroecológicas, da Cooperativa Bom Sucesso e da Cooperativa União

Autores(as): Filipe Jordão Monteiro,¹ Gabriela Saquelli,² Maria Emília Rodrigues de Castro,³ Marina Groschitz,⁴ Rafael Duarte Moya⁵

Resumo

O presente artigo busca apresentar reflexões sobre os processos de formalização acompanhados pela ITCP/UNICAMP. Apresenta a situação de três Empreendimentos Econômicos Solidários com formatos diferentes, em fases distintas do processo de formalização: a Associação de Mulheres Agroecológicas, a Cooperativa Bom Sucesso e a Cooperativa União. O texto foi construído a partir de entrevistas, o que permitiu à ITCP/UNICAMP uma avaliação do processo junto aos grupos, bem como os entraves oriundos da própria formalização.

Palavras-chave: Cooperativismo, Formalização de Empreendimentos Econômicos Solidários.

¹ Advogado, graduado pela PUC-Campinas, pesquisador-extensionista da ITCP/UNICAMP, filipe@itcp.unicamp.br

² Licenciada em Geografia pela UNESP-Ourinhos, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, gabriela@itcp.unicamp.br

³ Graduada em Ciências Sociais pela UNICAMP, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, mariaemilia@itcp.unicamp.br

⁴ Graduada em Geografia pela UNICAMP, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, marina@itcp.unicamp.br

⁵ Advogado, participou como pesquisador-extensionista da ITCP/UNICAMP.

Considerações sobre a Formalização de Empreendimentos Econômicos Solidários: os casos da Associação de Mulheres Agroecológicas, da Cooperativa Bom Sucesso e da Cooperativa União

Introdução

A formalização de um empreendimento econômico solidário é um meio usado pelos grupos para conseguir acessar recursos que trarão possibilidades de trabalho e renda ao grupo popular. A ITCP/UNICAMP, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas, contribui para que as cooperativas se formalizem, auxiliando no processo de formação dos trabalhadores na busca pela maior conscientização do trabalho pelos próprios sujeitos que o realizam.⁶ O GEPEs de DRH (Grupo de Estudos e Pesquisas em Dinâmica das Relações Humanas) que tem como função estudar e pensar, junto aos grupos, metodologias que possibilitem aproximá-los da autogestão propõe, através desse artigo, uma sistematização e reflexão sobre questões que surgem no processo de formalização dos grupos incubados pela ITCP/UNICAMP.

Para tanto, busca-se analisar junto aos grupos a maneira como o processo de formalização é percebido, os pontos positivos e negativos, e dentre estes, quais tinham mais força e quais eram apenas pequenos obstáculos. O objetivo dessa busca é propor uma reflexão sobre o tema *formalização* expondo os aspectos levantados por três dos grupos com que a ITCP/UNICAMP trabalha, a saber: a Associação de Mulheres Agroecológicas (AMA), que trabalha com agricultura familiar, já formalizada; a Cooperativa de Triagem de Resíduos Sólidos Bom Sucesso, ainda em processo de formalização; e a cooperativa de trabalhadores a Construção Civil, a Cooperativa União, que também está tentando se formalizar.

Dessa maneira, este artigo apresenta, primeiramente, os aspectos legais referentes à formalização jurídica de empreendimentos econômicos solidários, que

⁶ Para maiores informações sobre a metodologia da incubadora, consultar “Educação Popular e Autogestão: alguns elementos para a metodologia de incubação” – Ioli Gewehr Wirth, Marcos Lourenço Chabes e Tessa Priscila Pavan, In: Coletiva – reflexões sobre incubação e autogestão.

possibilitam que os grupos de trabalhadoras e trabalhadores sejam reconhecidos perante a lei. A seguir, expõe a estratégia usada para conhecer as avaliações dos grupos quanto à formalização, e então, são apresentados os diagnósticos feitos nos empreendimentos.

A partir dos dados levantados vimos que os grupos incubados percebem a formalização como meio de reconhecimento e de possibilidade de obtenção de auxílios do governo, podendo se inscrever em programas e editais. Por outro lado, percebemos também que os impeditivos burocráticos envolvidos no processo de formalização são fortes fatores de desgaste nos três grupos.

Formalização de Empreendimentos Econômicos Solidários

O associativismo produtivo é uma forma que difere das tradicionais estruturas empresariais do modo capital-trabalho. Estas iniciativas se aproximam da organização cooperativa de trabalho e de produção, e tem grande identidade com elas. Pode-se afirmar que tais iniciativas tratam-se da tentativa de uma nova forma de relação de trabalho, mais inclusiva e solidária, apesar de, em alguns casos, serem acusados, justa ou injustamente, de serem novas formas de precarização do trabalho. Não trataremos do associativismo produtivo nas questões referentes à precarização do trabalho, e sim trataremos do que se refere aos processos de formalização e seus aspectos positivos e negativos.

Segundo pesquisa do Ministério do Trabalho (MTE, 2005), identificou-se 14.954 empreendimentos econômicos solidários localizados em 2.274 municípios. Nesta pesquisa nota-se uma maior concentração de empreendimentos na região Nordeste (44% do total). A maioria dos empreendimentos são basicamente associações (54%), seguida de grupos informais (33%) e por cooperativas (11%). Os principais motivos que levaram à constituição desses empreendimentos são: alternativa ao desemprego (45%); fonte complementar de renda para os associados (44%); condição exigida para ter acesso a financiamento e outros incentivos (29%).

Em geral, os empreendimentos de Economia Solidária optam por formalizarem-se como uma Cooperativa ou uma Associação. As Sociedades Cooperativas estão reguladas pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das Cooperativas. Cooperativa é uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de

todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos.

Uma cooperativa é uma sociedade cujo capital é formado pelos associados e tem a finalidade de somar esforços para atingir objetivos comuns que beneficiem a todos. Há muitos tipos de cooperativas. Algumas têm como finalidade a comercialização de bens produzidos por seus membros; essas são as chamadas cooperativas de produção. Outras têm a finalidade de comprar bens de consumo e revendê-los a seus associados a preços mais baratos que os do mercado; são as cooperativas de consumo. Outras fornecem recursos financeiros aos seus associados; chamam-se cooperativas de crédito. Outras, finalmente podem prestar serviços, como transporte de carga, abastecimento de água, distribuição de energia elétrica etc.; são as cooperativas de serviço. Dividem-se, portanto, em três tipos básicos: as de produção, as de consumo e as de crédito.

Uma associação, por sua vez, conforme definição do Código Civil de 2002, é uma união de pessoas físicas ou jurídicas para fins não econômicos (art. 53, caput, do Código Civil), sendo a associação uma pessoa jurídica de direito público (consórcios públicos) ou privado (associações de bairro, centros acadêmicos, associações de catadores de recicláveis etc.). Apesar de não possuir “fins econômicos”, ou, mais precisamente, “fins lucrativos”, não há impedimentos para as associações desenvolverem “atividades econômicas”, desde que não tenham por finalidade a partilha dos resultados. É o que ocorre com os empreendimentos econômico-solidários que optam por esta forma jurídica, que desenvolvem atividades econômicas sem auferir lucro ou rateio de resultados entre seus associados.

Uma das grandes discussões acerca dos empreendimentos econômicos solidários refere-se ao seu processo de formalização, isto é, da forma em que se transforma o grupo popular em uma pessoa jurídica, passível de direitos e deveres dentro da ordem legal. Para tanto é importante conceituar o que o Direito compreende como pessoa jurídica.

O Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002) rege tal disciplina no artigo 40 e seguintes, classificando as pessoas jurídicas como de direito público (União, Estados, Municípios, autarquias etc.) e de direito privado (associações, fundações, empresas, cooperativas etc.), cuja personalidade jurídica não se confunde com as pessoas naturais que as compõem. No caso de uma cooperativa, por exemplo, a personalidade jurídica do empreendimento não se confunde com a personalidade jurídica dos

cooperados, tendo cada um seus direitos e deveres próprios, sendo o empreendimento classificado como uma *pessoa jurídica* e os cooperados como *pessoas naturais*.

Maria Helena Diniz (2007) conceitua pessoa jurídica como sendo “a unidade de pessoas naturais ou de patrimônios, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações”.⁷ Clóvis Beviláqua (1929), por sua vez, a conceitua enquanto “todos os agrupamentos de homens que, reunidos para um fim, cuja realização procuram, mostram ter vida própria, distinta da dos indivíduos que os compõem, e necessitando, para a segurança dessa vida, de uma proteção particular do direito”.⁸ Assim, de uma maneira geral, podemos afirmar que uma pessoa jurídica consiste num conjunto de pessoas ou bens, dotado de personalidade jurídica própria e constituído na forma da lei, figurando enquanto sujeito de direitos e obrigações.

Esta entidade abstrata, possuidora de personalidade é, logicamente, uma criação do Direito. Logo, sua constituição deve seguir uma série de procedimentos especiais, a fim de que tenha validade. Para tanto, são três os requisitos para que uma pessoa jurídica possa existir: que haja uma organização de pessoas ou bens; que os propósitos ou fins sejam lícitos; e que a capacidade jurídica seja reconhecida por norma.

Diante disso, abre-se a questão se o ordenamento jurídico brasileiro seria capaz de atender às necessidades do Associativismo Produtivo, em especial o cooperativismo popular e as estruturas organizativas da Economia Solidária. A legislação brasileira se apresenta como um limitador de difícil superação, pois abandona a complexidade das relações coletivas e sua autonomia ao normatizar a pessoa jurídica como representação formal de uma determinada coletividade. É inevitável que a formalização de um empreendimento tenha de obedecer a essa legislação, que lhe impõe limites e padrões que afetam sua autonomia organizacional.

Desta forma, de um lado temos a autonomia coletiva como uma obrigatoriedade para a constituição da pessoa jurídica, de outro essa ficção inventada pelos juristas para apreender as coletividades é limitada violentamente pelo Direito porque o sujeito de direito e a pessoa humana tem tempo, história e território determinado.

⁷ DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Teoria Geral do Direito. 24ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

⁸ BEVILÁQUA, Clóvis. “Teoria Geral do Direito Civil”. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

A criação de uma associação produtiva exige o cumprimento de uma série de procedimentos jurídicos e administrativos, como elaboração de um estatuto social escrito⁹ e adequado à legislação, registro em órgãos públicos, definição de uma sede, identificação e responsabilização de dirigentes etc. Tais procedimentos, aliados a uma estrutura burocrática do Estado, dificulta que grupos com menos recursos possam constituir pessoas jurídicas, sejam elas associações ou, o que é ainda mais complexo, cooperativas.

Metodologia do diagnóstico

No momento da escrita, parte das autoras deste artigo estava se inserindo na ITCP/UNICAMP. Elas carregavam diferentes experiências com educação popular e trabalho de incubação de cooperativas. Essa característica é importante para a dinâmica da própria incubadora: as(os) monitoras(es) mais antigas(os) trocam experiências num rico espaço formativo, para além da sala e do conteúdo estritamente universitário. Para realizar o diagnóstico do processo de formalização junto aos grupos, considerando estas diferentes experiências, nós utilizamos de entrevistas que serviram para uma avaliação de como estamos acompanhando os processos, além de servir para que as novas monitoras conhecessem o histórico das cooperativas nas quais se desafiaram a pesquisar.

Planejamos entrevistar algumas das cooperadas e cooperados que passaram por formalização de seu empreendimento ou que ainda estão no “meio do caminho”: a AMA, a Cooperativa Bom Sucesso e a Cooperativa União. Para tanto, elaboramos durante a reunião do GEPES de DRH as seguintes perguntas para guiar nossas entrevistas:

- Porque decidiram se formalizar?
- Como foi/está sendo o processo de formalização?
- O que achou mais difícil de realizar?
- Quais as vantagens e desvantagens de se formalizar?
- Todas e todos estão compreendendo o processo de formalização?
- O que melhora e o que piora depois do empreendimento formalizado?
- Vocês passaram a se organizar segundo o Estatuto Social da Cooperativa?

⁹ Note-se que a realidade das cooperativas conta com elevados números de trabalhadores analfabetos e semianalfabetos, com pouco ou nenhum conhecimento legal, o que dificulta sobremaneira o acompanhamento e participação desse processo.

Nessa entrevista as monitoras das equipes de incubação se propuseram a dialogar com as trabalhadoras e trabalhadores com a intenção de avaliar nossa metodologia e também ler, refletir e sistematizar o resultado dessas entrevistas para este artigo. Foi essa a forma que encontramos para equalizar as informações sobre as cooperativas entre as(os) novas(os) e antigas(os) monitoras(es).

Na prática, as entrevistas tiveram um caráter de conversa, sendo possível elaborar outras questões e pensar proposições de ações junto aos grupos. Dessa forma, aproximamo-nos da metodologia das entrevistas abertas e semiestruturadas, em que as respostas são abertas, assim como da possibilidade do surgimento de novas questões a partir da fala dos entrevistados.¹⁰ Por outro lado, tivemos entraves para a realização das entrevistas: para aproveitar nosso tempo com o grupo incluímos as entrevistas durante as oficinas de incubação, mas elas duravam mais tempo que imaginávamos, resultando em conversas apressadas. Uma das entrevistas foi feita através do telefone, perdendo muito do seu caráter de diálogo face-a-face. Outras se fixaram no modelo das perguntas, talvez porque os monitores já conhecessem o histórico das cooperativas, não tendo necessidade de levantar questões. Porém, em todas elas as(os) trabalhadoras(es) levantaram avaliações sobre o processo de formalização, sob o qual nos debruçaremos ao longo do texto.

Diagnóstico do processo de formalização junto aos grupos

Retomamos, então, o objetivo central deste artigo: as reflexões das trabalhadoras e dos trabalhadores dos grupos em processo de formalização, nos estágios atuais. Primeiramente vamos descrever, a partir das entrevistas, o desdobramento da formalização, já consolidado pelas mulheres da AMA, com foco na questão dos certificados necessários para a venda dos produtos da reforma agrária. A seguir, traremos o histórico da formalização da Cooperativa União que, até o presente momento, ainda não se encerrou. Por fim, falaremos do processo de formalização da Cooperativa Bom Sucesso e a sua importância junto ao Plano de Coleta Seletiva de Campinas – SP. Pelo fato de estarem em estágios diferentes do processo e como são parte de cadeias produtivas diferentes o resultado dos relatos apresenta problemas diferentes, isto é, as questões avaliadas e aprofundadas pelas

¹⁰ Sobre as diferentes formas de entrevistas consultar: BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica de Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v. 2, n. 13, p.68-80, jul. 2005.

entrevistadas e pelos entrevistados são outras, relacionadas com o seu cotidiano, com o que o dia-a-dia apresenta de problema. Vale destacar, assim, a riqueza dessas distintas reflexões.

Associação de Mulheres Agroecológicas

A Associação de Mulheres Agroecológicas, a AMA, é um grupo de mulheres que vive no assentamento “12 de Outubro”, em Mogi Mirim, desde 1998.¹¹ O grupo se uniu, a princípio, para cuidar da alimentação dos assentados e se formalizou como associação em 2010. Formalmente, fazem parte da associação dez mulheres, dentre as quais algumas necessitam se afastar constantemente devido a outras atividades e trabalho. Por isso, atualmente, participam das reuniões do grupo em média de três a quatro mulheres. Nós da ITCP/UNICAMP acreditamos que o esvaziamento das reuniões se deve à falta de êxito de determinados projetos e aos diversos impeditivos às atividades do grupo, que serão discutidos posteriormente, mas que resultam na falta de um retorno financeiro que possibilite a permanência e garanta a participação das mulheres na associação.

Com o intuito de avaliar o quanto o processo de formalização auxiliou, ou não, no desenvolvimento das atividades do grupo foi feita a entrevista com uma das mulheres, a presidente da associação, Ileide. Posteriormente, as informações da entrevista foram discutidas em reunião de incubação para saber se as mulheres presentes estavam de acordo e se elas consentiram com as respostas. As mulheres apontaram aspectos positivos e negativos do processo de formalização do grupo. Um ponto positivo apontado é a possibilidade de inscrição da associação em programas do governo, que segundo Ileide, agora “entraram na burocracia do Estado”, pois já são registradas como associação. Para Nice, tesoureira da associação, a legalização coloca reconhecimento e elas agora são mais ouvidas.

Como ponto negativo é possível perceber que apesar de certo reconhecimento institucional a política envolvida nas instituições governamentais não tem facilitado o desenvolvimento das atividades do grupo. O grupo já passou pela frustração de possuir um projeto aprovado, mas a verba não foi liberada, além de diversas parcerias e grupos que devido à forma e aos prazos acabaram não proporcionando ao grupo o retorno financeiro necessário.

¹¹ Para saber mais sobre a formação do grupo e da parceria com a ITCP/UNICAMP consultar VASCONCELLOS, Bruna Mendes de. Gênero, Tecnologia e Economia Solidária: Reflexões a partir da experiência de uma associação de mulheres rurais. 2011.

A associação tem passado por dificuldades em relação à venda das verduras e hortaliças que produz. A principal dificuldade é o transporte até o local de venda. Além dela, atualmente certificação dos produtos, necessária para que os produtos sejam vendidos como orgânicos, tem se apresentado como um problema e como reflexo de diversas outras dificuldades do grupo.

O escoamento do que é produzido pelas mulheres da AMA é feito através do PAA, programa do governo que encaminha produtos da agricultura familiar para o abastecimento da merenda escolar, além da venda direta ao consumidor, em feiras ou nas ruas, e através do grupo de compra coletiva dos membros da ITCP/UNICAMP, o 'sacolão', descrito em outros artigos dessa mesma revista. Entre as feiras que a associação tem participado, há uma feira de alimentos em parceria com a Rede de Agroecologia da UNICAMP, a RAU.

A questão da falta de transporte é o principal empecilho das mulheres do grupo para se assegurarem como agricultoras e integrantes da associação, por isso a produção é feita nos lotes individuais e em uma horta coletiva, construída no início de 2012 e que ainda não gerou renda suficiente para compensar as despesas de sua construção. Atualmente o grupo depende de carros particulares ou de projetos que auxiliam no transporte para venderem nas feiras.

Durante mais de dois anos o grupo tem tentado um empréstimo junto ao Banco do Povo de Mogi Mirim, para a compra de um veículo que possa transportar sua produção até os locais de venda. Algumas questões burocráticas como preenchimento de atas e comprovações da existência do grupo tem tornado o processo lento. A lentidão se agrava pelo fato de que a burocracia envolvida exige do grupo habilidades as quais as mulheres se encontram desfavorecidas. O grupo possui integrantes que não são completamente alfabetizadas, outras ainda que alfabetizadas, não possuem os conhecimentos jurídicos e administrativos exigidos pelo Banco do Povo no preenchimento de formulários e atas da associação e na identificação da documentação.

Devido às dificuldades impostas pelo meio institucional de auxílio, a AMA junto a seus parceiros está buscando fontes alternativas para a obtenção dos recursos. Para a compra de um veículo, foi produzido um vídeo, pela ITCP/UNICAMP, para a sensibilização quanto ao problema do transporte da produção para a venda, que será utilizado em campanha para doação de dinheiro. Além disso, parceiros e projetos auxiliam na medida do possível, o custeio do transporte do grupo até a feira, além de chás beneficentes organizados pela RAU para auxiliar no financiamento de diversas demandas do grupo.

Somado ao problema do transporte para o escoamento dos alimentos produzidos pelo grupo existem problemas com os locais onde os produtos são vendidos. A feira organizada pela RAU, denominado 'Pé-na-roça', acontece na cidade de Campinas e reúne produtores de alimentos orgânicos da região. Além da venda dos produtos são feitas palestras e debates sobre a produção agroecológica.

Conforme o próprio nome do grupo explicita, as mulheres tem a preocupação com a aplicação dos princípios da Agroecologia em sua produção. Além de terem participado de formações sobre técnicas de plantio que não agredem o meio ambiente, como adubação verde e SAF, elas pautam a preocupação com a soberania alimentar nas discussões que participam, problematizando sempre a questão de venda de produtos saudáveis a um preço acessível a todos os consumidores. Além disso, as mulheres da associação são conscientes de que o uso de agrotóxicos é ainda mais prejudicial nas terras do Horto do Vergel por características específicas da área. Antigamente a terra era um local onde se plantava eucalipto, e por isso o solo encontra-se muito empobrecido e, além disso, o grupo não possui recursos para a compra de agrotóxicos.

A feira da RAU se instituiu como uma feira de produtos orgânicos e por isso existe uma exigência, por parte do MAPA, órgão do Ministério da Agricultura responsável pelo controle da venda de produtos orgânicos, de que os produtos sejam certificados. Uma alternativa foi a diferenciação no espaço da feira entre os produtos orgânicos, com certificação, e os produtos da AMA, denominados como provenientes da agricultura familiar. Dessa maneira foi sugerido pelos participantes e responsáveis pela feira, que a AMA passasse por um processo de certificação de seus produtos. Assim, com o auxílio de técnicos da rede de agroecologia e da Equipe Agricultura da ITCP/UNICAMP foram feitas explicações ao grupo sobre os tipos de certificação definidas pela Lei brasileira.

O decreto nº 6.323, de 27 de Dezembro de 2007,¹² acrescido à lei de 2003, define os tipos de certificação para os produtos. Entre as possibilidades há o controle social na venda direta, em que o agricultor se compromete a disponibilizar livre acesso e em que não há um selo certificando o produto. Além desse controle feito na venda, há certificações feitas por meio de organismos de avaliação da conformidade ao sistema brasileiro. Estes organismos podem ser pessoas jurídicas, de direito público ou privado, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ou podem ser estabelecidos entre os

¹² Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Acessível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm

produtores, sistemas participativos de garantia de qualidade orgânica em que os próprios agricultores podem se organizar e fiscalizar uns aos outros dentro de critérios estabelecidos por eles, em conformidade com a legislação vigente, e assim estabelecem seu próprio certificado.¹³

Foi diante das exigências colocadas pelos integrantes da feira para a venda dos produtos da AMA que as mulheres deram início ao processo de certificação. O processo exige adequação dos lotes, visto que a garantia é feita por lote e é preciso que não haja contaminação de lotes vizinhos. Apesar de a AMA optar pela certificação participativa em que não há custos para a obtenção de um selo, mas existe uma garantia do não uso de agrotóxicos por um grupo de produtores agroecológicos, o grupo desistiu do processo de certificação. Isso ocorreu porque após algumas reuniões com parceiros, perceberam que não possuíam os pré-requisitos mínimos até mesmo para este tipo de certificação. Um dos problemas é a aceitação das adaptações necessárias na área pelo responsável pelo lote, que em alguns casos são os maridos e em outros são terceiros que arrendam áreas. Sem essa aceitação não foi possível obter o número mínimo de participantes exigido para esta certificação.

Percebemos assim um distanciamento da forma de organização e trabalho do grupo com o formato estabelecido pelos processos relacionados à adequação à burocracia dos órgãos e políticas do Estado. Apesar dos princípios, valores e vontade do grupo, muitas vezes os obstáculos formais atrapalham mais do que facilitam a prática do trabalho.

A Cooperativa União

A Cooperativa União é uma cooperativa de pedreiros que surge em um contexto particular. Uma parte dos trabalhadores são moradores da Comuna Urbana Dom Hélder Câmara, uma experiência de luta urbana organizada pelo MST em Jandira, Grande São Paulo. O histórico desse grupo será bem descrito no artigo desta mesma revista.¹⁴

¹³ Mais sobre legislação em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/legislacao> e na Lei n 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica. Acessível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm

¹⁴ Castro et al. "Extensão e Autogestão na Construção Civil: reflexões sobre a experiência junto à Cooperativa União". In: Coletiva II.

O trabalho de incubação se inicia no começo do ano de 2010. Desde o início das reuniões de incubação o grupo de trabalhadores já tinha como horizonte a formalização da cooperativa. Realizamos muitas oficinas com esse tema e ele se apresentou como tema gerador, isto é, o tema condutor das incubações, no qual partimos para tratar os diferentes assuntos que interessam à organização da cooperativa assim como a formação política dos trabalhadores da cooperativa. Dessa forma, planejamos a legalização como um processo pedagógico e não como uma resposta pronta que a ITCP/UNICAMP deveria dar aos trabalhadores(as).

Ao contrário do que ocorre em outras experiências de incubação, no caso do grupo a formalização era a necessidade primeira, e não o resultado de uma série de discussões. Mesmo assim, para não atropelarmos o processo, construímos partes da formalização durante várias oficinas. Discutimos o que é um Estatuto Social, a diferença entre o Estatuto Social e o Regimento Interno, quais são os cargos sociais da cooperativa. Realizamos oficinas de identidade e memória para escolha do nome. Também elaboramos uma série de situações hipotéticas nas quais os trabalhadores deveriam decidir em que espaço tal situação deveria ser resolvida. E uma das oficinas que se destacou nesse processo de formalização foi a oficina de construção do Estatuto Social, que divididos em grupos, e já conhecendo um estatuto, os trabalhadores elaboram conjuntamente o estatuto da cooperativa. Porém, o exemplo que levamos para eles era menor do que o que tradicionalmente é reconhecido no âmbito jurídico. O formato mais aceito era muito maior, mas não retirou a importância dos trabalhadores terem construído seu próprio Estatuto Social.

Para a formalização propriamente dita contamos com auxílio do assessor jurídico da ITCP/UNICAMP. Um dos trabalhadores, com contatos com jornais, publicou a Chamada Pública para a Assembleia de Fundação da Cooperativa em um jornal de grande circulação. Quinze dias depois, no dia marcado, nos reunimos para a Assembleia. Com todos os trabalhadores presentes cumprimos com as formalidades: escolhemos a secretária da assembleia que deveria registrar a ata; o cerimonial, que deveria apresentar a mesa e o motivo daquela assembleia e o presidente, que deveria presidir a mesa. Todos assinaram a lista de presença e tentamos projetar o Estatuto Social para a leitura, mas o ambiente não permitiu projetarmos na parede. Elegemos o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal, o Secretário, o Tesoureiro e o Presidente. Depois de lido e aprovado o Estatuto, imprimimos na impressora da obra e todos deveriam assinar ao final. O presidente, o secretário e o tesoureiro deveriam rubricar todas as folhas, junto com o advogado. A Ata da Assembleia deveria ser assinada por todos e rubricada por todos em todas as páginas.

Porém, no momento da formalização já aparecem os entraves burocráticos: a leitura é muito extensa, são muitas assinaturas, e muitos detalhes burocráticos que podem colocar em risco a formalização. Desde setembro de 2011 estamos tentando colher todas as assinaturas e documentos, alguns trabalhadores se mudaram, outros assinaram nos espaços errados, já tivemos que refazer muitas vezes e até o momento ainda não se encerrou o processo de recolher todas as assinaturas. Ainda não sabemos quais outros entraves nos esperam no guichê da Junta Comercial. As dificuldades foram tantas que a equipe que acompanha a cooperativa União teve a ideia de elaborar um ‘Manual de formalização’, em que esteja descrito cada passo desse processo.

Como já foi descrito para a compreensão e posterior avaliação do processo, foram realizadas entrevistas com três trabalhadores presentes desde o início do processo: Vagner, Marcos e Cláudio, que autorizaram a publicação de suas entrevistas.

De maneira geral as respostas se aproximam e marcam as expectativas com relação à formalização. Segundo os trabalhadores, a conquista de um CNPJ é fundamental para unir os demais trabalhadores já desacreditados do processo. Em geral há dentre os trabalhadores uma leitura que o pedreiro é muito individualista e descrente de processos coletivos. Também querem a formalização para facilitar a captação de outras obras. “Sem a legalização (sic) o trabalho como cooperativa fica inviável por conta da entidade jurídica. E os buços não atendem às necessidades financeiras de todos”, afirma Marcos. Para Vagner a necessidade de se formalizarem foi para enfrentar o capitalismo: “por conta da má distribuição do capital. A cooperativa não tem patrão e a divisão é por igual (...) o dinheiro mal distribuído é o problema do mundo”.

Outro elemento que auxilia na compreensão desta aposta no CNPJ é o modo como eles devem ser contratados, como podem prestar serviços pra empresas e obras públicas, e também almejam a segurança e amparo que a cooperativa pode oferecer para eles, em termos de INSS etc. Estar regularizado aparece como uma situação ideal e eles não veem nenhum aspecto negativo na formalização, isto é, nada poderá piorar depois da cooperativa formalizada. Segundo Cláudio eles conhecem o que tem de pior que é trabalhar sem garantia, correndo risco de ficar sem trabalho ou riscos de saúde. Todos os três também acreditam que vão se organizar segundo o Estatuto social e que ele é o norte, pois apresenta os parâmetros para saberem o que pode ser feito, o que é legal etc. Por outro lado o Estatuto ainda está nas mãos de poucos, é preciso ser lido por todos. Eles acham que nem todos compreenderam todo o processo, alguns por não estarem interessados. Esse é um elemento de

dificuldade: unir o grupo, se conscientizarem da importância da cooperativa. E estão ansiosos para colocar em prática, para iniciar um trabalho como cooperativa, que acreditam que quando começar vai agregar mais pessoas. “Todo mundo vai corrigir, ficar em cima, organizando a obra” diz Vagner. O que consideram mais difícil é a “burocracia”, ter que recolher um monte de assinaturas. O processo é lento, mas se colocam como responsáveis por não conseguirem todas as assinaturas: “atribuo a nós mesmos os erros de assinatura, companheiros que viajaram. Depois vêm os trâmites legais, mas acredito que sejam mais rápidos que nós” afirma Marcos. De acordo com ele as oficinas realizadas pela ITCP/UNICAMP clarearam e nortearam o processo.

Bom Sucesso e entraves gerados pelo processo de legalização

A cooperativa Bom Sucesso¹⁵ surgiu em 2002, formado por catadores de materiais recicláveis que trabalhavam em um lixão do município de Campinas. E o trabalho da ITCP/UNICAMP junto ao grupo se dá, desde 2003, a partir da participação deste em um curso de capacitação realizado pela Unicamp.

Depois de um longo processo para instalação do grupo no atual espaço, cedido pelo poder público, localizado em um bairro chamado Vila Régio – Campinas/SP, o grupo conseguiu investimentos em maquinários e a construção de um barracão, em que, neste processo, a ITCP/UNICAMP sempre esteve presente atuando conjuntamente. No entanto, desde sua formação o grupo possui diversas dificuldades para se consolidar enquanto cooperativa associada: a demora no processo de concessão do terreno pela prefeitura, a falta de investimentos públicos e a falta de um programa municipal efetivo de coleta seletiva com inclusão dos catadores, uma vez que as cooperativas de triagem de materiais dependem diretamente de políticas públicas para se estruturarem, pois prestam serviço ambiental para os municípios, através da coleta de resíduos que seriam descartados no meio ambiente, e devem receber por este. Esses problemas acabaram por contribuir na demora da formalização do grupo, processo este que ainda não terminou. A legalização da ‘Bom Sucesso’ perdura desde 2011.

¹⁵ Para saber mais sobre a formação do grupo e da parceria com a ITCP/UNICAMP consultar Dalbó A., Helene D., Hirao F., Lazarini K., Terra U.. “A Construção do projeto arquitetônico da nova sede da Cooperativa Bonsucesso” in Coletiva-reflexões sobre incubação e autogestão - Universidade Estadual de Campinas, Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos comunitários. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), Campinas, SP: Unicamp. Instituto de Economia, 2011.

Quando perguntado aos cooperados o porquê de se organizarem em cooperativa, mesmo sabendo das burocracias existentes no processo de formalização, eles afirmam que querem se organizar nesta forma jurídica, pois dará maior credibilidade e suporte legal ao trabalho perante outras instâncias, tais como: nos espaços públicos e na relação com investidores públicos e privados, como projetos federais, de empresas e bancos. Mas, ao mesmo tempo, a demora na legalização do grupo tem gerado uma série de problemas e pressões externas da própria prefeitura e destas demais organizações.

Com base na lei 12.305/10, as cooperativas e associações de catadores devem ser priorizadas no manejo dos resíduos sólidos recicláveis, ficando sobre a responsabilidade do poder público local garantir condições estruturais para que estes grupos consigam realizar o trabalho de coleta seletiva, triagem e comercialização do material reciclável produzido na cidade. Este fato pode ser visto no artigo da lei:

1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caputo Municípios que: II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Baseando-se na mesma lei, é possível pensar sobre o atual contexto do município de Campinas, em que o poder público obrigatoriamente deve implementar um programa de coleta seletiva com inclusão das cooperativas de catadores existentes na cidade. Este programa está sendo discutido e deverá incluir a forma de contratação dos grupos pela prestação do serviço de coleta que já realizam. Estas discussões visarão uma futura contratação dos grupos para o ano de 2013.

No entanto, a partir do que vem sendo discutido, será necessária uma série de documentações para que todos os grupos passem a ser contemplados no plano de coleta e sejam contratados. Dentro desta burocracia se encontra imprescindível a legalização dos grupos, enquanto cooperativas ou associações. Como é visto na mesma lei:

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

§ 1º ... o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de

outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

Neste contexto se insere a ‘Cooperativa Bom Sucesso’, que já possui certa estrutura para atuar na coleta seletiva, pois realiza o trabalho de triagem, prensagem e comercialização dos materiais, mas ainda com diversas dificuldades associadas à falta de investimentos públicos (apontadas anteriormente), em que o material vindo da coleta realizada pela prefeitura apresenta muitos resíduos não recicláveis, rejeitos (como orgânicos e hospitalares), diminuindo a qualidade destes materiais e tornando o trabalho insalubre.

Para que o grupo seja incluído no programa de coleta seletiva e passe a realizá-la juntamente com outros grupos de catadores do município em forma de rede de cooperativas é fundamental que esteja legalizado. No entanto, por diversos entraves jurídicos e burocráticos ele ainda não se encontra legalizado. Logo, além do risco de ficar fora do programa de coleta seletiva, pode não receber investimentos federais vindos através de projetos da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Petrobrás, Banco do Brasil, entre outros e/ou não participar de redes de comercialização.

A partir de todas estas constatações e problemas quanto à legalização da ‘Bom Sucesso’, tem-se as opiniões por parte do grupo, quanto a este processo. Para isso foi realizado uma conversa com a presidente, uma das cooperadas mais antigas e reconhecida liderança do grupo, chamada Maria Cecília, ou mais conhecida como, Dona Cecília.

Nesta conversa, a cooperada apontou o que tem sido mais difícil no processo de legalização, afirmando que é extremamente burocrático, com muitos documentos a serem reunidos. Além disso, constantemente aparecem erros nesses, indo e voltando da ‘Junta Comercial de São Paulo’ (Jucesp), para reformulação. Outro problema apontado no período da entrevista era a falta de cooperados para legalizar em cooperativa, uma vez que era necessário no mínimo 20 membros segundo a antiga Lei de Cooperativas - Lei Federal nº 5764/71. No entanto, a partir da nova Lei de Cooperativas- Lei Federal 12.690/2011, os grupos podem ser formalizar com o mínimo de sete componentes e não mais 20. Outro problema apresentado pela Dona Cecília é a grande rotatividade de pessoas no grupo devido às dificuldades do trabalho existentes na reciclagem.

Considerações finais

A partir das entrevistas podemos apreender que este processo, assim como outros temas instrumentais abordados nas oficinas de incubação - viabilidade econômica, contabilidade do empreendimento econômico solidário, funcionamento dos impostos, funcionamento dos bancos, certificação, contratação - a inclusão em redes solidárias é apartada do dia-a-dia dos(as) trabalhadores(as). Isto é, este conhecimento e o seu modo de concretização através de um processo burocrático, cheio de detalhes que abrem muitas possibilidades de erro e não aceitação por parte das Juntas Comerciais, não é socializado entre os(as) trabalhadores(as). Atualmente não há a possibilidade de os grupos alterarem este modo de fazer, embora alguns avanços tornam-se visíveis, se tivermos como horizonte mudanças da Lei do Cooperativismo.

A formalização se apresenta como um processo contraditório, pois ao mesmo tempo em que pode permitir que o grupo seja incluído em políticas públicas e/ou concorrer à licitações, também amarra-os à uma estrutura ou a um conjunto de normas que não faz parte de seu dia-a-dia.

De um lado, em nosso trabalho de incubação, valorizamos a forma organizativa da cooperativa no cotidiano: as assembleias, a rotatividade de funções, o reconhecimento de algumas atividades como trabalho (reuniões de incubação ou de formação, reunião da escola do filho, descanso etc.), as relações baseadas em laços de solidariedade, o uso compreendido e acordado dos equipamentos de segurança. Por outro lado, a cooperativa tem que se enquadrar na estrutura do Estatuto social, tem que seguir regras que lhe são estranhas, deve pagar impostos para ter visibilidade, para ser contratada, para ter seu produto no mercado etc. Dessa forma não podemos fechar os olhos aos problemas que a formalização carrega consigo, mesmo que isso seja um importante passo para o grupo. Assim, afirmamos que, para além do descrito no Estatuto Social, o mais importante é a organização na prática.

Ainda no âmbito das avaliações pensamos que esse assunto pode ser o tema gerador a partir do qual virão outros debates importantes, isto é, ainda que o objetivo possa ser o de conquistar um CNPJ, o processo todo é formativo, e assim discutimos vários temas que transpassam o tema da formalização. Autogestão, segurança do trabalho, e a própria escrita do Estatuto Social são exercícios e experimentações importantes. Mas nada disso vale por si se os trabalhadores e trabalhadoras não compreendem o processo, pois perdemos a possibilidade formativa que ele carrega, e cometemos o erro de tratar a formalização como um fim em si.

A formalização pode ser o objetivo principal dos grupos populares, e por isso cabe às monitoras e aos monitores ampliar a discussão, despertar outros assuntos, ainda que seja tarefa dos grupos populares e da incubadora que, dentre outras coisas, assessora juridicamente os grupos para descobrir, desvendar e desmistificar os caminhos da formalização.

Referências Bibliográficas

ATLAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: 2005. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. Consultada em: www.mte.gov.br/empregado/economiasolidaria. Acesso em: 10 de junho de 2012.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Teoria Geral do Direito Civil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

BRASIL, Lei 5764, de 16 de dezembro de 1971.

, Decreto nº 6.323, de 27 de Dezembro de 2007.

, Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010.

, Lei 12.690, de 19 de julho de 2012.

CASTRO, M. E.; PIMENTEL, F.; SILVA, K.; TAVARES, P. **Extensão e Autogestão na Construção Civil: reflexões sobre a experiência junto à Cooperativa União**. In: Coletiva II.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. Teoria Geral do Direito. 24ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NAMORADO, Rui, **Os quadros jurídicos da economia social – uma introdução ao caso português**. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/251.pdf>. Acesso em: 17 de novembro de 2012.

CHABES, M.; PAVAN, T.; WIRTH, I. **Educação Popular e Autogestão: alguns elementos para a metodologia de incubação**. In: Coletiva – reflexões sobre incubação e autogestão. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 2011.

DALBÓ A., HELENE D., HIRAO F., LAZARINI K., TERRA U.. “ **A Construção do projeto arquitetônico da nova sede da Cooperativa Bonsucesso**” In: Coletiva- reflexões sobre incubação e autogestão – Universidade Estadual de Campinas. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Campinas, SP: Unicamp. Instituto de Economia, 2011.



Diagnósticos com Abordagem Participativa Dentro da Metodologia de Incubação: relato da experiência da equipe rede

Autores(as): Kleiton Bezerra da Silva,¹ Arthur Lima,² Maíra da Silva,³ Fernando Nakandakare,⁴ Alexandre Souza⁵

Resumo

O presente trabalho, escrito pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária de Produção e Tecnologia (GEPES de P&T), busca sistematizar e compartilhar a experiência da Equipe Rede da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP/UNICAMP) com o uso de metodologias de abordagem participativa junto a um grupo de catadores(as) de materiais recicláveis; a Associação Renascer. A principal experiência sistematizada foi a elaboração de um projeto de barracão, uma demanda do grupo de catadores, em que foram utilizadas metodologias participativas com foco na produção e organização do espaço da triagem e armazenagem de material reciclado, além das relações da associação com o entorno. Uma das principais avaliações foi que o diagnóstico participativo realizado, associado ao desenho de projeto, tornou-se por fim uma ferramenta educativa para que a associação se aproprie e discuta suas questões e que os formadores possam compreender melhor a dimensão da realidade dos trabalhadores(as).

Palavras-chave: Abordagem participativa, catadores de recicláveis, autogestão.

¹ Graduado em Tecnologia de Saneamento Ambiental pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestrando em Educação pela UNESP de Rio Claro, pesquisador-extensionista da ITCP/UNICAMP, kleiton@itcp.unicamp.br

² Graduado em Tecnologia de Saneamento Ambiental pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisador-extensionista da ITCP/UNICAMP, arthur@itcp.unicamp.br

³ Graduada em biologia pela Universidade Paulista, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, maira@itcp.unicamp.br

⁴ Graduando em arquitetura pela UNICAMP, pesquisador-extensionista da ITCP/UNICAMP, fernando@itcp.unicamp.br

⁵ Graduado em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa, é mestre e doutor em Engenharia de Alimentos pela UNICAMP, pesquisador-extensionista da ITCP/UNICAMP, alexandre@itcp.unicamp.br

Diagnósticos com Abordagem Participativa Dentro da Metodologia de Incubação: relato da experiência da equipe rede

Introdução

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp (ITCP/UNICAMP) tem a autogestão, a extensão comunitária e a educação popular como princípios.⁶ A partir destes, são pensadas e desenvolvidas as atividades da incubadora junto aos empreendimentos incubados para, conjuntamente, decidir por quais caminhos se dão as práticas para o fortalecimento dos grupos.

Dentro da organização da ITCP/UNICAMP se encontra o Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária de Produção e Tecnologia (GEPES de P&T), o qual é composto por formadores das Equipes Rede (cadeia da reciclagem), em Construção (cadeia da construção civil) e Agricultura, e que tem como foco estudar e pesquisar as relações entre tecnologia e sociedade de maneira geral e dentro do contexto de cada grupo. A finalidade é colaborar com a problematização de questões produtivas dos empreendimentos que envolvam a adoção de tecnologias e/ou equipamentos e desenvolver soluções que considerem novos arranjos produtivos, adequações sócio-técnicas, entre outras, tendo como referência o conceito de tecnologia para inclusão social (Tecnologia Social).

No ano de 2012, os formadores da Equipe Rede da ITCP/UNICAMP pertencentes ao GEPES de P&T receberam a tarefa de realizar um levantamento das necessidades organizativas e produtivas de um dos grupos incubados, a Associação Renascer, com a finalidade de elaborar um projeto de barracão. Para dar conta desta empreitada poderiam ser trilados diversos caminhos, mas o escolhido foi através de formas participativas de diagnóstico e planejamento.

⁶ Maiores detalhes sobre os princípios da ITCP/UNICAMP podem ser consultados no Projeto Político Pedagógico da incubadora, o qual pode ser acessado pela internet através de link na página da internet <http://www.itcp.unicamp.br>

Dentro da prática diária, acreditamos que a escolha metodológica é também uma escolha política, isto é, aponta nossas intenções e o caminho aos quais queremos trilhar no trabalho realizado junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) incubados. Deste modo, para melhor compreensão das escolhas e das práticas do GEPES de P&T é importante explicitar de onde partimos, ou seja, quais são os principais elementos teóricos que se refletem nas nossas ações.

O primeiro elemento tem relação direta com a compreensão que temos da tecnologia e qual a melhor forma de aplicá-las aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Entendemos que a tecnologia é socialmente construída, ou seja, um grupo social é que define para onde caminhará o desenvolvimento tecnológico, quais são as tecnologias de interesse, os beneficiários, entre outros. Desta forma, podemos dizer que o modelo tecnológico atual reflete os valores e interesses da classe social política e economicamente dominante. Esta tecnologia, presente em nosso cotidiano, também chamada de Tecnologia Convencional (TC), se mostra bastante útil para maximizar os lucros das empresas privadas e grupos empresariais, e suas principais características são: (a) ser de grande escala de produção e que cresça sempre; (b) necessitar cada vez menos de trabalhadores; (c) tirar o controle da produção do trabalhador; (d) necessitar de hierarquia, que haja sempre o proprietário, o gerente etc. (DAGNINO, 2004).

Como foi visto, a TC não é a mais adequada aos empreendimentos onde a pequena escala e a gestão pelos próprios trabalhadores (autogestão) estão presentes. Imbuídos por este tipo de crítica, nas últimas décadas, surgiram diversos movimentos de oposição a TC, os quais apresentavam outras formas de pensar e desenvolver tecnologia. Nos anos 70 e 80 o movimento da Tecnologia Apropriada (TA) buscava, através do uso da tecnologia, minimizar a pobreza nos países do terceiro mundo, além de preocupações como o uso de fontes alternativas de energia e outras questões ambientais. Porém, a TA recebeu críticas de alguns pesquisadores, uma vez que diversas experiências não foram bem sucedidas devido à desconsideração de algumas características culturais, ambientais, econômicas, entre outras. Ou seja, as tecnologias desenvolvidas não eram utilizadas pela comunidade a qual se desejava atender.

De forma mais recente, resgatando grande parte dos valores e buscando sanar as falhas da TA, surge o movimento da Tecnologia Social (TS), o qual avança no que se refere à inserção dos atores envolvidos dentro do processo de desenvolvimento da tecnologia. Segundo Dagnino et al. (2004), a TS tem como característica, dentre outras coisas: (a) ser adaptada ao pequeno tamanho; (b) libertar

o potencial físico e financeiro, e a criatividade do produtor direto; (c) não discriminar patrão e empregado. É por estas qualidades que julgamos os valores da TS importantes quando se trabalha com grupos de trabalhadores tendo a autogestão do empreendimento como fim.

Mas, o que faz com que se desenvolva uma TS? De acordo com Dagnino et al. (2004), a TS só se constituirá se o conhecimento for criado para atender aos problemas que os atores envolvidos enfrentam. E para que isso aconteça é necessário um processo em que os atores sociais interajam desde o começo e considerem múltiplos critérios (científicos, técnicos, financeiros, mercadológicos, culturais etc.). Surge então, o segundo elemento teórico do GEPES de P&T; a participação e as maneiras de promovê-la.

A participação dos atores envolvidos no processo tem o potencial de promover a apropriação gradual de conhecimentos já estabelecidos, a partir dos quais serão elaborados novos processos, artefatos tecnológicos e formas organizacionais, os quais serão adequados às necessidades locais. Ou seja, somente através de maneiras participativas é que se dá o desenvolvimento de uma TS.

Com o intuito de promover a participação e interação dos atores, foram desenvolvidas ferramentas (formas de se realizar uma atividade) participativas, e ao conjunto destas ferramentas, denominamos, de maneira geral, de metodologias participativas. Cabe colocar que existem diferentes ferramentas, as quais apresentam diferentes funcionalidades, dentre as quais podemos citar: diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação.

O Diagnóstico é uma das funcionalidades das metodologias participativas mais empregadas, e o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), um dos mais populares, tanto que já ultrapassou as fronteiras das zonas rurais e atualmente é adaptado para o uso em diversos tipos de realidade. Ao contrário dos diagnósticos tradicionais, em que há o uso intensivo de questionários, no diagnóstico participativo a coleta dos dados é realizada diretamente com o usuário que, por conviver diariamente com o ambiente e a sociedade local, sabe bem suas características e carências e consegue sugerir soluções. Além disso, segundo Gandin (1994), configura-se um ponto inicial de identificação e reflexão que posteriormente poderá se transformar num planejamento, avaliação ou monitoramento com etapas definidas.

Desta forma, o presente artigo, escrito a várias mãos dentro do GEPES de P&T, tem a intenção de documentar e compartilhar a experiência com o uso de metodologias de abordagem participativa da Equipe Rede da ITCP/UNICAMP junto

a um grupo de catadores(as) de materiais recicláveis, com foco na produção e organização do espaço. Espera-se que a sistematização das atividades desenvolvidas possa servir como referência e inspiração para que outras organizações em situações semelhantes desenvolvam seus próprios processos participativos.

Este trabalho está organizado de forma a mostrar o contexto e a experiência da Equipe Rede com a aplicação dessa abordagem e a fazer uma reflexão sobre o que foi evidenciado pela experiência realizada e seu significado para o caminho da autogestão e das atividades da ITCP/UNICAMP.

Experiências do Uso de Ferramentas Participativas

A Experiência da Equipe Rede: A reciclagem de materiais e a construção de uma cooperativa de triagem

A crescente produção de bens de consumo e sua disponibilidade no mercado têm acarretado em uma geração igualmente crescente de resíduos sólidos. A partir disso, o tema tem se tornado uma questão urbana uma vez que o aumento da população, conseqüentemente a geração de resíduos, e o destino que se dá a esses materiais se torna uma questão que diz respeito à gestão relacionada ao uso do solo e à pauta da preservação ambiental.

Os(as) catadores(as) de material reciclado, responsáveis pela triagem de 90% de materiais recicláveis no Brasil, atuam dentro de lixões, a céu aberto ou organizados em cooperativas e associações. Com a coleta do material e a triagem, estabelecem a ponte entre o descarte e a indústria de beneficiamento do material (IPEA, 2009). Segundo o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a catação de recicláveis garante a sobrevivência de uma parcela da sociedade segregada do mercado de trabalho tradicional e excluída dos seus direitos básicos de cidadania.

Nossa categoria é historicamente excluída da sociedade e muitos catadores(as) ainda sobrevivem de forma precária em lixões e nas ruas. O trabalho de coleta de materiais recicláveis significa garantir alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência para uma parcela significativa de nosso povo brasileiro. (História do MNCR, 2012)

Esses trabalhadores vêm prestando um serviço econômico, ambiental e social raramente remunerado. A organização política que o MNCR traz para os(as) catadores(as) foi uma forma de pleitear a validação da Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A partir dessa legislação, a luta dos catadores por condições de trabalho mais dignas ganhou um amparo legal,⁷ uma vez que a lei dá preferência à contratação direta de catadores organizados em cooperativas e associações, dispensando licitações quando houverem tais grupos localizados na cidade.

Em Campinas, segundo a prefeitura, existem 15 cooperativas que participam do programa de coleta seletiva da cidade. Estes empreendimentos recebem o material reciclável coletado por uma empresa prestadora de serviço, contratada pela prefeitura para realizar a coleta e transporte desse material até as cooperativas. Em outros casos, o trabalho de coleta é realizado pela própria cooperativa, o que garante uma melhora na qualidade do material coletado a ser inserido dentro do processo de triagem.

As cooperativas por sua vez, apesar de prestarem serviço para a prefeitura, não são contratadas pelo poder público e obtêm a renda apenas a partir da venda de seu produto tornando-se vulneráveis aos preços do mercado. Contudo, a nova política prevista pelo PNRS estipula que as cooperativas e associações sejam remuneradas pelo serviço que prestam, principalmente nos casos em que os próprios grupos fazem esta coleta. A gestão dessa política gera um conflito de interesses entre agentes que passam a competir em um mesmo território, o que no caso trata-se da empresa privada contratada para a coleta, os(as) catadores(as) e cooperativas e o poder público, nos quais o ganho das grandes empresas contratadas conflita com a coleta seletiva realizada por catadores.

Frente ao término dos aterros sanitários e às novas políticas de gestão do lixo estipuladas pelo governo federal, surge em Campinas a nova possibilidade de contratação direta pela prefeitura. Para que a contratação ocorra, o poder público municipal vem exigindo uma série de adequações legais, técnicas e econômicas, as quais as cooperativas e associações devem apresentar para as necessidades do plano municipal de resíduos sólidos. Dentre as adequações necessárias, o empreendimento deve provar tecnicamente ser capaz de processar todo o material ofertado no contrato.

⁷ Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos: XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

A questão é que tais exigências estabelecem uma contradição: para isso é necessária a estrutura básica (barracão, prensas, espaços adequados de triagem, caminhão-gaiola para coleta etc.) para realização do trabalho, subsídios que a princípio deveriam ser fornecidos pela prefeitura.⁸ Desse modo, sem a contrapartida do poder público, as cooperativas e associações possuem dificuldade de se adequar legalmente para que a contratação ocorra, congelando o processo que estimula a geração de renda dentro das cooperativas de coleta e triagem.

A associação renascer surge junto a esse contexto político e urbano, locada em uma antiga estação ferroviária e sem possuir as condições básicas de infraestrutura (energia elétrica, água, pavimento, banheiros) que garantam condições mínimas de trabalho a estes catadores e catadoras. A respeito da questão em torno dessa necessidade, trata-se de um histórico que permeia as ações da prefeitura da cidade em relação aos catadores e sua locação dentro do centro urbano de Campinas. A associação ocupa atualmente um local na área central da cidade, próxima a rodoviária, junto a uma das estações do VLT⁹ abandonadas, que foram projetadas na década de 80, mas que nunca chegaram a ser concluídas e, atualmente, encontram-se abandonadas e depredadas.

Atualmente a área em que se encontra a Renascer caracteriza-se como um espaço abandonado, mas com uma estrutura existente, vinculada a uma atividade alternativa a inicialmente projetada. Segundo Yeang (2008), esse tipo de terreno deve ser priorizado quando existe a possibilidade de se escolher o local de implantação de um projeto, pois além de ser uma oportunidade para reparo e a remediação de áreas abandonadas, reduz a pressão em locais ainda não urbanizados.

Desse modo, a área em que a Associação Renascer se apresenta corresponde a uma alternativa ao atual uso dado às estações abandonadas. Com a central de triagem próxima aos acessos de fácil circulação (avenidas), torna-se possível que a chegada e saída de materiais aconteçam sem causar grandes perturbações na malha viária, além de minimizar as distâncias e o tempo gasto com o transporte do material e dos associados. Com isso, se estabelece uma relação do grupo com a cidade e que, por meio do trabalho executado, reintegra os trabalhadores à sociedade e aos princípios cooperativistas.

⁸ No município de Campinas existe um programa de doação de material reciclável às cooperativas ou associações populares de trabalhadores em reciclagem, regido pelo decreto nº 14.265 de 21 de Março de 2003.

⁹ Veículo Leve sobre Trilho; projeto de transporte público implantado em 1990. Porém, o projeto foi abandonado pelo poder público.

O terreno, cedido pela prefeitura no ano de 2004, teve como promessa a melhoria no espaço para que a associação fosse capaz de se autogerir, triar o material reciclável e realizar a coleta seletiva nas regiões centrais. A associação renascer executa o serviço de coleta seletiva, urgente ao município que tem apenas 2% do seu material reciclável coletado. Ao mesmo tempo, a ocupação deste terreno na região central da cidade garante um caráter diverso para a região central da cidade, onde a multiplicidade de atividades e classes sociais propõe condições opostas ao processo de segregação de áreas que vem ocorrendo nos principais centros urbanos. Seu uso é apresentado como uma “operação de reconquista do território urbano, movido contra as regulamentações administrativas e a urbanização excludente do capital.” (BRISSAC, 2004, p. 425-426). Entretanto, apesar do valor expresso de uma cooperativa na área central e o uso social de espaços abandonados, as condições de trabalho permanecem precárias ao funcionamento da associação e a infraestrutura necessária para a coleta se encontra negligenciada.

Como alternativa para atender as adequações indicadas para a regulamentação do espaço ocupado pela Renascer e seu plano municipal de resíduos sólidos, a criação de um projeto participativo surgiu como uma ferramenta em que as reais necessidades da associação fossem registradas, e que seus processos internos socializados e um debate sobre o território em que atuam fossem esclarecidos. Desse modo, o objetivo é registrar a associação e suas reais necessidades e contribuições, para que compreendamos suas problemáticas para sugerirmos propostas, e que então se estabeleça o reconhecimento de seu valor no espaço urbano.

Metodologia

Para o desenvolvimento do projeto e organização dos objetivos desejados, foi proposta pela incubadora a realização de um diagnóstico participativo como ponto inicial para a compreensão do espaço. O objetivo inicial era de que o processo de diagnóstico participativo esclarecesse as necessidades do grupo, de modo que a socialização destas questões evidenciasse para os formadores e para os trabalhadores os pontos que originariam a autogestão do espaço pretendido.

O GEPEs de PeT contribui nesse processo procurando apresentar questões ao grupo sobre o seu espaço de produção e a relação dos associados com o espaço que ocupam. O resgate por parte de relatos sobre como foi o processo de ocupação contribuiu para que pudéssemos nos orientar sobre que rumo tomar frente às oficinas

que seriam realizadas. A questão de ocuparem o mesmo espaço aparentava agregar o grupo, mesmo apesar de divergências internas. Contudo, questionou-se quanto à técnica adotada nos processos de triagem (própria para grupos de 2 a 3 pessoas) e ao modo que a organização da produção direcionava o grupo no que diz respeito a sua organização interna e formação da diretoria.

A seguir serão relatadas as oficinas realizadas junto à associação. Considerando que o resultado da primeira oficina influenciou na segunda, e o resultado da segunda na terceira, as oficinas foram relatadas respeitando a ordem cronológica. Para que não se perca o contexto de cada oficina, as observações dos formadores da incubadora a respeito da execução da oficina e de seus resultados serão colocadas juntamente com o relato de cada oficina.

Relato das Oficinas

O primeiro passo foi a realização de uma oficina para levantar os problemas e as necessidades da associação a partir de uma discussão com a incubadora, de modo que os as questões surgissem independente do nível de prioridade. Foi utilizada como ferramenta, a caminhada pelo terreno, para que durante o percurso os próprios associados fossem apontando suas necessidades e se instigassem a uma primeira reflexão sobre possíveis soluções. Como resultado, esperávamos obter uma relação inicial de dados sobre o local e seus usos atribuídos. Desta primeira oficina resultou uma série de problemas ligados diretamente a questões de infraestrutura do local, em geral relacionadas a outras questões como saúde, produção e organização interna.

Caminhou-se sobre as plataformas abandonadas e suas laterais, onde atualmente a triagem ocorre, o portão principal, os fundos do terreno e o local onde funciona o banheiro improvisado. A carência das condições básicas foi diversas vezes falada, assim como constantes falas sobre a ausência de uma política que atue em favor ao grupo. Desse contexto, a dificuldade para se realizar o trabalho e, conseqüentemente, de conseguir aumentar o número de membros e agregar mais catadores, ficou a questão: como reivindicar as condições básicas e apresentar uma proposta de investimentos por parte da prefeitura haja vista que não há condições mínimas para realizar o trabalho exigido?

A segunda oficina realizada foi a linha do tempo. Essa oficina consistiu em um grande cartaz com os meses separados em colunas, simulando uma linha dividida pelos meses para o próximo ano. Imagens representando os elementos - energia

elétrica, banheiros, cobertura, EPIs etc. - levantados na primeira oficina foram levados, assim como papéis em branco para possíveis demandas novas que surgissem durante o decorrer da atividade. A partir disso, foi proposto que os associados elencassem quais eram os elementos que considerava prioritário e, em seguida, inserissem as imagens relacionadas na linha do tempo. Ou seja, quanto maior a prioridade, mais cedo esse elemento aparecia na linha do tempo.

Por ser um primeiro contato com esse tipo de cronograma, os associados demonstraram dificuldade em elencar uma ordem prioritária. Houve uma longa discussão, na qual o consenso não se estabelecia, pois todas as necessidades eram urgentes para o funcionamento da associação uma vez que se tratava das condições básicas. O histórico de anos de reivindicações fez com que as questões se acumulassem como uma necessidade “para ontem”, dificultando elencar os elementos com alguma ordem prioritária. Como conclusão, ficou encaminhada a necessidade de um projeto que representasse todas as necessidades da associação e que fosse realmente representativo quanto a sua condição como ferramenta de uma apropriação do espaço, ao mesmo tempo em que o grupo, a partir dessa discussão, trabalhasse em como se organizar para obter da prefeitura os elementos que proporcionariam sua entrada no plano de gestão do lixo.

A terceira oficina participativa do diagnóstico foi desenvolvida com o auxílio de mapas e imagens de satélite da área da associação Renascer em duas escalas diferentes (uma do bairro e outra do entorno imediato). O objetivo era que diante da visualização do espaço em que estão inseridos, os associados colaborassem indicando onde seriam os melhores espaços para as necessidades levantadas, explorando as possibilidades do fluxo da produção e especificidades da rotina de trabalho, assim como os pontos que demarcavam sua ação para dentro do território do bairro. A partir dessa oficina, o grupo optou por tirar uma comissão de cinco membros que discutissem o processo de projeto.

Durante a atividade os pontos de coleta e de passagem crítica para os catadores foram demarcados e, a partir disso, buscou-se identificar no mapa o melhor lugar de acesso. Relações como o da associação com o centro da cidade – principal ponto de coleta - surgiram, assim como as melhores oportunidades de caminho a ser feita pelos trabalhadores para chegar até a associação. Outra necessidade discutida foi o relacionamento do grupo com a vizinhança, assim como as outras edificações que configuram o mesmo local e, devido a isso, por vezes se mesclam. O exemplo

mais explícito dessa questão é a relação da cooperativa com o albergue que funciona em frente ao local, estabelecendo uma relação conflituosa entre o local de trabalho da associação e um ponto de tráfico de drogas.

O passo a seguir permeou a discussão do fluxo interno de entrada e saída de caminhões e carrinhos a partir do levantamento feito anteriormente. Em seguida foi discutido o melhor local para a criação do barracão, cozinha, refeitório, escritório, vestiários etc. O uso de desenhos foi uma importante ferramenta para melhor acompanhamento do que estava sendo levantado, uma vez que os associados compreendiam e possuíam um domínio na leitura dessa ferramenta gráfica. Durante essa atividade observamos a divisão das atividades, uma vez que para discutir o projeto do barracão e a coleta, predominavam os homens, enquanto as mulheres se inseriram no diálogo para discutir espaços como cozinha e refeitório, ainda que fossem as mulheres quem executassem o trabalho de triagem.

Quando discutido o processo de organização da produção, surgiram as diversas questões sobre como com o barracão e a infraestrutura necessária se daria a organização do grupo. Nesse ponto encontrou-se dificuldade de estabelecer um acordo. Parte colocava que a produção deveria continuar como ocorre atualmente (grupos de 2 a 3 pessoas) e parte discutia que o fluxo deveria ser contínuo e por isso a produção seria coletiva. Contudo, para uma produção coletiva toda a gestão deveria se adaptar a um novo modelo, desde quem fica em cada equipamento, às etapas do processo, até o pagamento.

Com esse conjunto de informações, voltou-se para o desenho do projeto propriamente dito, que depois foi apresentado aos associados para dar continuidade às ações e para que as questões da associação fossem registradas e, posteriormente apresentadas à prefeitura.

Avaliações

Se o caráter inicial de um diagnóstico seria estabelecer critérios para a elaboração do projeto e apresentar de modo educativo as questões que dizem respeito à associação e como tais pontos dizem respeito ao grupo como um todo, o elemento participativo possibilitou a realização de tais atividades e fez com que o número de informações, principalmente as intrínsecas ao seu funcionamento atual, pudessem ser reveladas. Os espaços criados para socialização dos problemas desempenharam

um papel condensador, e que a partir das questões, também foi possível se pensar em soluções coletivamente.

Dentro de um grupo que surge sem as condições mínimas, a criação desses espaços proporciona um objeto comum a todos, assim como objetivos a serem almejados. Foi observado que as discussões sobre o diagnóstico revelavam questões de organização interna que antes não haviam sido discutidas anteriormente pelo grupo. Por exemplo, o modo como a associação se organiza para a triagem do material, como cada associado percebe o espaço, ou então as relações de gênero.

Outro ganho diz respeito à introdução frente às questões de análise e planejamento. As oficinas realizadas mostraram-se propícias para a formação, pois o diagnóstico passou a ser utilizado como objeto materializador das relações que se estabelecem dentro da associação. A segunda oficina, linha do tempo, que inicialmente revelou a dificuldade em relação ao planejamento do espaço, passou a ser percebida de outro modo com o caminhar do diagnóstico. Cabia à associação, primeiramente, um olhar sobre seu funcionamento e problemas para entender o que atualmente funciona em uma organização da sua diretoria e, somente após compreender sua atual posição, o planejamento se apresentou como uma possibilidade viável de ser executada. Elementos foram levantados que possibilitassem compreender a intrincada relação de como a associação ocupa o espaço e, diretamente relacionado com o modelo de produção, suas relações internas. Ainda que pudesse ser modificado com o tempo, o desenho do projeto, a partir dos dados obtidos no diagnóstico, pode retratar as condições atuais e relações que a associação deseja para si. A conjunção desses fatores implicou em uma espécie de “retrato falado” da associação.

Quanto aos formadores que participaram do processo, foi possível compreender melhor a atual condição da associação e, a partir dos conflitos surgidos durante as oficinas, estabelecer diretrizes e elementos para o trabalho da incubadora com a associação. O processo pode ser compreendido como um elemento cíclico, em que a associação depende de uma estrutura para o funcionamento. Essa estrutura demanda investimentos da prefeitura, e a obtenção depende da organização do grupo que, conseqüentemente, tem dificuldade de se auto-organizar devido à carência de uma estrutura adequada ao seu funcionamento. Novamente voltou-se aos formadores a questão: como quebrar o ciclo?

No que diz respeito à etapa em que surgiu uma comissão para tratar do projeto, cabe ressaltar os seguintes aspectos: a equidade entre homens e mulheres que viessem a discutir o processo de projeto – elemento que no momento em que se

deu a oficina não foi adotado, mas que no decorrer do processo percebeu-se como uma questão de gênero. A facilidade de administrar e incentivar a interação em oficina com menos associados, mas que inviabilizam a socialização do debate promovido. Um possível espaço de fortalecimento e interação com grupo entre si e com formadores, desde que as ferramentas utilizadas durante o processo (desenhos, maquetes etc.) incentivem a atuação sem constrangimento.

O que a princípio seria um levantamento para formalização de necessidades da associação acabou por traduzir um aspecto que vai além da análise de dados. O diagnóstico participativo, associado ao desenho de projeto, tornou-se por fim uma ferramenta educativa para que a associação se aproprie e discuta suas questões e para que os formadores possam compreender melhor a dimensão da realidade dos trabalhadores.

Referências Bibliográficas

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flavio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JUNIOR, Antonio et al. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: Noções de Política Social Participativa**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.p.66-67.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ORTIZ, Marcos A. G. **Diagnóstico e Caracterização Ambiental**. Acessado em 27/05/2012 : <http://www.abdl.org.br/filemanager/list/68/>

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de grandes cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

MNCR MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis**. Mercado de trabalho: conjuntura e análise, Brasília, Novembro 2009.

IPEA - Mercado de SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, a crise financeira e os catadores de materiais recicláveis; Novembro, 2009.

Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos; Política Nacional de Resíduos Sólidos, LEI No 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

Prefeitura de campinas <http://www.campinas.sp.gov.br/> (acesso em 24/05/2012).

SEÇÃO 4



CONTRIBUIÇÕES DAS NOSSAS PARCERIAS

Economia Solidária, Formação e EJA: aproximações necessárias



Autoras: Carolina Orquiza Cherfem¹; Ivie Nunes de Santana²

Resumo

O presente artigo trata da relação entre a EJA (Educação de Jovens e Adultos) e a incubação de grupos populares inseridos no movimento de Economia Solidária. Por meio de uma reflexão em torno dos processos de qualificação e formação de trabalhadores na perspectiva da Economia Solidária, bem como da descrição da EJA em uma Cooperativa de Triagem de Materiais Recicláveis de Campinas, pretende-se avaliar a complementaridade entre a incubação e a educação de adultos para o exercício da organização autogestionária do empreendimento e de uma educação emancipadora para as cooperadas e os cooperados.

Palavras-chave: Formação, Educação de Jovens e Adultos - EJA, Incubação, Economia Solidária.

¹ Doutoranda em Educação pelo departamento de Ciências Sociais na Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). carolinacherfem@yahoo.com.br

² Mestre em Geografia pela UNICAMP, pesquisadora-extensionista da ITCP/UNICAMP, ivie@itcp.unicamp.br

Economia Solidária, Formação e EJA: aproximações necessárias

Introdução

Não é raro educadores e diferentes atores das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) se depararem, em seus trabalhos nos empreendimentos solidários com trabalhadores(as) analfabetos(as) ou de baixa escolaridade, causando dificuldades para a compreensão de algumas etapas dos processos de incubação.

Em contrapartida, os educadores das ITCPs observam um número considerável de aprendizados que esses trabalhadores(as) com baixos índices de escolaridade conseguem absorver, criar, recriar e construir ao longo das práticas de incubação e da experiência cotidiana dos empreendimentos solidários. E ainda observam uma série de aprendizados já adquiridos em diversas experiências de trabalho e de vida.

Com isso logo constatamos que por um lado não é necessário que os(as) trabalhadores(as) possuam um saber escolarizado para participarem e aprenderem nos empreendimentos solidários; mas por outro lado, identifica-se a necessidade de alguns saberes escolares, que poderiam potencializar o aprendizado e a compreensão nos empreendimentos, tanto no trabalho técnico exigido em cada um dos empreendimentos solidários, como também na participação política, seja no interior dos empreendimentos ou nas diversas ações da Economia Solidária³.

Em uma pesquisa anterior, desenvolvida em uma marcenaria formada por mulheres, notou-se que a Economia Solidária apresenta grande potencial em receber trabalhadores(as) com uma história de discriminação, mesmo aqueles(as) que não tiveram oportunidades de estudo e/ou que não apresentam experiências anteriores

³ De maneira geral, a Economia Solidária representa a união de pessoas em busca de geração de renda em distintos empreendimentos econômicos, defendendo uma forma de organização contrária à lógica do lucro, da exploração, da mais-valia e do sobre-trabalho, ao eliminar a figura de um proprietário único dos meios de produção e propor a construção da propriedade coletiva (CHERFEM, 2011).

no mercado de trabalho (CHERFEM, 2009). Contudo, paralelamente, revelou-se a necessidade de escolarização dos(as) trabalhadores(as) para o desenvolvimento de algumas atividades, o que indicou uma importante relação entre os campos da Economia Solidária e da Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EJA).

Um exemplo é o fato de as mulheres marceneiras, sujeitos da pesquisa acima referida, tentarem se aproximar da escola buscando aprendizados de matemática para a composição de orçamentos e leitura de desenhos técnicos. Porém, a escola não foi capaz de responder às demandas de aprendizagem das mulheres advindas do cotidiano de trabalho, o que revela que a EJA muitas vezes se encontra distante de atender às demandas dos(as) estudantes trabalhadores(as) (CHERFEM, 2009).

Conforme aponta Paulo Freire (2000), deveria caber à EJA fazer a conexão entre os saberes do cotidiano e das experiências diversas das pessoas adultas com os saberes escolares necessários ao mundo do trabalho, seja na Economia Solidária ou em qualquer outro trabalho. Contudo, nem sempre essa prerrogativa é desenvolvida na EJA.

Haddad e Di Pierro (2000) fazem uma retomada histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, mostrando como houve um “esvaziamento do direito social” da educação básica, que se estende nos dias atuais até à educação de pessoas adultas. Além disso, segundo os autores, observa-se em muitas experiências uma EJA que não contempla a possibilidade de participação plena na vida política, econômica e cultural do país, para que possam seguir aprendendo ao longo da vida.

Vemos que alguns conhecimentos escolares apresentam um papel fundamental para quem pretende ingressar no mundo do trabalho. Porém, como explicitam Haddad e Di Pierro (2000, p.126), não basta elevar a escolaridade da população sem elevar as “oportunidades de trabalho, transformação do perfil da distribuição de renda e da participação política da maioria dos brasileiros”. Além disso, o autor e a autora apontam para a necessidade de refletir sobre a formação de pessoas adultas para além da ótica desenvolvimentista que o país ganhou desde a era Vargas e que carrega suas marcas ainda nos dias atuais, ou seja, uma educação de adultos que não seja voltada somente à necessidade de mão de obra para desenvolver o país.

Diante disso nos perguntamos: que educação queremos para os jovens e adultos participantes da Economia Solidária? Como aliar desenvolvimento humano,

social, cultural e econômico às práticas escolares? Como aliar incubação com escolaridade visando ampliação da formação política e técnica dos trabalhadores dos empreendimentos solidários?

É em meio a essas problematizações e tensões sociais que este artigo se dedica a refletir sobre a formação de trabalhadores, com ênfase na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sua associação à Economia Solidária. Para isso, é enfatizada, na primeira parte, uma discussão teórica em torno de como a Economia Solidária vem entendendo a formação de trabalhadores na contradição entre qualificação para o mercado capitalista e formação para um empreendimento solidário.

Já num segundo momento, há apresentação e descrição de uma experiência prática da ITCP Unicamp⁴ ao desenvolver a EJA como complementação das atividades de incubação numa Cooperativa de Reciclagem na cidade de Campinas. Tal experiência vem se desenvolvendo na tentativa de construir alguns caminhos para essas inquietações aproximando as demandas por conhecimentos escolares do trabalho na cooperativa. Ao final, o artigo apresenta algumas considerações ainda iniciais sobre o tema, já que as autoras seguem ampliando suas práticas e estudos nos campos teóricos deste artigo.

Formação de trabalhadores na perspectiva da Economia Solidária

Embora seja um tema relativamente novo e com poucos estudos, encontramos alguns artigos e investigações que tratam da necessidade de formação de trabalhadores no contexto da Economia Solidária. Os materiais que discutem a questão em seu lado teórico revelam e criticam o fato de os(as) trabalhadores(as) da Economia Solidária serem pessoas que foram excluídas dos processos de escolarização, ficando marginalizadas e a mercê do mercado de trabalho (SINGER, 2005; MELLO, 2005).

Autoras como Kruppa (2005); Tiriba e Fischer (2009); Mello (2005) apontam que a formação para a Economia Solidária é extremamente complexa, na medida em que é distinta da qualificação para o mercado capitalista. As autoras explicam que os(as) trabalhadores(as) da primeira são exatamente os(as) excluídos(as) da segunda, com uma série de necessidades pela sobrevivência. Dessa forma, não

⁴ A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp (ITCP Unicamp) existe desde 2001 e atualmente atua na formação de empreendimentos associativos e solidários nas cadeiras de resíduos sólidos, agricultura familiar e construção civil. Possui como princípios norteadores do trabalho de incubação junto aos grupos a Autogestão e a Educação Popular. Ver Wirth; Chabes; Rodrigues; 2011.

existe uma formação específica prévia para os(as) trabalhadores(as) dos empreendimentos de Economia Solidária.

Cabe esclarecer que quando nos referimos à Economia Solidária falamos em termos de *formação* e quando nos referimos ao mercado capitalista falamos em termos de *qualificação*. Tal diferenciação faz-se necessária uma vez que o termo *qualificação profissional* de trabalhadores relaciona-se a uma construção social que busca adequar o trabalhador a um perfil do mercado de trabalho, estando atrelada à segregação do trabalho manual e intelectual/técnico. Diferente do que busca a *formação* nos empreendimentos solidários onde o foco é a aprendizagem para a ampliação dos conhecimentos que beneficiam todo o empreendimento, seja esse conhecimento técnico para a participação política ou para a organização coletiva.

Segundo Neves e Leite (1998), o debate conceitual em torno da qualificação profissional ganhou destaque na sociologia do trabalho, sobretudo após a década de 1990, com os novos contornos das formas de organização do trabalho após a reestruturação produtiva⁵. Nesse processo, as empresas passaram a requisitar mão de obra qualificada, apontando um novo perfil que exigia heterogeneidade e diversidade da classe trabalhadora. Dessa forma, o parâmetro de qualificação do(a) trabalhador(a) passou a lhe requisitar novos saberes técnicos e competências pessoais (além de mínima escolaridade, compreensão de matemática básica e interpretação de texto, passaram a exigir atenção concentrada, capacidade de comunicação, etc.).

As autoras enfatizam que as mudanças em direção a uma inovação paradigmática trouxeram uma nova concepção para a classe trabalhadora, reforçando a divisão do trabalho onde “alguns poucos são mais especializados e qualificados e uma maioria desqualificada” (NEVES; LEITE, 1998, p.11). Nesse processo, trabalhadores(as) braçais e outros que exerciam atividades com menores exigências técnicas, por exemplo, foram considerados não qualificados e, conseqüentemente, não remunerados e valorizados como os trabalhadores compreendidos como qualificados.

⁵ Segundo Araújo (2004, p.2), a reestruturação produtiva significa a emergência de um novo padrão de acumulação que passou a “reorientar o conjunto das relações sociais, transformando não apenas a organização da produção, os mercados e as relações de trabalho, mas reconfigurando o mundo do trabalho e a própria classe trabalhadora”. Em outras palavras, tratam-se de novos mecanismos que exigiram um trabalhador polivalente, participativo, qualificado e flexível, como justificativa para um trabalhador moderno e diferente do trabalhador assalariado do fordismo.

Tal processo implica em uma divisão social da força de trabalho em que a dominação da técnica tornou-se uma disputa. Neves e Leite (1998, p.11) apontam que, de uma maneira ampla, “a qualificação do trabalhador compõe um conjunto de saberes escolares, técnicos e sociais, que o tornam capacitado profissionalmente”. No entanto, essa capacitação acaba sendo condicionada às relações econômicas (ibid.).

Um breve olhar sobre a história da qualificação de trabalhadores no Brasil indica, de um lado, a prioridade do conhecimento a uma elite privilegiada educada para o trabalho qualificado; e no outro extremo, uma população sem escolarização que fica a mercê dos processos de industrialização do país, bem como das demandas dos mercados. Embora essa mão de obra seja extremamente necessária para o desenvolvimento do país, não qualificá-la corresponde à divisão social histórica do trabalho. Assim, os(as) trabalhadores(as) recebem a qualificação que o mercado lhes reserva, ajustando-lhes às suas necessidades. A educação de adultos no Brasil acompanha historicamente esse processo.

Primeiramente, no Brasil Colônia, a ação educativa girava em torno dos missionários religiosos que tinham a tarefa de educar os índios passando-lhes os valores da igreja católica. Na primeira República, começou-se a falar em educação primária, mas garantiu-se a formação das elites com vias ao ensino superior. Num segundo momento histórico, a era Vargas ampliou a preocupação com a escolaridade, principalmente das pessoas adultas. Tratou-se de um momento onde centralizar políticas educativas para qualificar a classe trabalhadora correspondia ao objetivo de conseguir força de trabalho para o desenvolvimento dos projetos nacionais propostos pelo governo federal (HADDAD; DI PIERRO, 2000). Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p.111), nesse período, “a educação de adultos passava a ser condição necessária para que o Brasil se realizasse como nação desenvolvida”.

Na sequência, o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (JK) abriu o mercado nacional para as empresas transnacionais e para a intensificação da mecanização do campo, tendo como consequência um plano de educação profissionalizante. Após o governo de JK, João Goulart manteve a mesma estratégia desenvolvimentista. Entretanto, nesse período surgiu também a atuação de educadores e políticos progressistas que iniciaram um novo olhar para a educação de pessoas adultas no país. Destaca-se a influência do educador Paulo Freire, responsável por organizar um método de alfabetização preocupado com a conscientização da

população e não apenas com a mão-de-obra para o trabalho que geraria desenvolvimento ao país. Freire ficou conhecido pela *educação com o povo e para o povo*, enfatizando politicamente as desigualdades de classe existentes historicamente na educação de pessoas adultas no Brasil, defendendo uma educação que contemple a possibilidade de participação na vida política, econômica e cultural do país, para que seja possível aprender continuamente ao longo da vida. Foram vários os projetos e campanhas desenvolvidos nesse período, os quais ficaram conhecidos como Educação Popular, mas foram drasticamente barrados pela repressão da ditadura.

O avanço do país no que se refere à educação aconteceu com a Constituição de 1988, a qual descreve a educação como direito de todos, visando “o desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (HADDAD; DI PIERRO, 2000). Além disso, afirmou a educação como dever do Estado.

Após esse período, os governos neoliberais, com a justificativa de contenção dos recursos públicos, enfatizaram a importância da educação obrigatória dos 07 aos 14 anos, relegando a educação de adultos e a educação profissional à sociedade civil (ibid.).

Observa-se nesse breve histórico que há uma articulação entre qualificação profissional e educação de jovens e adultos no país, voltada a questões econômicas e aos processos de produção de bens e serviços dominados pelo mercado de trabalho. Trata-se de uma qualificação com fins econômicos, distante de uma formação que contemplaria uma “educação-processo”, tal como apontamos como necessária aos empreendimentos solidários e que se aproxima dos ideais da educação de adultos apresentada por Paulo Freire⁶. Nessa perspectiva, busca-se a conexão entre os saberes do cotidiano e das experiências diversas das pessoas adultas, com os saberes escolares necessários a cada empreendimento solidário.

Kruppa (2005), a fim de sistematizar essa “formação para a Economia Solidária”, descreve suas três principais dimensões: **a) uma formação técnica** – necessária a cada empreendimento seguindo as especificidades e complexidade de cada um; **b) uma formação social e política** – que permita uma base para a reflexão sobre a relação capital-trabalho e mantenha a característica de movimento social que impulsiona a luta de classe e contra diferentes desigualdades que permeiam nos

⁶ Para aprofundar a temática da Educação de Adultos pautada em Paulo Freire indicamos as seguintes obras do autor: *Pedagogia da Esperança*; *Pedagogia do Oprimido*; *Pedagogia da Indignação*: cartas pedagógicas e outros escritos; *A sombra desta Mangueira*.

empreendimentos; **c) uma formação cultural e moral** – base necessária para manter o trabalho solidário e coletivo apesar das contradições do mercado capitalista.

Para Singer (2005, p.19), o que acontece na Economia Solidária é que “trabalhadores, aparentemente simples e incultos, recebem empresas quebradas e as recuperam”, ou assumem a gerência de cooperativas sem ter tido essa experiência anteriormente. É na prática cotidiana que formadores das agências de fomento e trabalhadores vão aprendendo como fazer isso coletivamente, porém precisam aprender a se formar seguindo as três dimensões indicadas por Kruppa (2005).

Do ponto de vista da formação para o trabalho solidário, ficam evidentes as dificuldades que os(as) trabalhadores(as) necessitam enfrentar, na medida em que a história da construção social da qualificação de trabalhadores no país acompanha o desenvolvimento econômico e não a aquisição crítica de conhecimentos para a autonomia humana. Soma-se a isso, os poucos recursos e poucos profissionais especializados para o desenvolvimento desta formação.

Identifica-se ainda que entre os empreendimentos também existem exigências formativas divergentes. Não se pode comparar, por exemplo, os requisitos de formação de uma fábrica recuperada com os de uma cooperativa de reciclagem, onde o trabalho se baseia na separação de materiais (plástico, papel, vidro, etc.). Com isso, não estamos afirmando que o trabalho em uma cooperativa de reciclagem exige pouca habilidade dos(as) trabalhadores(as), mas evidenciando que são de naturezas e processos distintos, o que torna o tema ainda mais complexo.

Na tentativa de buscar meios para suprir em parte essa demanda por formação, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) apresenta essa preocupação em uma das linhas de seu projeto de ação. Essa linha denomina-se **“Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária”**. A proposta inclui: **a) Construção de Centros de Formação em Economia Solidária**; **b) Inclusão da Economia Solidária no Plano Nacional de Qualificação - PNQ**; **c) Articulação entre Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos - EJA**.

Em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a SENAES também realizou, em Brasília, no ano de 2005, a I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária. A oficina contou com a participação de 40 representantes de 22 estados diferentes, pertencentes a entidades de apoio e

fomento, empreendimentos, redes de articulação em nível regional e nacional, incubadoras universitárias, entre outros. Ao final do relatório dessa Oficina, os participantes reconheceram que ainda não existe uma política bem estruturada para a formação em Economia Solidária, sendo os processos formativos fragmentados e pouco abrangentes.

Ainda que haja lacunas, há que se considerar a tentativa de formação por parte da SENAES. Porém, podemos afirmar que se trata de ações ainda esparsas e insipientes. Nota-se a ineficiência dos programas para atingir o objetivo de formar trabalhadores com a complexidade exigida pela Economia Solidária (CHERFEM, 2011).

Ao falarmos dessa complexidade, referimo-nos a uma série de necessidades apresentadas pelos(as) trabalhadores(as) no cotidiano dos empreendimentos, tais como necessidade de escolarização, muitas vezes desde a alfabetização; necessidade de educação crítica para a participação política; necessidade de informações sobre políticas públicas e legislação; de instrumentalização técnica para o empreendimento e para o domínio da informática; de formação para a gestão coletiva e para que a auto-organização aconteça de forma a priorizar o diálogo entre os cooperados; entre outras (isso sem considerar as dificuldades de privação de direitos básicos a que esses(as) trabalhadores(as) estão submetidos(as) e que influenciam a prática de trabalho cotidiana, tal como a falta de acesso à saúde pública, a creches e a boas escolas para os filhos, ausência de moradia adequada etc.).

Na maioria dos casos, todas essas demandas formativas dos empreendimentos solidários acabam ficando sob a responsabilidade das agências de fomento que acompanham os empreendimentos, as quais, sem recursos para projetos específicos, tentam desenvolver diferentes projetos seguindo as possibilidades que criam junto aos grupos incubados.

É o caso da ITCP Unicamp, que a fim de ampliar a formação das cooperadas e cooperados de uma Cooperativa de Reciclagem, e diante da demanda dos mesmos por aumento da escolaridade para maior compreensão de algumas etapas produtivas do empreendimento, iniciou um projeto de EJA no interior da própria cooperativa, tal como descrevemos a seguir.

EJA na Cooperativa de Reciclagem Bom Sucesso

A Cooperativa Bom Sucesso atua na área de resíduos sólidos desde o ano de 2002 como membro do Programa de Coleta Seletiva do município de Campinas

(SP). Tal Programa surgiu em decorrência do fechamento dos lixões como política estatal, momento em que os(as) antigos(as) trabalhadores(as) do lixão tiveram que se organizar para montar cooperativas. Desde o início da formação da Cooperativa a ITCP Unicamp atua junto ao empreendimento. Atualmente, a cooperativa conta com 18 pessoas, sendo 16 mulheres e 2 homens.

Em 2010, durante um processo de planejamento das ações com o grupo, surgiu uma demanda por formação das cooperadas e cooperados, e mais especificamente, por formação na área de informática. Embora essa demanda fosse permanente na cooperativa, naquele momento ela foi atrelada a uma discussão mais ampla, a da formação como condição necessária para o revezamento de funções administrativas dentro da cooperativa, uma vez que há mais de três anos as pessoas responsáveis pelos cargos de diretoria eram as mesmas e havia grande resistência, por parte do restante do grupo, em assumir tais funções, alegando falta de conhecimento ou incapacidade para fazê-lo.

Nota-se que a ausência de escolaridade e de domínio de aprendizagens de informática, por exemplo, acaba implicando na divisão social do trabalho no interior da cooperativa, visto que esse tipo de conhecimento poderá definir uma presidência ou atividade de liderança, impedindo a divisão de tarefas almejada pelos processos de organização coletiva. Contudo, o diferencial nesse processo é a possibilidade de demandar esse aprendizado com vistas a que essa rotatividade possa vir a acontecer.

Além do tema da formação, as outras demandas apresentadas continuaram sendo trabalhadas pela incubação, mais especificamente os seguintes temas: a) organização da produção; b) melhorias das condições de trabalho e c) representação da cooperativa junto a órgãos públicos e outros atores. Tais demandas, no entanto, foram compreendidas como fundamentais naquele momento, sendo inviável abarcar as demandas específicas por formação técnica ou escolar no período da incubação.

Contudo, paralelamente a esse processo de incubação da Cooperativa Bom Sucesso, a ITCP Unicamp dava início à discussão sobre a realização de EJA nas cooperativas de reciclagem, por se tratar de uma demanda presente em distintas cooperativas em que ela atua. Tal discussão foi também influenciada pelo trabalho de outro coletivo de extensão da Unicamp, o Programa “Universidade Popular” (UP), que realizava EJA em Assentamentos Rurais.

A Incubadora pensou então em expandir esse trabalho relacionado à EJA, incorporando, dessa forma, as cooperativas de reciclagem. Para tanto, escreveu um

projeto solicitando auxílio financeiro da Pró-Reitoria de Extensão da Unicamp (PREAC).

Na expectativa pela aprovação do projeto, foi realizado inicialmente um diagnóstico na cooperativa Bom Sucesso a fim de levantar as demandas específicas por formação. Esse diagnóstico compreendia questões sobre escolaridade, trabalho e família e foi orientado pela abordagem domiciliar, uma vez que era objetivo do projeto incluir, se possível, pessoas da comunidade do entorno da cooperativa.

Nesse breve diagnóstico observou-se que duas mulheres, com idades acima de 50 anos, estudaram por cerca de três anos, apenas durante a infância. Ambas trabalhavam na lavoura e não tiveram a escolaridade como eixo central em suas vidas. Para elas, a demanda apresentada se referiu à alfabetização em Português e Matemática.

Já a maior parte das cooperadas, com idades entre 35 e 50 anos, estudou até as séries iniciais do ensino fundamental. Para elas, a demanda dizia respeito a ampliação dos conhecimentos existentes, e a capacidade de ler um texto inteiro podendo compreendê-lo e interpretá-lo, a escrita correta das palavras, ou seja, seguindo as normas gramaticais, bem como a compreensão de contas simples e regra de três de Matemática.

Cabe ressaltar que a escolarização matemática foi a maior demanda das cooperadas, por dois principais motivos. Primeiramente, para a melhoria da vida cotidiana, pois comentaram que “passavam vergonha” quando queriam fazer compras e não sabiam reconhecer ao certo o preço dos produtos. Outro motivo refere-se à necessidade de maior compreensão das atividades da cooperativa, principalmente no que tange a leitura das planilhas financeiras e de pagamento da cooperativa. As participantes comentaram que todo final de mês a presidenta conversa sobre os gastos e demandas da cooperativa, e muitas vezes elas não conseguem acompanhar a informação.

Com as demandas sistematizadas, o trabalho de educação de adultos foi iniciado na Cooperativa Bom Sucesso. Formou-se uma equipe mista de formadores, composta por cinco estudantes de diferentes áreas do conhecimento da Unicamp, que atuam ou na ITCP ou no grupo de extensão Universidade Popular (UP) e que, portanto, são formados para o trabalho de EJA nesses coletivos⁷. Após o início do

⁷ O UP nasceu no ano de 2007, em meio a greve e indignação com a gestão e ensino universitários. O coletivo desenvolve projetos, principalmente com o MST da regional de Campinas, seguindo a proposta de um grupo de estudantes militantes em trabalhar com Educação Popular. A primeira demanda que os trabalhadores assentados apresentaram ao UP foi a alfabetização de adultos nos assentamentos.

trabalho, o projeto escrito foi aprovado pela PREAC, financiando os deslocamentos da equipe.

A cooperativa foi escolhida como local para a realização das atividades, uma vez que as cooperadas que se propuseram a estudar já estariam no local. A carga horária definida foi de 2 horas semanais, divididas entre terças e quintas-feiras, das 16h às 17h. Com o passar do tempo, as cooperadas pediram para mudar o horário para a parte da manhã, das 7h às 8h, já que neste período estão menos cansadas do trabalho e, segundo elas, “com a cabeça mais fresca para estudar”.

O pouco tempo que seria dedicado a essa aprendizagem deveu-se pelas possibilidades encontradas. As mulheres trabalham o dia todo por volta de 8 horas. Trata-se de um trabalho pesado e exaustivo, sendo que suas jornadas de trabalho não se findam quando vão embora, pois precisam cuidar de suas casas, buscar os filhos na escola, entre outras atividades que fazem parte do trabalho reprodutivo dessas mulheres.

Além disso, destaca-se a escolha do aprendizado na própria cooperativa, visto que elas já se deslocam a esse espaço diariamente e a motivação para estudar seria maior. Observa-se que o horário e local escolhidos foram as possibilidades encontradas para viabilizar a participação de mulheres nas atividades de educação de adultos. Cabe destacar que essa é uma preocupação recorrente da EJA, pois para que ela aconteça com êxito é preciso se adequar às condições dos estudantes trabalhadores, homens ou mulheres, seguindo a viabilidade de tempo e deslocamento em coerência com o trabalho cotidiano de cada grupo de pessoas adultas que deseja voltar a estudar.

As atividades escolares passaram então a ser organizadas de acordo com o nível de aprendizado e demanda de cada cooperada. Com a ida de duas formadoras a cada atividade, a equipe se organizou para trabalhar com dois grupos distintos, sendo um em fase inicial de alfabetização e outro em fase de ampliação da leitura e escrita.

No grupo da alfabetização, o principal método adotado advém dos princípios da Educação Popular conforme propostos e disseminados pela obra de Paulo Freire⁸. O ponto de partida foi o universo vocabular das educandas e as palavras geradoras

⁸ Ver, entre outros: Pedagogia da Autonomia, Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos e Freire, P. e Macedo, D. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra 2002.

presentes em seu cotidiano e definidas juntamente com elas. A ideia inicial era discutir sobre as palavras que seriam trabalhadas, implicando certos sentidos às mesmas sem que as palavras fossem somente repetição, mostrando que a alfabetização pode ampliar a leitura crítica de mundo das pessoas.

Assim, cada palavra geradora era discutida e debatida para depois ser escrita seguindo o método da silabação em famílias (por exemplo: na palavra lixo, primeiro discutia-se o significado da palavra e depois ela era dividida nas famílias do la - le - li - lo - lu e do xa - xe - xi - xo - xu. Depois novas palavras podiam ser criadas com essas famílias, como lixa, luxo, xale etc. E novamente o significado dessas palavras eram discutidos e problematizados com o grupo).

Já no segundo grupo, com o desenvolvimento de atividades de leitura e escrita, o projeto concentrou-se na leitura e produção de textos. As dúvidas das educandas eram trabalhadas de acordo com as dificuldades identificadas na realização das atividades. Nessas atividades buscamos a leitura crítica e ampliação da leitura da palavra para a leitura de mundo. Os principais temas trabalhados foram: trabalho coletivo e cooperativo, educação ambiental, relações de gênero, reciclagem, poemas sobre a vida cotidiana e sobre o amor, festas e datas comemorativas, entre outros. A esses temas também eram incorporadas as demandas que aparecem no cotidiano do trabalho: leitura de planilhas, participação política em atividades da cooperativa, elaboração de documentos, ministração de palestras sobre a reciclagem, compreensão da lei de coleta seletiva, etc.

Os textos selecionados para o projeto foram importantes recursos didáticos tanto para a formação voltada para a leitura ortográfica, como para a leitura da crítica sociedade. Foram trabalhados textos que propiciavam reflexões a partir da condição de mulher, mãe, dona de casa, trabalhadora da área de reciclagem e educanda. As reflexões desenvolviam um vínculo direto com suas histórias de vida e esses relatos se constituíam, por sua vez, em elementos para se trabalhar a produção de novos textos.

As cooperadas gostaram muito de ler e perceber os erros que cometem durante a leitura. Contudo, tiveram grandes dificuldades de escrever e produzir os seus próprios textos. No início elas apresentaram dificuldades para compreender e interpretar os textos, o que causava também o medo em escrever. Uma forma encontrada para que elas exercitassem mais a atividade da escrita foi trabalhar com

os livros da autora e escritora Carolina Maria de Jesus. Essa autora é uma catadora que, após ser revelada por um jornalista, passou a publicar os diários que contava a vida de uma favelada catadora de papel. As educandas se identificaram com as histórias e com a linguagem simplificada da autora e, a partir dessas atividades, passaram a escrever um pouco mais.

Para exemplificar o trabalho com Matemática, a base foi trabalhar com jornais que apresentavam preços de produtos, relacionando-os então com o dinheiro, em coerência com a aprendizagem de pessoas adultas. Também trabalhamos com problemas simples e outros mais complexos que tratavam do cotidiano das mulheres e da cooperativa, são exemplos: 1) Quantos anos você tinha quando o seu filho nasceu (cada um dos seus filhos) e qual é a diferença de idade entre você e os seus filhos? 2) Quanto custa a nossa hora de trabalho (quanto ganho por mês? E por dia? E por hora?)

Com o avanço do trabalho, novos temas foram surgindo no espaço de formação da EJA, especialmente os relacionados ao trabalho de incubação. Nesse sentido, ocorreram situações em que assuntos tratados no espaço de incubação foram levados como questões a serem tratadas no espaço da EJA. Essa articulação, feita pelas próprias cooperadas, chamou atenção para um potencial na proposta formativa que relaciona EJA e Economia Solidária.

Um bom exemplo dessa situação se deu quando a equipe de incubação discutiu a possibilidade de a Cooperativa Bom Sucesso desenvolver um sistema de coleta seletiva própria para que fosse remunerada pelo serviço, tal como uma empresa de limpeza urbana. Durante a atividade de incubação, o grupo fez uma discussão mais limitada sobre as condições necessárias para se organizar esse sistema de coleta e não apresentou, nesse momento, dúvidas estruturais ou opiniões sobre a proposta. Na semana seguinte à atividade de incubação, o tema surgiu no espaço da EJA, como uma preocupação das cooperadas em terem de se adaptar a esse sistema sem se sentirem preparadas para tanto. Na aula de EJA, no entanto, foi possível trabalhar um texto do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR) que trazia uma série de informações sobre a apropriação da coleta seletiva pelos catadores, o que ampliou tanto as vantagens que as educandas passaram a ver nesse processo, como as críticas que já vinham fazendo.

Concluimos com esse e outros exemplos vivenciados, que os trabalhos realizados nos dois espaços (EJA e Incubação da ITCP) passaram a se relacionar,

uma vez que um trabalho complementava e potencializava o outro, tanto no que se refere à formação das cooperadas para o trabalho no empreendimento, como no que se refere à ampliação das possibilidades metodológicas do trabalho de incubação.

No primeiro caso, notou-se que as atividades de EJA possibilitaram maior participação das cooperadas no cotidiano da Cooperativa Bom Sucesso, com argumentos mais consistentes e informativos nas discussões, como também maior participação política, pois aos poucos foram ganhando mais autonomia para participar dos espaços e para falar em público. Além disso, destacam-se os resultados diretos da formação em EJA, como o avanço das cooperadas no processo de alfabetização, leitura, compreensão e produção de textos e palavras, e ampliação do conhecimento matemático. As educandas estão produzindo mais textos e melhoraram significativamente na interpretação e leitura crítica dos conteúdos lidos.

No segundo caso, notou-se que a metodologia da EJA, pautada em relações de diálogo e comunicação com a formação em pequenos grupos, auxiliou na criação de novas possibilidades para a incubação. Além disso, a ITCP Unicamp vem estruturando cada vez mais as discussões de EJA em suas outras equipes de formadores, ampliando a possibilidade de relacionar a formação instrumental escolar a outros processos de incubação.

Observou-se ainda que essa articulação entre EJA e Economia Solidária pode ampliar os dois espaços de luta em termos de políticas públicas. A ITCP Unicamp, por exemplo, passou a levar a experiência do projeto e enfatizar a importância de escolarização dos catadores junto às ações do amplo movimento social dos catadores em que participa. Também incorporou a discussão como pauta para a estruturação do Projeto de Economia Solidária na cidade de Campinas. Dessa forma, ainda que seja uma experiência localizada e em processo de desenvolvimento, aponta para uma articulação importante e que pode ser ampliada.

Considerações Finais

Ao finalizar este artigo salientamos que a aproximação entre a EJA e a Economia Solidária pode render frutos positivos para o êxito dos empreendimentos solidários. Contudo, vale ressaltar que não se trata de qualquer EJA, mas de uma educação de adultos que possa relacionar efetivamente os aprendizados, práticas e saberes do mundo do trabalho solidário com os saberes escolares de forma a privilegiar:

a) a autonomia dos cooperados e cooperadas e o diálogo nas relações entre formadores e estudantes, bem como entre os próprios estudantes; b) os processos de formação política, cultural e técnica de trabalhadores que contribuam para a ampliação de informações e conhecimentos acerca dos trabalhos que realizam.

No entanto, diante das inúmeras demandas que a população dos empreendimentos solidários apresenta, sejam elas de ordem estrutural (condições de trabalho, moradia, saúde, etc.), ou formativas, bem como diante de tantas dificuldades também encontradas nesta experiência (entre elas, dificuldades de participação dos estudantes em alguns momentos, que muitas vezes deixam de ir às aulas diante de outras prioridades de subsistência; de planejamento das aulas por parte dos formadores pela precariedade do trabalho, etc.), consideramos importante enfatizar a responsabilidade do Estado na construção de políticas públicas que priorizem o direito à educação de qualidade para jovens e adultos.

Observa-se que parte da demanda de formação para a Economia Solidária seria facilitada se os cooperados pudessem ter vivenciado ao longo de suas trajetórias uma formação escolar crítica que lhes apresentasse o trabalho coletivo como opção, o que acaba sendo uma contribuição importante da Economia Solidária para a EJA. Por outro lado, enquanto isso não acontece, a Incubadora não pode ignorar a demanda e exatamente por isso, vem desenvolvendo o projeto de EJA com catadores conforme descrito neste artigo. Além desta, outras iniciativas vêm sendo pontualmente realizadas pela ITCP, mas com grandes dificuldades pela inexistência de verba e redes de apoio estatais para tal.

A ITCP Unicamp compreende que a EJA não é o foco do trabalho de incubação que ela realiza, mas frente às realidades encontradas nos empreendimentos e frente às demandas formativas dos trabalhadores, entende que projetos como estes contribuem significativamente com o processo que visa à emancipação dos cooperados e a viabilidade econômica dos empreendimentos.

A partir dos resultados positivos que a experiência vem construindo, bem como das dificuldades enfrentadas, considera-se importante ampliar projetos como estes por meio de financiamentos adequados e, por exemplo, por meio de um grande projeto que articule diferentes cooperativas de reciclagem, com remuneração justa para profissionais que trabalhariam no mesmo e seguindo as especificidades e demandas desse público específico ao buscar a continuidade de seus estudos.

Dessa forma, o artigo buscou contribuir com reflexões sobre a formação de trabalhadores na Economia Solidária, já que na idealização de uma nova proposta de

organização autogestionária e coletiva, também precisa ser construído um novo educar-se em solidariedade, mas com instrumentalização e formação capazes de garantir a luta pela vida no e pelo trabalho.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **Os sentidos do Trabalho da Mulher no contexto da Reestruturação Produtiva**. XV International Congress Women'n Health Issues. São Pedro, 2004. p. 1-24.

CHERFEM, Carolina Orquiza. **Mulheres marceneiras e autogestão na economia solidária: aspectos transformadores e obstáculos a serem transpostos na incubação em assentamento rural**. Dissertação de mestrado. São Carlos: UFSCar, 2009.

_____. **Condições de Trabalho e Relações Sociais de Sexo em Cooperativas Populares: análise da Formação e Qualificação Profissional em Empreendimentos Solidários**. Texto de Qualificação do doutorado: Campinas – Unicamp, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Editora Unesp, 2000. 5 ed.

HADDAD Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. In **Revista Brasileira de Educação**: São Paulo, 2000, n°14, p. 108-130.

KRUPPA, Sônia M. Portella. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano. In KRUPPA, Sônia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

MELLO, Sylvia Leser de. Saber e fazer, fazer e aprender: escola itinerante, política pública e Economia Solidária. In KRUPPA, Sônia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

NEVES, Magda de A.; LEITE, Marcia de Paula (orgs.). **Trabalho, Qualificação e Formação Profissional**. Série II Congresso Latino Americano de Sociologia do Trabalho. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara. Saberes do trabalho associado. In CATTANI, Antonio, D. LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Editora Almedina, 2009. p.293-298.

WIRTH, Ioli; CHABES, Marcos Lourenço; RODRIGUES, Tessy Priscila Pavan. **Educação Popular e Autogestão: alguns elementos para metodologia de incubação**. In Coletiva – reflexões sobre incubação e autogestão. Campinas, SP: Unicamp. Instituto de Economia, 2011.



Autogestão e tecnologia social: utopia e engajamento¹

Autora: Lais S. Fraga²

Seres programados para aprender e que necessitam do ‘amanhã’ como o peixe da água, mulheres e homens se tornam seres ‘roubados’ se lhes nega a condição de partícipes da produção do amanhã. Todo amanhã, porém, sobre o que se pensa e para cuja realização se luta implica necessariamente o sonho e a utopia. **Não há amanhã sem projeto, sem sonho, sem utopia, sem esperança, sem o trabalho da criação e desenvolvimento de possibilidades que viabilizem a sua concretização. (FREIRE, 2001, p. 85)**

Resumo

Este texto aborda a relação entre tecnologia social e a economia solidária que, embora trazida em alguns momentos por ambos os campos, tem sido deixada de lado até então. Este texto tem o intuito de aproximar as temáticas e, por um lado, trazer a utopia para os “exatos” e, por outro, apontar a necessidade de incorporar a variável tecnológica nos projetos de longo prazo dos “humanos”. Mais do que colocar questões para as ciências exatas ou humanas, o texto tenta evidenciar a necessidade de uma atuação multidisciplinar de professores, pesquisadores, extensionistas, gestores e apoiadores de grupos populares e movimentos sociais. Na tentativa de aproximar os dois campos de ação e reflexão, o texto está estruturado em quatro partes. Na primeira delas, será abordado o tema da economia solidária e da autogestão como seu fundamento. Na segunda, o debate sobre a tecnologia social e a necessidade de um engajamento tecnológico. Na terceira parte será abordada a necessária relação entre economia solidária e tecnologia social. Por fim, na quarta e última parte, discutiremos alguns dos desafios para a concretização da relação entre os temas.

Palavras-chave: autogestão; tecnologia social; economia solidária.

¹ Publicado originalmente em Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária. Vol. 1. Editora Outras Expressões, São Paulo, 2011.

² Graduada em Engenharia de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas, é mestre e doutora em Política Científica e Tecnológica pela mesma universidade. Foi formadora da ITCP/UNICAMP entre 2004 e 2011. Foi sub-coordenadora e professora do curso de Especialização em Economia Solidária e Tecnologia Social da Unicamp.

Autogestão e tecnologia social: utopia e engajamento

Introdução

Abordaremos neste texto a relação entre tecnologia social e a economia solidária. Essa relação, embora colocada em alguns momentos por ambos os campos, tem sido deixada de lado até então. Este texto tem o intuito de aproximar as temáticas e, por um lado, trazer a utopia para o campo da tecnologia social e para os ‘exatos’ e, por outro, apontar a necessidade de incorporar a variável tecnológica nos projetos de longo prazo dos ‘humanos’. Mais do que colocar questões para as ciências exatas ou humanas, o texto tenta evidenciar a necessidade de uma atuação multidisciplinar de professores, pesquisadores, extensionistas, gestores e apoiadores de grupos populares e movimentos sociais.

Na tentativa de aproximar os dois campos de ação e reflexão, o texto está estruturado em quatro partes. Na primeira delas, será abordado o tema da economia solidária e da autogestão como seu fundamento. Na segunda, o debate sobre a tecnologia social e a necessidade de um engajamento tecnológico. Na terceira parte será abordada a necessária relação entre economia solidária e tecnologia social. Por fim, na quarta e última parte, discutiremos alguns dos desafios para a concretização da relação entre os temas.

Economia solidária: a autogestão como fundamento

Passados mais de dez anos de teoria e prática, muito tem se escrito sobre a economia solidária. Há interessantes revisões conceituais sobre o tema (CRUZ, 2006), além dos já clássicos autores (SINGER, 2002a; LAVILLE; FRANÇA FILHO, 2004; CORAGGIO, 2007, entre outros). Mas há também uma percepção de que a economia solidária, seguindo o exemplo de termos como desenvolvimento sustentável³ ou educação popular⁴, tornou-se um grande guarda chuva que acolhe ideias e, principalmente, práticas muito distintas.

³ Ver Theis e Meneghel (2006)

⁴ Ver Efrem Filho (2008).

Para aproximar o tema da tecnologia social ao da economia solidária, é preciso entender melhor o que há sob esse guarda chuva. Num recente artigo (BATISTA; NOVAES, 2011, p. 194), por meio de uma revisão bibliográfica, é possível compreender a heterogeneidade teórica do campo. Numa tentativa de categorizar as diferenças, são apresentadas algumas correntes da economia solidária. Neste artigo, são apresentadas três perspectivas que nos auxiliam na compreensão do que é a economia solidária no Brasil hoje. Numa primeira corrente, os seus principais autores apontam para uma complementaridade entre capitalismo e economia solidária. Na segunda, a economia solidária é vista como uma possibilidade de superação gradual do capitalismo. Numa terceira perspectiva, a economia solidária estaria inscrita na luta histórica dos trabalhadores na qual a autogestão⁵ se apresenta como meio e fim dessa luta.

Este artigo se inscreve na terceira perspectiva que pode ser sintetizada de acordo com a citação a seguir:

Para os autores filiados à perspectiva da autogestão, parcelas da Economia Solidária realizam a autogestão possível e têm potencial para contribuir com a autogestão necessária, num contexto de unificação das lutas dos trabalhadores rumo a uma sociedade para além do capital. Nesse sentido, se opõem à concepção de Singer (2002a), que concebe a superação gradual do modo de produção capitalista por meio da economia solidária e rejeitam a hipótese de Laville e França-Filho (2004), sobre a perspectiva de complementaridade entre capitalismo e Economia Solidária. Segundo essa compreensão de autogestão, as organizações de trabalho associado estão em constante tensão com a lógica do capital dominante. O desafio estaria então na superação do trabalho alienado e todos os seus corolários. (BATISTA; NOVAES, 2011, p. 205).

Nesse sentido, a economia solidária se apresenta como um espaço de reflexão, de luta, de construção de possibilidades no qual a prática da autogestão traz a ‘viabilidade prática’ das utopias. Compreender o que a economia solidária é hoje (em números, suas formas associativas, ramos produtivos, construção de subjetividades, etc.) é muito importante para o exercício de projetar cenários possíveis.

No entanto, pensar o futuro não é “futurologismo”, é pensar como queremos que o mundo seja, é pensar como construir o futuro da maneira que desejamos.

⁵ Sobre o termo “autogestão” consultar Guillem e Bourdet (1976). Sobre a aproximação entre economia solidária e autogestão, consultar Nascimento (2008), Faria (2005) e Novaes (2011).

Essas técnicas (de construção de cenários) têm sido usadas para pensar modelos globais (clube de Roma, modelo Bariloche e outros) e foi importante até meados dos anos 80. A partir dessa época, com a avalanche neoliberal, o planejamento é deixado de lado, tendo como fundamento a ideia de que o mercado seria capaz de resolver os problemas da sociedade. Essa ideia seguiu dominante por algumas décadas, mas a resistência e a negação ao neoliberalismo estão colocadas há algum tempo⁶. Ainda assim, parece que não planejamos a longo prazo.

Um dos cenários trazidos pela economia solidária é a alternativa de incluir os “excluídos”. Diante da constatação que mais de 50% da população trabalha na informalidade, alguns autores defendem a possibilidade de incluir a massa de informais na economia formal (DEDECCA; BALTAR, 1997). Esse caminho não nos parece possível muito menos desejado.

Por isso, o ponto de partida deste artigo é o entendimento da economia solidária, ademais da luta diária dos trabalhadores e trabalhadoras pela sobrevivência e de resistência a tudo que lhes é imposto, como uma possibilidade de superação do capitalismo, isto é, como um horizonte de longo prazo, quiçá, um projeto de sociedade.

Esse projeto, no entanto, não é apenas uma utopia abstrata e distante. O que a economia solidária traz à tona é a autogestão como utopia concreta. Como coloca Bernardo (2005),

(...) sem a autogestão das lutas a autogestão da sociedade jamais será possível. Todavia, não se trata de projectar uma utopia num futuro longínquo. Pelo contrário, trata-se de afirmar uma presença imediata, porque qualquer experiência de autogestão constitui, por si só, uma ruptura com as regras do jogo do Estado capitalista. Ao mesmo tempo em que é a condição para generalizar a autogestão, o fato de gerir a própria luta é a demonstração da viabilidade prática das relações sociais anticapitalistas, igualitárias e colectivistas. (BERNARDO, 2005, p. 3)

O cenário desejado nos parece ser a construção de uma sociedade organizada por “produtores livremente associados” como apontava Marx. No entanto, a autogestão traz a necessidade da construção de cenários a partir de outros pilares, sem deixar de lado o planejamento necessário. Nas palavras de Mészáros

Os que desprezam a própria ideia de planejamento, em virtude da implosão soviética, estão muito enganados, pois a sustentabilidade de uma ordem

⁶ Sobre a resistência ao neoliberalismo na América Latina, ver Quijano (2002).

global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma *democracia substantiva* pelos produtores livremente associados (MÉSZÁROS, 2004, p.45 apud NOVAES, 2011)

Em síntese, a breve aproximação com o tema da economia solidária aqui colocada não tem o intuito de esgotar o debate sobre suas possibilidades⁷, mas sim apontar que o que ela pode ter de transformador é a capacidade de projetar o futuro sem nos perdermos nas empoeiradas doutrinas de esquerda. **Nesse sentido, a economia solidária, por meio de seu principal fundamento, a autogestão, torna possível a inscrição de um projeto de sociedade na prática cotidiana nas diversas esferas da produção e da reprodução da vida.** Retomaremos essa ideia no decorrer deste artigo.

Tecnologia social e o engajamento tecnológico

Esta seção do texto tem como objetivo aprofundar o entendimento sobre tecnologia social por meio de dois caminhos. No primeiro deles, será apresentado o debate teórico sobre o tema, enquanto no segundo, será abordada a perspectivas dos grupos populares e suas necessidades tecnológicas.

O debate conceitual sobre tecnologia social é um tema recente para a academia. A ideia de alternativa tecnológica, no entanto, é bem mais antiga. **Já com Gandhi, na década de 1920 havia um debate entre a tecnologia tradicional e a tecnologia moderna (LASSANCE Jr. et al., 2004).** A figura 1 mostra a bandeira da Índia usada durante o movimento pela independência do país. Nela, está presente uma roca de fiar, símbolo de resistência contra a dominação inglesa.

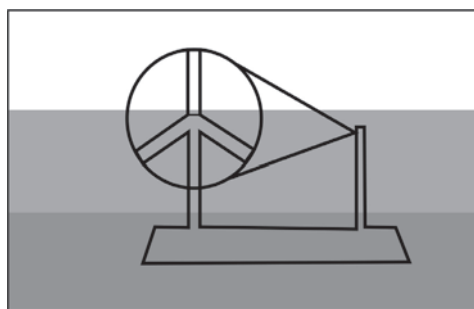


Figura 1 - Bandeira da Índia com o símbolo da roca de fiar.
Fonte: Wikipedia.

⁷ Pois seria necessário aprofundar debates como os feito por Luxerburgo (1970)

Na década de 1970, esse movimento ganha grandes proporções com pesquisas, debates e projetos de intervenção da tecnologia apropriada⁸. Basicamente, a tecnologia apropriada consistia na ideia de os países de capitalismo central (ou países de 1º mundo, na época) desenvolverem tecnologias apropriadas ao contexto dos países de capitalismo periférico (ou países de 3º mundo), tentando resolver problemas básicos da população mais pobre por meio de tecnologias simples, baratas e “acessíveis”. Nessa época muitos bancos de tecnologias apropriadas foram criados dentro de um modelo ofertista linear de inovação⁹ (de maneira muito resumida, mais ciência geraria mais tecnologia que geraria necessariamente efeitos positivos para a sociedade). Ainda hoje quando falamos de tecnologia social, a ideia por traz do conceito de Tecnologia Apropriada (TA) aparece.

Paralelamente a esse caminho, surgem os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia¹⁰, campo multidisciplinar que busca ‘abrir a caixa preta da ciência e da tecnologia’. O surgimento desse campo coincide com os questionamentos da sociedade em relação à ciência e à tecnologia no contexto do pós-guerra. O conhecido projeto *Manhattan* (que gerou a bomba atômica) e os desastres naturais relacionados ao desenvolvimento tecnocientífico, entre outros eventos, trouxeram à tona a pergunta: a ciência e a tecnologia geram apenas efeitos positivos? Para responder a essas questões, diferentes pensadores em diferentes localidades se debruçaram sobre o tema. Nos EUA os estudos tinham como foco as consequências da ciência e da tecnologia, enquanto na Europa a preocupação era com seus determinantes. Na América Latina, pensadores como Amílcar Herrera, Oscar Varsavisky e Jorge Sábato, entre outros, se debruçaram sobre a relação entre política e ciência e tecnologia, discutindo modelos de desenvolvimento e propondo caminhos para superação das desigualdades tão características da realidade latino-americana.

É dessa diversidade que surge a tecnologia social, pois para sua compreensão e, principalmente, para sua concretização, é preciso um olhar multidisciplinar (da educação, da economia, da sociologia, da engenharia etc.) que seja capaz de perceber o acúmulo prático e teórico sobre o tema¹¹. Desse acúmulo, trataremos brevemente de duas dimensões para então chegarmos ao conceito de tecnologia social.

⁸ Sobre a temática de Tecnologia Apropriada, sua história e conceituação, ver Cruvinel (2001). Ver também o livro clássico de Schumacher (1983) sobre o tema.

⁹ Ver mais em Dias (2005).

¹⁰ Contribuições importantes sobre o tema, especialmente sobre a sociologia da tecnologia, podem ser encontradas em Thomas e Buch (2008).

¹¹ Os artigos “Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social” e “Construção do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social” em DAGNINO (2010) explicitam as diferentes contribuições e o percurso histórico percorrido para chegar à tecnologia social.

A primeira delas é suposta neutralidade da tecnologia. Dizer que **a ciência e a tecnologia não são neutras**, não é uma afirmação trivial. Dagnino (2008) aprofunda essa questão no trecho a seguir:

A idéia da neutralidade parte de um juízo fundacional difuso, ao mesmo tempo descritivo e normativo, mas abarcante e potente, de que a C&T não se relaciona com o contexto no qual é gerada. Mais do que isto, que permanecer dele sempre isolada é um objetivo e uma regra da “boa ciência”. E, finalmente, que ela pode de fato ser isolada. Ao entender o ambiente de produção científico-tecnológica como separado do contexto social, político e econômico, esta ideia torna impossível a percepção de que os interesses dos atores sociais de alguma forma envolvidos com o desenvolvimento da C&T possam determinar a sua trajetória. (DAGNINO, 2008).

A neutralidade tecnocientífica acarreta a percepção da tecnociência como uma verdade que não é passível de questionamento, uma verdade única e intrinsecamente positiva para a humanidade¹². Também pela mesma lógica, a tecnologia pode ser vista de maneira descontextualizada e, portanto, universal.

A outra dimensão é o determinismo tecnológico. Esse é um debate bastante complexo¹³, mas de maneira resumida, podemos dizer que os seus partidários entendem o desenvolvimento tecnológico como um caminho linear inexorável e a tecnologia como tendo uma lógica autônoma regida pela eficácia e pela eficiência (FEENBERG, 2010). Segundo essa lógica, a última tecnologia desenvolvida seria sempre melhor que a tecnologia anterior. Mais do que isso, essa visão entende que o desenvolvimento da sociedade é determinado pelo desenvolvimento tecnológico.

A negação dessas duas visões sobre a tecnologia, da qual parte este artigo, entende a ciência e a tecnologia como construções sociais que incorporam os valores e interesses do contexto no qual são desenvolvidas. A partir desses pressupostos, Dagnino (2010) propõe uma definição para tecnologia social

Ela [a tecnologia social] seria o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação

¹² Sobre a temática da neutralidade, ver mais em Dagnino (2008) e Pestre (1996).

¹³ Ver Dagnino (2008).

(de um tipo voluntário e participativo), que permite uma modificação no produto gerado passível de ser apropriada segundo a decisão do coletivo. (DAGNINO, 2010, p. 210).

Escolhemos destacar esse conceito, pelo fato de o autor evidenciar o **ator**, nesse caso um coletivo de produtores, que executa uma ação, uma **modificação no processo de trabalho** e que se **apropria do excedente** gerado. Fica evidente também, não apenas pelo conceito, mas pelo texto como um todo, que o autor entende a tecnologia como uma estratégia rumo a um estilo alternativo de desenvolvimento. Embora existam outros conceitos de tecnologia social, tradicionalmente o ator está fora da conceituação, o que reforça a ideia de neutralidade e a sua consequente descontextualização.

Para além do debate teórico, podem ser chamadas de tecnologia social as soluções que têm surgido a partir das necessidades tecnológicas de grupos populares. Nesse sentido, não se trata de desvalorizar o debate teórico, mas sim de tentar conectá-lo a uma linha de práticas de resistência tecnológica, como a já citada experiência da Índia.

Feenberg (2010) aborda essa questão quando diz que

As pessoas afetadas pelas mudanças tecnológicas, às vezes, protestam ou inovam de maneira a lhes permitirem maior participação e controle democrático no futuro. Onde era possível silenciar toda oposição a projetos técnicos, apelando para o progresso, hoje as comunidades se mobilizam para fazer seus desejos conhecidos (FEENBERG, 2010, p. 64)

Nesse sentido, a resistência tecnológica pode ser percebida na luta da agricultura familiar na perspectiva de escolherem a maneira como querem plantar, colher e processar os alimentos, colocando a agroecologia como alternativa à revolução verde¹⁴. Pode também ser vista na luta de indígenas, quilombolas e ribeirinhos protegendo seus territórios de grandes obras como usinas hidrelétricas. Pode ser vista na luta por moradia aliada à participação na concepção do projeto arquitetônico e na construção em mutirões autogeridos¹⁵. Pode ser vista na luta dos

¹⁴ Ver a Plataforma da Via Campesina para a Agricultura em: <http://www.mst.org.br/Via-Campesina-apresenta-plataforma-para-agricultura>

¹⁵ Ver o trabalho do coletivo Usina em <http://www.usinactah.org.br/>

catadores e cooperativas de triagem de materiais recicláveis de organizar o trabalho a partir da autogestão, modificando as tecnologias existentes.

Os exemplos são muitos e abordar o tema da tecnologia social ignorando-os parece um erro. Isso porque, se a tecnologia social parte da superação da tecnologia apropriada, isto é, não entende como adequado que universidades, institutos públicos de pesquisa ou organizações da sociedade civil devam escolher o problema a ser enfrentado e construir soluções tecnológicas de maneira isolada dos usuários-produtores, essas formas de resistências podem ser o ponto de partida para o desenvolvimento de tecnologia social.

Se há grupos na sociedade reivindicando o direito de participar na concepção e *design* de tecnologias que influenciam diretamente as suas vidas, são eles que, em contato com a academia e com financiamento público para o desenvolvimento científico tecnológico específico para essas ações, poderão dar força para a ideia de engajamento tecnológico. Nesse sentido, Feenberg (2010) propõe uma teoria crítica da tecnologia que “abre a possibilidade de pensar em tais escolhas [tecnológicas] e de submetê-las a controles mais democráticos.” (FEENBERG 2010, p. 63).

Assim, para além do debate teórico e da descrição das experiências existentes, a tecnologia social retoma a ideia de uma democracia para além da democracia política representativa. Por isso, podemos dizer que tecnologia social hoje se refere a uma resistência tecnológica e um engajamento para construção de soluções técnicas adequadas (segundo seus próprios critérios) para grupos populares.

Por fim, Feenberg diz que

A tecnologia é uma das maiores fontes de poder nas sociedades modernas. Quando as decisões que afetam nosso dia a dia são discutidas, a democracia política é inteiramente obscurecida pelo enorme poder exercido pelos senhores dos sistemas técnicos (...). Eles possuem muito mais controle sobre os padrões de crescimento urbano, o desenho das habitações, dos sistemas de transporte, a seleção das inovações, sobre nossa experiência como empregados, pacientes e consumidores do que o conjunto de todas as instituições governamentais da sociedade.” (FEENBERG, 2010, p.69)

Aqui, os dois caminhos que foram traçados neste artigo (teórico e do ponto de vista das necessidades tecnológicas de grupos populares) se encontram. Ambas as perspectivas apontam a necessidade de um engajamento tecnológico. Trata-se, portanto, de reconhecer a importância da variável tecnológica nas lutas anticapitalistas.

A necessária relação entre Tecnologia Social e Economia Solidária

Com a apresentação sobre os dois temas, a pergunta que este artigo busca responder é: qual a relação entre tecnologia social e economia solidária? A resposta para essa pergunta coloca uma relação de duas vias, pois, se por um lado a tecnologia social precisa da economia solidária como um projeto de sociedade, como um projeto de longo prazo, por outro lado, a economia solidária precisa da tecnologia social para se tornar uma alternativa viável ao capitalismo. Nas próximas seções, a resposta a esse questionamento será melhor desenvolvida.

A tecnologia social precisa da economia solidária

Como já foi abordada neste texto, **a tecnologia não pode ser entendida como um artefato isolado, mas sim como um sistema sociotécnico.** Isso significa dizer que ela se relaciona com diversos aspectos da sociedade (ambiente, cultura, política, economia) não apenas gerando efeitos na sociedade, mas também sendo resultado desses aspectos. Não é possível pensar a tecnologia sem pensar a sociedade na qual está inserida.

Por isso, pensar em tecnologia social sem pensar em projeto de sociedade é se restringir a soluções pontuais e paliativas que não dão respostas para a superação de suas causas. Além disso, buscar soluções tecnológicas para necessidades populares sem a efetiva participação do usuário-produtor (a exemplo do movimento de tecnologia apropriada) não irá gerar tecnologias que sejam compatíveis com o engajamento tecnológico anteriormente abordado. É nesse sentido que a economia solidária se coloca como necessária para o desenvolvimento da tecnologia social. Em primeiro lugar, a economia solidária evidencia necessidades concretas de desenvolvimento tecnológico para grupos populares (para a agricultura familiar, coleta, triagem e reciclagem de resíduos sólidos etc.). Aliada às demandas concretas, tem-se a autogestão que aponta caminhos (inclusive de método, mas não apenas) para a consolidação de um engajamento sociotécnico. Por fim, e aqui está o ponto central, a economia solidária coloca um horizonte a de longo prazo: um projeto de sociedade.

Aliar o desenvolvimento de tecnologia social à economia solidária permite não perder o horizonte, não deixar de seguir a utopia da superação dessa sociedade desigual e injusta. É disso que se trata a Economia Solidária, pois mesmo com suas

limitações, ela alimenta a utopia e possibilita o pensar sobre o futuro. E o cenário futuro que este projeto traz à tona é quando os grupos populares sejam responsáveis pela produção, circulação e consumo. É quando o trabalho produtivo e reprodutivo for trabalho autogerido pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras. É a autogestão em todos os âmbitos da vida. E, nesse sentido, a tecnologia social também precisa ser entendida tanto como uma resistência para o agora, mas também como uma utopia: a construção de sistemas sociotécnicos coerentes com um horizonte de longo prazo e não apenas de artefatos isolados.

A economia solidária precisa da tecnologia social

Por outro lado, para a economia solidária se tornar viável enquanto projeto de sociedade ela precisará da tecnologia social, ela precisará de tecnologias adequadas a ela. Mas o que isso significa? Significa tecnologias que sejam condizentes com os valores da economia solidária. Em especial, a autogestão enquanto modelo de sociedade depende fortemente de tecnologias que não mantenham as estruturas de poder na sociedade. **A superação do trabalho alienado demanda uma tecnologia que não seja hierárquica, alienante, nem que segmente o trabalho e que não possibilite a compreensão do trabalhador sobre seu trabalho; demanda uma tecnologia que possibilite o controle e o trabalho coletivos, que seja ambientalmente sustentável, que tenha em conta o respeito à saúde do trabalhador, que promova relações igualitárias de gênero etc.**

O que alguns autores (NOVAES, 2007; DAGNINO, 2010; NEDER, 2011; FEENBERG, 2010) têm colocado é que essa preocupação ainda não é prioritária para a economia solidária e nem para outros movimentos de resistência e setores da esquerda. **Esses mesmos autores trazem questionamentos sobre a necessidade de pensar para além da apropriação dos meios de produção.** Nesse sentido, evidenciam a necessidade de uma nova plataforma cognitiva para uma nova plataforma civilizacional.

Essa nova plataforma cognitiva, no entanto, não pode partir do zero. Na maioria das vezes, as tecnologias disponíveis não são compatíveis com a autogestão (e isso é bastante evidente no trabalho com grupos populares). No entanto, mesmo não sendo compatível, é preciso haver um processo de adequação dessas tecnologias, o que chamamos de Adequação Sociotécnica.

A Adequação Sociotécnica é um processo coletivo (entre técnicos, pesquisadores, engenheiros e trabalhadores e trabalhadoras) de reprojeto das

tecnologias existentes ou de desenvolvimento de novas tecnologias segundo os valores e interesses do coletivo de trabalhadores. E é desse processo que surge a possibilidade de construir uma plataforma cognitiva coerente com a autogestão.

Os desafios

Colocada a relação entre tecnologia social e economia solidária, serão apresentados brevemente alguns desafios relacionados à concretização da proposta trazida por este artigo. Esses desafios são obstáculos que têm sido evidenciados em práticas que tentam articular economia solidária e tecnologia social e têm trazido à tona esses obstáculos através da reflexão sobre suas práticas de educação popular e de pesquisa-ação com grupos populares. Experiências como o coletivo de arquitetos Usina¹⁶ (Centro de Trabalhos Para o Ambiente Habitado), o Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária e Produção e Tecnologia¹⁷ da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de Campinas e o Núcleo de Solidariedade Técnica¹⁸ da Universidade Federal do Rio de Janeiro são algumas delas.

Escolhemos centrar em três desafios: a visão de ciência e tecnologia, a necessidade de formação de engenheiros, técnicos e arquitetos e a disputa por uma Política Científica e Tecnológica coerente com a economia solidária e a tecnologia social.

Visões distorcidas da ciência e da tecnologia

A maioria das pessoas que pensam uma sociedade mais justa, não se questiona sobre a necessidade de repensar a ciência e a tecnologia. De maneira geral, a ideia de que mais ciência seria sempre algo positivo e que geraria benefícios para a sociedade predomina no senso comum. A partir dessa visão, seria necessário apenas reivindicar maior investimento em ciência e tecnologia e ampliação do acesso a tecnologias existentes para os excluídos (e aqui estão os grupos populares). Na economia solidária essa visão se coloca com frequência na reivindicação de tecnologias mais modernas e eficientes. Essa visão se fundamenta em duas ideias já desenvolvidas

¹⁶ <http://www.usinactah.org.br/>

¹⁷ <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/?q=node/19>

¹⁸ <http://www.soltec.ufrj.br/>

aqui: a neutralidade científica e o determinismo tecnológico. Por isso, um primeiro desafio é a superação dessa visão de ciência e de tecnologia para a compreensão das complexas relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

É nesse sentido que os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia apontam para a participação pública nas decisões sobre o controle do desenvolvimento da tecnociência e também na sua avaliação. Por sua vez, a participação pública aponta para a necessidade de uma educação tecnocientífica coerente com os pressupostos do campo. A tecnociência, quando considerada a partir de sua interação com a sociedade, pressupõe uma educação tecnocientífica que apresente a tecnociência como condicionada por valores e interesses e, por isso, passível de questionamento e permeada por escolhas.

Alavancar uma sociedade alternativa, baseada em outros valores, interesses e atores, exige uma reflexão profunda sobre a neutralidade da tecnociência e a relação que esta tem com as forças que estruturam a sociedade.

Engenheiros, tecnólogos, arquitetos não sabem produzir tecnologias sociais

O desenvolvimento da tecnologia social depende de engenheiros, tecnólogos e arquitetos capazes de compreender as relações entre ciência, tecnologia e sociedade. No entanto, a formação desses profissionais é focada no trabalho e no desenvolvimento de tecnologias para e com as empresas multinacionais e não para grupos populares¹⁹.

O debate sobre a formação do desses profissionais tem se dado principalmente em relação ao anacronismo/inadequação do currículo das diversas modalidades de engenharia e, frequentemente, a solução encontrada é a adição de conteúdos humanísticos ao currículo para uma atuação ética.

A grande maioria das críticas à formação do engenheiro sugere adição de conteúdos e/ou disciplinas com formatos alternativos (participativas, integradoras), mas não questionam pontos característicos da forma de ensinar engenharia. Até que ponto essa maneira de ensinar, de organizar os conteúdos, de uma forma muito sutil, quase subliminar, não está passando para os estudantes uma visão segmentada, autoritária e elitista?

¹⁹ Ver Fraga (2007).

Até que ponto, a velha e mal discutida separação entre as ciências humanas e exatas não legitima a ideia de que a realidade pode ser fragmentada? A ideia de partir de um conhecimento técnico geral, abstrato, que serviria para qualquer atuação, parece estar baseada em uma supervalorização da própria engenharia em relação às outras atividades técnicas que não passaram pelo “pedágio” dos primeiros anos de engenharia. O engenheiro é um profissional que trabalha essencialmente com a prática, mas, diferentemente de um trabalhador de chão de fábrica ou de um técnico, possui uma carga teórica que o diferencia e o qualifica. Sua atividade, a atividade tecnológica, é diferente da atividade artesanal por ter uma carga teórica, uma carga científica, que precede a prática. Ensinar adotando a separação entre teoria e prática passa a ser então um modo de buscar essa diferenciação do saber empírico em relação ao saber científico. Além disso, a ideia de que existe um núcleo científico-teórico comum, universal, que serviria a um grande número de aplicações reforça o tecnicismo dos cursos de engenharia.

Essas questões evidenciam um segundo desafio: formar engenheiros²⁰, técnicos e arquitetos dentro da racionalidade sociotécnica e que, com isso, compreendam a necessidade do diálogo com diferentes grupos sociais e, em especial, com trabalhadores e trabalhadoras, para a construção de soluções tecnológicas para grupos populares.

Inexistência de uma política nacional de ciência e tecnologia para o desenvolvimento social

Por fim, trazemos uma questão muito importante para a viabilidade do desenvolvimento de tecnologia social para a economia solidária. Para além da resistência tecnológica e da economia solidária, é preciso uma reorientação da Política Científica e Tecnológica (PCT) que dê suporte para essas experiências.

A crítica à desfuncionalidade da PCT brasileira tem sido objeto de diversos pesquisadores (DAGNINO, 2010; BAGATTOLLI, 2008). Como já foi citado anteriormente, autores latino-americanos já se preocupavam na década de 1970 com a PCT e a nossa condição periférica. Ainda hoje, há aqueles que acreditam que a atual PCT pode conduzir o país ao desenvolvimento social e diminuição das desigualdades. No entanto, em um movimento recente da PCT brasileira, a temática

²⁰ Sobre a atuação de engenheiros com grupos populares, ver Fraga, Vasconcellos e Silveira (2007).

de ciência e tecnologia para o desenvolvimento social foi incluída na agenda dos principais atores públicos envolvidos com o tema.

Existe hoje uma Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social (SECIS) e algumas ações da Financiadora de Estudos e Projeto (Finep) e outros órgãos federais para o desenvolvimento de tecnologia social. Fonseca (2010) apresenta um estudo sobre a Política de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social entre 2003 e 2008. Ele destaca que a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnologia é dividida em quatro eixos e o quarto é Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.

Dagnino e Bagattolli (2010) sobre essas ações, dizem

A inserção da temática C&T para o Desenvolvimento Social entre as quatro prioridades estratégicas do Programa de Aceleração do Crescimento (...) é um indicativo da crescente consciência que possui a comunidade de pesquisa e os demais envolvidos com a Política de CT&I acerca da necessidade de torná-la mais coerente com o esforço que realiza o país de promover o atendimento às demandas sociais. (DAGNINO; BAGATTOLLI, 2010, p. 285).

No entanto, esse esforço parece ainda não ser suficiente. É importante ressaltar, nesse sentido, que, comparado com o orçamento geral para ciência e tecnologia, o gasto público com ciência e tecnologia para o desenvolvimento social, isto é, com temas relacionados à tecnologia social, é de apenas 3% (FONSECA, 2010).

De acordo com essa análise, Dagnino e Bagattolli (2010) apontam que para transformar tecnologia social em política pública seria necessário diminuir o poder político dos demais atores (empresas, governo ou estado e comunidade de pesquisa) e aumentar o poder relativo dos movimentos sociais na conformação da agenda da PCT. Além disso, seria necessário alterar o próprio modelo cognitivo da PCT, pois é ele que determina tanto as agendas quanto o peso político dos demais atores.

O trabalho de Fonseca (2010) traz elementos muito importantes para o debate aqui iniciado. O autor reafirma a necessidade de uma mudança profunda na PCT

Não bastam mudanças pontuais. É preciso mudar elementos centrais do processo que engendra a Tecnologia Convencional cuja operação supõe e garante a subordinação e a apropriação privada do excedente. A Tecnologia Convencional não pode ser, simplesmente, “usada” para promover a inclu-

são social. Para promover mudanças efetivas é preciso alterar o processo de elaboração (formulação, implementação e avaliação) de políticas nos seus elementos centrais. (FONSECA, 2010, p. 201).

E acrescenta que essa mudança não parece ser um ‘jogo ganho’ uma vez que

Dentro do jogo social de disputas, inclusive pelo domínio sobre o Estado, nenhum grupo social irá produzir políticas para toda a sociedade. Aqueles atores com mais força terão maior capacidade de conduzir a formação da agenda decisória a seu favor. O específico na PCT é que ela é elaborada sob domínio do modelo cognitivo do mesmo grupo social que irá se beneficiar da política, a comunidade de pesquisa. No entanto, a inversão da lógica da PCT não se dará primeiro pelo convencimento da comunidade científica, mas sim pela inserção de novos atores na construção da agenda, tornando-a mais democrática. (FONSECA, 2010, p. 211).

E isso aponta para o terceiro desafio: a disputa da PCT brasileira também como horizonte para os partidários da tecnologia social e da economia solidária. Trata-se de evidenciar as necessidades tecnológicas e reivindicar recursos (financeiros, humanos, materiais) para viabilizar processos de Adequação Sócio-técnica com e para os grupos populares e movimentos sociais.

Considerações finais

O papel da Universidade dentro dessa relação necessária entre tecnologia social e economia solidária é, então, formar profissionais e produzir conhecimentos que sejam compatíveis com esse projeto de sociedade, a serviço da autogestão e de uma sociedade para além do capital.

No entanto, essa relação precisa se dar por meio do contato direto de alunos e professores com as necessidades populares, através de uma prática dialógica de construção de conhecimento e de luta conjunta. A universidade, através do ensino, da pesquisa e da extensão deve ser uma porta aberta para a os grupos populares, para os movimentos sociais, para que estes entrem na universidade e evidenciem essa ‘delinquência acadêmica’ de que nos falava Maurício Tragtenberg.

Para esse desafio de fortalecimento da economia solidária enquanto prática da autogestão e da tecnologia social enquanto busca por sistemas sociotécnicos

coerentes com esse projeto de sociedade, a universidade não pode ser aquela que apenas analisa a sociedade, mas sim aquela que também atua junto com as iniciativas populares. Nas palavras de Freire (1987) “Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa. A causa de sua libertação.” (1987, p.92).

E desse compromisso que surgem experiências conectadas de tecnologia social e de economia solidária. Por enquanto, são experiências pontuais e paliativas, embora urgentes. A urgência, no entanto, não pode levar a possibilidades pouco ambiciosas. É dela que emerge a utopia de uma política científica e tecnológica a serviço das necessidades populares.

Referências bibliográficas

BERNARDO, João. A autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas. **Piá Piou!**, São Paulo, n. 3, nov. 2005.

BAGATTOLLI, Carolina. **Política Científica e Tecnológica & Dinâmica Inovativa no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2008 (dissertação de mestrado).

CORAGGIO, J. L. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, G. e AGUIAR, K. (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007. p. 67 – 89.

CRUVINEL, Flávio. **Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas - PTA: avaliação de um programa de desenvolvimento tecnológico induzido pelo CNPq**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2001. 171p. (Dissertação de Mestrado de Política e Gestão de Ciência e Tecnologia; CDS).

CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

DAGNINO, R. **Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. 279 p.

DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Komedi, 2010.

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flavio Cruvinel; NOVAES, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JUNIOR, Antonio et al. **Tecnologia**

social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64.

DEDECCA, Claudio Salvadori; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. especial, p.65-84, 1997.

DIAS, Rafael B. **A política científica e tecnológica latino-americana:** relações entre enfoques teóricos e projetos políticos. Campinas: UNICAMP, 2005 (Dissertação de mestrado).

EFREM FILHO, Roberto. **Paulo Freire e as armadilhas da hegemonia.** Revista Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3953>. Acesso em: 11 ago. 2008.

FARIA, Maurício Sardá de. **AUTOGESTÃO, COOPERATIVA, ECONOMIA SOLIDÁRIA::** avatares do trabalho e do capital.. 2005. 410 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia Política, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FEENBERG, Andrew. O que é a filosofia da tecnologia. In: NEDER, Ricardo T.. **A teoria crítica de andrew feenberg.** Brasília: Observatório do Movimento Pela Tecnologia Social Na América Latina / Cds / Unb / Capes, 2010. p. 51-65.

FONSECA, Rodrigo. **Política Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento Social:** uma análise do caso brasileiro. Campinas: Unicamp, 2010. (Tese de Doutorado em Política Científica e Tecnológica).

FRAGA, Lais Silveira. **O Curso de Graduação da Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP:** uma análise a partir da Educação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. 2007. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências, UNICAMP, Campinas, 2007.

FRAGA, Lais; VASCONCELLOS, Bruna; SILVEIRA, Ricardo. O engenheiro Educador. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 6., 2007, Rio de Janeiro. **Anais do V ENEDS.** São Paulo: Sem Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis.** São Paulo: Editora Unesp, 2001.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. **Autogestão:** uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

LAVILLE, J. L. e FRANÇA FILHO, G. C. **Economia Solidária, uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução,** Lisboa: Ed. Estampa, 1970.

NASCIMENTO, Claudio. Autogestão: economia solidária e utopia. **Otra Economía**, Buenos Aires, v. 2, n. 3, p.27-40, 2008. Disponível em: <<http://www.riless.org/otraeconomia/Nascimentoed3.html>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

NOVAES, Henrique Tahan. **O retorno do caracol a sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PESTRE, D.. **Por uma nova História Social e Cultural das Ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens**. Cadernos IG/UNICAMP, 1996 Vol. 6, no. 1, p. 356.

QUIJANO, Anibal. El nuevo imaginario anticapitalista. **América Latina En Movimiento**, p.14-22, 2002.

SCHUMACHER, E F. **Small is Beautiful: O NEGÓCIO é SER PEQUENO**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

SINGER, P. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In , *Boaventura de Sousa, Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

THEIS, Ivo M. ; MENEGHEL, Stella. M. Universidade, desenvolvimento e meio ambiente. In: Christoph Wulf; Newton A. P. Bryan. (Org.). **Desarrollo sostenible: conceptos y ejemplos de buenas prácticas en Europa y América Latina**. Münster: Waxmann Verlag GmbH, 2006, v. 22, p. 85-97.

THOMAS, Hernán; BUCH, Alfonso. **Actos, actores y artefactos: sociología de la tecnología**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2008. 296 p.

WIRTH, Ioli; FRAGA, Lais; NOVAES, Henrique T. Educação, trabalho e autogestão: limites e possibilidades da economia solidária. In: BATISTA, Eraldo Leme; NOVAES, Henrique Tahan. **Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI**. Bauru: Canal 6, 2011. p. 191-218.



Diálogos entre a produção autogestionária o espaço urbano e a economia solidária

Autores: Coletivo Usina¹

Resumo

O Coletivo Usina tem sido convidado com certa frequência para debater e colaborar com o movimento da Economia Solidária em diversos fóruns, cursos, trabalhos e pesquisas, sobretudo aqueles organizados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e o Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI), ambos da Unicamp. Acreditamos que o interesse dos militantes e pesquisadores da Economia Solidária e da Tecnologia Social pela produção autogerida na habitação deve-se ao fato desta trazer novidades e, talvez, indicar caminhos para superar algumas barreiras que as experiências solidárias não estavam, em geral, conseguindo ultrapassar. Com o objetivo de contribuir para o debate, o Coletivo Usina apresenta aqui alguns aspectos das práticas em que está envolvido, na tentativa de sistematizar em texto a interlocução que mantemos, de formas várias e por vezes dispersas, com os companheiros da Economia Solidária. Assim, este artigo pretende levantar elementos para uma análise crítica dessas experiências, explicar porque elegemos as causas da moradia, arquitetura e cidade como lugares de reflexão e ação e, por fim, traçar possíveis alianças teóricas, práticas e políticas com a Economia Solidária.

Palavras-chave: habitação popular; mutirão; autogestão; espaço urbano.

¹ A Usina CTAH (Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado) é um coletivo interdisciplinar que apoia os movimentos sem-teto de luta por moradia e sem-terra na produção de seu espaço construído (habitações, centros comunitários, escolas, praças etc.). Foi fundada em 1990 e atualmente é composto por doze arquitetos, um advogado, uma artista plástica, um cientista social e uma assistente social. Participaram mais diretamente da redação deste texto: Pedro Fiori Arantes, arquiteto; Sandro Barbosa de Oliveira, cientista social. <http://www.usinactah.org.br/>

Diálogos entre a produção autogestionária o espaço urbano e a economia solidária

Introdução: extensões da autogestão – do trabalho ao território

As práticas sociais autogestionárias fazem parte das formações sociais de diversas sociedades modernas. Ao se configurarem como uma das expressões inseridas nas contradições do modo de produção do capital, essas práticas demonstraram a possibilidade de integrar os(as) trabalhadores(as) no processo produtivo através de gestão, baseando-se em modos de autonomia e horizontalidade. Em sua constituição como categoria social, a autogestão se mostrou distinta no tocante às relações sociais baseadas em práticas heterogestionárias – que se referem à gestão pelo outro através de formas hierárquicas de dominação. Com um tipo específico de práxis social, demonstrou a necessidade não apenas de participação subjetiva dos(as) trabalhadores(as) nos processos de tomadas de decisão, mas de condições objetivas de integração entre planejamento e execução na transformação dos processos de produção.

As experiências autogestionárias, associativistas e cooperativistas estão presentes em diversos setores da economia, e ampliaram seu alcance em situações revolucionárias como as da Comuna de Paris de 1871, da Revolução Russa de 1917 e outras revoluções sociais ao longo do século XX. Em contrapartida, quando essas experiências ficam submetidas a situações em que há predominância do capital, acabam por se tornarem residuais e fragmentadas, lutando para sobreviver e continuar apresentando-se como um modo societário alternativo ao modelo dominante da empresa capitalista heterogestionária.

No Brasil contemporâneo, em diversos campos da produção – indústria, artesanato, reciclagem, agricultura e habitação – verifica-se a existência de experiências organizadas através dos princípios autogestionários², mesmo que ainda distantes da plena realização de seus potenciais, dado o contexto das relações de

² Há sete princípios da autogestão: 1º) Adesão voluntária e livre; 2º) Gestão democrática pelos membros; 3º) Participação econômica dos membros; 4º) Autonomia e independência; 5º) Educação, formação e informação; 6º) Intercooperação; e 7º) Interesse pela comunidade.

produção capitalista onde estão inseridas. Contudo, elas evidenciam caminhos, tortuosos mas necessários, no estabelecimento de relações sociais mais horizontais e democráticas, fundamentais no processo de construção progressiva do socialismo.

No caso das práticas autogestionárias em habitação, elas também são resultado de um processo desigual e predatório de urbanização acelerada que levou os pobres urbanos a procurar alternativas de sobrevivência nas periferias das cidades – das mais perversas às mais autonomistas. Esse forte processo de urbanização foi marcado por uma expressiva concentração populacional em regiões metropolitanas, com desigualdades no acesso a bens e serviços e elevados índices de pobreza, desemprego e violência urbana. Com efeito, as cidades cresceram sem que a maioria da população tivesse acesso adequado à moradia e à terra urbanizada, sem planejamento para que os serviços urbanos atendessem a todos com qualidade, enquanto as elites construíam bairros exclusivos para si, enfim, uma urbanização intensificadora de desigualdades. A moradia passou à condição de “problema social”, a princípio a ser enfrentado pelas reformas modernizadoras do capitalismo – que passou a pensar e projetar a “máquina de habitar” operária. Mas, como já havia percebido Engels no século XIX, o problema da habitação não é exclusivamente um problema de falta de moradia, mas de relações de propriedade e de produção; seu caráter de mercadoria (das mais caras), e não de direito social, passou a inviabilizar sua apropriação formal e com qualidade pela classe trabalhadora que precisou “se virar” para sobreviver, construir e habitar as cidades.

Na produção de habitações populares, as práticas associativistas mais avançadas ocorreram com a experiência dos “mutirões autogeridos” de São Paulo. Os movimentos que as protagonizam, desde os anos 1980, realizaram e ainda realizam uma disputa importante por novas políticas públicas, por meio da efetivação de direitos sociais e da gestão participativa dos fundos públicos como meios para a produção e apropriação democrática das cidades. O mutirão autogerido é descendente, embora distinto, das práticas tradicionais de mutirão de origem rural (a ajuda mútua entre as famílias de agricultores para construir a casa, o silo, o paiol etc.) e também da prática disseminada pelas periferias urbanas de ajuda mútua na “autoconstrução” da moradia pelo(a) trabalhador(a), com poupança própria, em geral em lote individual clandestino. Os mutirões autogeridos, quando surgem, apresentam-se como alternativa para a moradia popular, como uma forma de negação tanto dos grandes conjuntos habitacionais do regime militar, quanto da favelização das periferias urbanas. Ou

seja, eles nascem como uma deliberação política, simbólica e material de assumir a produção da cidade, de modo organizado e consciente, em suas próprias mãos, como iniciativa concomitante à construção de seu Partido (o Partido dos Trabalhadores), sua Central Sindical (a CUT) e seus diversos Movimentos populares (como o MST, a UMM, o MNLM, a CMP etc.).

Nos anos 1980, a luta saiu das fábricas e passou para as ruas e bairros, para a cidade como espaço da vida cotidiana e como *polis*, palco da política feita agora de baixo para cima, por novos personagens que entram em cena³. Tais lutas (por moradia, creche, transporte, saneamento, educação etc.) revelam a necessidade de conciliar cada vez mais as reivindicações da classe trabalhadora entre os chamados “mundo do trabalho” e “mundo da vida”, por meio de articulações que se deram dentro do Partido ou diretamente nas ações nos bairros das cidades.

Com base nesta breve contextualização, indagamos: o que as experiências de mutirões autogeridos na produção de habitação popular podem ainda contribuir com o conjunto da classe trabalhadora brasileira? O que essas práticas de produção de habitação e da própria cidade, através da autogestão por movimentos populares e coletivos interdisciplinares, apresentam de inovador ao debate da Economia Solidária? E vice-versa, o que essas experiências podem absorver com os temas e problemas pertinentes à causa da Economia Solidária?

A produção e apropriação da cidade: consciência, disputa e enfrentamento

O complexo fenômeno urbano⁴, a despeito de ter sido historicamente um tema secundário para o pensamento socialista, com raras exceções, é palco decisivo da luta de classes e influencia diretamente suas táticas e estratégias. Isso porque, a produção da cidade como grande artefato de consumo material e simbólico essencial à reprodução social dos(as) trabalhadores(as) é, por isso mesmo, meio e fim em sua luta por emancipação. As necessidades dos(as) trabalhadores(as) para poder viver

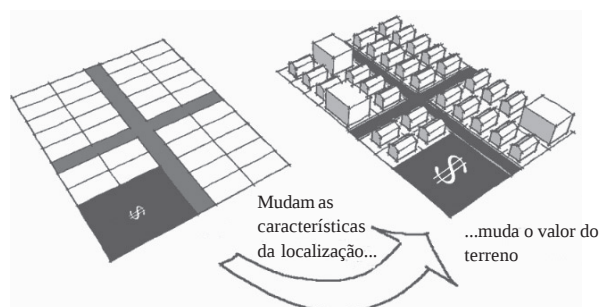
³ Eder Sader, *Quando novos personagens entram em cena*, São Paulo, Paz e Terra, 4ª Ed., 2011.

⁴ O termo urbano existe desde a antiguidade, mas o conceito é recente e não designa simplesmente a vida na cidade. Segundo Henri Lefebvre, o urbano designa uma forma geral da reunião, da simultaneidade, e do espaço-temporal nas sociedades. E o seu conceito parte de uma teoria sobre o espaço (social) enquanto produto-produtor, ao revelar-se com características de “urbanização-desurbanização” representada pelo fenômeno urbano que, por sua vez, se caracterizaria por uma enorme complexidade, e se apresentaria com tendências de uma realidade global, ao implicar o conjunto das práticas sociais. Tomado em sua amplitude, o fenômeno urbano não pertence a nenhuma ciência especializada, e por esta razão, exige a necessidade de uma cooperação interdisciplinar para decifrar sua dinâmica contraditória de seu movimento.

nas cidades em condições satisfatórias tendem a não ser resolvidas pelo capital e pelo Estado burguês, sobretudo em sociedades marcadamente desiguais como a brasileira. Há uma inviabilidade, visível no caso brasileiro, dos programas reformistas em conduzir a formas urbanas mais civilizadas, integradas e democráticas dentro do capitalismo – a cidade e sobretudo as metrópoles, como evidência empírica do fracasso em atender ao bem estar dos cidadãos dentro do capitalismo. Esse impasse conduz a uma dinâmica de conscientização peculiar (veja-se as letras de rap, por exemplo) e de enfrentamento por meio da ação direta nas ruas e nas ocupações. Mediante a conquista de terra e recursos públicos, podem-se fortalecer laços de cooperação no interior de uma comunidade, onde produzir e viver, construir e habitar não estão inteiramente dissociados. Entender sua dinâmica e seus mecanismos possibilita a seus agentes uma politização distinta em relação aos processos convencionais da Economia Solidária.

A ocupação sistemática e cotidiana de terras e/ou imóveis vazios pelos movimentos populares tornou-se um fato importante na luta de classes, pois é através dela que os(as) trabalhadores(as) procuram reconhecimento público de seus direitos e da sua condição de sujeitos políticos. Esta luta procura igualmente contrariar a lei perversa e não igualitária da renda da terra e da valorização imobiliária, em nome de uma cidade “desmercantilizada” em que a desenfredda lógica do capital não predomine.

Na produção capitalista do espaço, os terrenos e as edificações são mercadorias, porém distintas de um sapato ou uma geladeira, por exemplo. A moradia tornou-se uma mercadoria cara, de tipo especial e complexo, que tem como componente importante a propriedade da terra. É esse título jurídico que dá ao proprietário o direito de se apropriar de uma parte da riqueza socialmente produzida: a renda da terra. Sendo assim, o proprietário de terra busca capturar a renda da sua terra – que não é gerada em seu interior, como no caso da renda da terra rural, mas sim pelas condições de localização e investimentos feitos em seu entorno – enquanto o agente imobiliário procura obter uma renda adicional “incorporada” por meio da concepção de diferenciais de exclusividade (definição de projeto e escolha do melhor e mais rentável uso, além de fazer *lobby* por mudanças na legislação e aumento no potencial construtivo) e o agente financeiro, que procura sugar os juros destas operações com base no crédito imobiliário. Esses agentes rentistas, aos quais se acrescenta o agente propriamente produtivo – a empresa capitalista de construção civil em busca de lucros e extração de mais-valia – constituem diferentes frações de capital, com interesses por vezes divergentes, mas sempre compondo um bloco único contra a classe trabalhadora.



Elaboração: Renato Saboya.

David Harvey destacou que “a força de trabalho necessita de espaço para viver. A terra é, portanto, uma condição de vida para a força de trabalho, da mesma maneira que é uma condição de produção para o capital. O sistema de propriedade privada que exclui o trabalho da terra como condição de produção também serve para excluir o trabalho da terra como condição de vida”⁵. Neste sentido, o(a) trabalhador(a) está separado pelo capital entre o local de trabalho e o local de viver, o que remete a duas formas de lutas independentes – melhores condições de trabalho e salário, e melhores condições de vida e habitação.

Ademais, os conflitos originados no ambiente construído são peculiares em razão do poder monopolístico da propriedade privada, que possibilita a apropriação da renda, além de conferir ao proprietário um “monopólio natural” do espaço. No espaço em que se vive é necessário que haja condições básicas de vida, como a garantia de habitação, transporte, lazer, equipamentos públicos diversos e todo um conjunto de fatores que garantam a reprodução social e a vida do(a) trabalhador(a). As necessidades destas condições de vida colocam o trabalho numa relação antagônica à da propriedade fundiária, do capital imobiliário-financeiro e suas estratégias de sucção de riquezas socialmente produzidas, assim como dos interesses da indústria da construção, que procura lucrar com a produção destas mercadorias.

Virtualidades ou virtuosidades da produção autogerida da moradia

Os canteiros de obra geridos pelos movimentos populares nas cidades e em assentamentos de reforma agrária, que mobilizam fundos públicos para a construção

⁵ David Harvey, “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído”, em *Revista Espaço e Debates*, n 6, jun/set, 1982, p. 6-35, p.8.

de habitações, escolas e espaços coletivos, foram e talvez ainda sejam lugares de experimentação em diversos níveis. Como dissemos, os “mutirões autogeridos” representaram e talvez ainda representem um *locus* de invenção de práticas autonomistas e de fortalecimento das organizações populares, com repercussões visíveis, a começar pela própria qualidade do espaço ali inventado e construído – muito diferenciado dos conjuntos habitacionais convencionais ou das construções por conta própria pelos moradores de periferia.

Quando se organizam coletivamente num movimento de luta, seja em uma ocupação de terras, seja na realização de um projeto, seja na produção no canteiro ou de uma moradia posterior, os agentes tendem a perceber que há uma combinação entre os componentes do reino das necessidades com o reino da liberdade no sentido de manter um horizonte utópico na construção de uma cidade e sociabilidade distintas. A possibilidade de construção do novo se apresenta em contradição com a reprodução do velho. E a produção da moradia numa outra lógica, não dirigida inteiramente pelo valor de troca capitalista, poderia atender as demandas da classe trabalhadora imediatamente, como forma de produção para autoconsumo ou produção com apropriação de classe. Neste aspecto, no sentido atribuído por Lefebvre, a *troca* e o *produto* não podem apagar o *uso* e a *obra*, o que difere da maior parte da produção dos empreendimentos de Economia Solidária (da indústria ao artesanato e à reciclagem), que não alimentam diretamente o conjunto das necessidades primordiais da classe trabalhadora porque boa parte de seus produtos estão na condição de segunda necessidade.

Além de fornecer um bem de primeira necessidade, como a moradia, a escola, a praça, o centro comunitário etc., a construção civil é, estrategicamente, um setor da produção mais facilmente apropriável por trabalhadores(as) em autogestão, por não ser intensivo em máquinas e tecnologia capitalista como a grande indústria. Como na produção da manufatura, seu motor central é o trabalhador coletivo e é o saber fazer que, ao superar algumas dimensões das relações de heterogestão, pode assumir o controle, como um coletivo de livres produtores. Semelhante à Economia Solidária, que apresenta características de outro modo de produção, os princípios básicos são os do associativismo e da propriedade coletiva dos meios de produção, mas ainda não do produto do trabalho – a moradia, que está imersa na ideologia da propriedade privada e move as pessoas a participar de projetos habitacionais em mutirão.

Ainda é preciso avançar na superação desse paradoxo entre autogestão e propriedade privada individual. Trata-se do tema-chave da propriedade coletiva ou da socialização da propriedade, não apenas dos meios de produção, mas também no âmbito da propriedade imobiliária e fundiária. No Brasil, não existiram projetos que levaram o coletivismo ao limite, em razão da correlação de forças, da propaganda da propriedade privada individual e da ainda forte presença do “poder do atraso” na produção das cidades. Noutros países, como no Uruguai, a *Federación Uruguaya de Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua* (FUCVAM) avançou nesse tema e conquistou a propriedade coletiva das moradias, como cota parte dos cooperativados em cada empreendimento. A compra e a venda de imóveis (ou das cotas parte) só ocorrem sob o controle das cooperativas, que realizam inclusive a troca de famílias entre as unidades de acordo com suas necessidades de uso (famílias que crescem ou que diminuem podem mudar de apartamentos ou casas entre si) etc⁶.

Com base nos pressupostos elencados acima, apresentamos a seguir cinco motivos que nos levam a crer que a produção autogerida da moradia e da cidade seja um tema importante para a luta de classes, na proposição de alternativas contra-hegemônicas. São estes pressupostos, entre outros, que nos fazem eleger esse lugar para concentrar esforços e nossa imaginação na luta pelo socialismo.

Primeiro motivo: Realizar o enfrentamento em um campo de disputa simbólico e material decisivo, a construção e transformação das cidades. A produção social do espaço urbano, como já mencionamos, envolve uma luta direta com um setor importante da economia capitalista: o circuito de valorização imobiliária, que envolve os proprietários de terras e imóveis, as construtoras e incorporadoras, e, indiretamente, o sistema financeiro. Historicamente a construção civil e a produção das cidades foi uma órbita reservada do capital nacional, de empresas familiares e regionais, mesmo durante as décadas neoliberais. Entretanto, nos últimos anos houve abertura de capitais, fusões e aquisições e, por fim, desnacionalização e financeirização crescentes dessas empresas. Somado a isso, o setor obteve abundantes recursos públicos por meio de programas como o Minha Casa Minha Vida e o PAC, para acelerar seu crescimento e concentrar ainda mais capital.

Do ponto de vista do atendimento das necessidades da classe trabalhadora, foi apenas na última década que o mercado iniciou a produção de bens de consumo duráveis (habitação) supereconômicos e populares para a chamada “Classe C” –

⁶ José Eduardo Baravelli, *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. São Paulo: FAU USP, Dissertação de Mestrado, 2005.

não atendendo, contudo, as faixas de renda mais baixas que compõem quase 90% do déficit habitacional brasileiro. Nesse sentido, a produção de habitação popular por autogestão ainda segue como possível contraponto a um setor importante da economia, que ganhou nova relevância no contexto atual, mas que não atende adequadamente a classe trabalhadora, “entregando produtos” que não a beneficiam: habitações pequenas e precárias, em grandes conjuntos habitacionais localizados nas áreas periféricas – comparáveis aos produzidos durante o “milagre econômico” do Regime Militar.

A produção da moradia popular está, deste modo, no olho do furacão da reprodução capitalista. A grande crise mundial de 2008-9 teve um de seus epicentros no crédito imobiliário norte-americano e seu empacotamento para o mercado financeiro. No Brasil de hoje, o setor habitacional passou a movimentar fábulas extraordinárias de recursos públicos com a finalidade de valorização do capital. Ao mesmo tempo, isso faz com que estejamos dentro de uma política pública, social e econômica, em que abundam recursos (desiguais no acesso, é claro)⁷, diferentemente da escassez de verbas destinadas às políticas de Economia Solidária, por exemplo. Isso nos dá uma certa margem de manobra, ainda que estreita, para movimentar forças produtivas, trabalhadores(as) e matérias primas em cada projeto e empreendimento. São alguns milhões de reais que, por meio da autogestão dos(as) trabalhadores(as), podem ser utilizados para a construção de projetos definidos por eles próprios. Nesse sentido, somos um setor “capitalizado” para a efetivação de empreendimentos associativos.

Enfim, neste cenário complexo, mas sobretudo “quente”, a luta pela produção do espaço é também pela construção de significados e sentidos distintos para as cidades, inclusive do ponto de vista simbólico e político – cidades-negócio vs cidades-para-viver – o que nos coloca diante da barbárie que é a produção capitalista da cidade, visível a olho nu no caos urbano, ainda como resíduo de força civilizatória, de um projeto de esclarecimento levado adiante por parcela dos(as) trabalhadores(as).

Segundo motivo: Um dos aspectos mais importantes na produção da habitação popular por autogestão é a reunião entre o pensar e o fazer – base para a desalienação do trabalho, que tem como matriz o fazer artístico. Define-se a cada

⁷ No Programa *Minha Casa, Minha Vida* apenas 3% dos recursos públicos são destinados aos movimentos populares e as entidades sem fins lucrativos, enquanto 97% é capturado por construtoras capitalistas para a produção habitacional de forma convencional.

nova obra um novo projeto, adaptado ao local e às necessidades dos moradores. A cada novo processo produtivo há um momento de criação coletiva e há, em cada novo empreendimento, um novo produto que passa pelas fases de concepção e execução, ao buscar a integração entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Arquitetos e cientistas sociais das assessorias técnicas, lideranças e mutirantes dos movimentos passam a definir conjuntamente, na fase de projeto participativo, a concepção e a estrutura física das habitações, os espaços coletivos e públicos num processo criativo e transformador.

Esse momento de concepção coletiva e a experiência da obra tornam-se uma grande escola de autogestão e, por isso, aprendizagem e produção não estão dissociados. Essa criação é livre, apesar dos limites de recursos da política pública, sobretudo porque não é dirigida fundamentalmente para o mercado e sim para autoconsumo direto – “produzir para viver”, nos termos de Boaventura de Sousa Santos – o que permite que as decisões referentes ao desenho do produto não sejam guiadas pela lógica da mercadoria. Cada processo produtivo temporário, no canteiro de obras, é sempre antecedido pelo desenho e redesenho do produto. Não há produção em série e utilização de projetos antigos com carimbos velhos transvestidos de novos, como ocorre nas Companhias estatais de habitação e nas Empresas privadas de construção. Na produção industrial convencional, os(as) trabalhadores(as) não participam do desenho do produto. E no caso das empresas mais avançadas da Economia Solidária, parece que estas ainda não conseguiram alterar o produto que executam, nem reunir pensar-fazer com a mesma intensidade dos projetos e construções autogeridos.

Terceiro motivo: Como já mencionamos, no mutirão não se está produzindo mercadorias com o objetivo imediato de troca e valorização de capital, mesmo que indiretamente esse valor de uso seja socialmente apropriado pelo capital, na medida em que abriga força de trabalho – o que lhe confere uma *qualidade* outra. Essa distinção, combinada à relativa horizontalidade do trabalho no canteiro e coletivização das decisões, ao uso de riqueza social acumulada nos fundos públicos e a uma perspectiva técnica diferenciada, são pontos nevrálgicos que permitem certa ruptura com a lógica do sistema capitalista – o que não é desprezível politicamente. Logicamente o mutirão não traz, por si só, a possibilidade de transformar o sistema, porém as relações de produção que nele se *demonstram* e *experimentam* podem constituir alternativas ao modo de produção capitalista e propor, dentro deste horizonte, temas importantes de discussão.

A predominância do uso sobre a troca não é um tema secundário, pois indica o que poderia ser a produção de um espaço para além das formas de produção capitalistas, no qual o valor de uso e a preservação física e do saber do trabalho fossem preponderantes nas decisões de projeto e execução. No momento em que os polos uso-troca são invertidos, toda a produção passa a ser pautada pela qualidade das formas, materiais e espaços – como produto final – e pela adequação das técnicas às exigências do trabalho – como processo de produção. A mentalidade empresarial capitalista de aumento de produtividade, exploração do trabalho e redução da qualidade do produto e do seu tempo de vida deixa de dominar a produção. A desvinculação entre forma e conteúdo, intrínseca ao sistema capitalista, também passa a ser questionada com uma nova maneira de produção, na qual necessariamente os espaços produzidos são diferenciados. As técnicas adotadas podem não ser mais as mesmas, ou ao menos não empregadas pelos mesmos motivos; sua adequação ao trabalho e ao produto final faz com que adquiram outro papel na produção.

Quarto motivo: A produção das moradias subsidiadas por recursos públicos, na condição de uma produção cooperativa de valores de uso para autoconsumo, é um espaço de autogoverno dos(as) trabalhadores(as), relativamente “protegido” se comparado com os empreendimentos de Economia Solidária que estão mais expostos ou dependentes da lógica do mercado. O limite às condições de trabalho e à remuneração é dado pelas regras e tetos de financiamento dos programas e políticas públicas. Alterar esses limites é uma questão mais política do que econômica. Isso protege o mutirão habitacional do ciclo perverso que submete uma parcela das experiências da Economia Solidária à tirania do mercado. O preço que o mercado “paga” pelas mercadorias produzidas pelo empreendimento não é o “preço justo” para a sobrevivência digna dos(as) trabalhadores(as). Isso acaba por redundar na internalização dos conflitos e na autoexploração dos associados de um empreendimento, e/ou na má qualidade dos produtos para “viabilizar-se” no mercado, com sua concorrência desleal.

Se o mutirão habitacional escapa dessa predação mercantil do trabalho e do valor de uso, por outro lado acaba dependente do Estado, do desenho das políticas públicas e dos fundos disponíveis. Em muitos casos, as políticas públicas não são adequadas e suficientes, resultando em ciclos de precarização e, igualmente, internalização do conflito e autoexploração – isso quando as obras não são irremediavelmente interrompidas. Contudo, diferentemente da lei implacável (ou “mão (in)visível”) do mercado, à qual é difícil fazer frente, em relação às políticas públicas, há mais espaço para lutas e conquistas dos(as) trabalhadores(as).

Quinto motivo: O “atraso” relativo no setor da construção civil, ainda preso à forma manufatureira em oposição à grande indústria, ou, nos termos de Coriat, à especificidade da “forma-canteiro”, traz vantagens para apropriação direta dos meios de produção pelos(as) trabalhadores(as). A produção na construção civil ainda está baseada no saber fazer de parte dos operários. O famoso “saber de ofício” de pedreiro, carpinteiro, azulejista, pintor, eletricista, encanador etc., que deve ser fortalecido, potencializado e revisitado historicamente, apresenta a necessidade de procura de saberes que se perderam na história social. As forças produtivas não levaram o trabalho concreto completamente ao estágio de trabalho abstrato, parcelado e mecanizado. Há com isso, na construção civil, práticas e habilidades manuais (muitas delas milenares) que não foram totalmente destruídas pelo capital, uma astúcia da razão do trabalhador-artesão que ainda ali sobrevive – a despeito da forte luta de classes no canteiro de obras⁸.

A construção civil é também um dos espaços mais violentos de trabalho, com muitas mortes e acidentes – o que a torna um campo experimental para reverter esse quadro de barbaridade em defesa da saúde do trabalhador(a). Além disso, há o trabalho bruto do servente, do “peão de obra”, que muitas vezes desconhece o todo do processo e executa tarefas pesadas em troca de um salário irrisório ao fim do mês. Uma tecnologia anticapitalista nesse campo significa, antes de tudo, respeitar a integridade física e intelectual do trabalhador(a), seu corpo e sua mente e, a partir daí, avançar na concepção de novas formas de produção e formas construídas.

Por fim, as tecnologias que podem ser mobilizadas e transformadas na arquitetura não deixam de ser das mais interessantes, tanto do ponto de vista da sua engenhosidade quanto dos aspectos materiais e simbólicos⁹. A arquitetura é capaz de enunciar, de forma didática, o que pode ser uma obra, no sentido forte (ou lefebvriano) do termo, resultado da ação coordenada de livres produtores associados. Ela ensina pela sua forma, uso e solidez a capacidade criativa do poder popular e apresenta-se ao restante da classe trabalhadora como uma pedagogia estética e política. Nesse sentido, é um exercício de redefinição dos termos e condições da relação entre espaços de trabalho e espaços de vida, entre homem e natureza, retornando a questões da própria ontologia do ser social.

⁸ Ver Sérgio Ferro, *Arquitetura e trabalho livre*, São Paulo, CosacNaify, 2006.

⁹ Cf. Sérgio Ferro, *op.cit.* E ver a análise de Beatriz Tone, Heloisa Diniz, João Marcos de Almeida Lopes e Pedro Arantes no artigo “Paradoxo dos canteiros autogeridos”, em *Reportagem da Oficina de Informação*, Ano V, nº 64, 2005, p. 49-50.

Concluimos que a luta-produção de moradia e de cidade por autogestão tende a criar um processo de fortalecimento recíproco entre os coletivos de produção e sua luta política por moradia e pelo direito à cidade. Historicamente, quanto mais o movimento popular atua, ocupando terras, imóveis e pressionando os órgãos públicos por recursos e programas, produz mais obras e permite a formação de empreendimentos autogeridos de trabalhadores(as) da construção civil. Dessa forma, quanto mais se luta mais trabalho se tem, e os produtos resultantes não são para o mercado e sim para autoconsumo, com subsídios públicos. Haveria um círculo virtuoso entre luta política, trabalho cooperativo de livres produtores associados e a produção de um artefato que atende a uma necessidade básica e sinaliza, visualmente e pelo seu uso, ao restante da classe trabalhadora, seu poder de ação e capacidade de invenção – ao que a arquitetura, como primeira grande arte de massas, como explicou Walter Benjamin, se presta a especialmente¹⁰.

Aprendizagens e limites mútuos: habitação popular e economia solidária

Para aqueles que atuam no campo da produção de habitação popular por autogestão, os marcos teórico-políticos do associativismo, do cooperativismo, do anarquismo e do socialismo libertário sempre foram suas inspirações. No livro *Uma utopia militante*, Paul Singer renovou o entendimento dos motivos de lutar, no presente, por ações transformadoras imediatas, como parte de um processo de revolução social amplo, ao invés de aguardar a futura tomada do poder – “o assalto aos céus”, cujos resultados já não foram dos melhores. Mesmo como pequenas “ilhas socialistas” (se possível, arquipélagos) cercadas de heterogestão capitalista por todos os lados e inseridas em suas relações sociais de produção, essas experiências se apresentam como uma negação determinada, a partir do que fazem concretamente. É evidente que elas estão carregadas de limites e contradições, mas apresentam elementos de superação que precisam ser compreendidos.

As experiências de Economia Solidária permitiram que enxergássemos as obras e os mutirões que ajudamos a construir, como empreendimentos solidários que

¹⁰ Infelizmente, a grande maioria dos movimentos de luta por moradia e seus assessores técnicos não conseguiu estabelecer permanentemente esse ciclo promissor, pois sofreu com interrupções das políticas públicas, falta de recursos e perseguição política. Contudo, mesmo nos períodos mais favoráveis, os movimentos urbanos não implementaram escolas de formação na área de projeto e construção, o que teria sido fundamental para a constituição de um campo de conhecimento com ideias próprias sobre arquitetura, engenharia e tecnologia (como o MST conseguiu em relação à produção agroecológica de alimentos, por exemplo).

indicam outra forma de realizar a produção e organização da vida social. Contribuíram para que saíssemos da “caixinha” de reivindicação específica da moradia, para expandir o entendimento do que propomos e vivemos em cada uma de nossas experiências espaciais-sociais nos canteiros de obra. Assim, possibilitaram que nos víssemos como construtores de mais coisas do que apenas casas e, através de uma prática transformada pelas relações, permitiu ampliar o questionamento, projetar e incluir outras dimensões da vida social, e produzir espaços que permitam uma apropriação mais igualitária e coletiva – em que a cidade possa ser um grande palco e ensaio desta ação-transformação.

Cabe destacar que alguns dos educadores, arquitetos e cientistas sociais que trabalharam e trabalham na Usina, passaram por experiências de extensão universitária e incubadoras de cooperativas – e trouxeram para o coletivo questões e práticas que vêm do mesmo movimento que deu origem ao da Economia Solidária no Brasil dos anos 1990. Em 2007, no mapeamento realizado em todo o Brasil, a Usina foi incluída no atlas de São Paulo tanto como empreendimento quanto como grupo de formadores/incubadores. A Usina é um coletivo que se organiza pelos princípios da autogestão que aprendeu formas cada vez mais horizontais de trabalho, deliberação e remuneração – hoje temos apenas uma faixa de valor hora para todos, por considerarmos que só é possível formar e incubar novos grupos sendo também um coletivo autogestionário. A busca dessa coerência veio, sobretudo, ao longo do tempo, quando nos vimos cada vez mais como trabalhadores(as), como um empreendimento de Economia Solidária e através da nossa necessidade de nos viabilizarmos como tal. Daí o fato de trocarmos nossa classificação de “assessores técnicos” para nos denominarmos de “Coletivo Usina”.

O debate com os militantes e pesquisadores da Economia Solidária também nos ensinou a não naturalizar nem a forma-mutirão de produção nem as empreitadas que ocorrem durante a semana com trabalhadores(as) contratados. Para nós ficou evidente que nossa defesa incondicional é a de coletivos de livres produtores associados. Isso significa que a obra deveria ser crescentemente assumida por coletivos ou cooperativas de trabalhadores(as), de modo a substituir as empreiteiras heterogestionárias durante a semana e também superar o mutirão aos finais de semana.– este passaria a ser apenas uma forma intermediária de organização em direção a formas superiores de autogestão da produção.

Desde o início dos anos 1990, a Usina procurou instituir cooperativas em suas obras, mas apenas recentemente as condições de legislação e das políticas

públicas (longe de serem as ideais) estão mais favoráveis. Além disso, conseguimos realizar parcerias com agentes que acompanham o nascimento e estruturação dos novos empreendimentos, como a ITCP da Unicamp – o que permitiu fortalecer as cooperativas como protagonistas das obras. A consolidação de cooperativas de construtores é um desafio candente, e poderia contribuir para a superação do duplo trabalho que incide sobre os mutirantes – trabalhadores assalariados na semana e mutirantes aos finais de semana na produção de suas moradias. Além do mais, garantiria as condições de segurança, qualificação do trabalho e preservação do saber operário na construção civil, num momento de *boom* da produção habitacional, em que ocorrem carnificinas nos canteiros de obras e são empregadas novas tecnologias desqualificadoras do saber do trabalhador(a), como as paredes de concreto moldadas *in loco* em formas de alumínio.

Desse modo, o debate *com* e no *interior* da Economia Solidária possibilitou que valorizássemos o cuidado em fazer com que os coletivos que surgissem na obra, espontaneamente ou não, pudessem se desenvolver enquanto empreendimentos viáveis, de forma a contar com estatuto e figura jurídica correspondente aos seus anseios, mas de constituir relações que podem ir além desta condição estritamente legal. Sendo assim, a Economia Solidária, por meio da ITCP da Unicamp e sua sistematização “empírica”, tem nos ajudado a olhar com mais atenção para os produtores-mutirantes como foco do nosso trabalho, para além da construção da obra em si.

Os cursos e pesquisas em autogestão e Economia Solidária, sobretudo aqueles em parceria com a ITCP Unicamp e com o Grupo de Análise Política Institucional (GAPI), permitiu que enxergássemos nossas experiências como uma prática avançada de Tecnologia Social, entendida como Adequação Sócio-Técnica. Segundo Dagnino, no embate entre Tecnologia Convencional e Tecnologia Social, ficam evidentes as fronteiras e diferenças em relação à propriedade dos meios de produção, do acordo social entre os agentes, no ambiente produtivo e na cooperação entre os(as) trabalhadores(as)¹¹. Daí a necessidade de abordar a questão da tecnologia numa concepção anticapitalista para avançarmos na concepção de nossas práticas. A tabela abaixo auxilia no entendimento das dimensões e mediações dessas formas de relações, controle e produção:

¹¹ Para Renato Dagnino a Adequação Sócio-Técnica estaria na mediação entre a passagem da propriedade privada para a propriedade coletiva dos meios de produção.

Ator que controla o processo de trabalho	Contexto Socioeconômico	Contrato Social	Ambiente da Produção	
	Forma de propriedade	Coerção	Controle	Cooperação
Produtor direto	-	-	Individual	-
Coletivo de produtores	Coletiva	Associativismo	Autogestão	Voluntária participativa
Senhor de escravos	Privada	Físico, pelos proprietários dos meios de produção	Coercitivo direto	Forçada
Comprador de força de trabalho	Privada	Ideológico, pelo estado	Imposto assimétrico	Taylorismo, toyotismo

Fonte: DAGNINO, R. (org.) *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*.

Em contraposição aos ambientes onde predominam a Tecnologia Convencional, cujo contexto socioeconômico é definido pela propriedade privada dos meios de produção e seu acordo social advém da coerção ideológica por meio do Estado, a proposta de Tecnologia Social pressupõe um contexto socioeconômico definido pela propriedade coletiva dos meios de produção. Enquanto na primeira seu ambiente produtivo se organiza por meio do controle imposto e assimétrico e sua cooperação varia entre taylorismo-fordismo e o toyotismo, na segunda o contrato social seria definido pelo associativismo, seus ambientes produtivos organizados por meio do controle autogestionário, e sua cooperação ocorreria de forma voluntária e participativa.

Em síntese, somente haveria possibilidade de um desenvolvimento pleno da chamada Tecnologia Social mediante um movimento real e geral na sociedade, que permitisse a disseminação da autogestão entre os diversos territórios e segmentos da produção, ao menos nos mais estratégicos, na constituição de cordões industriais autogeridos – dentre os quais, consideramos a construção civil – que permitissem o intercâmbio entre excedentes da produção. No caso da produção social do espaço, especificamente a moradia, haveria a necessidade de proliferação de cooperativas de construtores que disputassem os fundos públicos com as empreiteiras, para fomentar a autonomia dos(as) trabalhadores(as) em contraposição às empreiteiras

que acessam os mesmos recursos, mas que objetivam o lucro com a exploração da força de trabalho empregada¹².

Em especial, os grupos da Unicamp (ITCP e Gapi), com os quais dialogamos, têm uma preocupação semelhante à nossa, o que nos permitiu visualizar de maneira evidente que não existe Economia Solidária sem a crítica às forças produtivas. Não basta apenas os(as) trabalhadores(as) se apropriarem dos meios de produção. É preciso transformar o sentido e direção das forças produtivas, o *design* dos produtos e sua finalidade, de modo que a Economia Solidária seja plena na desalienação do trabalhador(a), seja no processo de trabalho ou mesmo na apropriação do seu produto. Nesse sentido, coloca em evidência a questão da tecnologia como forma de superação do fetichismo da tecnologia e o desenvolvimento cego das forças produtivas, que cativam até mesmo parte significativa dos socialistas.

O contato com os fóruns e redes de Economia Solidária nos provocou a pensar em espaços edificados que abriguem novos empreendimentos pós-obra. Em nossos projetos habitacionais temos projetado e destinado espaços para a formação de novos coletivos de produtores – ainda que em quantidade e qualidade menores do que a desejada, dada a escassez de recursos para construir esses espaços com financiamento habitacional. Com efeito, eles passaram a compor um elemento central de nossos projetos: nos térreos dos prédios ou em edificações específicas, tanto para abrigar empreendimentos, gerar renda e sustentabilidade econômica para os moradores e seus condomínios, como para voltar a “animar” as calçadas e praças, de modo a fortalecer a vida pública nos bairros populares – articulados nesse sentido, com equipamentos diversos de cultura, educação e lazer. Desse modo, é possível evitar a guetificação ou a transformação de nossos projetos em “condomínios fechados de classe média”. Assim, tais espaços colaboram para que os conjuntos habitacionais se abram para o seu entorno, para outras dimensões da vida e que sejam, sempre que possível, territórios livres *na e da* cidade.

Horizontes

Os conflitos sociais nas cidades, por terra e localização, estão mais intensos e revelam os limites para o desenvolvimento social dentro do capitalismo. Com os

¹² Inclusive o prof. Renato Dagnino percebeu que nossa prática poderia ser um bom exemplo para a TS, haja vista o constructo arquitetônico feito por autogestão como algo que mobiliza e estimula a ação da classe trabalhadora em direção a sua libertação em relação aos patrões.

adventos dos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, a construção de grandes conjuntos habitacionais periféricos do Minha Casa, Minha Vida, a expulsão de comunidades para grandes obras de infraestrutura urbana (muitas delas equivocadas ou desconexas entre si), desastres ambientais, despejos de ocupações populares – como a do Pinheirinho – e recentes incêndios semanais e remoções de favelas vêm demonstrando mais uma vez o que Florestan Fernandes já afirmara amiúde: que democracia real e capitalismo são inconciliáveis entre si.

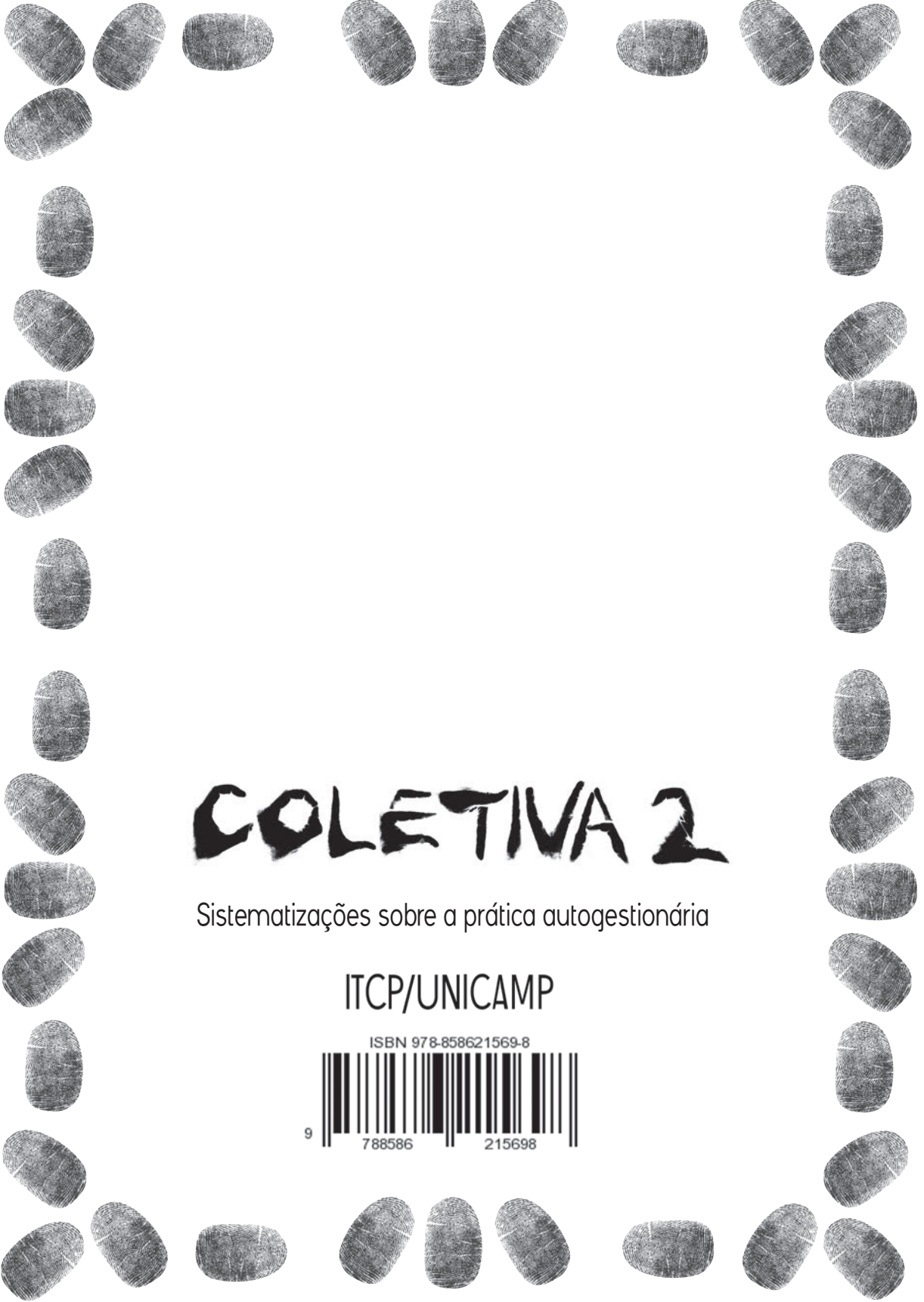
Por esta razão, conhecer, reinventar e dar continuidade às experiências de produção apropriada da cidade em habitação popular por autogestão parece ser um importante contraponto, minoritário, mas necessário. Não podemos deixar de imaginar (e praticar) o que seria uma experiência, mesmo pontual, contraditória e limitada, desse “exercício experimental de liberdade”, para retomar as palavras de Mário Pedrosa. Exercício da classe trabalhadora por meio da invenção e produção da organização territorial e dos modos de vida, da identidade coletiva, material e simbólica, como reencontro dos produtores da cidade com sua obra, e tomada de consciência de que a cidade não deve ser negócio do capital e sim espaço de vida e criação dos(as) trabalhadores(as) - produtores(as) livremente organizados(as).

Por fim, acreditamos que parte da reflexão contida neste breve artigo é derivada desse contato com os pensadores, pesquisadores e militantes da Economia Solidária e de outros segmentos. Trata-se para nós de uma tomada de consciência recíproca, em que procuramos contribuir para o avanço das práticas e formulações cooperativistas, do mesmo modo que sentimos nossos horizontes se expandirem um pouco mais. Essa aliança, por meio das práticas sociais autogestionárias, de saberes e campos diferentes, mas complementares, contribui para nossa incessante e inquieta procura por uma práxis transformadora em direção a uma sociedade livre e socialista.

Impresso em julho de 2013

tiragem: 600 exemplares

totalmente elaborado em software livre



COLETIVA 2

Sistematizações sobre a prática autogestionária

ITCP/UNICAMP

ISBN 978-858621569-8

